



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 73

DOMINGO, 1º DE JULHO DE 1973

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI
Nº 9, DE 1973 (CN)

COMPLEMENTAR

“Regula a composição e o funcionamento do colégio
que elegerá o Presidente da República”.

EMENDAS OFERECIDAS PERANTE A COMISSÃO

PRESIDENTE: Senador Daniel Krieger

VICE-PRESIDENTE: Senador Nelson Carneiro

RELATOR: Deputado Lauro Leitão

ÍNDICE DAS EMENDAS POR ORDEM
ALFABÉTICA DOS AUTORES:

Autores	Número das Emendas
Deputado Adhemar Ghisi	3 — 13 — 19 — 26 — 27 — 31 e 33.
Deputado Aldo Fagundes	42.
Deputado Alencar Furtado	43.
Deputado Antonio Mariz	8 e 17.
Senador Clodomir Milet	2 — 5 — 9 — 22 — 32 — 35 — 37 — 38 — 41 e 44.
Deputado Fernando Cunha	10 — 34 e 40.
Deputado Francisco Amaral	16 — 20 — 21 — 23 — 25 — 28 — 29 — 30 — 39 e 45.
Senador Franco Montoro	6 — 11 e 18.
Deputado João Menezes	46.
Deputado Laerte Vieira	24.
Deputado Marcelo Medeiros	1.
Deputado Mauricio Toledo	15.
Senador Nelson Carneiro	36.
Deputado Thales Ramalho	7.
Deputado Ulysses Guimarães	7.
Senador Vasconcelos Torres	4.
Deputado Wilmar Dallanhol	12 e 14.

ÍNDICE DAS EMENDAS POR
ARTIGOS DO PROJETO:

Artigos do Projeto	Número das Emendas
Substitutiva	1.
o	2 e 3.
o	2 e 4.
o	5.
o	5 e 6.
o	7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 e 13.
o	7 — 8 — 9 e 10.
o	8 — 9 — 10 e 14.

8.º	7 — 8 — 9 — 10 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 e 21.
9.º	22.
10	22 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 28 e 29.
11	22.
12	22 e 30.
13	4 — 31 — 32 e 33.
14	34 e 35.
15	34 e 36.
17	4.
18	37.
20	4 — 38 — 39 e 40.
22	4.
Inclua onde couber	4 — 41 — 42 — 43 — 44 — 45 e 46

Observação: Na forma regimental, o Senhor Presidente deu como aceitas, preliminarmente, todas as emendas.

EMENDA Nº 1

SUBSTITUTIVA

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

O Congresso Nacional decreta:

“Regula a composição e o funcionamento do
colégio eleitoral para a eleição do Presidente e do
Vice-Presidente da República.”

Art. 1.º O colégio eleitoral para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembleias Legislativas dos Estados.

Art. 2.º Cada Assembleia Legislativa indicará:

I — três delegados dentre seus membros;

II — mais um delegado por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado.

Art. 3.º O Tribunal Superior Eleitoral, com base no número de eleitores inscritos em cada Estado, até 30 de junho do ano anterior ao da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, fixará o número de delegados das Assembleias Legislativas, excedente de quatro.

Parágrafo único. Fixado o número de delegados, o Tribunal Superior Eleitoral fará a respectiva comunicação às Assembleias Legislativas até o dia 15 de agosto.

Art. 4.º Os Delegados do Colégio Eleitoral e seus suplentes serão escolhidos na segunda quinzena de novembro em sessão pública convocada pela Mesa da Assembleia Legislativa e mediante votação nominal.

§ 1.º Considerar-se-ão eleitos Delegados, os candidatos que, dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de sufrágios.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade na Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

JOSÉ DE PAIVA PINTO

Chefe da Divisão Industrial

(O preço do exemplar atrasado será acrescido

de Cr\$ C 30)

Tiragem 3 500 exemplares

§ 2.º Os menos votados da chapa a que se refere o parágrafo anterior, serão suplentes.

§ 3.º Apurado o resultado da eleição, a Mesa da Assembléia comunicará, dentro de cinco dias à Mesa do Senado Federal os nomes dos Delegados e seus Suplentes.

Art. 5.º Para a execução do previsto no artigo anterior, os líderes dos Partidos Políticos Nacionais que participem das Assembléias Legislativas, registrarão na Mesa da Assembléia até 30 de setembro a chapa dos candidatos a Delegados e Suplentes, contendo tantos nomes quantas forem as vagas, mais um terço.

§ 1.º Da chapa somente poderão constar nomes de Deputados Estaduais ou de seus suplentes.

§ 2.º A Mesa da Assembléia Legislativa mandará publicar no "Diário Oficial", dentro de 48 horas a relação dos candidatos.

§ 3.º No caso de morte ou renúncia de qualquer dos candidatos, o líder do Partido promoverá a sua substituição, comunicando o novo nome à Mesa da Assembléia para registro e o procedimento previsto no parágrafo anterior.

Art. 6.º Os Suplentes dos Delegados das Assembléias Legislativas somente serão convocados em caso de vaga ou nos de investidura dos Titulares em função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

Art. 7.º Na indicação dos Delegados ao Colégio Eleitoral, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos Políticos nacionais, que participem das Assembléias Legislativas, tal como ocorre na composição das respectivas Mesas e Comissões.

Art. 8.º Os Diretórios Nacionais dos Partidos convocarão as convenções nacionais para no mês de setembro, escolherem os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

§ 1.º O Partido Político Nacional promoverá, dentro em 10 dias, perante a Mesa do Senado Federal, o registro dos candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República, escolhidos pela Convenção.

§ 2.º Se ocorrer morte ou renúncia de qualquer dos candidatos, a Comissão Executiva Nacional do Partido, dentro de 5 dias, providenciará a substituição, requerendo à Mesa do Senado o registro do novo candidato.

§ 3.º Se os candidatos escolhidos pela Convenção não estiverem filiados ao Partido, poderão fazê-lo, no prazo de oito dias.

Art. 9.º O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

§ 1.º Presidirá a sessão do colégio eleitoral a Mesa do Senado Federal que, com 10 dias de antecedência, fará publicar no "Diário do Congresso Nacional" edital, de constarão:

I — o prazo para apresentação de credenciais delegados das Assembléias;

II — a hora de instalação da sessão.

§ 2.º Aberta a sessão e verificada a presença maioria dos membros do colégio eleitoral, terá início votação nominal.

§ 3.º A votação e a apuração dos votos, as ques de ordem e quaisquer outras que forem suscitadas plenário, obedecerão, no que couber, ao Regimento comum do Congresso Nacional, e na omissão deste, Regimentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 10. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político nacional, obtiver maioria absoluta de votos.

Parágrafo único. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples.

Art. 11. O candidato a Vice-Presidente considerase-á eleito em virtude da eleição do candidato à Presidência da República com ele registrado.

Art. 12. A sessão do Colégio Eleitoral somente tratará da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.

§ 1.º Os trabalhos da eleição serão encerrados com a proclamação dos eleitos.

§ 2.º Da Ata da Sessão do Colégio Eleitoral será enviada uma cópia autenticada ao Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 13. As despesas para a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral e com o pagamento de ajuda de custo aos seus membros, correrão à custa das verbas orçamentárias destinadas ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

Art. 14. O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução do disposto nesta Lei Complementar, inclusive para reduzir os prazos, ceteris paribus, o previsto no artigo 79 da Constituição.

Art. 15. O Tribunal Superior Eleitoral fixará, no prazo de 15 dias contados da publicação desta Lei Complementar, o número dos Delegados das Assembléias Legislativas, integrantes do Colégio Eleitoral, que elegem o Presidente e o Vice-Presidente da República, no dia 15 de janeiro de 1974.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição, no artigo 74, fixou as linhas básicas para a organização do Colégio Eleitoral, mas deixou ao legislador ordinário, mediante Lei Complementar, a função de estabelecer outros elementos indispensáveis à sua composição e funcionamento.

No início da sessão legislativa, apresentei o projeto de lei complementar que tomou o número 13/1973, regulamentando a composição e o funcionamento do colégio eleitoral para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Observando o trâmite regimental, o referido projeto de lei número 13/1973, foi aprovado após exaustivas discussões na douta Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, onde recebeu minucioso parecer técnico do obre vice-líder da maioria, Deputado Elcio Álvares, que fez incorporar ao texto original algumas emendas, oferecidas por nobres Senhores Deputados.

No interregno entre a sua aprovação pela Comissão de Justiça e a apreciação pelo Plenário, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Mensagem número 37 de 1973 (CN), encaminhando proposição semelhante.

Lamentavelmente, mais uma vez, a iniciativa do Poder Legislativo é tolhida pelo Executivo. Usando de faculdades que a si mesmo se outorgou ao promulgar a Emenda Constitucional número 1, o Poder Executivo, neste caso, ata venia, encaminhou ao Congresso Nacional, Projeto de Lei Complementar, não para aperfeiçoar o texto já existente, de iniciativa parlamentar, e em fase final de tramitação em uma das Casas do Congresso, mas, salvo melhor juízo, para dar à Nação mais um texto legal, com erros e de má feição técnica.

Na certeza de que a Comissão Mista aprimorará o projeto do Executivo, venho com o propósito de corrigir erros, de melhorar a feição técnico-legislativa e de assegurar o direito de participação das minorias partidárias na composição das Delegações Estaduais ao colégio eleitoral, apresentar emenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar número 9 de 1973 (CN).

Justificarei, somente, as modificações que considero as mais importantes. As outras, se justificam por si próprias, ou por serem de redação mais técnica. Alguns artigos foram suprimidos, por desnecessários. Sua regulamentação far-se-á por meio de instruções do Tribunal Superior Eleitoral, como aconselham a doutrina, a experiência e a boa técnica legislativa. Outros foram transformados em parágrafos.

Eis as alterações:

Projeto de Lei n.º 9/73
EMENTA

ART. 1.º

ART. 2.º

ART. 3.º

ART. 4.º

ART. 5.º

ART. 5.º, parágrafo único.

Emenda substitutiva

Acrescida a expressão "Vice-Presidente da República", e "eleitoral".

Suprimido por ser desnecessário (art. 74 da Constituição).

ART. 1.º

Suprimido por ser desnecessário.

ART. 3.º, parágrafo único.

ART. 5.º

ART. 5.º, § 1.º O Projeto de Lei Complementar número 13/1973, não previa esta obrigatoriedade. Entretanto, foi aprovada emenda neste sentido, na Comissão de Justiça da Câmara. Daí a razão deste parágrafo nesta Emenda Substitutiva, com redação igual a do P. Lei n.º 9/73 CN.

ART. 6.º

ART. 7.º

ART. 8.º

ART. 8.º, § 1.º

ART. 8.º, § 2.º

ART. 8.º, § 3.º

ART. 9.º

ART. 10

ART. 10, I, II e III

ART. 10, parágrafo único.

ART. 11

ART. 12

ART. 13

ART. 13, parágrafo único.

ART. 13, parágrafo único,

n.º I

ART. 13, parágrafo único,

n.º II

ART. 14

ART. 15

ART. 15, parágrafo único.

ART. 16

ART. 17

ART. 18

ART. 19

ART. 20

ART. 21

ART. 22

ART. 23

ART. 24

ARTS. 25 e 26

ART. 5.º, § 2.º

ART. 5.º, § 3.º

ART. 4.º

ART. 4.º, § 1.º

ART. 4.º, § 2.º

ART. 4.º, § 3.º

ART. 8.º

ART. 8.º, § 1.º

Ficam a critério de instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

ART. 8.º, § 3.º

Suprimido por desnecessário.

ART. 8.º, § 2.º

ART. 9.º

ART. 9.º, § 1.º

ART. 9.º, § 1.º, n.º I

ART. 9.º, § 1.º, n.º II

ART. 9.º, § 2.º

ART. 10.

ART. 10, parágrafo único.

ART. 11.

ART. 12, § 1.º

ART. 12, § 2.º

ART. 12.

ART. 13. Não existe no orçamento da União, a rubrica "Congresso Nacional". A Emenda substitutiva adota a redação correta.

ART. 6.º

ART. 9.º, § 3.º

ART. 14. O Tribunal Superior Eleitoral, além do previsto no artigo 79 da Constituição, poderá baixar instruções para regulamentação desta lei.

ART. 15.

ART. 16.

O artigo 7.º do substitutivo ora oferecido, está assim redigido:

"Na indicação dos delegados ao colégio eleitoral, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos nacionais que participem das Assembleias Legislativas, tal como ocorre na composição das respectivas Mesas e Comissões."

Justificação

A representação das minorias partidárias é norma já consagrada em nosso Direito Constitucional. A Emenda Constitucional número I, prevê esta representação no seu artigo 30, parágrafo único, letra a, in verbis:

a) na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara;"

A Constituição de 1967 tem igual preceito e com a mesma redação (art. 32, parágrafo único). Idem na Constituição de 1946 (art. 40, parágrafo único). Idem Constituição de 1934 (art. 26).

No Projeto de Constituição enviado ao Congresso Nacional em 12 de dezembro de 1966 pelo então Presidente da República, Marechal Castello Branco, a representação proporcional dos partidos políticos também estava prevista, e com igual redação ao texto de 1946 (p. Constituição, art. 31, parágrafo único).

A representação das minorias é princípio assentado na doutrina constitucional brasileira que, em quatro tex-

tos constitucionais, representativos de épocas e tendências diversas, se manteve inalterável. Modificou-se somente o número dos artigos.

Segundo Pontes de Miranda, "Os Partidos Políticos têm o direito público (constitucional) subjetivo a exigir, por intermédio de seus deputados e senadores, o cumprimento do art. 40, parágrafo único" (Comentários à Constituição de 1946, vol. II, pág. 232).

Themistocles Brandão Cavalcanti afirma que: "É um direito dos partidos e uma vantagem de ordem prática, porque a manifestação dos grupos partidários já se começa a fazer sentir nos primeiros degraus da atividade parlamentar". "É, também, como diremos, um direito decorrente do próprio sistema eleitoral e que seria ilidido com a denominação completa da corrente majoritária nas comissões."

"É direito subjetivo porque deve prevalecer como imposição obrigatória que escapa ao arbitrio ou a vontade de terceiros". (A Constituição Federal Comentada, vol. II, 3.ª ed., págs. 22 e 23.)

Assim, tem sido com a composição da Mesa diretora, das Comissões permanentes, das comissões mistas, das comissões temporárias das comissões externas, das delegações ao exterior.

Não foi outra, também, a intenção do legislador revolucionário no § 1.º do art. 74 da Constituição, *in verbis*:

"O Colégio Eleitoral será composto dos Membros do Congresso Nacional e de Delegados das Assembléias Legislativas dos Estados."

Ao preceituar que o colégio eleitoral será composto de Membros do Congresso Nacional, o legislador de 1969 compulsoriamente incluiu na composição do colégio eleitoral, representantes de todos os Partidos. Não fosse essa a sua intenção, o referido § 1.º do art. 74 da Constituição teria redação diversa da atual: "O Colégio Eleitoral será composto dos membros do Partido majoritário do Congresso Nacional..."

Na composição de todos os Parlamentos, onde exista mais de um partido político, é sempre assegurada a representação das minorias.

A representação das minorias é "fondement essentiel de la démocratie", segundo a conclusão de Michel Ameller, num estudo comparativo sobre a composição e o funcionamento "des institutions représentatives" em cinquenta e cinco países (Parlements, union interparlementaire — ed. 1966 — pág. 30).

É um direito inerente ao sistema representativo, razão pela qual esta emenda substitutiva a inclui, com a mesma redação já aprovada pela douta Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, inclusive com parecer favorável da vice-liderança do Partido Majoritário naquela Casa.

A exclusão de delegados das minorias das Assembléias Legislativas é não só inconstitucional, porque contraria as normas estatuidas nos artigos 30, parágrafo único, letra a, e no próprio § 1.º do art. 74, mas, também, uma violência à nossa tradição jurídica e democrática.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — Deputado Marcelo Medeiros.

EMENDA N.º 2

Substituam-se pelos seguintes os artigos 1.º e 2.º:

"Art. 1.º O Colégio Eleitoral para eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República reunir-se-á na sede do Congresso Nacional no dia 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

Art. 2.º Serão membros do Colégio Eleitoral os Senadores e os Deputados Federais e os delegados das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 1.º Os delegados das Assembléias Legislativas serão escolhidos entre os seus membros em número de três, e mais um por 500.000 eleitores ou fração superior à metade.

§ 2.º A representação de cada Assembléia Legislativa não poderá ter menos de quatro delegados."

Justificação

Parece-nos melhor repetir o que está na Constituição. A Lei Complementar, nos termos do § 3.º do art. 74 da Lei Maior, regulará a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral.

Assim, nos primeiros artigos, a Lei deve dizer que o Colégio se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente (e não só o Presidente, como está no projeto), deixando-se logo claro qual a sua composição, inclusive com a referência expressa ao número mínimo de delegados de cada Assembléia Legislativa.

A Constituição declara que três delegados devem ser deputados mas não diz que não o possam ser os escolhidos em função do eleitorado. Entendemos que é melhor indicar somente deputados para integrar a delegação de cada Assembléia.

Convirá esclarecer que a fração superior à metade de 500.000 eleitores (ou seja um número superior a 250.000) dará direito à indicação de mais delegado.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador Clodomir Milet.

EMENDA N.º 3

Suprima-se a palavra "natos" e a vírgula que lhe sucede, do texto do art. 1.º do Projeto de Lei n.º 9/73 (CN).

Justificação

O art. 1.º do Projeto n.º 9/73 reproduziu na sua quase totalidade o disposto no art. 74 da Constituição Federal. Todavia ao fazer referência à condição de brasileiro, restringiu o que não consta da Constituição, estabelecendo a exigência de que "O Presidente da República será eleito entre os brasileiros natos..."

Ora, o texto constitucional dispôs que "O Presidente será eleito entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos..."

Face o dispositivo constitucional há que se mantida na lei complementar, o princípio ali consagrado.

Se se objetiva permitir que apenas brasileiros natos possam vir a ser candidatos à Presidência da República, então que se proceda a uma emenda constitucional, pois tanto são brasileiros os natos e os naturalizados (art. 145).

Abstemo-nos de outras considerações face a clareza do texto da Constituição relativamente ao dispositivo do art. 1.º do Projeto de Lei n.º 9 que pretendemos emendar.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1973. — Deputado Adhemar Gbisi.

EMENDA N.º 4

1) Acrescente-se ao art. 2.º a seguinte expressão:

"... e das classes rural, industrial e comercial do País."

2) Acrescente-se ao item I do parágrafo único do artigo 13 a seguinte expressão:

"... e das classes rural, industrial e comercial."

3) O art. 17 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17. A primeira parte dos trabalhos da eleição será encerrada com o anúncio do resultado da votação. A sessão será suspensa por quinze minutos."

e, na sua reabertura, o Presidente mandará proceder a leitura da ata de proclamação dos eleitos."

4) Acrescente ao art. 20 a seguinte expressão:

"... não podendo ser superior a primeira parcela da que é legalmente paga aos congressistas."

5) Acrescente-se ao art. 22 o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. As questões de ordem só poderão versar assuntos atinentes à votação do Colégio Eleitoral."

6) Onde convier:

"Art. Para a designação dos delegados das classes rural, industrial e comercial do País, proceder-se-á eleição nas Confederações Patronais e de trabalhadores respectivos, sendo que deverá ser escolhido um delegado e suplente por classe, perfazendo um total de 6 (seis) delegados e 6 (seis) suplentes.

Parágrafo único. É vedada a participação nas chapas de delegados das classes aos que estejam exercendo cargos nas diretorias das Confederações, devendo a escolha recair em associado no gozo de direitos políticos e quite com suas obrigações civis, militares e eleitorais."

7) Art. Será permitido o encaminhamento da votação pelo prazo de cinco minutos, podendo a mesma ser encerrada a requerimento de líder de partido político, votado pelo plenário, depois que falarem quinze delegados.

8) Art. Será designada uma sessão especial da Comissão Diretora do Senado Federal para a diplomação dos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

Justificação

Entendo que no importante projeto do Executivo, regulando a composição e o funcionamento do Colégio que elegerá o Presidente da República, devam ser feitas pequenas alterações, o que ora faço, com a aprovação das emendas acima especificadas.

Na verdade elas não alteram a substância da proposição, a não ser uma que visa a participação no Colégio Eleitoral de representantes patronais e das classes trabalhadoras. Com número diminuto de delegados — seis ao todo — poder-se-ia argumentar ser meramente simbólica essa participação mas, no entanto, isso não ocorre. O que sugiro tem alto conteúdo ético, significação moral e inovação tipicamente revolucionária. Se a eleição indireta, que começa a colher frutos opimos, tiver a presença das classes empresariais e trabalhadoras, elas que, em última análise, são as responsáveis pelo progresso do País, o pleito, indistintamente, adquirirá maior autenticidade. Não pelo peso de seis votos, é claro, e sim pela presença embora de significação nacional, valendo esta por verdadeira corresponsabilidade nos destinos da Pátria. Sinceramente, é o que penso.

Quanto as demais emendas prendem-se elas a questões de formalística, embora entendo que ao ato eleitoral a escolha do Presidente e Vice-Presidente deva ser dado um tratamento solene, quase de vulto, para que não se confunda com rotineiras e sensaboranas sessões das Casas Legislativas.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1973. — Senador Vasconcelos Torres.

EMENDA N.º 5

Substituam-se os artigos 3.º e 4.º pelo seguinte:

"Art. 3.º — O Tribunal Superior Eleitoral apurará o número de eleitores alistados em cada Estado até 30 de junho do ano anterior ao do término do

mandato presidencial e declarará, nos 60 dias seguintes, quantos serão os delegados a serem indicados pela respectiva Assembléia Legislativa com base no eleitorado, fazendo a devida comunicação a cada Assembléia."

Justificação

Entendemos mais acertado dar ao artigo redação idêntica à do Artigo 2.º da Lei n.º 5.581, de 26 de maio de 1970, que regulou as eleições de 1970.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador Clodomir Milet.

EMENDA N.º 6

Dê-se ao art. 4.º a seguinte redação, acrescentando-se-lhe parágrafo único:

"Art. 4.º Compete ao Tribunal Superior Eleitoral, com base no número de eleitores alistados até trinta de junho, fixar, nos quarenta e cinco dias seguintes, o número de delegados das Assembleias Legislativas, respeitado o critério da representação proporcional.

Parágrafo único. Quanto às sobras, será aplicado o critério da maior fração."

Justificação

O Projeto de lei complementar n.º 9/73, encaminhado pelo Governo dispõe, no § 1.º do art. 8.º:

"Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que, dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de sufrágios."

O dispositivo torna evidente que os delegados serão eleitos exclusivamente pela chapa mais votada.

Em outros termos: a minoria não terá representação.

Antes de mais nada, o dispositivo é inconstitucional e injurídico, atentando contra o conceito mesmo de regime representativo.

O regimen representativo constitui pedra angular do sistema constitucional. Está inscrito na Lei Maior, nos termos seguintes:

"Art. 1.º O Brasil é uma república federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

VII — exigir a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa.

Art. 152. A organização, o funcionamento e a extinção dos Partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Art. 148. (...) os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 30.

Parágrafo único.

a) na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional....."

Mas, que é regime representativo?

Segundo a lição dos mestres, dá-se a representação pela impossibilidade de o próprio povo, diretamente, fazer as leis e administrar. Por isso, ele escolhe mandatários que, em seu nome, legislam e governam.

A representação nasceu, assim, de um fato objetivo e insuperável e não de uma criação arbitrária do governo. Disse-o DUGUIT, com sua característica clareza e concisão:

"A representação é produto dos fatos e não uma criação cerebrina da inteligência humana" (Leçons de Droit Public Général, pág. 210).

Fixada a sua origem, ouçamos a definição que nos dá Carlos Maximiliano:

"150. Regime representativo é aquele em que o povo elege, direta ou indiretamente, os elaboradores e decretadores das leis e o chefe supremo da administração; não governa nem delibera por si mesmo, porém, sim, por meio de representantes e autoridades criadas pelo estatuto básico: nada de referendum e, muito menos, de plebiscitos, ou assembleias populares, como nas pequenas repúblicas de governo direto, da antiguidade" (Comentários à Constituição).

Note-se que o autor fala claramente: "o povo elege". Não diz uma fração, um partido. Todo o povo, isto é, o corpo eleitoral deve participar do ato da eleição, escolhendo representantes.

Ao comentar ainda o texto constitucional de 1946, aliás, idêntico ao atual (regime representativo), ensina ainda o mesmo ilustre autor:

"O texto exige a existência de um "regime eleitoral que permita a representação das minorias"; não basta, portanto, que não exista minoria numa Câmara; é necessário que não possa haver, ou por defeito da lei, ou por pressão, violência ou qualquer outro abuso, generalizado e invencível, das autoridades locais" (ibidem n.º 150).

E, por que tal exigência?

Porque a "Câmara só representará o país se reunir em seu seio todos os matizes em que se divide a opinião nacional. A democracia é incompatível com as unanimidades forçadas, que desviam o parlamento do seu nobre papel de fiscalizador do Executivo e produzem leis tendenciosas e impopulares. O sistema eleitoral será tanto mais perfeito e consentâneo com o espírito do art. 56 quanto maior for o número de opiniões divergentes a que aproveitar" (idem, ibidem n.º 320).

Há unanimidade na doutrina, em torno dessa tese. A representação deve provir do povo e não de uma parcela apenas, com exclusão de outra.

Para não nos alongarmos, citaremos apenas alguns autores.

O velho professor SAMPAIO DORIA, nos seus "Princípios Constitucionais", resumia seu pensamento nestas expressivas palavras:

"Não basta que só a maioria componha o governo. Um tal sistema seria a divisão da sociedade em duas classes: a dos que mandam e a dos que são mandados, os senhores e os escravos. O essencial à liberdade de todos é que maioria e minoria se representem nas camadas governamentais" (pág. 36).

No seu "Curso de Direito Constitucional", pontificava o mesmo eminente mestre:

"A maioria não pode fruir privilégios à custa das minorias. A maioria e as minorias ponderáveis têm direito à representação proporcional ao número de seus adeptos". (I, pág. 384).

E, ainda:

"Sendo utopia a unanimidade, o que cumpre é rezar os males inevitáveis da representação ao mínimo dos mínimos, de sorte que toda fração pondera da opinião pública, toda fração representável eleitorado, tenha sempre, na medida de sua for representantes nos corpos deliberativos" (I, p. 38).

Ora, o projeto, tal como está redigido, suprime simplesmente o direito da oposição eleger representantes nas Assembleias Legislativas. De acordo com a norma citada no parágrafo único do art. 8.º, somente serão eleitos candidatos mais votados da chapa majoritária.

Portanto, com uma penada, o projeto destrói o direito constitucional de representação da minoria.

Este fato atenta contra a própria idéia de democracia; e, elegantemente, o ilustre Georges Burdeau:

"Toute démocratie repose sur cette confrontation d'une majorité et d'une minorité. Son authenticité se vérifie par la place qu'elle fait à la minorité. C'est-à-dire à cette fraction du peuple que ne partage pas les idées de ceux qui sont au pouvoir. Une minorité n'existe que par le jeu des libertés dont elle dispose. La minorité c'est l'opinion dissidente, la liberté c'est le droit à la dissidence" ("Manuel de Droit Public", p. 28).

Essa dicotomia entre governo e oposição, entre maioria e minoria; a coexistência das duas parcelas do povo no uso pleno do seu direito de crítica e de oposição, são o próprio cerne do regime representativo e democrático.

Suprimir uma das parcelas do povo — a minoria — representação das Assembleias Legislativas no Colégio Eleitoral mais importante do País, justamente aquele que elege, em nome do povo, o mais alto mandatário da Nação — é desferir golpe mortal no princípio representativo inscrito na Constituição.

Golpe mortal que, no caso presente, é inútil. O Governo não precisa usar de tais recursos. O Governo tem ampla e esmagadora maioria. O Governo elegerá o candidato que quiser, tranquilamente. Não existe a mínima possibilidade de eleição de outro candidato que não seja anunciado pelo Presidente da República.

Se não há risco, se não há possibilidade de vitória de candidato minoritário, porque, então, aumentar inutilmente essa maioria e ferir, assim, o princípio constitucional e democrático da representação proporcional?

O prejuízo que tal fato acarretaria à Nação não com pensaríamos de desatino, como já ensinava RUI, falando sobre o mesmo princípio também inserido na primeira Constituição Republicana:

"Destituído o sistema representativo, cuja substância consiste na escolha do governo pelo povo, nenhuma das liberdades humanas, das liberdades cristãs, das liberdades democráticas poderá mais existir, senão por tolerância do usurpador. Deixa-as ele, ou as tira, e as suporta, ou as cerceia, consoante lhe apraz ou lhe convém. A justiça, a propriedade, a honra, o lar doméstico, a vida mesma passam a ser, desentão, dádivas da tirania, que as regula a seu bel prazer, que, segundo a sua generosidade, as liberaliza ou, conforme a sua avareza, as regateia" (Comentários à Constituição Brasileira", I, pág. 51 - Regime Representativo).

2. Ocorre ainda que o § 1.º do art. 8.º do projeto não é inconstitucional somente porque viola o regime representativo.

É inconstitucional também porque infringe o art. 1.º da Carta Magna, que diz:

"O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição: C

PARTIDOS POLÍTICOS TERÃO REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer."

Se os Partidos terão representação proporcional, não pode uma lei estabelecer representação majoritária e excluir a minoria da representação. A lei tem que respeitar o princípio da representação proporcional.

Tão importante é essa norma da representação proporcional em nosso sistema político que outro dispositivo da Lei Maior o repete:

"Art. 30.

a) na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a **representação proporcional** dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara."

Essas regras da Constituição atual já constavam das Constituições anteriores. Na de 1946, figurava nos arts. 134 e 40, parágrafo único.

Por isso, os comentários a respeito das disposições de uma valem também para a outra.

Pois bem, este é o entendimento da norma em questão:

"A Constituição de 1946 (leia-se, também, a Constituição de 1969) quer que seja assegurada a representação proporcional dos partidos políticos não só nas comissões, como em **qualquer corpo eletivo** (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais). A lei estabelece a forma. Se a lei é inconstitucional, por ter deixado de respeitar o art. 134, 2.ª parte, (representação proporcional), **NAO VALE A ELEIÇÃO TODA**" (Pontes de Miranda, Comentários à Constituição", III, art. 134).

E, ainda:

"3) Os partidos políticos têm direito público (constitucional) subjetivo a exigir, por intermédio dos seus deputados ou senadores federais, o cumprimento do art. 40, parágrafo único. Não se trata de simples recomendação. Não se disse: "quando possível, ou se possível; e, sim, tanto quanto possível" (idem, idem, vol. II, art. 40).

Portanto, sob nenhum pretexto, pode uma lei excluir um Partido Nacional da participação da Comissão mais importante, que é justamente o colégio eleitoral que vai eleger o primeiro mandatário da Nação.

Feita a exclusão, ao arrepio da Constituição, a eleição seria nula, conforme pontifica Pontes de Miranda.

3. Mas, ainda outra razão contra o § 1.º do artigo 8.º do Projeto.

Além de duplamente inconstitucional, ele é **injurídico**.

Injurídico porque contraria toda a teoria do nosso direito público, da qual se afasta e contra a qual se choca. Mais ainda: infringe normas tranqüilas do nosso sistema eleitoral.

Inspirado nos textos constitucionais, o Código Eleitoral estabelece a eleição majoritária apenas para os executivos federal, estadual e municipal e para os senadores.

Essa norma decorre de uma situação de fato. Se a eleição é impessoal, não pode evidentemente haver proporcionalidade.

O mesmo princípio majoritário informou a eleição de senadores. Representantes dos Estados, eleitos alternadamente, um e dois, não poderia também haver proporcionalidade.

Só por isso, prevaleceu o princípio majoritário.

Em todos os demais casos, entretanto, a regra geral é a da proporcionalidade.

Tratando-se da formação do colégio que vai eleger o Presidente da República, é evidente que ele teria de se sujeitar à mesma norma.

Negar às minorias das Assembleias Legislativas o direito de participar dessa eleição, significa excluir uma parcela ponderável da opinião pública e do povo na eleição mais importante do país.

Não foi isso, evidentemente, que o legislador constitucional quis estabelecer quando determinou que "o colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembleias Legislativas dos Estados" e fixou expressamente a representação proporcional de "mais um por 500 mil eleitores inscritos no Estado" (art. 74, § 2.º).

Se se quisesse excluir a representação da Minoria, a redação do artigo não poderia ser essa.

Aliás, a representação proporcional é uma das conquistas básicas do constitucionalismo moderno.

Eis a palavra de Jorge Xifra Heras:

"A representação proporcional consiste no sistema eleitoral que outorga a cada partido ou grupo político um número de representantes que guarda relação com os votos obtidos. Seu propósito é que o Parlamento seja uma imagem do **quadro eleitoral**, um quadro que represente todos os elementos que integram a estrutura do país em suas devidas proporções."

"Na atualidade, a **representação proporcional** constitui um dos princípios geralmente admitidos na quase totalidade das **constituições democráticas**" (Curso de Direito Constitucional — Tomo I, p. 458).

Em face das considerações feitas, concluímos:

a) o § 1.º do art. 8.º do projeto de lei n.º 9, de 1973 (CN), desrespeita o princípio da representação proporcional; é, conseqüentemente, inconstitucional e injurídico;

b) nessas condições, se ele prevalecer e for aprovado com sua redação atual, poderá vir a ser considerada nula a eleição do futuro Presidente da República;

c) não convindo ao País, por motivos óbvios, realizar eleição inquinada de nulidade, pelas gravíssimas repercussões que o fato pode acarretar, inclusive quanto à segurança nacional, impõe-se a modificação do dispositivo inconstitucional, assegurando-se o direito de representação das minorias, nos termos da emenda oferecida.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador **Franco Montoro**.

EMENDA N.º 7

Emendas do Movimento Democrático Brasileiro

Redija-se assim o art. 5.º:

"Art. 5.º Até 30 (trinta) de setembro, poderão ser registradas perante a Mesa de Assembleias Legislativas chapas dos candidatos a delegados e suplentes, contendo tantos nomes quantas forem as vagas. § 1.º Só poderão ser registradas chapas em cuja composição for assegurada a representação proporcional dos partidos que participem das respectivas Assembleias Legislativas, aplicando-se quanto às sobras o critério de maior fração.

§ 2.º Da chapa somente constarão nomes de deputados estaduais ou suplentes."

Redija-se assim o art. 6.º:

"Art. 6.º A Mesa da Assembleia Legislativa fará publicar no **Diário Oficial** as chapas registradas."

Redija-se assim o art. 8.º:

"Art. 8.º A Mesa convocará a Assembleia Legislativa na segunda quinzena de novembro, para, em

sessão pública, eleger a chapa de delegados ao Colégio Eleitoral.

§ 1.º Considerar-se-á eleita a chapa de delegados e respectivos suplentes que obtiver maioria absoluta dos votos.

§ 2.º Se nenhuma chapa lograr o **quorum** fixado no parágrafo anterior, haverá nova eleição, à qual concorrerão somente as chapas mais votadas, considerando-se eleita a que tiver maior número de votos."

Justificação

O sistema proporcional determina a composição dos órgãos legislativos do País. De conseguinte, o Congresso, Senado e Câmara Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais refletem a índole, o estilo e a inspiração do método proporcional.

Como matriz do Poder Legislativo, por dedução e coerência, a proporcionalidade é o critério legal e natural para constituição dos órgãos que retratam, em miniatura, a composição geral das casas legislativas. Reproduzem matematicamente os partidos existentes, na exata proporção do número dos respectivos parlamentares.

Em suma, é sagrada a representação da minoria.

É essencial ao consenso, filho do diálogo, que a tomada de decisões decorra da presença, do concurso e da atuação de todas as correntes políticas, na razão direta de sua força.

O objetivo fundamental do sistema proporcional é garantir a representação das minorias. Sua sensibilidade registra, no dia da votação, até frações ou movimentos da opinião pública. Essa vocação para captar mesmo "nuances" da vontade popular, senão controlada, é o ponto vulnerável à maioria das críticas ao sistema, por ensejar, por exemplo, o multipartidarismo ou a exagerada proliferação de partidos.

Eis porque não há País que perfilhe a proporcionalidade ortodoxa ou absoluta, temperando-a com freios para obviar a atomização dos órgãos democráticos. Rematado absurdo, porém, será pretender compatibilizar o sistema proporcional com a erradicação da minoria.

O reconhecimento, a presença, o peso da minoria, traduzindo o sentir e as reivindicações da ponderável parcela de cidadãos que politicamente a credenciam são essenciais a qualquer órgão que no Brasil se situe na área legislativa. Mais do que constitucional, é requisito institucional, peculiar à legalidade democrática, uma vez que é molde, matriz, princípio informador do poder legislativo.

Pelo art. 74 da Constituição Federal o Colégio Eleitoral é emanção do Poder Legislativo:

"Art. 74. O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal."

Logo, sua estrutura está sob o império da proporcionalidade.

A versão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/73, consubstanciado em Mensagem Presidencial, ao subtrair o direito de participação dos deputados estaduais do Movimento Democrático Brasileiro como delegados das respectivas Assembléias Legislativas, a um só tempo renega o paradigma institucional, atropela a Carta Constitucional de 1969, perpetra violência inútil e será dura e inapelavelmente fustigado em cada um dos 22 Estados da Federação, cujas delegações resultarão mutiladas e o aleijão aparecerá aos olhos do povo em toda sua hediondez e repugnância.

É escancaradamente inconstitucional, de vez que os artigos 74 e 75, ao disciplinarem o travejamento estrutural do Colégio Eleitoral, não estatuíram que as delegações seriam unipartidárias. Ao revés, ordena o § 1.º, do art. 74, no Caso do Congresso Nacional, que será composto "pelos seus membros". Isto se projeta nos Estados. Consagrou a proporcionalidade, reconheceu a existência da minoria.

No que tange às Assembléias Legislativas, serão representadas "por delegados", reza o mandamento constitucional. Os delegados farão às vezes, representarão as Assembléias Legislativas. A menção a "delegados" colimou evitar a vinda a Brasília de todos deputados estaduais. Mas podem vir: deputados estaduais — delegados do MDB e da ARENA, como poderão estar presentes Senadores e Deputados Federais — delegados, também de ambos os Partidos.

A representação é do Legislativo Regional, e não partidária, integrada por parlamentares de um só partido, no caso, ARENA. Sublinhe-se que o texto fala "delegados" e não "delegação", porque esta ainda poderia fomentar exegese de homogeneidade decorrente de monopartidarismo. Está escrito "delegados", compulsoriamente escrutinados pela proporcionalidade, para que cada Assembléia seja autenticamente representada, como um todo, e não exclusivamente sua parte, ainda que majoritária.

A Mensagem consagra insuportável absurdo: no Colégio que propõe, o Congresso figura com a representação da Minoria. Mas as Assembléias Legislativas não. A Oposição foi expulsa.

Cria assim entidade híbrida, filha do contubérnio da miscigenação: emanção do sistema proporcional, no plano nacional, e imposição do sistema majoritário, na esfera estadual. Um monstro, enfim.

O Colégio Eleitoral participa o Congresso Nacional, o projeto não teve como fugir à explicitação, ao enunciado textual do § 1.º, do art. 74, da Constituição Federal.

Mas dele não participariam as Assembléias Legislativas, se aprovado, por obra desfiguradora, que fulminará, assim, como inconstitucional, injusto, arbitrário, infenso à sensatez e ao bom senso. Não é um projeto, é manobra — mais uma! contra a oposição e seus direitos.

Inconstitucional, ainda, por infringência do art. 30, parágrafo único, letra a:

"Art. 30, Parágrafo único. a) na constituição das comissões, assegura-se a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara."

Além do princípio da proporcionalidade, o projeto vulnera o princípio da representatividade, proclamando nos seguintes textos da Constituição Federal:

"Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

VII — exigir a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana **representativa**.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; os Partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 152. A organização, o funcionamento e a extinção dos Partidos políticos serão regulados em Lei federal, observados os seguintes princípios:

I — **regime representativo** e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem."

Obviamente, a representatividade, congênita à democracia, é do povo, na globalidade de suas opiniões e tendências principais. O Partido, até etimologicamente, revela sua incapacidade de representar o todo, a coletividade inteira.

Conclui-se que o Projeto é vinte e sete vezes inconsistente, porquanto é malsinado pelos artigos 10, 30, 74, 148 e 152 da Constituição Federal e pelos correspondentes das Constituições dos 22 Estados da Federação, fiéis ao princípio da proporcionalidade em todas as manifestações do Legislativo: nas votações, nas eleições da Mesa, para a constituição das Comissões Permanentes, das Comissões Provisórias, das Comissões Mistas, das Representações externas, no País e no Exterior. Regra inexcetável pois. Somente agora, na definição de um órgão da responsabilidade de eleger o Supremo mandatário da Nação escancarara-se escandalosa exceção. O projeto afronta mara-ona de nulidades; que contaminarão a eleição para o mais alto cargo do Brasil, se convertido em lei. O erro em muitos filhos, adverte a sabedoria popular.

O art. 5.º do Projeto n.º 9/73 é mais um deles:

"Art. 5.º Até 30 (trinta) dias de setembro, o Líder do Partido Político registrará na Mesa da Assembléia chapa dos candidatos a delegados e suplentes contendo tantos nomes quantas forem as vagas, mais um terço."

Os suplentes, persistentemente ignorados e injustificados pela legislação revolucionária, cuja não convocação lesalca as representações dos Estados e as partidárias, são agora ressuscitados do cruel ostracismo, para efeito de integrarem o Colégio Eleitoral.

A razão principal será o preenchimento das vagas vertentes ao MDB, nas Assembléias em que forem insuficientes os Deputados da ARENA para todos os lugares da Delegação.

Salta aos olhos a gritante incoerência: os suplentes não podem exercer a função para a qual foram instituídos, a de substituírem os efetivos em seus impedimentos, inclusive o decorrente de licença para tratamento de saúde, com o que são desfalcadas as representações dos Estados e dos Partidos. Mas podem ser convocados para transcendental como a eleição do Presidente da República, com a preterição de parlamentares opositores, em pleno desempenho de seus mandatos.

Não bastam a esse só disant "Colégio Eleitoral" os vícios da eleição indireta e da votação nominal, esta com expresso designio de enredar delegados independentes as malhas da lei de fidelidade partidária.

Era preciso mais e isso vem de ser proposto ao Congresso Nacional: metamorfosear o ato que a 15 de janeiro de 1974 terá por palco seu recinto agosto, cognominado "eleição" do Presidente da República, em dispendiosa repetição da Convenção Nacional da ARENA, já fetuada em setembro do corrente ano. A grosseira elaboração do projeto patenteia que seus artífices não são o ramo, são improvisados amadores, deslumbrados pelo poder. Desastrados curiosos enfim.

É espantoso que a contraditória e penosa elaboração configure violência inútil. A presença no Colégio Eleitoral dos delegados estaduais opositores não poria em risco a tranqüila maioria arenista.

As emendas da Oposição são um convite à ARENA para que não conste da futura lei erros e vícios.

A Revolução de 1930 foi deflagrada contra as candidaturas de "bolso de colete", a farsa das "atas falsas", as famigeradas eleições "a bico de pena". Apesar de tudo, o voto era direto e universal, ensinando históricas camufladas populares, com candidatos opositores nas praças públicas e nos veículos de comunicação. Ruy Bar-

bosa teve condições, hoje songadas à oposição, de em nome desta percorrer e falar ao País.

A emenda, suscitada pela oposição, tem a autoria da Constituição Federal, das Constituições Estaduais, da institucionalidade do princípio proporcional e de representação da legalidade democrática que pressupõe a coexistência das divergências através do diálogo.

O Movimento Democrático Brasileiro é contra o Colégio Eleitoral, porque identifica a legalidade democrática com o sufrágio direto, universal e secreto, para investidura do Presidente da República, dos Governadores dos Estados e Prefeitos Municipais.

Não aceita, porém, o esbulho de que é vítima no projeto, que inadmissivelmente discrimina contra seus deputados estaduais, desclassificados da representação das Assembléias Legislativas e de seu Partido, o que não ocorre com os seus colegas da ARENA, muitos dos quais lhes usurparão os lugares.

Como os Senadores e Deputados Federais do Movimento Democrático Brasileiro, Deputados Estaduais da legenda devem ter o status de delegados do Colégio Eleitoral, para em seu seio ou fora dele, consoante a decisão do Partido, defender o seu Programa e a causa democrática.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Deputado Ulysses Guimarães, Presidente Nacional do MDB — Deputado Thales Ramalho, Secretário-Geral do MDB.

EMENDA N.º 8

Suprimam-se os arts. 5.º, 6.º e 7.º e dê-se ao art. 8.º (devidamente renumerado) e respectivos parágrafos a seguinte redação:

"Art. 8.º A Mesa convocará a Assembléia Legislativa, na segunda quinzena de novembro, para, em sessão pública e mediante votação secreta, escolher os delegados do colégio eleitoral entre os deputados; § 1.º A escolha poderá recair em qualquer deputado, independentemente de prévio registro.

§ 2.º Considerar-se-ão eleitos delegados os deputados mais votados, até o número estabelecido na forma do artigo anterior.

§ 3.º Serão suplentes os demais deputados votados, na ordem decrescente das respectivas votações.

§ 4.º Apurado o resultado da eleição, a Mesa da Assembléia, dentro em 5 (cinco) dias, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes dos delegados e seus suplentes."

Justificação

Não há porque restringir a espontânea manifestação das Assembléias Legislativas, atribuindo aos líderes partidários o arbítrio da indicação de "chapas" de delegados.

Como o projeto não prevê a observância da proporcionalidade da representação partidária entre os delegados, evidentemente as chapas escolhidas seriam em toda parte as do partido majoritário.

Ora, partido majoritário significa, sem exceção, na atual política brasileira, partido do Governo, em cada Estado.

E os líderes dos partidos do Governo, tradicionalmente, são indicados pelo Chefe do Poder Executivo, o que lhes tira evidentemente toda representatividade, do ponto de vista das bancadas.

Como, pois, deferir aos líderes a escolha dos delegados, pois isso, em última análise, é o que ocorrerá se persistir o seu poder de formar "chapas" de delegados?

A competência da eleição é das Assembléias, sem qualquer restrição, nos termos constitucionais.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — Deputado **Antônio Mariz**.

EMENDA N.º 9

Substituam-se pelo seguinte os arts. 5.º, 6.º, 7.º e 8.º:

“Art. 5.º A escolha e indicação dos delegados pelas Assembléias Legislativas far-se-ão no ano anterior ao em que findar o mandato presidencial, de acordo com os quocientes eleitoral e partidário, e obedecidas as seguintes normas:

I — o Quociente Eleitoral é o resultado da divisão do número de deputados pelo número de delegados que cabe à Assembléia indicar;

II — obtém-se o Quociente Partidário dividindo-se o número de deputados de cada partido pelo Quociente Eleitoral;

III — cada partido indicará o dobro dos candidatos a que tiver direito pela aplicação dos Quocientes Eleitoral e Partidário;

IV — não atingindo o Quociente Eleitoral, o partido não indicará candidatos a delegados;

V — contam-se em favor do partido majoritário as sobras que resultarem da aplicação dos Quocientes Eleitoral e Partidário.

§ 1.º O líder de cada partido apresentará à Mesa da Assembléia Legislativa a relação dos seus candidatos até 30 de outubro.

§ 2.º De posse das relações de candidatos, o Presidente da Assembléia Legislativa fará organizar e publicar, dentro de 10 (dez) dias, a chapa que será submetida à votação, da qual deverão constar os representantes indicados pelos Partidos, dentro da quota que lhes cabe pela aplicação dos Quocientes Eleitoral e Partidário.

§ 3.º A Assembléia Legislativa se reunirá na segunda quinzena de novembro, em dia e hora, previamente estabelecidos em edital publicado no **Diário Oficial do Estado**, pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, para eleição dos delegados.

§ 4.º Considerar-se-ão eleitos todos os integrantes da chapa, se esta obtiver mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos dos deputados presentes à sessão.

§ 5.º Não atingindo a votação prevista no parágrafo anterior, repetir-se-á a votação no dia seguinte e a chapa será aprovada se obtiver mais de 30% (trinta por cento) dos votos dos presentes à sessão.

§ 6.º Eleitos os delegados, os demais integrantes da chapa serão considerados suplentes, cada um, do delegado que lhe corresponder na ordem de colocação na chapa.

§ 7.º Apurado o resultado da eleição, a Mesa da Assembléia, dentro de 5 (cinco) dias, comunicará à Mesa do Senado Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral os nomes e a qualificação dos delegados e suplentes.”

Justificação

Entendemos que há necessidade de se estabelecerem normas para a escolha dos delegados pelas Assembléias Legislativas.

Parece-nos razoável que se apliquem os quocientes eleitoral e partidário para a indicação dos delegados de cada partido, tal como se faz nas eleições proporcionais.

Se o partido não tem deputados em número correspondente, pelo menos, ao Quociente Eleitoral não terá direito a indicar delegado.

Aplicados os quocientes, as sobras pertencerão ao partido majoritário.

Convém estipular que será apresentado em dobro o número de candidatos de cada partido; escolhidos os delegados, os demais integrantes da chapa serão suplentes na seguinte ordem: o 1.º depois do último escolhido será suplente do 1.º delegado; o 2.º, do 2.º delegado, e assim por diante.

Cabe ao líder do partido a apresentação do nome dos seus candidatos, de acordo com a quota de cada um. O Presidente da Assembléia, de posse dessas relações de nomes, organizará a chapa.

Na sessão especialmente convocada para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República far-se-á a escolha dos delegados. A chapa será considerada aprovada se tiver mais de 50% dos votos dos presentes. Repetir-se-á a votação em sessão convocada para o dia seguinte, se aquele resultado não for atingido. Na segunda votação a chapa estará aprovada se obtiver mais de 30% dos votos dos deputados presentes.

Dispõe a emenda que a Mesa da Assembléia comunicará ao Tribunal Superior Eleitoral e à Mesa do Senado Federal quais os seus delegados e suplentes.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — Senador **Clodomir Milet**.

EMENDA N.º 10

Substitua-se a redação dos arts. 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, na forma seguinte:

“Art. 5.º Os delegados das Assembléias Legislativas e seus respectivos suplentes na formação do Colégio Eleitoral, serão escolhidos entre os Deputados Estaduais e Suplentes de Deputados.

Parágrafo único. A escolha será feita independentemente de registro de chapa ou indicação de liderança.

Art. 6.º Para a escolha dos delegados das Assembléias Legislativas, observar-se-á o princípio de proporcionalidade da representação dos partidos políticos nas respectivas Assembléias.

Art. 7.º Os suplentes de cada partido, escolhidos na forma prevista na presente Lei, pela ordem do número de sufrágios recebidos, substituirão os titulares em suas faltas e impedimentos.

Art. 8.º A Mesa convocará a Assembléia Legislativa na segunda quinzena de novembro, para, em sessão pública e mediante votação secreta, escolher os delegados ao Colégio Eleitoral, bem como seus suplentes.

§ 1.º Considerar-se-ão eleitos Delegados, os Deputados ou Suplentes que, dentro do critério de proporcionalidade, obtiverem maior número de sufrágios;

§ 2.º Os menos votados, de cada Partido, serão suplentes da representação.

§ 3.º Apurado o resultado da eleição, a Mesa da Assembléia, dentro em cinco dias, comunicará à Mesa do Senado Federal os nomes e qualificação dos Delegados e seus Suplentes.”

Justificação

Procura-se, com a presente emenda, fazer com que haja um critério mais democrático para a escolha dos delegados das Assembléias Legislativas ao Colégio Eleitoral.

ral, estabelecendo o princípio da proporcionalidade, e, ao mesmo tempo, eliminando as restrições que seriam impostas com o registro de chapas, publicações etc.

Com a aprovação da emenda, pretendemos que todos os Senhores Deputados Estaduais e Suplentes de Deputado possam ser candidatos a Delegado ao Colégio Eleitoral, da mesma forma que asseguramos a representação proporcional de cada bancada.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — Deputado **Fernando Cunha**.

EMENDA N.º 11

Dê-se ao art. 5.º a seguinte redação:

“Art. 5.º Até 30 (trinta) de setembro, o líder do Partido Político registrará na Mesa da Assembléia chapa dos candidatos a delegados e suplentes, contendo tantos nomes quantas forem as vagas que couberem ao Partido, mais um terço.”

Justificação

Trata-se de Emenda Complementar à apresentada ao art. 4.º (Emenda n.º 6), veja-se a justificação que a acompanha.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador **Franco Montoro**.

EMENDA N.º 12

Dê-se a seguinte redação ao caput do

Art. 5.º Até 30 (trinta) de setembro, a Executiva Regional do Partido registrará na Mesa da Assembléia Legislativa, chapa dos candidatos a delegados e suplentes, contendo tantos nomes quantas forem as vagas, mais um terço.

Justificação

Tradicionalmente tem sido competência das Convenções, dos Diretórios ou Executivos, dos Partidos a indicação de candidatos.

Ademais é dos órgãos dirigentes dos Partidos a atribuição de fixar as linhas de ação e as diretrizes a serem seguidas pelos seus representantes quando se lhes exigir, como no caso específico — a fidelidade partidária.

De resto atribuindo as indicações de candidatos a delegados e seus suplentes.

As Executivas Regionais asseguram-se a um processo mais democrático contribuindo para o fortalecimento partidário, objetivo maior consagrado na legislação eleitoral vigente.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1973. — Deputado **Wilmir Dallanhol**.

EMENDA N.º 13

Acrescente-se mais um parágrafo ao art. 5.º do projeto com a seguinte redação:

“Parágrafo. Os candidatos a delegados e suplentes, a que se refere este artigo, serão sorteados entre toda a representação partidária na Assembléia Legislativa, fazendo parte da chapa, se o desejar, o líder do Partido Político.”

Justificação

Pela emenda preconiza-se a adoção do sorteio, como processo impessoal e democrático para a composição da chapa dos candidatos a delegados e suplentes ao colégio eleitoral, entre os membros da representação partidária.

Ao líder do Partido, todavia, fica assegurada, se o desejar, a inclusão de seu nome na chapa, por razões óbvias.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1973. — Deputado **Wilmir Ghisi**.

EMENDA N.º 14

Dê-se a seguinte redação ao

Art. 7.º Se ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer dos candidatos, a Executiva Regional do Partido o substituirá, caso em que comunicará o novo nome à Mesa da Assembléia para registro, seguindo-se o procedimento previsto no artigo anterior.

Justificação

Decorrência natural da emenda apresentada ao Art. 5.º, prevalecem as razões ali invocadas.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1973. — Deputado **Wilmir Dallanhol**.

EMENDA N.º 15

Redija-se da seguinte maneira o art. 8.º e seus parágrafos 1.º e 2.º:

“Art. 8.º A Mesa convocará a Assembléia Legislativa, na segunda quinzena de novembro, para, em sessão pública e mediante votação nominal, escolher, com obediência à proporcionalidade existente entre as Bancadas que a compõem, os delegados do colégio eleitoral, bem como seus suplentes.

§ 1.º Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que, dentro das chapas mais votadas, obtiverem maior número de sufrágios.

§ 2.º Os menos votados das chapas, a que se refere o parágrafo anterior, serão suplentes da representação.”

Justificação

Há uma série de razões, as mais válidas, ética e juridicamente consideradas, que impõem a redação proposta.

Em termos de Direito Público, não há como negar ao Colégio Eleitoral a condição, *lato sensu*, de Comissão Mista Especial, pois seu cerne e substância são os Senadores e os Deputados Federais, amplamente majoritários na composição final dos eleitores do turno especial.

Salvo no que tange a uns poucos delegados-eleitores, que podem ser escolhidos entre os suplentes de deputados estaduais, (§ único art. 5.º, projeto de lei n.º 9/72 CN) o Colégio Eleitoral a que cumpre eleger o Presidente da República é rigorosamente constituído de parlamentares.

É do conhecimento de todos, o dispositivo constitucional, acatado, pacificamente, no Congresso Nacional e nas Assembléias Estaduais:

“Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara” (Parecer único, letra a, art. 30, da Constituição Federal).

Os órgãos dos legislativos do País seguem o sistema da proporcionalidade. Tanto nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso, há uma proporção legal e natural para as composições das diversas Comissões. A minoria sempre foi respeitada e está representada nos órgãos dos nossos legislativos.

A ser mantido o texto original, teríamos milhões de brasileiros sem representação legítima, fato que contraria, também, e frontalmente, outro princípio básico da nossa Constituição, precisamente aquele contido em seu artigo 153, § 1.º:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas.”

Friso a expressão *convicções políticas*.

O fato de alguém pertencer ao MDB, ou seja, ter convicções políticas contrárias ao partido da situação à ARENA, não deverá ficar sem representação no Colégio Eleitoral. É sabido que a democracia se caracteriza pela subordinação das minorias vencidas às maiorias vitoriosas, mas desde que estas respeitem os direitos fundamentais da minoria, o que não está ocorrendo no projeto de lei em tela. Pois, como se encontra, a oposição, que é minoritária, está com a sua representação reduzida.

Ocorre, ainda, que a ARENA da Guanabara não trará sequer um delegado-eleitor. Os arenistas desse Estado, só participarão do Colégio Eleitoral, pelos seus Deputados Federais.

Quanto aos demais Estados a oposição ficará inteiramente excluída de participar da escolha do futuro Presidente da República, a não ser, também, pelos seus Deputados Federais.

O projeto originário, proposto é contrário pois, à lei e a ética.

É evidente que a ARENA jamais deixará de ser majoritária, mesmo cumprindo o preceito de proporcionalidade na composição do Colégio Eleitoral. Temos, sem qualquer dúvida assegurada a eleição do nosso candidato à Presidência da República. Porque então privarmos os nossos correligionários da Guanabara e os adversários dos demais Estados, o direito de serem representados, através de suas Assembléias Legislativas, na eleição do futuro Presidente da República?

Vamos proceder com bom senso, sem violência, não desprezando o consagrado e justo critério de proporcionalidade representativa, reconhecendo que as Assembléias Legislativas devem estar presentes pelos dois partidos nesse momento tão importante de nossa vida política, que é o da eleição do futuro Presidente da República.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1973. — Deputado **Maurício Toledo**.

EMENDA N.º 16

Dê-se ao art. 8.º a seguinte redação:

"Art. 8.º A Mesa convocará a Assembléia Legislativa, na segunda quinzena de novembro, para, em sessão pública e mediante votação secreta, escolher os delegados do colégio eleitoral, bem como seus suplentes."

Justificação

A modificação que se pretende fazer ao projeto é, apenas, mandar fazer votação secreta e não nominal, como quer o projeto.

Como está redigido, o artigo é inconstitucional.

De fato, fere ele o princípio do voto secreto, estabelecido pela Constituição, como regra geral, que tem de ser obedecida, excluídas apenas as exceções constantes da própria Lei Maior.

É o que está escrito no art. 148:

"Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição;"

E quais são essas exceções?

Está escrito no art. 74:

"Art. 74. O presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal."

Em nenhuma parte da Constituição, está escrito que a escolha dos delegados das Assembléias se faça por votação nominal.

Portanto, é berrante a inconstitucionalidade do art. 8.º do projeto.

Assim, feita a eleição dos delegados por votação nominal, tal eleição seria nula de pleno direito.

Com mandato viciado, os delegados poderiam contestar a eleição do primeiro mandatário da Nação, acarretando a nulidade também de sua eleição.

Ora, o ato de escolha do Chefe da Nação é por si mais importante. As leis que a regulam devem ser votadas com o maior cuidado. Os projetos devem ser expurgados de toda e qualquer inconstitucionalidade e injuridicidade, a fim de que, cumprida a formalidade da eleição, ninguém possa impugná-la ou contestá-la.

Por que, se contestada uma eleição de tal importância com argumentos válidos, baseados na própria Magna Carta, comprometido estaria o mandato do eleito, abalada sua autoridade, não só perante a opinião pública nacional, como ainda perante as demais Nações.

A segurança nacional exige que se corte pela raiz qualquer possibilidade de que tal situação se verifique.

Daí, a razão de ser da Emenda.

Quer ela que o projeto obedeça rigorosamente aos ditames constitucionais, a fim de resguardar a autoridade do futuro Chefe da Nação e eliminar qualquer possibilidade de dúvida quanto à legitimidade do seu mandato.

A paz e a tranquilidade da Nação exigem esse cuidado elementar.

Esperamos que os nossos ilustres pares e, sobretudo as lideranças do Governo compreendam os elevados objetivos da Emenda, na salvaguarda mesmo dos superiores interesses do País.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1973. — Deputado **Francisco Amaral**.

EMENDA N.º 17

Ao art. 8.º:

Substitua-se a palavra "nominal" por "secreta", e a expressão "mediante votação nominal", no art. 8.º

Justificação

Neste País já se fez uma Revolução para garantir o voto secreto — a Revolução de 30. Desde então, não parece que se tenha revelado qualquer corrente ponderável de opinião tendente ao estabelecimento da "República Velha" reduto do voto nominal.

Permanece sem nenhuma dúvida na doutrina a convicção de que o voto secreto é a pedra angular do processo democrático de escolha dos governantes.

A prática da democracia nos modernos Estados igualmente recomenda o voto secreto.

Por que, em nome de que princípio, em reverência que conveniência política, mesmo transitória, há de estender o voto aberto às eleições dos delegados das Assembléias Legislativas ao Colégio Eleitoral?

A Constituição vigente já estabeleceu exceções ao exercício do voto secreto, nas eleições de Presidente da República e Governadores de Estado.

Por que ampliar a exceção, quando o consenso nacional reclama a proteção democrática do voto secreto?

Nenhum parentesco existe entre a escolha de delegados ao Colégio Eleitoral e a escolha do Presidente pelo Colégio Eleitoral. Regras constitucionais distintas disciplinam as duas matérias.

O Presidente é eleito em votação nominal. O Colégio eleito em votação secreta. Essas as regras gerais.

Pois não são os senadores e deputados os membros do Colégio e não foram estes escolhidos por voto reto?

Por voto secreto, conseqüentemente, deverão ser eleitos delegados das Assembléias.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1973. — Deputado **Onio Mariz**.

EMENDA N.º 18

Dê-se aos §§ 1.º e 2.º do art. 8.º a seguinte redação:

"Art. 8.º

§ 1.º Considerar-se-ão eleitos delegados, os candidatos que, nas respectivas chapas, obtiverem maior número de sufrágios, observada a proporcionalidade prevista no Art. 4.º

§ 2.º Os menos votados nas chapas, a que se refere o parágrafo anterior, serão suplentes da representação."

Justificação

Trata-se de Emenda complementar a apresenta ao 4.º (Emenda n.º 6).

Veja-se a justificação que a acompanha.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — **Seor Franco Montoro**.

EMENDA N.º 19

Os §§ 1.º e 2.º do art. 8.º passarão a ter uma única ação, e o § 3.º do art. 8.º do projeto passará a ser 2.º:

"§ 1.º Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que integrarem a chapa mais votada, sendo suplentes, por essa ordem, os que excederem o número de vagas calculadas para a respectiva Assembléia Legislativa."

Justificação

Se a eleição na Assembléia Legislativa, para a escolha seus delegados e suplentes para compor o colégio eleitoral, conforme determina o art. 5.º do projeto, se prova através do registro de chapas pelos líderes dos partidos políticos, e se a eleição é nominal (art. 8.º), é claro a chapa do partido majoritário será a vitoriosa. Dai se entender a hipótese do § 2.º do art. 8.º, para efeito conhecimento daqueles que deverão ser os suplentes representação.

Estes serão, por nossa emenda, aqueles que, compondo a chapa vitoriosa, excederem o número de vagas atribuídas à representação da respectiva Assembléia Legislativa no colégio eleitoral.

Cremos não serem necessários outros esclarecimentos a bem demonstrar o que acima já foi dito.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1973. — Deputado **Adhemar Ghisi**.

EMENDA N.º 20

Dê-se ao § 1.º do art. 8.º a seguinte redação:

"§ 1.º Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que, dentro da chapa mais votada de cada Partido, obtiverem o maior número de sufrágios, assegurada a representação proporcional dos Partidos nacionais participantes das Assembléias Legislativas Estaduais."

Justificação

Na indicação dos delegados deve ficar assegurada a representação proporcional dos Partidos Políticos. O direito da minoria deve ser resguardado, como ocorre na composição das Mesas Diretores de ambas as Casas do Congresso e nas respectivas Comissões.

Na escolha dos delegados à eleição presidencial deve ser observado o princípio da co-participação pluripartidária. Se o povo valeu-se dos partidos políticos para eleger os seus representantes, não podem as agremiações partidárias ser esquecidas na tarefa magna da escolha do primeiro mandatário do País.

Ensina Pontes de Miranda que "Partido político, nos regimes democráticos, é agrupamento para distribuir poder, democracia, liberdade e igualdade; portanto, para a ação. Sem ação não há partido político".

Dispõe o § 1.º do art. 1.º da Carta Magna: "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido."

Não pode haver autenticidade na eleição do Presidente da República, alijando-se do processo eleitoral o Partido da Minoria.

Sala da Comissão, em 27 de junho de 1973. — Deputado **Francisco Amaral**.

EMENDA N.º 21

Dê-se ao § 1.º do art. 8.º a seguinte redação:

"Art. 8.º,

§ 1.º A eleição dos delegados será feita pelo sistema proporcional, tendo em vista o número de representantes de cada Partido na Assembléia Legislativa."

Justificação

A redação do projeto é a seguinte:

"Considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de sufrágios."

Como se vê, o projeto estabelece o princípio majoritário, para eleição dos delegados das Assembléias estaduais.

Data venia, tal dispositivo é inconstitucional. Essa inconstitucionalidade decorre de vários motivos.

1. Antes de mais nada, note-se que a Constituição não estabeleceu o voto majoritário para as Assembléias Legislativas escolherem seus delegados. É o que se vê do § 2.º do art. 74 da Constituição:

"Cada Assembléia indicará três delegados, dentre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados."

Onde, neste texto, a determinação do sistema majoritário de escolha?

No silêncio da Constituição, é de se deduzir que o legislador deixou o processo de votação, sujeito ao princípio geral estabelecido pela própria Lei Maior, isto é, o sistema proporcional, que o art. 148 assim define:

"O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer."

A Constituição não diz que os Partidos "poderão" ter representação proporcional. Ela é imperativa: os partidos terão representação proporcional.

Como, pois, votar-se proposição que, afrontando texto expresso da Lei Maior, estabeleça o princípio majoritário?

A inconstitucionalidade aí é flagrante, dispensando maiores comentários.

2. A Constituição, em mais de um passo, determina o sistema proporcional, dando ênfase ao sistema, que é a norma geral, comportando evidentemente as exceções estabelecidas pela própria Lei Maior.

Assim é que, no art. 30, ao dispor sobre as normas regimentais que devem informar a lei interna das Casas do Congresso Nacional, determina imperativamente também:

"Art. 30. Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

a) na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a **representação proporcional** dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara."

3. A proporcionalidade na escolha dos delegados, tendo em vista a expressão numérica de cada bancada nas Assembléias Legislativas estaduais, decorre ainda e sobretudo do regime representativo, instituído pela Constituição.

De fato, diz ela, logo no art. 1.º:

"O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

Instituiu, pois, a Lei Maior, o regime representativo. E dá tamanha importância ao fato que reserva à União o direito de intervir nos Estados para exigir a observância de certos princípios que considera fundamentais e impostergáveis, dentre eles, "a forma republicana representativa" (art. 10, VII, a).

Ora, que é regime representativo?

É aquele que decorreu do fato de, não podendo o povo legislar e administrar, diretamente o País, eleger representantes seus, das várias correntes de opinião, para fazer as leis e governar.

Portanto, se um sistema eleitoral, nega o direito de uma corrente de opinião ponderável da Nação, representada por um partido nacional devidamente registrado e no pleno gozo de suas prerrogativas constitucionais e legais, de eleger representantes seus para formação do colégio eleitoral do Presidente da República, esse sistema eleitoral, está, de fato, impedindo que uma facção considerável da opinião pública nacional participe dessa eleição e exerça o direito mais elementar assegurado pela própria Constituição.

Esse sistema eleitoral é, assim, aberrante do regime representativo, pois o repele e o derroga, afrontando a Lei Maior.

4. Atenta, ainda, o malsinado dispositivo contra o art. 152, da Constituição, que diz:

"Art. 152. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem."

Como se vê, insiste a Lei Maior no regime representativo e acrescenta a palavra democrático.

É evidente que democracia — governo do povo, pelo povo e para o povo — exige a representação das minorias e o direito elementar de uma oposição atuante e vigilante. Isto é da essência de qualquer regime livre.

Ora, o projeto desfere um golpe mortal no dispositivo constitucional ao impedir a representação da mi-

noria quando estatui, no § 1.º do art. 8.º que "considerar-se-ão eleitos delegados os candidatos que, DENTRO DA CHAPA MAIS VOTADA, obtiverem maior número de sufrágios".

De acordo com a proposição governamental, a minoria não terá direito de representação, na escolha dos delegados das Assembléias Legislativas.

Além de ser inconstitucional e de afrontar a consciência jurídica do povo brasileiro, tal dispositivo é, na prática, inútil.

De fato, é sabido que o governo dispõe de maioria esmagadora, tendo condições de eleger, por maioria absoluta, o candidato de sua preferência. Isto, mesmo na hipótese de serem alguns delegados eleitos pelas minorias das Assembléias Legislativas.

Em face disso, pergunta-se:

Por que fazer uma lei inconstitucional e comprometer até a legitimidade da eleição?

E para que ocorrer tal risco?

A inutilidade, diríamos mesmo, a irracionalidade de tal procedimento salta aos olhos.

Estas razões justificam suficientemente a Emenda

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1973. — Deputado Francisco Amaral.

EMENDA N.º 22

Substituam-se pelos seguintes os artigos 9.º, 10, 11 e 12:

"Art. 9.º Os Partidos Políticos realizarão no mês de setembro do ano anterior à eleição a sua convenção nacional para escolha dos candidatos Presidente e Vice-Presidente da República.

§ 1.º Serão observados os prazos e disposições da lei para a convocação e realização da convenção nacional dos partidos.

§ 2.º A Comissão Diretora Nacional dos partidos apresentará, ao se iniciarem os trabalhos da Convenção, a chapa contendo os nomes dos seus candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

§ 3.º Com a chapa será apresentada a declaração dos candidatos de consentimento para a sua candidatura.

§ 4.º Se os candidatos não forem ainda filiados ao partido, o consentimento a que se refere o parágrafo anterior será considerado pedido de inscrição partidária e a escolha dos candidatos na convenção o deferimento da filiação.

Art. 10. Realizada a escolha dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, o Presidente do Partido promoverá, dentro de 10 (dez) dias, perante o Tribunal Superior Eleitoral, o seu registro.

§ 1.º O pedido de registro será instruído com os seguintes documentos:

I — cópia autêntica da ata da convenção nacional

II — autorização dos candidatos com firma reconhecida;

III — título de eleitor ou certidão da Justiça Eleitoral em que se faça prova de que o candidato brasileiro nato, tem mais de 35 anos e está no gozo dos direitos políticos;

IV — declaração de bens, de que constem a origem e as mutações patrimoniais.

Art. 11. O Tribunal Superior Eleitoral mandará publicar no **Diário Oficial**, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o requerimento de registro dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República e a partir da publicação se contará o prazo para impugnações.

§ 1.º Dentro de 10 (dez) dias deverão estar julgados os pedidos de registro no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2.º Deferido o registro, o Tribunal Superior Eleitoral fará a devida comunicação à Mesa do Senado Federal.

Art. 12. Se ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer dos candidatos já registrados, a Comissão Executiva Nacional do partido, dentro de 5 (cinco) dias providenciará a sua substituição, requerendo ao Tribunal Superior Eleitoral o registro de novo candidato."

Justificação

Na emenda se diz que prazos e disposições da lei de convocação e funcionamento das convenções se aplicam quanto à Convenção Nacional para a escolha dos candidatos à Presidência e Vice-Presidente da República.

Deve-se dizer quem apresenta os candidatos e qual oportunidade para essa apresentação.

Tal como ocorre nas demais convenções para escolha de candidato a postos eletivos, o partido deve exigir a apresentação do candidato para submetê-lo à apreciação da convenção. Se o candidato ainda não pertence ao partido, não há por que obrigá-lo a preencher ficha e inscrever a sua filiação aos processos normais do partido.

Dir-se-á então que o seu consentimento importa em requerimento de filiação e a sua escolha pela convenção significa deferimento do pedido de inscrição partidária.

Entre os documentos a apresentar para o registro, o projeto omitiu a declaração de bens e falou em certidão do Tribunal Superior de que o candidato está em gozo de direitos políticos.

Ora, quem pode dar essa certidão é o Tribunal Regional do Estado em que o candidato se fez eleitor.

Corrigimos o lapso pedindo a juntada da declaração de bens e os títulos eleitoral ou certidão da Justiça Eleitoral em que se faça prova de estar o candidato no gozo de direitos políticos e de que satisfaz as exigências constitucionais: ser brasileiro nato e ter mais de 35 anos de idade.

Pensamos que o registro das candidaturas deve ser feito perante o Tribunal Superior Eleitoral e não junto à Mesa do Senado. Não se trata de eleição indireta pelo Congresso, mas por um Colégio Eleitoral no qual votam membros do Congresso e votam também representantes das Assembleias Legislativas dos Estados.

A Justiça Eleitoral é que caberá o registro dos candidatos.

Feito o registro, o TSE deverá comunicá-lo à Mesa do Senado Federal.

Dispensamo-nos de maiores explicações tão evidente o sentido da emenda.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — **Sedador Clodomir Milet.**

EMENDA N.º 23

Dê-se ao inciso II do art. 10 a seguinte redação:

"II — autorização dos candidatos constantes de documento com a respectiva assinatura."

Justificação

Parece-nos perfeitamente dispensável o reconhecimento de firma por tabelião no documento de anuência dos candidatos. Tãmanha a responsabilidade do ato que ninguém teria a ousadia de simular.

Desnecessário, portanto, a exigência dessa formalidade.

Sala da Comissão, em 27 de junho de 1973. — **Deputado Francisco Amaral.**

EMENDA N.º 24

Acrescente-se ao art. 10 o item IV com a seguinte redação:

"IV — com declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais."

Justificação

Segundo dispõe o Código Eleitoral — Lei n.º 4.737, de 15-7-65 — no seu art. 94, item IV, todos os candidatos, a quaisquer cargos eletivos, estão sujeitos a apresentação de suas DECLARAÇÕES DE BENS.

No atual período revolucionário, pela Emenda Constitucional n.º 15, de 5 de julho de 1965, se aditou ao texto constitucional esta obrigatoriedade (art. 219), estabelecendo-se sanções que chegam até a cassação de diploma, nos casos em que se apurar falsidade da declaração.

O projeto enumerando os documentos que acompanham o pedido de registro, que inusitadamente é proposto, no caput do art. 10, se faça perante a Mesa do Senado e não perante a JUSTIÇA ELEITORAL, exclui o importantes documentos que a atual legislação exige indiscriminadamente de todos quantos aspirem a ascensão a cargo público, através de eleição.

Em benefício e no interesse dos próprios candidatos, de resto já escolhidos antes que se realize a convenção partidária que deverá indicá-los, propomos se incluam entre os documentos a serem apresentados as declarações de bens.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — **Deputado Laerte Vieira.**

EMENDA N.º 25

Acrescente-se ao art. 10 o seguinte inciso:

"IV — declaração de bens, de que constem a origem e as alterações patrimoniais."

Justificação

O requerimento de registro de qualquer candidato deve estar acompanhado também da declaração de bens, consoante o disposto no art. 94, § 1.º, inciso VI do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965).

Essa é uma exigência normal para o registro de qualquer candidatura, mormente para o alto cargo de Presidente da República.

Portanto, justifica-se a inclusão de mais essa exigência, no ato do registro.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — **Deputado Francisco Amaral.**

EMENDA N.º 26

Acrescente-se o item IV ao art. 10 do projeto com a seguinte redação:

"IV — Certidão da Secretaria do partido de que os candidatos são filiados à respectiva agremiação."

Justificação

A exigência ora catalogada afina-se com a filosofia e o espírito da lei eleitoral pátria, ao exigir que todos os candidatos a cargos eletivos estejam à época das convenções partidárias, filiados à respectiva agremiação.

A exceção à regra, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, prevista neste projeto de lei, não deve ir ao extremo de admitir-se candidato absolutamente desvinculado do partido que o lançou.

Se a democracia, através da eleição dos representantes do povo, se exerce por via e através dos partidos, políticos, é compreensível a razão desta emenda.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1973. — Deputado **Adhemar Ghisi**.

EMENDA N.º 27

O parágrafo único do art. 10 passará a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. Se o candidato escolhido pela Convenção não estiver filiado ao Partido, ser-lhe-á aberto o prazo de 8 (oito) dias para que o faça, sob pena de nulidade da decisão da convenção que o escolheu.”

Justificação

É exigência da Legislação eleitoral brasileira, que o candidato à cargo eletivo por um partido seja inscrito nessa agremiação política com certa antecedência.

O parágrafo único do art. 10 como está redigido não obriga, **data vênica**, o candidato à filiação, nem o pune se deixar de fazê-lo.

A emenda pretende destacar o partido político como instrumento legítimo para que, por seu intermédio, possa o escolhido pela convenção para disputar a Presidência e a Vice-Presidência apresentar-se como um candidato realmente partidário, isto é, inscrito pela agremiação que o lançou.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1973. — Deputado **Adhemar Ghisi**.

EMENDA N.º 28

Dê-se ao parágrafo único do art. 10 a seguinte redação:

“Art. 10, parágrafo único. Não poderá ser escolhido pela Convenção candidato que não esteja filiado a Partido Político, dispensada a filiação aos militares da ativa, aos quais fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias para fazê-lo.”

Justificação

Ninguém desconhece que é norma geral a prévia filiação partidária para o registro de qualquer candidatura. Deve o candidato ir à Convenção devidamente filiado.

Afinal, os partidos políticos existem. A filiação partidária é um imperativo da própria existência dos partidos políticos.

A essa exigência da prévia filiação partidária se deve abrir uma exceção aos militares da ativa, que poderão filiar-se “a posteriori”, dado que enquanto da ativa não podem filiar-se a partidos políticos.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Deputado **Francisco Amaral**.

EMENDA N.º 29

O parágrafo único do art. 10 passará a § 1.º, acrescentando-se outro, com a seguinte redação:

“Art. 10. § 2.º Se o candidato não se filiar a um partido no prazo do parágrafo anterior, a Mesa do Senado Federal cancelará o registro anteriormente

feito, mediante requerimento de partido ou de membro do Colégio Eleitoral.”

Justificação

A Constituição deu grande relevo aos Partidos Políticos. Dedicou-lhes todo o Capítulo III do Título II (art. 152), onde fixou-lhes as linhas mestras.

E a respectiva Lei Orgânica, estatuiu, no art. 2.º:

“Os Partidos Políticos, pessoas jurídicas de direito público interno, destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo” (Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971).

Uma série de medidas e providências estabelecidas em lei têm, todas elas, o objetivo de fortalecer os Partidos. Desde o fato inicial da inscrição partidária da organização e formação dos Partidos, da escolha e eleição de seus órgãos diretores até a organização de suas finanças mediante a constituição do fundo partidário e a vedação do recebimento de ajuda espúria, — todas essas providências visam fortalecer o Partido Nacional, afim de que ele possa realmente desempenhar o seu papel de parceiro da opinião pública nacional.

A disciplina e a fidelidade partidária foram elevadas a canon constitucional (art. 152, V e VIII).

É todo o Título da Lei Orgânica é dedicado à filiação partidária.

Regula esse Título V, minuciosamente, as condições necessárias para que o cidadão passe a figurar como membro de qualquer agremiação; estabelece a maneira de sua filiação e inscrição; dá a qualquer eleitor o direito de impugnar o pedido de filiação; estabelece o recurso cabível, etc.

Portanto, a própria lei dá a maior importância ao ato da inscrição do eleitor no seu partido.

Assim sendo, é preciso que o candidato ao mais alto posto do Executivo dê o exemplo de obediência à Constituição e à lei, inscrevendo-se em uma das agremiações legalmente existentes, para que seu nome possa ser suscitado pelo Colégio Eleitoral.

Mesmo porque, como está redigido o projeto, poderia ocorrer que o candidato escolhido se recusasse a fazer filiação partidária.

Se o fizesse, estaria violando a lei, que, pela redação dada ao parágrafo único do art. 10, quer que o candidato se inscreva num Partido.

Mas, como não existe sanção, a recusa de filiação estaria sem consequências jurídicas.

De fato, o projeto impõe a obrigação da filiação partidária mas não pune a recusa. Não punindo, permite, embora se recuse a cumprir a lei, possa o candidato continuar como tal, vindo inclusive a se eleger.

Teríamos, então, o caso estranho e significativo de um candidato cujo primeiro ato, praticado nessa qualidade, seria o de menosprezo e desrespeito a determinação legal absolutamente clara. Seria o pior dos exemplos para todos os brasileiros.

Daí, a necessidade da sanção.

Aliás, todos sabem que lei que impõe obrigação mas não comina penalidade à sua desobediência é inócua. Descumprida, o seu violador fica impune.

Por isso, é da maior conveniência que se aceite a emenda que visa aprimorar o projeto e tornar, realmente obrigatória a filiação partidária do candidato a Presidente da República.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1973. — Deputado **Francisco Amaral**.

EMENDA N.º 30

Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12. Se ocorrer morte, invalidez, renúncia ou se o candidato se tornar inelegível, a Comissão Executiva Nacional do Partido, dentro em cinco dias, providenciará sua substituição, requerendo à Mesa do Senado Federal o registro de outro, na forma prevista nesta Lei."

Justificação

A redação do projeto é a seguinte:

"Art. 12. Se ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, etc."

A expressão "impedimento insuperável" é imprecisa. Que é, realmente, impedimento insuperável?

Trata a espécie de hipóteses em que se terá de substituir o candidato, dada a impossibilidade em que o mesmo a se encontrar.

É assunto da maior gravidade, que tem de ser definido com precisão, a fim de se evitarem dúvidas, opiniões flitantes, polêmicas, pois tais fatos podem conduzir os a situações da maior gravidade.

Lembre-mos da República anterior a 1930 em que a eleição presidencial implicava num movimento revolucionário.

Por isso, é preciso que a lei seja precisa e defina a clareza meridiana, de sorte a evitar qualquer dissensão, os motivos determinantes da escolha de novo candidato, para substituir o anterior.

Esses motivos são de duas naturezas: os de ordem política e os de ordem legal.

De ordem fática são a morte, a invalidez e a renúncia. De ordem legal, as inelegibilidades. Por exemplo, o candidato que veio a perder os direitos políticos.

Assim sendo, será de toda conveniência que a lei mencione expressamente os motivos determinantes da escolha do substituto.

É o que pretende a emenda.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1973. — Deputado **Francisco Amaral**.

EMENDA N.º 31

O parágrafo único do art. 13 passará a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Presidirá o colégio eleitoral a Mesa do Senado Federal que, com 10 (dez) dias, pelo menos, de antecedência, fará publicar, no Diário do Congresso Nacional, edital de que constarão:"

Justificação

Tal como está redigido, tem-se a impressão de que quando exatamente 10 dias para o pleito de que fala o art. 13, a Mesa do Senado Federal fará publicar o edital.

Essa faculdade poderá ser antecipada em razão do prazo previsto no projeto, desde que a Mesa do Senado considere a antecipação da publicação mais conveniente ao conhecimento dos interessados.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1973. — Deputado **Adhemar Ghisi**.

EMENDA N.º 32

No parágrafo único do art. 13 substitua-se:

"no Diário do Congresso Nacional."

"no Diário Oficial."

Justificação

O Diário do Congresso Nacional tem circulação restrita. Não estando funcionando o Congresso, não circula o Diário do Congresso. A publicação do edital 10 dias antes da eleição, ou seja, a 5 de janeiro, não seria possível porque nesse dia não está circulando o Diário do Congresso.

Justifica-se, assim, a emenda.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador **Clodomir Milet**.

EMENDA N.º 33

Acrescente-se mais um item ao parágrafo único do art. 13 do projeto, com a seguinte redação:

"Item — O número de membros do colégio eleitoral."

Justificação

Cremos da maior importância que no edital a ser publicado no Diário do Congresso Nacional, de que se ocupa o parágrafo único do art. 13, já se conheça o número de membros do colégio eleitoral, para os efeitos dos arts. 14 e 15 do projeto.

A emenda dispensa outros comentários.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1973. — Deputado **Adhemar Ghisi**.

EMENDA N.º 34

Substitua-se a redação dos arts. 14 e 15 na seguinte forma:

"Art. 14. Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta dos membros do Colégio Eleitoral, será dada a palavra aos candidatos à Presidência, para num prazo máximo de 3 (três) horas, apresentarem aos membros do Colégio seus planos de Governo e responderem as interpelações dos parlamentares.

§ 1.º A palavra será dada aos candidatos, observada a ordem do registro de suas candidaturas.

§ 2.º A exposição do candidato será feita pelo prazo de uma hora, passando-se em seguida a interpelação do candidato pelos parlamentares, dois de cada partido, indicados pelas respectivas lideranças e com prazo de 10 minutos cada, para interpelação e 20 minutos para a respectiva resposta.

Art. 15. Finda a exposição dos candidatos, iniciará-se a votação para a escolha do Presidente da República."

Substitua-se a numeração dos arts. 15 e seguintes, mantendo sua redação original.

Justificação

Não é justo que os membros do Colégio Eleitoral escolham um candidato e nele votem, sem que se conheça esse candidato e seu programa de governo.

Em todos os parlamentos do mundo, o candidato apresenta seu programa. Aqui mesmo, no Brasil, na experiência parlamentarista, o candidato a primeiro ministro, apresentava seu programa à Nação, através do Congresso.

É esta oportunidade que se quer dar, com a presente emenda, aos candidatos, e, ao mesmo tempo, aos senhores parlamentares.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Deputado **Fernando Cunha**.

EMENDA N.º 35

Substitua-se, pelo seguinte, o artigo 14:

"Art. 14. Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta dos seus membros, o colégio

eleitoral passará a deliberar, elegendo o Presidente e o Vice-Presidente da República.

§ 1.º A votação será nominal e cada membro do colégio, respondendo à chamada dará o voto ao seu candidato a Presidente da República.

§ 2.º Far-se-á uma segunda chamada para os que não responderam à primeira e terminada a votação a Mesa anunciará o resultado ao plenário."

Justificação

Repita-se: a eleição é do Presidente e do Vice-Presidente. Parece-me certo declarar que aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta dos seus membros, o colégio elegerá Presidente e Vice.

Como propus alteração dos artigos 1.º e 2.º, este é o momento de referir que a votação é nominal e cada membro do colégio responderá a chamada declarando o seu voto. Ao fim da eleição, a Mesa comunicará ao plenário o resultado da votação.

Dai a alteração proposta.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — Senador Clodomir Milet.

EMENDA N.º 36

O parágrafo único do art. 15 passa a parágrafo primeiro, acrescentando-se:

Parágrafo segundo. Os membros do Colégio Eleitoral não estão obrigados à fidelidade partidária.

Justificação

O Colégio Eleitoral já suporta, injustificadamente, a exigência do voto nominal, que a Revolução instituiu desde a primeira eleição, do Presidente Castello Branco, quebrando toda a tradição dos países democráticos. O curioso é que os chefes do movimento de 1964 vinham, quase todos, da revolução de 1930, que instituíra, como uma de suas mais veementes reivindicações, o voto secreto nos pleitos eleitorais. Raul Pila, que por tantos anos ilustrou a vida pública nacional, ensinava:

"O voto é sempre, e muito mais em tal caso (no das eleições), um ato de consciência. Deve o representante ficar a salvo de pressões de toda ordem, inclusive a do seu próprio partido e, muito mais ainda, do Poder por excelência, o Poder Executivo."

O Colégio Eleitoral, tal como previsto no 2.º do art. 74 da Emenda Constitucional n.º 1, poderia ser integrado por delegados sem filiação partidária e sem mandato legislativo, desde que escolhidos pelas Assembléias estaduais. A eles, portanto, não se poderia estender a fidelidade partidária, e não seria possível conceber-se um corpo eleitoral, em que alguns estivessem sujeitos à punição extrema e outros por ela não fossem alcançados.

É certo que o projeto não impõe a fidelidade partidária a qualquer dos membros do Colégio Eleitoral. Bom, entretanto, será que o implícito fique expresso, a fim de evitar futuras e disparatadas interpretações.

Os membros do Colégio Eleitoral são, ou deveriam ser os eleitores de segundo grau, que substituiriam, por melhor informados e mais capazes, a todo eleitorado. Foi essa, como assinalou Carlos Maximiliano, a razão de sua implantação nos Estados Unidos, e mereceu elogios "até de grandes espíritos, como Thiers e Toqueville". Não é lícito esperar que também aqui se deturpe a missão desses eleitores de segundo grau, que acabaram fraudando as esperanças dos que antes a aplaudiram, e convertam o mandato recebido em "um mandato imperativo", como assinalava o eminente comentador das Constituições de 1891 e 1946, ao focalizar a realidade norte-americana.

A Emenda, assim, não colide com textos constitucionais, tanto mais quando o corpo eleitoral, quaisquer que

sejam os seus integrantes, é a Nação toda, e não apenas os militantes dos dois partidos que a Revolução permit existissem.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador Nelson Carneiro.

EMENDA N.º 37

Acrescente-se, depois do artigo 18, ainda no Capítulo "Da eleição do Presidente e Vice-Presidente da República" o seguinte artigo:

"Art. Recebida a ata da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral fará expedir diplomas aos candidatos eleitos."

Justificação

Não basta mandar a ata para o Tribunal Superior Eleitoral nem dizer que a eleição termina com a proclamação dos eleitos.

Deve ser expedido diploma aos eleitos e é ao Tribunal Superior Eleitoral que cabe diplomá-los.

Repita-se: não estamos diante de uma eleição feita pelo Congresso Nacional, mas, por um Colégio de que membros do Congresso são parte com outros membros vindos dos Estados representando as Assembléias Legislativas.

Terminada a eleição no Colégio, o Tribunal Superior Eleitoral tomará conhecimento dos resultados, arquivará a ata e diplomará os eleitos.

Isso é que é o certo, data vênica.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador Clodomir Milet.

EMENDA N.º 38

Substitua-se pelo seguinte o artigo 20:

"Art. 20. O Congresso Nacional será convocado pelo Presidente da República para participar a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República."

Parágrafo único. As delegações dos Estados comparecerão ao Colégio, para os efeitos da lei, com representação externa das Assembléias Legislativas correndo à conta de cada Assembléia as despesas da sua delegação."

Justificação

Não há quase necessidade de justificação da emenda — A Constituição diz que o Colégio se reúne na sede do Congresso Nacional — Logo, implícito está que o Congresso estará funcionando na ocasião da eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

Desse jeito, não haveria necessidade de se dizer que as despesas com a reunião do Colégio seriam custeadas com recursos orçamentários do Congresso.

Por outro lado, se as Assembléias enviam suas representações à Capital Federal, devem correr por sua conta as despesas com essa representação. Seria o caso de considerá-las para esse efeito, como representação externa. — É o que se propõe com a emenda.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Senador Clodomir Milet.

EMENDA N.º 39

Acrescente-se ao art. 20 o seguinte parágrafo:

"ART. 20, parágrafo único. A ajuda de custo ser paga aos delegados das Assembléias Legislativas será igual à destinada aos membros do Congresso Nacional."

Justificação

Diz o art. 20 do projeto:

“ART. 20. As despesas com a reunião do colégio eleitoral e com o pagamento de ajuda de custo aos seus membros correrão por conta do Congresso Nacional.”

Portanto, a despesa já está prevista, pois, do texto se reende que os membros do colégio eleitoral farão jus juda de custo.

Assim, a Emenda não aumenta a despesa, não infrin- texto constitucional que veda a admissão de emendas aumentam a despesa prevista (Constituição Federal, 57, parágrafo único).

Não incidindo na proibição constitucional, a Emenda e ser aceita.

Visa a proposição apenas tornar indubitoso que os egados das Assembléias Legislativas farão jus à mesma ia de custo que os membros do Congresso Nacional. preciso notar que a quase totalidade dos candidatos ceção apenas dos de Goiás) terão que fazer longas via- s, todas de avião, que são onerosas. A hospedagem Brasília também não é barata.

De qualquer maneira, a Emenda quer tornar bem ex- ito aquilo que está implícito no projeto.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Depu- o Francisco Amaral.

EMENDA N.º 40

Acrescente-se ao art. 20 o seguinte:

“Parágrafo único. Os Delegados das Assembléias Legislativas perceberão ajuda de custao em igual- dade de condições com os membros do Congresso Nacional.”

Justificação

O artigo 20 não deixou claro a forma e o quantum do amento de juda de custa aos Delgados, embora o admi- io. A emenda objetiva deixar claro o assunto, permitin- aos Delegados perceberem ajuda igual à atribuída aos mbros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1973. — Dputado nando Costa.

EMENDA N.º 41

Acrescente-se no Capítulo das Disposições Gerais nsitórias, o seguinte artigo:

“Art. O Tribunal Superior Eleitoral baixará, dentro de 30 (trinta) dias, instruções para regula- mentação desta Lei Complementar.”

Justificação

Do projeto não consta que o Tribunal Superior através instruções, complementaria e regulamentaria os dis- itivos desta lei. Houve naturalmente um lapso na ela- ação do projeto.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Sena- Clodomir Millet.

EMENDA N.º 42

Acrescente-se, onde couber, um artigo com a seguinte ação:

“Art. Nas eleições presidenciais de que trata a presente lei as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados e Municípios, reservarão, gratuita- mente, nos trinta (30) dias anteriores à antevés-

pera do pleito, uma hora diária para que os parti- dos políticos façam propaganda eleitoral e apresen- tem o programa de seus candidatos, sendo que trinta minutos devem ser concedidos nos horários entre vinte e vinte e duas horas, conforme instruções, pro- vidências e fiscalização da Justiça Eleitoral, para o efetivo cumprimento do preceituado neste artigo.”

Justificação

Com pequena modificação quanto ao prazo e ao horá- rio, a emenda transpõe para a Lei Complementar que dis- ciplina o funcionamento do Colégio Eleitoral para a eleição do Presidente da República as disposições do Art. 250 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/65), que assim reza:

“Nas eleições gerais de âmbito estadual e nacional, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Es- tados, Territórios ou Municípios, reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gra- tuita, sendo uma delas à noite, entre 20 (vinte) e 23 (vinte e três) horas, conforme instruções, provi- dências e fiscalização da Justiça Eleitoral, para o efetivo cumprimento do preceituado neste artigo.”

É geral a eleição do Presidente da República. Outro entendimento não se pode ter, em razão mesmo da natu- reza do mandato que lhe vai ser atribuído como primeiro magistrado da Nação. A rigor, portanto, não seria neces- sário que a lei complementar fizesse referência à propa- ganda eleitoral.

A emenda é, porém, pertinente para tornar expressa uma questão relevante do processo eleitoral que se vai ferir.

A Constituição fala em eleição (Art. 74). Compete ao Congresso, ao votar a presente lei complementar, dizer se vai disciplinar realmente um processo eleitoral ou votará uma lei em que, em vez de eleição, haverá simples refe- rendo, pela aceitação coercitiva de nomes impostos de fora para dentro, sem qualquer possibilidade de opção.

Ora, ainda que os membros do Colégio Eleitoral — congressistas e delegados dos Estados — sejam eleitores de segundo grau, não se podem desligar eles da fonte legítima do poder, que é o povo e dele, por consequência, devem expressar os sentimentos e os anseios.

Dai haver sentido para a propaganda eleitoral, mesmo em eleição indireta. Mais do que sentido: necessidade. É o período do debate de idéias e programas de Governo. É o diálogo com o povo. É o suporte democrático da investidura no Poder.

No regime democrático, nenhum governante deve che- gar ao Poder sem a experiência de encarar face a face aos seus concidadãos e contaminar-se da mística e da alma do povo, como estímulo para o desempenho do mandato que vai exercer.

Quando se diz governante, diz-se, também, o grupo partidário que com ele se identifica nas idéias e na men- sagem. Fala-se em Partido Político, enfim.

A propaganda eleitoral insere-se, assim, como ato de fundamental importância. É da índole do processo. A propaganda é irmã xipófaga da democracia representativa. Elimina-la é, também, suprimir a participação do povo.

Dar uma feição democrática ao projeto, tanto quanto possível, eis o propósito da emenda.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — Deputado Aldo Fagundes.

EMENDA N.º 43

Acrescente-se, onde couber um artigo com a seguinte redação:

"Art. O candidato a Presidente da República comparecerá perante o Congresso Nacional, em sessões especialmente convocadas pelo Presidente do Senado Federal, no prazo de dez dias, contado da data do registro, a fim de apresentar o seu programa de governo e ser inquirido pelos deputados e senadores, designados pelas respectivas lideranças, até o máximo de seis, por Partido."

Justificação

Vivemos, em verdade, um processo de contrafação eleitoral. Em todo o mundo, nos pleitos indiretos, os candidatos originam-se dos Partidos, comprometidos com os seus programas, mensageiros de sua filosofia, fiéis ao seu ideário para, com a liderança que alicia e o conceito das virtudes cívicas e qualidades pessoais postularem, nas Convenções, a sua indicação.

Entre nós, pelo projeto em pauta, o cidadão pode ser candidato à Presidência da República sem compromissos, sem fidelidade programática, sem vida partidária, até 8 dias após a sua escolha.

Mas se a eleição indireta, à brasileira, é a que se projeta na sugestão governamental, tentemos, pelo menos, vivificá-la, emprestando-lhe um pouco da alma nacional. Para tanto, entendemos imprescindível que o candidato presidencial contraia a obrigação de expor o seu programa de governo perante o Congresso Nacional, retirando-o dos conciliábulos de bastidores, das confidências apenas grupais ou pessoais, guindando-o a um plano maior junto aos representantes da Nação, os quais, por ela, conhecerá, previamente, o programa de governo, inquirindo o candidato sobre os problemas do País, com o que adquire dimensão maior, colocando-se no plano superior em que todos querem ver o Presidente da República.

Se há um corpo eleitoral responsável pela eleição do Presidente este tem obrigações mínimas a cumprir, e uma delas é a de ser ouvido, a outra, sumamente importante, é a de também ouvir. Retiremos do eleitor o direito de conhecer, pelo diálogo, o candidato, e transformá-lo em um títere ou paspalho. Poderia estar elegendo, jamais votando. O voto é, antes de tudo, consciência, afirmação, vontade cívica. Eleição pode ser a bico de pena, à ponta ou à boca de armas ou à base de fraudes que já nos custaram revoluções.

Por essas e outras razões é que julgamos necessário o comparecimento do candidato à Presidência da República perante o Congresso Nacional para sentir e ser sentido, ouvir e ser ouvido, conhecer e ser conhecido e, principalmente, contrair os compromissos que a Nação inteira aguarda pressurosa.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1973. — **Alencar Furtado.**

EMENDA N.º 44

Acrescente-se o seguinte artigo, onde convier:

Art. Não será permitido ao membro do Colégio Eleitoral votar em candidato de outro partido, sendo nulo o voto dado nessas condições.

Parágrafo único. Se o seu partido não registrou candidato, o membro do Colégio Eleitoral pode votar em candidatos de outro partido, sendo válido o voto.

Justificação

Repetimos o que consta do A.C. n.º 16, de 18-7-66: representante de um partido não pode votar em candidato de outro partido se o seu partido registrou candidato. Se o fizer o seu voto é nulo.

Mas, se o seu partido não registrou candidato deve permitir o seu voto em candidato de outro partido. Não esquecer que se trata de eleição do Presidente e Vice-Presidente da República em que não há a exigência de filiação partidária, pelo menos, nos termos em que é feita para as outras eleições.

Sala das Comissões 27 de junho de 1973. — **Senador Clodomir Milet.**

EMENDA N.º 45

Inclua-se um artigo com a seguinte redação:

"Art. Nenhum candidato pode ser inscrito pela Nação se não provar sua filiação a partido político devidamente registrado."

Justificação

Houve uma época em que a legislação eleitoral permitia a existência de candidatos avulsos, isto é, candidatos que não pertenciam a qualquer agremiação partidária.

Hoje, isto não é mais possível.

A Constituição dedicou todo o seu Capítulo III do Título II para estabelecer os princípios que devem informar a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos (art. 152), dando ênfase especial à filiação e à disciplina partidária.

E a respectiva Lei Orgânica (Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971) regulamentou minuciosamente os dispositivos constitucionais.

Quanto à filiação partidária, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971) dedicou todo o Título V a regulamentá-la (arts. 62/70).

A filiação é importante por causa de outros dois princípios estabelecidos pela Lei Maior: a disciplina partidária (art. 152, V) e a fidelidade partidária, imposta principalmente aos representantes integrantes das diversas camadas legislativas, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 152, parágrafo único).

A Lei Orgânica desenvolveu amplamente esses postulados constitucionais no Título VI (Da Disciplina Partidária), que se subdivide em dois Capítulos; o referente à violação dos deveres partidários e o relativo à perda do mandato por infidelidade partidária (arts. 70-89).

Relembramos esses fatos para mostrar a importância que o regime atribui à filiação partidária.

Tão grande é essa importância que o eleitor que desliga de uma agremiação e se inscreve em outra incorre num período de espera de dois anos para poder candidatar-se. É o que está escrito no art. 67 da Lei Orgânica:

"Art. 67, § 3.º. Desligado de um partido e filiado a outro, o eleitor só poderá candidatar-se a cargo eletivo após o decurso do prazo de dois (2) anos contados a partir da data da nova filiação."

Estas considerações mostram que o projeto é incompleto e omissivo, em face da redação defeituosa do parágrafo único do art. 10.

Assim, impõe-se a aprovação da Emenda que torna absolutamente claro que o candidato tem de estar filiado

em partido, sob pena de não ser feito o registro de sua candidatura.

É essa a intenção da Emenda.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Deputado **Francisco Amaral**.

EMENDA N.º 46

Acrescente-se onde couber:

"Art. Não perderá o mandato o Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Vereador que, como membro do Colégio Eleitoral de que trata a presente lei complementar, quer pelo voto, atitude ou opinião, divergir, ou se opor, às diretrizes partidárias, ainda que legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção.

Parágrafo único. Igualmente não ficarão sujeitos às sanções disciplinares do art. 70, da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, os filiados ao partido como membros do Colégio Eleitoral referido no artigo."

PARECER

Nº 42, de 1973—CN

Da Comissão Mista sobre o Projeto de Lei Complementar nº 9, de 1973, que "regula a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente e o Vice-Presidente da República."

Relator: Deputado Lauro Leitão

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a Mensagem de nº 37/73, mete à consideração do Congresso Nacional, nos termos do art. 51, § 2º, da Constituição Federal, o presente Projeto de Lei Complementar que "regula a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente e o Vice-Presidente da República", em cumprimento ao disposto nos arts. 74 e 75 da mencionada Carta Magna.

Em Sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada no dia 19 do corrente mês, foi dada a referida Mensagem, bem como foi aprovada, de acordo com a indicação dos Senhores de Bancada, pelo Presidente Senador Filinto Müller, para emitir parecer ao referido Projeto de Lei Complementar, a seguinte Comissão Mista:

Senadores	Deputados
ARENA	
Daniel Krieger	01. Álvaro Gaudêncio
Ney Braga	02. Chaves Amarante
José Sarney	03. Osmar Leitão
Cattete Pinheiro	04. Januário Feitosa
Eurico Rezende	05. José Bonifácio
Wilson Gonçalves	06. Lauro Leitão
Helvídio Nunes	07. Raymundo Parente
Magalhães Pinto	08. Tourinho Dantas
Wilson Campos	
Antonio Carlos	

MDB

Nelson Carneiro	01. Laerte Vieira
	02. Hamilton Xavier
	03. Alencar Furtado

Justificação

A presente emenda ao Projeto de Lei Complementar, que disciplina a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, tem o sentido de oferecer aos membros que irão compor o Colégio Eleitoral o mínimo de garantia de que necessitam para o livre e independente exercício do voto, sem ficarem sujeitos a qualquer injunção partidária.

A medida visa, pois, salvaguardar nada mais do que o direito de livre opção, apanágio dos povos democráticos. Eleição é o exercício de soberana manifestação de vontade, por isso não pode ficar sujeita a limitações, ainda que legítimas em suas aparências.

Conclamamos os eminentes colegas a apoiarem essa iniciativa, particularmente quando sabemos que, por preceito constitucional (art. 74), a votação será nominal — a descoberto, portanto — o que, por si só, representa uma forma de constrangimento.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973. — Deputado **João Menezes**.

IV — a disciplina da eleição e proclamação dos eleitos;

V — as disposições gerais e transitórias.

PRECEDENTES HISTÓRICOS

Antes da análise do Projeto, pedimos vênia para um breve retrospecto sobre os sistemas eleitorais que têm vigorado no Brasil, especialmente com vistas à eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

Com efeito, embora se verifique, no curso da história eleitoral de nosso País, que as eleições diretas têm sido instituídas como regra, nossas primeiras práticas eleitorais se traduziram em eleições indiretas. Isso ocorreu durante o primeiro Império e, em parte, do segundo, quando se fazia a eleição indireta para a Assembléia Geral, desde que, àquela época, não havia eleições para os executivos, a não ser as realizadas para a escolha dos regentes, depois da abdicação de D. Pedro I e até a declaração da maioridade de D. Pedro II.

Disponha, pois, a Constituição de 25 de março de 1824, em seu artigo 90, "que as nomeações dos deputados e senadores para a Assembléia Geral, e dos membros dos conselhos gerais das províncias, serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos, em assembleias paroquiais, os eleitores das províncias, e estes os representantes da nação e província".

Os eleitores, assim, se reuniam e elegiam seus delegados, que, por sua vez, escolhiam os Deputados e a lista tríplice, para a nomeação dos Senadores.

A Lei de 12 de agosto de 1834 — Ato Adicional — determinava que, durante a minoridade do Imperador, seria o Império governado por um regente eletivo e temporário, cujo cargo duraria quatro anos. Essa eleição (indireta) era feita pelos eleitores das respectivas legislaturas, os quais, reunidos nos seus colégios, votavam, por escrutínio secreto, em dois cidadãos brasileiros, dos quais um não seria nascido na Província a

que pertencessem os colégios e nenhum deles poderia ser cidadão naturalizado (artigos 26 e 27).

As **eleições indiretas** foram adotadas até 1881, quando sobreveio o projeto do Conselheiro José Antônio Saraiva, estabelecendo o **voto direto**, e que, aprovado, se transformou na Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, adotou, como regra, o princípio do sufrágio direto (artigos 28, 30 e 47).

Disponha, pois, o artigo 47 daquela Carta: "O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da nação e maioria absoluta de votos".

Contudo, para o primeiro período presidencial, foi estabelecido o processo de eleição indireta, pelo Congresso, para Presidente e Vice-Presidente da República, conforme preceituava o artigo 1º, § 2º, das Disposições Transitórias.

Assim, mediante **eleições indiretas**, foram escolhidos para a Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente, o Marechal Deodoro da Fonseca e o Marechal Floriano Peixoto.

A Constituição de 16 de julho de 1934, por outro lado, consagrou o sufrágio universal, direto e secreto.

Não obstante, tornou-se **parcialmente indireto** o processo de escolha, ao permitir sufrágio indireto para eleição dos Deputados das profissões (artigo 23, § 3º).

Quanto à escolha do Presidente da República, foi estabelecido o processo de eleição direta (artigo 52, § 1º).

Entretanto, se ocorresse a vaga do cargo nos dois últimos anos do período presidencial, caberia à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, trinta dias após, em Sessão Conjunta, com a presença da maioria de seus membros, elegerem o Presidente substituto (artigo 52, § 3º).

Além disso, a Constituição de 1934, em suas Disposições Transitórias, estabeleceu o processo de eleição **indireta**, para o primeiro período presidencial, a saber:

"Art. 1º. Promulgada esta Constituição a Assembléia Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro **quadriênio** constitucional."

Em face disso, mediante processo de eleição indireta, foi eleito Presidente da República o Dr. Getúlio Dornelles Vargas.

A Constituição de 10 de novembro de 1937 introduziu, como regra, o **sufrágio indireto**. Mas, durante o chamado "Estado Novo" não se realizaram eleições.

Com a redemocratização do Brasil, o processo das eleições diretas voltou a firmar-se. Assim, a Constituição de 18 de setembro de 1946, dispondo sobre o sistema eleitoral, restabeleceu a forma direta das eleições:

"Art. 56. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o sistema de **representação proporcional**, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios."

"Art. 60. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o **princípio majoritário**."

"Art. 81. O Presidente da República será eleito, em todo o País, cento e vinte dias antes do término do período presidencial, por maioria absoluta de votos, excluídos, para a apuração desta, os em branco e os nulos."

§ 1º Não se verificando a maioria absoluta, o **Congresso Nacional**, dentro de quinze dias após haver recebido a respectiva comunicação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reunir-se-á em sessão pública para manifestar-se sobre o candidato mais votado, que será considerado eleito se, em escrutínio secreto, obtiver metade mais um dos votos de seus membros."

Com o advento da Revolução de 31 de março de 1964, as eleições indiretas ao cenário da política nacional.

É sabido que o Poder Constituinte originário ou de primeiro grau poderá ser exercido de duas maneiras, isto é, mediante eleições populares ou mediante **revoluções vitoriosas**. E o normal é, segundo os melhores tratadistas de Ciência Política e de Direito Constitucional, mediante **revoluções vitoriosas**. Assim, uma revolução vitoriosa sempre traz, em seu bojo, insito, o Poder Constituinte originário. Destarte, os representantes de uma revolução vitoriosa, no exercício do Poder Constituinte de primeiro grau, podem alterar e até substituir a ordem jurídica imperante em um país. É da própria natureza do Poder Constituinte originário não estar ele sujeito à normatividade anterior, pois é incondicionado, ilimitado, quase absoluto.

Pois bem. Os representantes da Revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, Comandantes-em-Chefe das três Armas, Exército, Marinha e Aeronáutica, editaram o Ato Institucional, em 9 de abril de 1964, em cujo art. 1º estabeleceram:

"São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ano."

Art. 2º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois) dias a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal."

Como se vê, os representantes daquela revolução vitoriosa, no exercício do Poder Constituinte originário, de que é titular o povo, por direito natural, alteraram, parcial e expressamente, a ordem jurídica até então vigente no Brasil, bem como convalidaram, tacitamente, a outra parte.

E entre as alterações introduzidas figura o processo de eleição indireta do Presidente e do Vice-Presidente da República, mediante votação nominal.

Em face dessas eleições, subiu ao Poder o Marechal Castelo Branco.

Com a Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, retornamos ao processo de eleições diretas.

Entretanto, sobreveio o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que estabeleceu novamente o processo de eleições indiretas, pois preceituou o seu artigo 9º:

"A eleição do Presidente da República e do Vice-Presidente da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal."

Deste modo, o 2º Presidente revolucionário, eleito em outubro de 1966, pelo processo de eleições indiretas, foi o Marechal Arthur da Costa e Silva.

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, em seu artigo 76, manteve o processo de eleição indireta do Presidente da República, a saber:

"O Presidente da República será eleito pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal."

§ 1º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados **indicados** pelas Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 2º Cada Assembléia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar."

Com a grave enfermidade de que fora acometido o Presidente Costa e Silva e seu conseqüente impedimento, não se chegou a elaborar a Lei Complementar, de que cuidou o § 3º, do artigo 76, da referida Constituição.

Com efeito, pelo Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, editado pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica, no exercício temporário da Presidência da República, ficou estabelecido que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República seria realizada no dia 25 do mesmo mês, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

Assim, mediante eleições indiretas, assumiram a Presidência e Vice-Presidência da República, em 30 de outubro de 1969, *respectivamente*, os Senhores General Emílio Garrastazu Médici e Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

Antes, porém, os Ministros Militares, face ao recesso do Congresso Nacional e no exercício da Presidência da República, no uso das atribuições que lhes conferiu o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, promulgaram a Emenda Constitucional nº 1, em 17 de outubro de 1969, alterando, assim, a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e restabelecendo, com modificações, a composição do Colégio Eleitoral para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

Senão vejamos:

"Art. 74. O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal."

§ 1º O colégio eleitoral será composto pelos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 2º Cada Assembleia indicará três delegados, dentre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3º A Composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

Art. 75. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

§ 1º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos.

§ 2º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples.

§ 3º O mandato do Presidente da República é de cinco anos."

É o Relatório.

PARECER

Eleições Diretas e Indiretas

Como se sabe, há defensores e impugnadores tanto do processo de eleições diretas, como das indiretas.

Todavia, entendemos que os dois processos são democráticos.

É certo, porém, que ambas as formas ainda apresentam falhas e defeitos.

O principal defeito, pois, apontado nas eleições diretas reside no fato de que o povo, em realidade, não pode escolher os nomes de sua preferência; mas tão-somente se limita a votar nos candidatos já apontados pelas cúpulas partidárias.

Por igual, apresentam-se defeitos nos processos de eleições indiretas, inclusive o de que a vontade dos delegados, muitas vezes, não representa a dos eleitores, estando sujeita a toda ordem de distorções e de pressões.

Mas, os que defendem as eleições indiretas, lembram que elas propiciam tranquilidade ao país.

Várias são as formas de eleições indiretas, como aquela em que o Chefe de Estado ou do Governo é eleito pelo Poder Legislativo, pelo Congresso Nacional, por Assembleias ou por Colégio Misto, este composto de parlamentares e de outros delegados.

Nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, que adota o sistema presidencial de governo, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República é realizada indiretamente, em dois turnos.

O eleitorado de cada Estado-Membro escolhe tantos eleitores presidenciais quantos forem os Senadores e Deputados do mesmo Estado.

O partido que conquistar o maior número de delegados eleitores no Estado, passa a contar também com os votos obtidos pelos adversários.

O cidadão que aceita a candidatura para eleitor presidencial assume, por um compromisso de honra e de disciplina partidária, a obrigação de votar no candidato escolhido por seu partido. É, pois, o **mandato imperativo**.

Defendendo seu ponto de vista favorável ao processo de eleições indiretas, o ilustre jurista patricio, Dr. Carlos Medeiros Neto, em entrevista à imprensa, prelecionou:

"O traumatismo da campanha pela eleição direta ou degenera o processo eleitoral ou impede o vencedor de governar em clima de paz e segurança. É preciso, portanto, mudar o processo de escolha do Presidente da República, instituindo-se a eleição indireta por um Colégio Eleitoral restrito, com a participação dos representantes políticos, membros das Câmaras Legislativas e de outras entidades de classes. Com isso a campanha dos candidatos ficará limitada no tempo e visará a um eleitorado qualificado. A agitação e o traumatismo, que a escolha do Presidente tem provocado, cessarão por falta de ambiente e ressonância."

Feito este breve retrospecto histórico, passemos à análise do Projeto de Lei Complementar, originário do Poder Executivo.

Lei Complementar

As leis complementares à Constituição deverão conter preceitos jurídicos que desdobrem, esclareçam determinações constantes da Carta Magna e que, assim, não sejam auto-aplicáveis.

Com o intuito de evitar dúvidas de interpretação, a nossa Lei Maior estabeleceu, expressamente, quando há necessidade de complementação de alguns de seus dispositivos.

As leis complementares, destarte, devem referir-se, **exclusivamente**, à matéria que se acha contida na própria Constituição.

Aliás, a lei complementar já fora prevista, no Brasil, pela Emenda nº 4 à Constituição de 1946; e que instituiu, entre nós, o sistema parlamentar de governo.

A propósito das leis complementares, o eminente Professor Miguel Reale, na vigência do parlamentarismo, prelecionava que elas constituem um **tertium genus** de leis, que não ostentam a rigidez dos preceitos Constitucionais, nem tão pouco devem comportar a revogação (perda de vigência) por força de qualquer lei ordinária superveniente: é a categoria das leis de complementação do texto Constitucional ou da estruturação do Estado, as chamadas leis orgânicas, para cuja aprovação ou reforma se exige um **quorum especial**.

A nossa Constituição, em seu art. 46, diz que o processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares à Constituição;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - decretos-leis;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

O referido artigo, até certo ponto, na enumeração que faz, estabelece a hierarquia de algumas normas jurídicas.

Sim, até certo ponto, pois a Emenda Constitucional tem a mesma força normativa de qualquer preceito da Constituição.

Em ordem hierárquica decrescente, se situam as leis complementares. Mais abaixo e no mesmo plano se colocam as leis ordinárias, que, à sua vez, se subdividem em leis ordinárias propriamente ditas, leis delegadas, decretos-leis e decretos legislativos.

Finalmente, em plano inferior, estão colocadas as resoluções.

O presente Projeto de Lei Complementar de nº 9, visa, assim, a esclarecer, a desdobrar, enfim, a complementar o artigo 74 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Nunca será demais, entretanto, que constem do texto da Lei Complementar alguns preceitos claramente definidos na Constituição. E é o que faz o Projeto sob exame.

O próprio artigo 74 da Constituição já prevê, no "caput", tanto as condições de elegibilidade do Presidente da República, como a sua escolha "pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal".

Dispõe, ademais, em seus §§ 1º e 2º, sobre a composição do colégio eleitoral e a indicação, pelas Assembleias Legislativas, para tanto, de "três delegados entre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados".

De outra parte, o art. 75 marca a data da eleição, a 15 de janeiro, do ano em que findar o mandato presidencial, no Congresso Nacional, prevendo nos §§ 1º, 2º e 3º:

a) a proclamação do candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos;

b) caso não obtido esse "quorum" em primeira votação, "os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples";

c) a duração do mandato, fixada em cinco anos.

Caberá, assim, a Lei Complementar, prevista no § 3º do art. 74, disciplinar "a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral".

No que tange à composição, parece-nos claramente definida nos §§ 1º e 2º do art. 74 da Constituição, restando disciplinar o processo de escolha dos três delegados indicados pelas Assembleias, além daqueles, segundo proporção do eleitorado, que as mesmas designem, após a fixação de seu número pela Justiça Eleitoral.

Mas, o § 1º do art. 75 da Constituição prevê o registro do candidato por partido político, cuja disciplinação convém constar da Lei Complementar.

A esses pressupostos constitucionais atende o Projeto de Lei nº 9, de 1973 (CN), originário do Poder Executivo. Por outro lado, nos artigos 1º e 2º se limita à repetição das exigências constitucionais; nos arts. 3º e 8º disciplina a escolha dos delegados das Assembleias Legislativas dos Estados, com a necessária participação do Tribunal Superior Eleitoral, quanto à fixação do número

de representantes, obedecida a proporção prevista no art. 74, § 2º, da Constituição. Os prazos processuais estão claramente fixados (arts. 4º e 5º); a publicação igualmente prevista (art. 6º), bem como o procedimento em caso de morte ou impedimento insuperável de delegado escolhido, a proclamação pública dos candidatos e suplentes, indicados por votação nominal, na segunda quinzena de novembro.

Os arts. 9º e 10 disciplinam a escolha dos candidatos à Presidente e Vice-Presidente da República, pelos Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos, no mês de setembro, em convenções nacionais. Realizada essa eleição, os candidatos serão, dentro em dez dias, registrados perante a Mesa do Senado Federal, que publicará, 48 horas depois de apresentado, o requerimento de registro (art. 11).

Prevê o parágrafo único do art. 10 a inscrição partidária, no prazo de oito dias, do candidato não filiado, enquanto o art. 12 disciplina a substituição de candidato, em caso de morte ou impedimento insuperável.

A eleição do Presidente da República — considerado eleito o respectivo candidato inscrito à Vice-Presidência (art. 16) — atende ao local e data previstos no art. 75 da Constituição, estabelecidos, no art. 13, sua convocação, prazo para a apresentação de credenciais dos delegados e hora de instalação da sessão, em edital publicado no **Diário do Congresso Nacional**, exigida a maioria absoluta como **quorum** de abertura (art. 14).

O art. 15 e seu parágrafo único repetem os §§ 1º e 2º do art. 75 da Constituição, enquanto os arts. 17 e 18 se referem à proclamação dos eleitos e ao envio de cópia autêntica da ata da sessão ao Tribunal Superior Eleitoral.

As Disposições Gerais e Transitórias (arts. 19 a 24) prevêm:

a) que o colégio eleitoral deliberará exclusivamente sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República;

b) que o pagamento das despesas dos delegados eleitorais corra por conta do Congresso Nacional;

c) quanto à convocação dos suplentes dos delegados;

d) sobre a aplicação de normas regimentais ao processo eleitoral;

e) quanto à disciplina, pelo Tribunal Superior Eleitoral, da eleição prevista (vacância dos dois cargos) pelo art. 79 da Constituição;

f) quanto à fixação do número de integrantes do colégio eleitoral, pelo TSE, no prazo de quinze dias, a contar da publicação da Lei Complementar.

Quem atentar para os prazos previstos no Projeto, verificará, desde logo, a urgência necessária para sua aprovação. Por isso, andou bem o Poder Executivo em mandar a respectiva Mensagem ao Congresso Nacional, para que, em sessão conjunta, no prazo de quarenta dias, segundo a determinação do art. 51, § 2º, da Constituição Federal, o aprecie e vote.

Parece-nos demonstrado, igualmente:

a) que a Proposição está na competência presidencial prevista no **caput** do art. 51, combinado com o art. 81, item II, da Constituição Federal;

b) que o Projeto atende aos pressupostos dos arts. 74 e 75 da Lei Maior, adjetivando, clara, precisa, conveniente e tempestivamente, tanto a composição do Colégio como o processo de indicação, escolha e eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

De outra parte, convém sublinhar que não colhe a objeção, já chegada ao nosso conhecimento, no sentido de que:

“Não se aplica o regime do prazo fatal para discussão e votação de projeto de lei complementar. A elaboração de leis complementares é regida pelo art. 50 da Constituição, a ela não se aplicando os prazos fatais previstos em relação às leis ordinárias, como no art. 51. As leis complementares dependem de aprovação pela maioria absoluta da Câmara e do Senado, em votação separada, que não pode ser suprida pelo decurso de um prazo estabelecido.”

Ora, o próprio art. 46 da Constituição, onde se estabelece, até certo ponto, a hierarquia das leis, sobrepondo a todas as emendas à Constituição, não esgota distinções, mostrando-as, depois, na disciplina especial de emenda constitucional (arts. 47 a 49).

No que tange às leis complementares, a única restrição é a de **quorum**, preceituada no art. 50, **verbis**:

“Art. 50. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.”

Agora essa exigência de **quorum** qualificada, a lei complementar é uma lei como outra qualquer, quanto à sua tramitação, disciplinado o seu processo de elaboração pela mesma técnica e o mesmo rito da legislação ordinária.

Apenas os projetos de código — sem falar no rito especialíssimo das emendas constitucionais — estão fora da disciplina do art. 51, conforme frisa seu § 6º:

“§ 6º O disposto neste artigo não se aplicará aos projetos de codificação.”

Diz, muito claramente, o citado art. 51 da Constituição Federal:

“Art. 51. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.”

Essa faculdade deferida ao Executivo, visou, justamente, a permitir-lhe maior presteza no atendimento pronto às situações emergentes, a exigir imediata providência legislativa. Só se excepcionaram desse processo especial de urgência as emendas constitucionais e os códigos. Além do que, o **quorum** qualificado resguarda as leis complementares de maior ligeireza, exigindo maior participação numérica do Congresso Nacional nessa deliberação.

Isto posto, e por considerá-lo jurídico, constitucional, pertinente, tempestivo e absolutamente conveniente aos interesses nacionais, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar que disciplina a aplicação do art. 74 da Constituição Federal com vistas à escolha do Presidente e do Vice-Presidente da República.

ANÁLISE DAS EMENDAS

Na parte vestibular de nosso relatório assinalamos que, durante o prazo regimental, foram oferecidas 46 emendas ao presente Projeto-de-Lei Complementar, por nobres Senadores e Deputados e cujos autores são os seguintes:

Autores	Número das Emendas
Deputado Adhemar Ghisi	3-13-19-26-27-31 e 33.
Deputado Aldo Fagundes	42.
Deputado Alencar Furtado	43.
Deputado Antonio Mariz	8 e 17
Senador Clodomir Milet	2-5-9-22-32-35-37-38-41-e 44
Deputado Fernando Cunha	10-34 e 40.
Deputado Francisco Amaral	16-20-21-23-25-28-29-30-39 e 45.
Senador Franco Montoro	6-11 e 18
Deputado João Menezes	46.
Deputado Laerte Vieira	24.
Deputado Marcelo Medeiros	1.
Deputado Maurício Toledo	15.
Senador Nelson Carneiro	36.
Deputado Thales Ramalho	7.
Deputado Ulysses Guimarães	7.
Senador Vasconcelos Torres	4.
Deputado Wilmar Dallanhol	12 e 14.

A seguir, passaremos a examiná-las, caracterizando cada uma pelo número que tomou, pelo nome de seu autor e pela matéria versada, pois, se as transcrevermos na íntegra, tornaríamos demasiado longo nosso modesto parecer.

PARECER SOBRE AS EMENDAS

EMENDA Nº 1

Autor: Deputado Marcelo Medeiros

Matéria Versada: Quase toda a constante do Projeto originário do Poder Executivo.

O nobre Deputado Marcelo Medeiros, mediante a Emenda Substitutiva nº 1, procura restabelecer, em parte, os termos do Projeto de Lei Complementar que apresentou à consideração da Câmara dos Deputados, visando a regular a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral, para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

Na Comissão de Constituição e Justiça, daquela Casa, o mencionado Projeto recebeu parecer favorável, com alterações.

A Emenda Substitutiva, todavia, em essência, somente difere do Projeto de origem governamental quanto ao critério a

er seguido na indicação dos delegados, mandando, pois, que se observe; tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, que participem das Assembleias Legislativas, tal como ocorre na composição das respectivas Mesas e Comissões".

A Constituição Federal, como já se frisou, em seu artigo 74, § 3º, dispôs que "a composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar".

O parágrafo 1º do mencionado artigo, por outro lado, estabelece, expressamente, que o Colégio Eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembleias Legislativas dos Estados.

E o parágrafo 2º determina que "cada assembleia indicará três delegados, dentre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados".

Assim, três delegados deverão ser, necessariamente, deputados estaduais. Os outros, todavia, poderão ser tanto deputados, como pessoas não portadoras de mandatos eletivos. O Projeto governamental, como já vimos, preferiu restringir a escolha ao âmbito legislativo, mesmo porque quando se realizaram eleições para a composição das Assembleias Legislativas, os deputados, implicitamente, receberam do corpo eleitoral essa missão cívica. De outra parte, em face do princípio da disciplina partidária, adotado pela nossa Constituição (art. 152, V, combinado com o item VIII, parágrafo único) e constante de lei complementar, será mais fácil a sua observância, se todos os delegados forem portadores de mandatos parlamentares.

Quanto ao critério para a escolha, a Constituição deixou ao arbítrio do legislador ordinário, isto é, para estabelecer em Lei complementar.

Nem se argumente que, entre nós, vigora o sistema da representação proporcional partidária, para justificar a adoção de outro critério.

É certo que o artigo 148 da Carta Magna, diz que "o sufrágio é universal e o voto é reto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; os partidos políticos têm representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer".

Ora, a legislação eleitoral adota o princípio majoritário para a escolha dos chefes dos executivos e dos senadores, bem como o sistema de representação proporcional partidária para a composição da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e da Câmara de Vereadores.

O eleitor, pois, na prática da democracia direta, se representa, através dos partidos políticos. Vota, assim, mais no partido do que propriamente no candidato, pelo menos na tese.

Assim, em eleições majoritárias um partido poderá ter a representação total (Senador, Governador, Prefeito).

Em eleições proporcionais, sobretudo nos casos que correm, em que existem somente dois partidos no Brasil, dificilmente haverá

representação total, isto na composição das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores).

No capítulo "Do Poder Executivo", todavia, se cuida, entre outras coisas, da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.

O critério, a nosso ver, para a escolha dos delegados estaduais, tanto poderá ser o da obediência ao sistema majoritário, como o da representação proporcional.

Preferiu o Projeto governamental o primeiro, aliás mais consentâneo com a realidade brasileira e com o nosso vigente sistema constitucional e institucional.

Assim, embora constitucional a Emenda Substitutiva, lhe oferecemos parecer contrário quanto ao mérito.

Emenda nº 2

Autor: Senador Clodomir Milet.

Matéria: Visa a explicitar que o Colégio se destina a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, bem como que a representação de cada Assembleia não poderá ter menos de quatro delegados.

A Emenda não tem razão de ser, pois o assunto está devidamente regulado no Projeto de origem governamental, inclusive quando, em seu artigo 24, diz que "o Tribunal Superior Eleitoral fixará, no prazo de 15 dias, contados da publicação desta Lei Complementar, o número de delegados das Assembleias Legislativas".

Aliás, a Constituição já dispõe, expressamente, que nenhuma representação terá menos de quatro delegados (Art. 74, § 2º).

Por isso, oferecemos parecer contrário à referida Emenda, de nº 2.

Emenda de nº 3

Autor: Deputado Ademar Ghisi.

Matéria: Excluir a palavra natos do texto do artigo 1º.

É certo que o artigo 74 da vigente Constituição excluiu do seu texto a condição de brasileiro nato para "Presidente e Vice-Presidente da República".

Todavia, a exigiu implicitamente.

Mas, no art. 145, inciso II, nº 3, é estabelecida essa condição de elegibilidade, a saber:

Parágrafo único. São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República...

Assim, é conveniente que se repita esta exigência, no texto da Lei Complementar.

Nosso parecer, portanto, é contrário à Emenda.

Emenda nº 4

Autor: Senador Vasconcelos Torres.

Matéria: Visa a incluir, entre os delegados eleitores representantes das classes rural, industrial e comercial do País, etc.

Em nosso regime representativo os deputados representam todo o povo. Nessas condições, as nobres classes rural, industrial e comercial do País estarão representadas na composição do Colégio Eleitoral, de acordo

com o Projeto. Por outro lado, a sua inclusão ensejaria discriminação, que a Constituição proíbe.

Haverá mais autenticidade democrática se na composição do Colégio Eleitoral somente figurem deputados e senadores que, como já se disse, receberam, implicitamente, esta missão do povo, quando foram eleitos.

Quanto às outras partes da Emenda, lembramos que o assunto que versam estão regulados no Projeto governamental e no Regimento Interno do Congresso Nacional.

Assim, a Emenda, a nosso ver, contém vícios de inconstitucionalidade, além de ser redundante.

Nosso parecer, em face disso, é contrário à referida Emenda.

Emenda nº 5

Autor: Senador Clodomir Milet.

Matéria: Visa a alterar a redação dos artigos 3º e 4º do Projeto governamental, fundindo-os num só.

A matéria está melhor regulada no Projeto.

Nosso parecer, por isso, é contrário à Emenda nº 5.

Emenda nº 6

Autor: Senador Franco Montoro

Assunto: Visa a alterar o critério para a escolha dos delegados.

Esta matéria já foi examinada, pois consta da Emenda Substitutiva nº 1, de autoria do nobre Deputado Marcelo Medeiros.

Como aquela, não apresenta vícios de inconstitucionalidade.

Contudo, quanto ao mérito, lhe oferecemos parecer contrário, pois o critério adotado pelo Projeto de Lei Complementar, originário do Poder Executivo, atende mais à realidade brasileira e ao nosso sistema constitucional e institucional.

Parecer contrário.

Emenda nº 7

Autores: Deputados Ulysses Guimarães e Tales Ramalho.

Matéria: Visa a dar nova redação aos artigos 5º, 6º e 8º do Projeto, para alterar o critério na escolha dos delegados das Assembleias Legislativas, etc. Esta Emenda é quase idêntica às de nºs 1 e 6, que já receberam parecer contrário.

Só merece exame a parte em que determina à Mesa da Assembleia Legislativa que faça publicar, no Diário Oficial, as chapas registradas.

Esta matéria deverá ser objeto de instruções da Justiça Eleitoral, no exercício de sua competência específica, ou de providências das próprias Assembleias Legislativas.

Uma lei complementar não deve ser tão casuística.

Assim, nosso parecer é contrário à Emenda de nº 7.

Emenda nº 8

Autor: Deputado Antônio Mariz

Matéria: Visa à supressão dos artigos 5º, 6º e 7º do Projeto.

A Emenda, em grande parte, reproduz o que consta do projeto. Inova, no entanto,

quando estabelece que a votação, para a designação dos delegados, deverá ser secreta, bem como ao dizer que a escolha poderá recair em qualquer deputado, independentemente de prévio registro.

Já lembramos que o processo de escolha, mediante votação nominal, atende à conveniência de observar-se a disciplina partidária, prevista na Constituição e em Lei Complementar.

De outra parte, a dispensa do registro da chapa, fatalmente, daria margem a tumulto, ao ensejo da escolha dos delegados.

Nosso parecer, em face do exposto, é **contrário** à Emenda nº 8.

Emenda Nº 9

Autor: Senador Clodomir Millet.

Matéria: Visa a alterar os artigos 5º, 6º, 7º e 8º do Projeto.

Esta Emenda objetiva alterar o critério para a escolha e indicação dos delegados pelas Assembleias Legislativas, isto é, manda, para tanto, que se observe os cocientes eleitoral e partidário.

Mutatis Mutandis, esta Emenda é quase semelhante às de autoria dos nobres Deputados Marcelo Medeiros, Ulysses Guimarães e Senador Franco Montoro.

Não é, pois, inconstitucional.

Todavia, reputamo-la inconveniente, pois o critério adotado pelo Projeto governamental atende mais à realidade brasileira e ao nosso sistema constitucional e institucional.

Assim, nosso parecer é **contrário** à Emenda nº 9.

Emenda Nº 10

Autor: Deputado Fernando Cunha

Matéria: Visa a alterar os artigos 5º, 6º, 7º e 8º do Projeto.

Esta Emenda é semelhante a outras já examinadas.

Nosso parecer, pois, pelos mesmos motivos, é **contrário**.

Emenda Nº 11

Autor: Senador Franco Montoro

Matéria: Visa a dar nova redação ao artigo 5º do Projeto.

Esta Emenda é redacional e decorre da Emenda de nº 6, do mesmo autor.

Pelos motivos já invocados, quando do exame daquela, nosso parecer é **contrário** a esta.

Emenda Nº 12

Autor: Deputado Wilmar Dallanhol

Matéria: Visa alterar o artigo 5º do Projeto.

O ilustre Colega, através desta Emenda pretende substituir o Líder da Bancada pela Executiva Regional do Partido, para providência de registro, perante a Mesa da Assembleia Legislativa, da chapa dos candidatos a delegados e suplentes.

A proposição acessória não padece de vício de inconstitucionalidade.

Todavia, parece-nos inconveniente, pois o Líder de Bancada, presumivelmente, está mais vinculado aos seus colegas, e, assim, a escolha da chapa, será facilitada.

Nosso parecer, por isso, é **contrário** à Emenda de nº 12.

Emenda nº 13

Autor: Deputado Adhemar Ghisi

Matéria: Acrescenta parágrafo ao artigo 5º do Projeto.

Uma lei complementar não deve ser tão casuística.

O critério, para a escolha dos deputados, que deverão integrar a chapa de candidatos, deverá ser estabelecido pela própria Banca, de cuja confiança o Líder naturalmente é depositário.

Em face do exposto, nosso parecer é **contrário** à Emenda de nº 13.

Emenda nº 14

Autor: Deputado Wilmar Dallanhol

Matéria: Nova redação ao artigo 7º
Esta proposição é decorrência da Emenda nº 12, do mesmo autor.

Pelos mesmos motivos, que invocamos quando da análise daquela, nosso parecer é **contrário** a esta.

Emenda Nº 15

Autor: Deputado Maurício Toledo

Matéria: Nova redação ao artigo 8º e seus parágrafos 1º e 2º.

O nobre Deputado, como outros congressistas, pretende estabelecer o critério da apresentação - proporcional, para a escolha dos delegados das Assembleias Legislativas.

Nos termos de nossa manifestação anterior, ao ensejo do exame de proposições semelhantes, nosso parecer é **contrário** à presente Emenda.

Emenda Nº 16

Autor: Deputado Francisco Amaral

Assunto: Alteração do artigo 8º do projeto
Esta Emenda é semelhante à apresentada pelo nobre Deputado Antônio Mariz.

Pelos mesmos motivos aduzidos, ao ensejo do exame da Emenda de nº 8, somos de parecer **contrário** a esta.

Emenda Nº 17

Autor: Deputado Antônio Mariz

Assunto: Altera o artigo 8º do Projeto
É semelhante às de nºs 8 e 16, já examinadas.

Nosso parecer, pois, é **contrário**.

Emenda Nº 18

Autor: Senador Franco Montoro

Assunto: Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 8º do Projeto.

Esta Proposição procura complementar a Emenda de nº 6, do mesmo autor.

Pelas razões aduzidas, quando do exame daquela, nosso parecer também é **contrário** a esta.

Emenda nº 19

Autor: Deputado Adhemar Ghisi.

Assunto: Altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 8º.

Esta Proposição cuida da matéria já regulada, com mais clareza, no Projeto originário do Poder Executivo.

Por isso, nosso parecer é **contrário** à referida Emenda.

Emenda nº 20

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 8º.

Esta Emenda é semelhante a outras já examinadas e que pretenderam alterar o critério, para a escolha dos delegados.

Pelas razões anteriormente aduzidas, assim, nosso parecer é **contrário** à referida Proposição.

Emenda nº 21

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 8º do Projeto.

Esta Emenda é semelhante à de nº 20.

Portanto, lhe oferecemos, também parecer **contrário**.

Emenda nº 22

Autor: Senador Clodomir Millet

Assunto: Visa a substituir os artigos 9º, 10, 11 e 12.

A Emenda cuida da matéria já regulada no Projeto, de maneira satisfatória, bem como constante da legislação eleitoral.

Uma lei complementar, como já frisamos não deve ser tão casuística e nem afastar-se muito do preceito constitucional que visa regulamentar.

Por isso, nosso parecer é **contrário** a esta Emenda.

Emenda nº 23

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Dá nova redação ao inciso II do artigo 10.

A Emenda visa a dispensar o reconhecimento de firma.

A matéria é irrelevante.

Preferimos, por isso, ficar com exigência contida no Projeto governamental.

Nosso parecer, assim, é **contrário** à aludida emenda.

Emenda nº 24

Autor: Deputado Laerte Vieira.

Assunto: Acrescenta item IV ao artigo 10

Esta Emenda busca estabelecer que, juntamente com outros documentos, que deverá instruir o pedido de registro de candidato, deva figurar mais a declaração de bens, e que constem a origem e as mutações patrimoniais.

Já se disse que uma lei complementar não se deve afastar muito do preceito constitucional que objetiva complementar. No caso se trata de uma lei processual.

Essa exigência, como bem frisa o ilustre Deputado, está contida no Código Eleitoral Lei nº 4.737, de 15/7/65, artigo 94, § 1 inciso VI. Não há necessidade de reprodução do preceito, pois o mesmo deverá ser observado, quando do encaminhamento do pedido de registro, perante a Mesa do Senado Federal.

Aliais, a Lei de Intrusão ao Código Civil, que nos ocorre invocar, dispõe, expressamente:

"Art. 2º Não se destinando a vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, nem modifica a lei anterior."

Embora louvando o espírito de vigilância do nobre Deputado Laerte Vieira, nosso parecer é **contrário** à Emenda nº 24.

Emenda nº 25

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Acrescenta um inciso ao artigo 10.

Esta Emenda é repetição da de nº 24.

Pelos mesmos motivos, invocados anteriormente, somos **contrários** à sua aprovação

Emenda nº 26

Autor: Deputado Adhemar Ghisi

Assunto: Acrescenta item IV ao artigo 10 do Projeto.

A matéria de que trata esta Emenda já está regulada no Projeto, bem como na legislação eleitoral.

Nosso parecer, portanto, é **contrário** à referida Emenda.

Emenda nº 27

Autor: Deputado Adhemar Guisi

Assunto: Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 10.

Esta matéria já está devidamente disciplinada.

Nosso parecer, portanto, é **contrário** à Emenda.

Emenda nº 28

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Nova redação ao parágrafo único do art. 10.

Esta matéria também já está devidamente disciplinada.

Nosso parecer, portanto, é **contrário** à aludida Emenda.

Emenda nº 29

Autor: Deputado Francisco Amaral

Assunto: Acrescenta parágrafo ao artigo 10.

Esta matéria já está convenientemente disciplinada.

Nosso parecer, assim, é **contrário** à referida Emenda.

Emenda nº 30

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Nova redação ao artigo 12.

Esta matéria já está devidamente disciplinada.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 31

Autor: Deputado Adhemar Ghisi

Assunto: Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 13.

Esta Emenda é redacional. Em nada altera o Projeto.

Somos, por isso, pela sua **aprovação**.

Emenda nº 32

Autor: Senador Clodomir Millet

Assunto: Altera o parágrafo único do artigo 13.

A Emenda é irrelevante. Entretanto, em homenagem à inteligência e ao zelo, sempre demonstrado pelo ilustre Senador, em assuntos desta natureza, apresentamos parecer **favorável** à Emenda, com Subemenda, para conservar a exigência da publicação, no **Diário do Congresso Nacional** do Edital, e incluir mais a faculdade de sua publicação no **Diário Oficial**.

Oferecemos, assim, a seguinte:

Subemenda à Emenda nº 32

Acrescente-se logo após a expressão **Diário do Congresso Nacional** as palavras "ou no **Diário Oficial**".

Emenda nº 33

Autor: Deputado Adhemar Ghisi.

Assunto: Acrescenta item ao parágrafo único do artigo 13.

Esta providência poderá ser tomada, sem necessidade de constar do texto da Lei Complementar.

Assim, oferecemos **Parecer contrário** à presente Emenda.

Emenda nº 34

Autor: Deputado Fernando Cunha.

Assunto: Substitui a redação dos artigos 14 e 15 do Projeto.

Esta providência se justificaria se vigorasse, no Brasil, o sistema parlamentar de governo.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 35

Autor: Senador Clodomir Millet.

Assunto: Altera redação do artigo 14.

A matéria já está devidamente regulada.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 36

Autor: Senador Nelson Carneiro

Assunto: Acrescenta parágrafo ao artigo 15 do Projeto.

Esta Emenda dispõe que os membros do Colégio Eleitoral não estão obrigados à fidelidade partidária.

Todavia, convém lembrar que os membros do Colégio Eleitoral possuem o dever de fidelidade partidária.

A propósito, vale recordar o que preceitua nossa Constituição, em seu art. 152.

"Art. 152. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

- I —
- II —
- III —
- IV —
- V — disciplina partidária.
- VI —
- VII —
- VIII — proibição de coligações partidárias.

Parágrafo único. Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido assegurado o direito de ampla defesa."

A orientação aos membros do Colégio Eleitoral, para votarem ou deixarem de votar nos candidatos, deverá ser dada pelos partidos políticos. É, pois, assunto de sua economia interna. (Art. 72 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos — Lei nº 5.682, de 20/7/1971.)

A emenda, assim, é manifestamente inconstitucional e inconveniente.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 37

Autor: Senador Clodomir Millet

Assunto: Acrescenta artigo ao Projeto.

Lei Complementar não deverá ser casuística. A Constituição e a legislação ordinária estabelecem, claramente, a competência da Justiça Eleitoral, inclusive a de expedir instruções.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 38

Autor: Senador Clodomir Millet.

Assunto: Altera o artigo 20.

Pretende o eminente Senador transferir para as Assembleias Legislativas o encargo de atenderem as despesas com o transporte dos delegados.

É sabido que há Estados que teriam dificuldades em cumprir tal determinação.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 39

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Acrescenta parágrafo ao artigo 20.

Esta Emenda trata de matéria que deverá ser disciplinada pela Mesa do Senado.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 40

Autor: Senador Fernando Cunha

Assunto: Acrescenta parágrafo ao artigo 20.

Esta Emenda é igual à anterior.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 41

Autor: Senador Clodomir Millet

Assunto: Acrescenta artigo no Capítulo das Disposições Gerais e Transitórias do Projeto.

A matéria já está contida na Legislação que regula a competência da Justiça Eleitoral, no cumprimento das Leis.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 42

Autor: Deputado Aldo Fagundes

Assunto: Acrescenta artigo, onde couber.

Esta matéria relativa à propaganda eleitoral, já está regulada em lei.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 43

Autor: Deputado Alencar Furtado

Assunto: Acrescenta artigo, onde couber.

A providência proposta se justificaria se vigorasse, no Brasil, o sistema parlamentar de Governo. No presidencialismo, em que o Chefe do Estado é, ao mesmo tempo, do Governo, não se deve estabelecer esta exigência.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 44

Autor: Senador Clodomir Millet

Assunto: Acrescenta artigo ao Projeto.

O assunto já está regulado na legislação ordinária, além de ser da economia interna das Organizações Partidárias.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 45

Autor: Deputado Francisco Amaral.

Assunto: Inclui artigo no Projeto.

O assunto já está devidamente disciplinado.

Parecer **contrário**.

Emenda nº 46

Autor: Deputado João Menezes

Assunto: Acrescenta artigo ao Projeto.

Esta providência contraria o princípio da fidelidade partidária.

Parecer **contrário**.

Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação do Projeto de Lei Complementar, originário do Poder Executivo, das Emendas nºs. 31 e 32 (com Subemenda) e da rejeição das demais Emendas.

Este é, salvo melhor juízo, nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1973.—Sen. Daniel Krieger, Presidente—Dep. Lauro Leitão, Relator — Dep. Álvaro Gaudêncio — Sen. Wilson Gonçalves — Sen. José Sarney — Sen. Ney Braga — Dep. Chaves Amarante — Dep. Osmar Leitão — Dep. Aldo Fagundes (com voto em separado) — Dep. J. G. de Araújo Jorge, (com voto em separado) — Sen. Fausto Castelo-Branco — Dep. Joel Ferreira, voto vencido — Sen. Adalberto Senna, vencido com declaração de voto — Sen. Helvídio Nunes — Dep. Raimundo Parente — Sen. Cattete Pinheiro — Sen. Flávio Brito — Dep. José Bonifácio — Sen. Wilson Campos — Dep. Januário Feitosa — Sen. Antônio Carlos — Dep. Tourinho Dantas.

VOTO EM SEPARADO Ao Projeto de Lei nº 9, de 1973 (CN) Complementar

Certamente, a Ata dos trabalhos da Sessão de ontem há de registrar as intervenções dos quatro representantes da Minoria nesta Comissão Mista.

Pelas emendas apresentadas e defendidas pelos requerimentos formulados: primeiro, adiamento da discussão e, depois, vista do parecer, bem como pelos discursos pronunciados no Plenário da Comissão, os representantes da Minoria procuraram atenuar a feição autoritária do projeto governamental, pela inclusão nele de disposições que o democratizassem, tanto quanto possível.

Nada foi aceito do que se postulou em emenda, sendo que de nossas teses muitas foram também defendidas por ilustres Congressistas da ARENA.

Em essência, para que de eleição indireta se pudesse falar, buscou o MDB:

a) a proporcionalidade da representação das delegações estaduais;

b) a supressão da fidelidade partidária na votação, para caracterizar a soberania do Colégio Eleitoral;

c) a propaganda eleitoral pelo rádio e a TV;

d) o comparecimento dos candidatos perante o Congresso Nacional para exposição do seu programa de governo;

e) e outros dispositivos indicados pela boa técnica legislativa para aprimorar o texto do projeto.

Nada adiantou. É incrível que, em um projeto que vai ao detalhe de falar em reconhecimento de firma em documento, o Relator tenha achado, despiçando não exigir a apresentação da declaração de bens dos candidatos.

Tudo foi feito acodadamente, sem tempo material até para a apresentação formal do parecer do Relator, que ficou com diversos erros de datilografia e troca de palavras, explicáveis perfeitamente pela pressa com que foi elaborado. E isto depois que a Oposição assinalou o fato de o prazo para o parecer ir até 9 de agosto próximo vindouro.

Destaque-se que foram oferecidas 46 emendas. E, em 24 horas, o Relator estudou, pesquisou, debateu, analisou, decidiu, aceitou e rejeitou — sobretudo rejeitou — liquidou enfim, todo o empenho de participação dos Congressistas. Note-se, ainda, que o volume das emendas tem mais de 100 folhas e o parecer, mais de 50. Tudo em 24 horas. Pode-se falar em estudo sério e debate consciencioso?

É inexplicável que, para matéria desta relevância: uma Lei Complementar, os fatos se tenham processado deste modo. Isto soa como ânsia da Maioria em prestar serviço ao Poder Executivo e, é claro, tal procedimento não tem a nossa concordância.

Perante a opinião pública já está patenteado o esforço feito pela Minoria.

Com estas considerações, votaremos contrariamente ao parecer, ressalvadas as emendas que foram destacadas.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1973.
— Deputado Aldo Fagundes — Deputado JG de Araújo Jorge — Deputado Joel Ferreira — Senador Adalberto Senna.

DECLARAÇÃO DE VOTO

A rejeição da emenda nº 7, subscrita pelo Presidente Nacional do MDB, Sr. Ulysses Guimarães, com o fim de estabelecer a representação proporcional das delegações estaduais, consoante as duas legendas partidárias, deixa claro que não serão aceitas as proposições tendentes a democratizar o projeto governamental.

Desta forma, não há mais sentido para a permanência da representação da Minoria nesta Comissão, que dela se retira neste momento.

Levaremos para o Plenário do Congresso Nacional a luta que continua, em nome da Democracia e da Liberdade.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1973.
— Senador Adalberto Senna — Deputado Aldo Fagundes — Deputado JG de Araújo Jorge — Deputado Joel Ferreira.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Filinto Müller, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

SENADO FEDERAL

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 30, de 1973

Aprova os textos do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Togolesa, em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Art. 1º São aprovados os textos do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Togolesa, em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1973.
— Filinto Müller, Presidente do Senado Federal.

ACORDO CULTURAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA TOGOLESA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa, FIÉIS aos altos ideais da Carta das Nações Unidas;

DESEJOSOS de reforçar e de estreitar as relações culturais entre seus países, de modo a realizarem uma cooperação frutífera nos domínios literário, artístico, científico, técnico e universitário;

ANIMADOS do desejo de ver prosseguir a obra de aproximação entre o Brasil e o Togo;

DECIDIRAM concluir um Acordo Cultural e, para esse fim, designaram como seus Plenipotenciários:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República Togolesa, Sua Excelência o Senhor Joachim Hunledé, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Os quais, após haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a proteger e a desenvolver, na medida de suas possibilidades, as relações entre os dois países nos Planos científico, técnico, universitário, esportivo e, particularmente, nos campos artístico e cultural, de modo a contribuir para o melhor conhecimento das respectivas culturas e atividades naqueles setores.

ARTIGO II

Cada Parte Contratante compromete-se a facilitar a criação de centros destinados à difusão dos valores culturais da outra Parte.

ARTIGO III

As Partes Contratantes empenharão os melhores esforços para promover o intercâmbio entre os dois países de conferencistas, professores universitários, pesquisadores, especialistas, técnicos e outras pessoas que exerçam suas atividades nos campos da educação, da ciência e da cultura.

ARTIGO IV

Cada Parte Contratante estudará a possibilidade de conceder anualmente bolsas de estudo a estudantes, técnicos, pesquisadores e artistas, da outra Parte.

ARTIGO V

As Partes Contratantes comprometem-se a proceder ao exame das condições nas quais poderá ser reconhecida, para fins universitários, a equivalência entre os diplomas e títulos universitários expedidos nos dois países.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes encorajarão a cooperação no domínio cinematográfico, através do intercâmbio de filmes culturais e a organização de festivais de cinema.

ARTIGO VII

Cada Parte Contratante compromete-se a estimular a organização no território da outra Parte de exposições científicas e artísticas e de conferências, concertos e representações teatrais, assim como de competições esportivas.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes conceder-se-ão mutuamente, segundo processo a ser determinado, de acordo com a legislação em vigor, todas as facilidades para a entrada, nos respectivos territórios, de livros, jornais, revistas, reproduções musicais e artísticas e filmes destinados a estabelecimentos de caráter educativo e cultural.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes encorajarão o intercâmbio de programas culturais e artísticos em suas emissoras de rádio e televisão.

ARTIGO X

Cada Parte Contratante se compromete a conceder aos nacionais da outra Parte as mesmas condições de acesso a seus monumentos, instituições científicas, centros de pesquisas, bibliotecas, arquivos públicos e outras instituições culturais, de que gozam seus próprios nacionais.

ARTIGO XI

Sempre que houver necessidade, as Partes Contratantes consultar-se-ão sobre a oportunidade de organizar no Brasil ou no Togo uma reunião de uma Comissão Cultural Mista brasileiro-togolesa encarregada de velar pela aplicação do presente Acordo.

ARTIGO XII

O presente Acordo, concluído sem limitação de tempo, entrará em vigor após a troca pelas Partes Contratantes das notificações relativas à sua ratificação, em conformidade com os procedimentos constitucionais respectivos.

Cda uma das Partes poderá solicitar a revisão parcial ou total do Acordo ou denunciá-lo, mediante a entrega à outra Parte de uma notificação por escrito. A modificação solicitada deve ser negociada por via diplomática dentro do período de três meses seguintes à notificação.

Em caso de denúncia, o Acordo expirará seis meses após a data da entrega por uma das Partes à outra da competente notificação.

FEITO em Lomé, aos 3 dias do mês de novembro de 1972, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e francesa, ambos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Mário Gibson Barboza.**

Pelo Governo da República Togolesa: **Joachim Hunledé.**

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA TOGOLES

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa.

DESEJOSOS de promover o conhecimento mútuo e uma melhor compreensão entre os dois países;

CONSIDERANDO a necessidade de criar condições que permitam o acesso às experiências e conhecimentos específicos, adquiridos pelas Partes Contratantes, nos campos industrial, agrícola, científico e de administração pública;

CONVENCIDOS de que esse intercâmbio de experiências e conhecimentos específicos poderá ser de aplicação imediata e de

rendimento eficaz, tendo em vista tratarem-se de países em vias de desenvolvimento com condições ecológicas tropicais semelhantes;

DESEJOSOS, ainda, de acelerar a formação e aperfeiçoamento de seus quadros técnicos;

CONVIERAM no seguinte:

Artigo I

As Partes Contratantes organizarão visitas de estudos de funcionários de alto nível, encarregados da concepção, formulação e execução dos planos e programas de desenvolvimento de seu país, para conhecer as condições existentes na outra Parte, nos campos agrícola, industrial, científico, de administração pública e da metodologia de formação e aperfeiçoamento de quadros técnicos.

Artigo II

Com base nos conhecimentos adquiridos durante essas visitas, e após a elaboração de programas de cooperação técnica que poderão resultar delas, será decidido:

- a) o envio de técnicos, individualmente ou em grupos;
- b) a troca de informações sobre assunto de interesse comum;
- c) o envio de equipamento indispensável à realização de um projeto específico; e
- d) o treinamento e aperfeiçoamento profissional em todos os campos mencionados.

Artigo III

Os programas e projetos de treinamento e aperfeiçoamento profissional poderão ser realizados, quer através do recebimento de bolsistas, quer através do envio de professores ou pessoal técnico qualificado.

Artigo IV

As Partes Contratantes procurarão, na medida do possível, vincular os programas e projetos, mencionados no Artigo II, a programas e projetos já em execução.

Artigo V

Cada Parte poderá designar, para a execução de programas ou projetos específicos, entidades públicas ou privadas.

Artigo VI

Os técnicos e professores, designados por uma das Partes, fornecerão aos técnicos e professores da outra Parte todas as informações úteis sobre técnicas, práticas e métodos aplicáveis nos seus respectivos campos, bem como os princípios sobre os quais se assentam esses métodos.

Artigo VII

A Parte Contratante que receber técnicos e professores tomará todas as medidas necessárias para facilitar sua missão.

Artigo VIII

Na preparação de um programa de cooperação técnica, ou de um projeto específico, as Partes Contratantes definirão, de comum acordo, o modo de seu financiamento.

Artigo IX

Cada uma das Partes Contratantes aplicará aos técnicos, professores e estagiários da outra Parte, bem como às suas famílias e parentes, as disposições que vigoram para o pessoal das Nações Unidas em seu território, no que se refere a privilégios e imunidades.

A mesma regulamentação se aplicará à entrada no país de equipamento enviado pela outra Parte Contratante, destinado a um projeto específico.

Artigo X

O presente Acordo entrará em vigor após a troca de notificação pelas Partes Contratantes da conclusão das respectivas formalidades constitucionais.

Artigo XI

O presente Acordo, concluído por um período ilimitado, permanecerá em vigor até que seja denunciado por uma ou outra das Partes Contratantes, através de notificação prévia de seis meses, por escrito.

A denúncia não afetará os programas e projetos em fase de execução, salvo quando as Partes convierem de maneira diversa.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, representantes autorizados do Governo da República Federativa do Brasil, de um lado, e do Governo da República Togolesa, de outro lado, firmaram o presente Acordo, em dois exemplares, nos idiomas português e francês, os dois textos igualmente autênticos.

FEITO em Lomé, aos 3 dias do mês de novembro de 1972.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Mário Gibson Barboza.**

Pelo Governo da República Togolesa: **Joachim Hunledé.**
Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, Filinto Müller, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº 22, de 1973**

Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operações de crédito externo até o limite de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinadas à aquisição de equipamentos necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Art. 1º É a Prefeitura do Município de São Paulo autorizada a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, com aval da União, operações de crédito externo, até o limite de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, destinadas à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros (SCAP), sobressalentes e serviços oriundos do exterior, necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Art. 2º As operações de crédito externo a que se refere o artigo anterior realizar-se-ão nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de operações da espécie obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, as disposições da Lei nº 7.901, de 14 de maio de 1973, publicada no *Diário Oficial* do Município de São Paulo no dia 15 de maio de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de junho de 1973.
— **Filinto Müller**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, Filinto Müller, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº 23, de 1973**

Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S.A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para repasse ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER.

Art. 1º É o Governo do Estado do Ceará autorizado a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S.A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, junto ao European Brazilian Bank — EUROBRÁS, de Londres, Inglaterra, destinado ao financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, especialmente a CE-75 — Rodovia da Confiança, a cargo do DAER — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Art. 2º A operação de empréstimo a que se refere o artigo anterior realizar-se-á nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de operações da espécie obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, as disposições da Lei nº 9.708, de 14 de junho de 1973, publicada no *Diário Oficial* do Estado no dia 15 de junho de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de junho de 1973.
— **Filinto Müller**, Presidente do Senado Federal.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 83ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1973****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados**

— Encaminhando à revisão do Senado autógrafos das seguintes matérias:

— Projeto de Lei da Câmara nº 38/73 (nº 1.293-B/73, na origem), que concede pensão especial a João Gomes Monteiro, ex-combatente da Marinha Mercante Nacional, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 39/73 (nº 1.286-B/73, na origem), que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Pesquisa Científica e Tecnológica, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 40/73 (nº 1.298-B/73, na origem), que fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Artesanato, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 41/73 (nº 654-B/72, na origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

1.2.2 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 14/73 (nº 107-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, no Cairo, a 31 de janeiro de 1973.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 23/73 (nº 108-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Nigéria, em Lagos, a 16 de novembro de 1972.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 26/73 (nº 105-C/73, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo Cultural e do Acordo de Cooperação Técnica firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Unida dos Camarões, (CAMERUM) em laundé, a 14 de novembro de 1972.

1.2.3 — Expediente Recebido

Lista nº 10, de 1973.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Substituições de membros, determinadas pela Presidência, de acordo com solicitação das Lideranças, na Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 9/73-CN (Complementar), que regula a composição e o funcionamento do Colégio que elegerá o Presidente da República.

— Recebimento da complementação dos documentos necessários à tramitação do Ofício nº S/12/73 (nº GG-292/73, na origem), do Governador do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal, no sentido de que aquele Estado possa contrair empréstimo externo.

— Designação de Srs. Senadores para representar o Senado no III Encontro Regional de Produtores Rurais das Regiões Nordeste e Leste, a ser realizado em Recife, no período de 18 a 20 de julho próximo.

1.2.5 — Ofício

— Dos Observadores Parlamentares, encaminhando à Presidência o Relatório da tarefa realizada junto ao XXVIIº Período de Sessões da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

1.2.6 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 81/73, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo ao artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, determinando o pagamento de indenização, em dobro, para a mulher despedida por motivo de casamento ou de gravidez.

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 126/73, de urgência para o Ofício nº S/13/73 (nº P.088/73, na origem), do Prefeito de São Paulo solicitando autorização do Senado Federal para que a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, possa contrair empréstimo externo até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação e Passageiros (SCAP), sobressalentes e serviços oriundos do exterior.

— Nº 127/73, de urgência para o Ofício nº S/12/73 (nº GG-292/73, na origem), do Governador do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que o Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, possa contrair empréstimo externo a ser concedido pela European Brazilian Bank — EUROBRAS, de Londres, Inglaterra, no montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), destinado ao financiamento do Programa Estadual de Estradas de Rodagem.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 15/73 (nº 91-B/73, na Câmara), que aprova os textos do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Togolesa, em Lomé, a 3 de novembro de 1972. **Aprovada**, à promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 9/73 (nº 92-B/73, na Câmara), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, a 30 de outubro de 1972. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 38/73-DF, que dá nova redação ao artigo 17 da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências. **Aprovado**, em segundo turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 51/73, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, que acrescenta parágrafo ao artigo 169 do Código de Processo Penal e dá outras providências. **Aprovado**, em segundo turno. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 63/73, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, que altera o art. 14 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito. **Aprovado**, em segundo turno. À Comissão de Redação.

1.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Ofício nº S/13/73 (nº P.088/73, na origem), em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 126/73 — lido no Expediente. **Aprovado**, nos termos do Projeto de Resolução nº 36/73, oferecido pela Comissão de Finanças, como conclusão de parecer proferido pelo Sr. Senador Cattete Pinheiro, e após pronunciamento do Sr. Senador José Lindoso, em nome da Comissão de Constituição e Justiça. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 36/73. **Aprovada**, à promulgação.

— Ofício nº S/12/73 (nº GG-292/73, na origem), em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 127/73 — lido no Expediente. **Aprovado**, nos termos do Projeto de Resolução nº 37/73, oferecido pela Comissão de Finanças, como conclusão de parecer proferido pelo Sr. Senador Virgílio Távora, e após pronunciamento do Sr. Senador Wilson Gonçalves, em nome da Comissão de Constituição e Justiça. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 37/73. **Aprovada**, à promulgação.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 38/73-DF (constante do item 3 da Ordem do Dia). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 128/73, à sanção.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63/73 (constante do quinto item da Ordem do Dia). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 129/73. À Câmara dos Deputados.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ADALBERTO SENA — Lançamento da I Missão Comercial Brasileira a Países da África, como consequência da instituição, em 1968, da Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

SENADOR FLÁVIO BRITTO — Apelo ao Ministro Moura Cavalcanti no sentido de solucionar problema criado por decisão da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, referente à proibição da saída de vacina contra aftosa para os demais Estados.

SENADOR ANTÔNIO FERNANDES — Trabalho desenvolvido pela CEPLAC em favor da lavoura cacaueteira, capacitando-a para responder às solicitações do mercado internacional.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Considerações sobre medida anunciada pelo INCRA em promover a execução dos débitos reivos ao Imposto Territorial Rural.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Manifestação de pesar pelo falecimento do sertanista Francisco Meireles.

O SR. PRESIDENTE — Fala de encerramento do primeiro período da presente Sessão Legislativa.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2. — PUBLICAÇÕES

— Parecer nº 252, de 1973, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1973 (nº 1.143-B/73, na Casa de origem), que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

— Parecer da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1973 (nº 1.208-B/73, na origem), que "autoriza o Poder Executivo a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), e dá outras providências.

3 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 75ª Sessão, realizada em 25.6.73

— Ata da 76ª Sessão, realizada em 25.6.73

- Ata da 77ª Sessão, realizada em 26.6.73
- Ata da 79ª Sessão, realizada em 27.6.73
- Ata da 81ª Sessão, realizada em 28.6.73
- Ata da 82ª Sessão, realizada em 28.6.73

4 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO

5 — ATAS DAS COMISSÕES (Publicadas em Suplemento a este Diário).

6 — RELATÓRIOS DE COMISSÕES (Publicados em Suplemento a este Diário.)

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 83ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

- EXTRAORDINÁRIA -

PRESIDÊNCIA DO SENHOR FILINTO MÜLLER

Às 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

DO SR. 1º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 38, de 1973
(nº 1.293-B/73, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Concede pensão especial a João Gomes Monteiro, ex-combatente da Marinha Mercante Nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a João Gomes Monteiro, ex-combatente da Marinha Mercante Nacional, pensão especial mensal, equivalente ao valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 2º A pensão de que trata esta lei será, por morte, transferível para a família do beneficiário, na forma do Art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, revertendo, entre os familiares, de acordo com o Art. 7º da mesma lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correm à conta da dotação orçamentária de Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda — destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 167, DE 1973, DO PODER EXECUTIVO

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, e para ser apreciado nos prazos nele referidos, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo projeto de lei que "Concede pensão especial a João Gomes Monteiro, ex-com-

batente da Marinha Mercante Nacional, e dá outras providências."

Brasília, em 5 de junho de 1973. — Emílio G. Médici.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 199, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1972, DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

João Gomes Monteiro, quando do último conflito mundial, tripulando navios da frota mercante brasileira, tomou parte em diversos comboios de abastecimento, em missões de operação de guerra. Nessa conformidade, veio a pleitear uma pensão junto ao Ministério da Marinha, ao qual estava vinculada à Marinha Mercante durante a 2ª Grande Guerra, entretanto, a Lei número 5.315, de 12.7.67, regulamentada pelo Decreto nº 61.705, de 13 de novembro de 1967 prevê ao ex-combatente o direito de ser nomeado em cargo público e, em caso de incapacidade física, a aposentadoria no cargo pleiteado, ou a reforma pelo Ministério Militar na graduação então ocupada.

Todavia, a legislação que ampara os ex-combatentes não prevê a concessão de pensão no caso da inaplicabilidade do aproveitamento ou da reforma, no entanto, o interessado apresenta documentos que possibilitam a sua nomeação para o cargo público como lhe é de direito, com base nos dispositivos legais retrocitados, entretanto: Diretoria do Pessoal Civil deste Ministério constatou que o mesmo ultrapassou a idade limite de permanência no serviço público civil, prevista no artigo 176, item I, da Lei nº 1.711-52, tornando, assim, impraticável seu aproveitamento, consequentemente eliminando também a hipótese de sua aposentadoria no cargo pleiteado, eis que não haverá posse.

Consultado o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) o mesmo considera não poder aplicar a reforma como Militar, uma vez que o interessado jamais ocupara posto ou graduação, no qual pudesse obter a situação de inativo militar (Fls. 1-2), e por isso, concluiu também a impossibilidade de posse e simultânea constatação de invalidez para ocupar cargo público, que importaria na concessão de aposentadoria, razão pela qual poderá ser deferida uma pensão especial, já que à ancianidade por si só presume a sua incapacidade física, ficando desta forma, atendido o privilégio que é assegurado ao ex-combatente, pelo artigo 178, letra (b), d Constituição Federal de 1967, atual 197 letra (b) da Emenda Constitucional nº 1.

Diante do acima exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anteprojeto de lei em anexo, em que se propõe a concessão de pensão especial ao ex-combatente João Gomes Monteiro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

— **Adalberto de Barros Nunes**, Ministro da Marinha.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.373 — DE 12 DE MARÇO DE 1958

Dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.

Art. 5º Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:

I — Para percepção de pensão vitalícia:

a) a esposa, exceto a desquitada que não receba pensão de alimentos;

b) o marido inválido;

c) a mãe viúva ou sob dependência econômica preponderante do funcionário, ou pai inválido, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo;

II — Para a percepção de pensões temporárias:

a) o filho de qualquer condição, ou enteadado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;

b) o irmão, órfão de pai e sem padastro, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem neteados.

Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.

Art. 7º Por morte dos beneficiários ou perda da condição essencial à percepção das pensões, estas reverterão:

I — A pensão vitalícia — para os beneficiários das pensões temporárias;

II — As pensões temporárias — para os seus co-beneficiários, ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

À Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 39, de 1973

(nº 1.286-B/73, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Pesquisa Científica e Tecnológica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos níveis de classificação dos cargos integrantes do Grupo-Pesquisa Cien-

tífica e Tecnológica, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, correspondem os seguintes vencimentos:

Níveis	Vencimentos Mensais (Cr\$)
PCT-5	5.700,00
PCT-4	5.100,00
PCT-3	4.300,00
PCT-2	3.800,00
PCT-1	3.500,00

Art. 2º As gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções, referentes aos cargos que integrarão o Grupo-Pesquisa Científica e Tecnológica, ficarão absorvidas, em cada caso, pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

Parágrafo único. A partir da vigência dos decretos de transposição de cargos para as Categorias Funcionais do Grupo a que se refere esta lei, cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo, bem como de todas as outras que, a qualquer título, venham sendo por eles percebidas, ressalvados, apenas, o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço.

Art. 3º O ingresso nas classes das Categorias Funcionais integrantes do Grupo-Pesquisa Científica e Tecnológica far-se-á em virtude de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com os critérios estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Somente poderão inscrever-se no concurso brasileiros que possuam diploma de curso superior, ou habilitação legal equivalente, correlato com o campo da atividade de pesquisa para a qual se realizar o concurso.

Art. 4º Os vencimentos fixados no Art. 1º desta lei vigorarão a partir da data dos decretos de inclusão de cargos no novo sistema, a que se refere o parágrafo único do Art. 2º.

Art. 5º Na aplicação do disposto no parágrafo 1º do Art. 10 do Decreto-lei nº 1.256, de 26 de janeiro de 1973, ficam absorvidas, no novo provimento, todas as importâncias referentes a gratificações, parcelas, vantagens, absorções, abonos ou quaisquer outros complementos salariais que deixem de ser pagos ao pessoal em atividade em decorrência da implantação da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em relação a cada Grupo de Categorias Funcionais, inclusive os de que tratam as Leis nºs 5.845, de 6 de dezembro de 1972, e 5.846, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários do Órgão ou entidade, completados, quando necessário, por outras fontes, inclusive o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 161, DE 1973, DO PODER EXECUTIVO

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição do Motivos do Senhor Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, o anexo Projeto de Lei que "fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Pesquisa Científica e Tecnológica, e dá outras providências".

Brasília, em 31 de maio de 1973. — **Emílio G. Médici**.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 405, DE 25 DE MAIO DE 1973, DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Na formulação de sua estratégia, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ao emprestar especial destaque à implementação da Política Científica e Tecnológica, enfatiza, entre outros objetivos, a necessidade de "... ordenar e acelerar a atuação do Governo, mediante:

— **Revigoração da carreira de pesquisador**, nas principais instituições de pesquisa do Governo Federal (administração direta e autarquias), de modo que permita condições de trabalho adequadas, principalmente em tempo integral com regime de remuneração satisfatório e com perspectivas de ascensão funcional. Comissão integrada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, DASP e CNPq irá propor as bases dessa reformulação."

2. Em cumprimento a essa diretriz, que já se inscrevera nas "Metas e Bases para a Ação do Governo", constitui-se grupo de trabalho integrado de ilustres representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do Conselho Nacional de Pesquisas e de técnicos deste Departamento, que, depois de identificar e equacionar o problema, logrou oferecer, ainda em 1971, esquema básico para a concretização do objetivo colimado.

3. Partindo desses estudos, cuidou este Departamento de promover a sua compatibilização com os princípios em que se alicerça a política do Governo, na área de Administração de Pessoal, com vistas à elaboração do plano de classificação dos cargos de pesquisador existentes nos Ministérios e Autarquias, mediante a estruturação do Grupo II — Pesquisa Científica e Tecnológica, a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

4. A análise das atividades de pesquisa, nos diversos campos em que se comporta a investigação científica e tecnológica, fundamental ou aplicada, de desenvolvi-

mento experimental e transferência de tecnologia, permitiu escalar os cargos de Pesquisador em 5 (cinco) níveis hierárquicos, distribuindo-se pelas Categorias Funcionais de "Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza", "Pesquisador em Ciências de Saúde", "Pesquisador em Ciências Sociais e Humanas" e "Pesquisador em Tecnologia e Ciências Agrícolas".

5. Estabelece, ainda, o projeto normas disciplinadoras do processo seletivo para a transposição dos atuais ocupantes de cargos que envolvam atividades de pesquisa com as características acima indicadas, bem como disposições reguladoras da progressão funcional e do ingresso, processos em que se ressalta a participação, sempre efetiva, do Conselho Nacional de Pesquisas, Órgão incumbido de promover e coordenar, em conjunto com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o programa geral de execução do "Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico".

6. Por essa razão mesma, preocupou-se este Departamento, antes de ultimar a montagem do referido projeto, em submetê-lo à apreciação de representantes daquele Ministério e do próprio Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, os quais, inclusive, ofereceram valiosos subsídios para a elaboração das especificações de classes do Grupo.

CARGOS	1973	1974
Administração direta	7.000.000	12.000.000
Autarquias deficitárias	5.700.000	9.800.000
Autarquias superavitárias ...	78.800	—

9. Conforme tem sido salientado em expedientes anteriores, os quantitativos acima indicados resultam de projeções e estimativas, devendo a despesa, nesta primeira fase, ser atendida pelos recursos orçamentários próprios de cada Órgão, complementados se for o caso, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, considerando a sua destinação específica.

10. Nesta oportunidade, convém mais uma vez observar que, à medida que for sendo implantado o novo Plano, serão absorvidas pelos valores de vencimento ora propostos todas as vantagens e retribuições percebidas, a qualquer título, pelos ocupantes dos cargos atingidos, inclusive a gratificação de tempo integral, ressalvados apenas, a gratificação adicional e o salário-família.

11. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto referente à estruturação do Grupo-Pesquisa Científica e Tecnológica, bem como o anteprojeto de lei dispondo sobre o respectivo plano de retribuição, para o devido encaminhamento ao Congresso Nacional, caso mereça aprovação, vencendo-se, assim mais uma importante etapa do programa estabelecido por Vossa Excelência na área da política de pessoal, com vistas à valorização e dignificação da função pública.

7. Paralelamente, procedeu-se à avaliação dos cargos de acordo com a metodologia aprovada por Vossa Excelência, com vistas à elaboração do Plano de Retribuição do Grupo, encontrando-se o número de pontos correspondentes a cada classe os quais, multiplicados pelo módulo de Cr\$ 65,00 (sessenta e cinco cruzeiros), indicaram os vencimentos dos diversos níveis da escala respectiva, quais sejam:

NÍVEIS	Avaliação (pontos)	Vencimento Mensal
PCT-5	88	5.700,00
PCT-4	79	5.100,00
PCT-3	66	4.300,00
PCT-2	59	3.800,00
PCT-1	54	3.500,00

8. É importante ressaltar que a implantação gradativa do Grupo — Pesquisa Científica e Tecnológica atingirá cerca de 1.226 cargos no período provável de 19 meses, devendo ser, para tanto, despendidas, em termos genéricos, as seguintes parcelas:

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Glauco Lessa de Abreu e Silva, Diretor-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.019 — DE 20 DE

DEZEMBRO DE 1961

Complementa o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 3, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, ao Procurador, aos Auditores e aos Procuradores-Adjuntos do Tribunal de Contas da União é atribuída, pelo efetivo exercício em Brasília, uma diária correspondente a até 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Art. 2º Aos funcionários públicos federais e autárquicos, pelo efetivo exercício em Brasília é concedida uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único. O Consultor-Geral da República, o Procurador-Geral da Repúli-

ca, o 1º Subprocurador da República, os Procuradores da República lotados em Brasília, bem como os Consultores-Jurídicos e os demais membros do Serviço Jurídico da União que exerçam na atual Capital da República, em caráter permanente, as funções do seu cargo, também perceberão uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) de seus vencimentos.

Art. 3º No cálculo da remuneração dos Procuradores da República, lotados em Brasília, observar-se-á um limite de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o vencimento do Procurador-Geral da República, previsto no parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, excluídas do referido cálculo as diárias e a gratificação mensal de representação de que trata esta lei.

Art. 4º As diárias referidas nos artigos anteriores irão sendo gradual e obrigatoriamente absorvidas, na razão de 30% (trinta por cento) dos aumentos ou reajustamentos dos atuais vencimentos dos beneficiados por esta lei.

§ 1º Os funcionários públicos federais e autárquicos, que venham a ser transferidos para Brasília na vigência desta lei, não poderão, em qualquer hipótese, perceber diárias superiores à parcela ainda não absorvida, no momento, das diárias já concedidas aos funcionários de igual nível de vencimentos.

§ 2º A soma mensal das diárias mencionadas nos artigos anteriores não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao total das vantagens concedidas mensalmente, até esta data, aos servidores beneficiados por esta lei, e em cujo gozo se encontrem.

Art. 5º Somente na proporção em que forem sendo absorvidas, as diárias concedidas por esta lei serão incorporadas aos proventos da inatividade.

Art. 6º Para efeito do cálculo das diárias a que se referem os artigos 1º e 2º, os vencimentos são os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, acrescidos dos abonos de que tratam o artigo 2º, letra n, da Lei número 3.531, de 1959, e artigo 93 da Lei nº 3.782, de 12 de julho de 1960, e os artigos 6º e 7º da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, excluídas as gratificações ou acréscimos.

Art. 7º Suspender-se-á o pagamento da diária ao beneficiado pela presente lei que se afastar temporariamente, mesmo licenciado, do exercício de suas funções em Brasília, salvo nas hipóteses previstas nos itens I, II e III do art. 88 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 8º Perderá igualmente direito ao pagamento da diária o beneficiado pela presente lei que for removido ou passar a ter exercício fora de Brasília.

Art. 9º Aos Ministros do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior de Justiça e da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal e ao Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília fica assegurada a percepção da diária prevista no artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais

Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no artigo 2º da presente lei.

Art. 10. Aos Membros do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal e ao Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília fica assegurada a percepção da diária prevista no artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no art. 2º da presente lei.

Art. 11. As disposições, efeitos e benefícios previstos nos artigos anteriores não se estenderão:

a) aos inativos (Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955);

b) aos Marechais (Lei nº 1.488, de 20 de dezembro de 1951);

c) aos Membros do Conselho Nacional de Economia (Lei nº 2.696, de 14 de dezembro de 1955), enquanto não passarem a ter efetivo exercício em Brasília;

d) aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores de Autarquias que não estejam em efetivo exercício na atual Capital da República;

e) aos Juizes e Procuradores do Tribunal Marítimo ou a outros quaisquer servidores equiparados, para efeitos de vencimentos, a Membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público, quer da União, quer da Justiça do Distrito Federal, salvo se estiverem em efetivo exercício em Brasília.

Art. 12. A gratificação mensal de representação devida aos Presidentes dos Órgãos do Poder Judiciário e aos Membros do Ministério Público, em efetivo exercício em Brasília, será:

I) Presidente do Supremo Tribunal Federal Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

II) Procurador-Geral da República Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

III) Presidente do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral, 1º Subprocurador da República, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União e Presidente do Tribunal do Distrito Federal e Procurador-Geral da mesma Justiça, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros);

IV) Presidente do Tribunal do Júri do Distrito Federal, Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os Presidentes do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior

do Trabalho e Procurador-Geral da Justiça Militar terão direito à gratificação mensal de representação, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) desde que as referidas Cortes se transfiram para Brasília e a partir da efetiva instalação de seus trabalhos na Capital da República.

Art. 13. Vetado.

Art. 14. Aos Membros do Tribunal Superior Eleitoral escolhidos dentre os juristas, quando exerçam função pública, será assegurada a percepção de diárias sob o mesmo critério adotado relativamente aos Magistrados integrantes desse Tribunal.

Parágrafo único. Quando a escolha recair em jurista que não exerça função pública, ser-lhe-á atribuída diária igual à mais elevada que vier a receber, nos termos desta lei, o Membro do Tribunal que exercer função pública.

Art. 15. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial até o limite de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta lei.

Art. 16. Ficam aprovadas as diárias e ajudas de custo concedidas até esta data, a qualquer título, aos beneficiados pela presente lei, em razão da transferência da Capital da União para o Planalto Central do País.

Art. 17. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 139º da Independência e 73º da República. — **JOÃO GOULART** — Tancredo Neves — Alfredo Nasser — Angelo Nolasco — João de Segadas Viana — San Tiago Dantas — Walter Moreira Salles — Virgílio Távora — Armando Monteiro — Antônio de Oliveira Brito — A. Franco Montoro — Clovis M. Travassos — Souto Maior — Ulysses Guimarães — Gabriel de R. Passos.

LEI Nº 5.645 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1970

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos.

De Provimento em Comissão:

I — Direção e Assessoramento Superiores.

De Provimento Efetivo:

II — Pesquisa Científica e Tecnológica;

III — Diplomacia;

IV — Magistério;

V — Polícia Federal;

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização;

VII — Artesanato;

VIII — Serviços Auxiliares;

IX — Outras atividades de nível superior;

X — Outras atividades de nível médio.

Art. 3º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada Grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento

superiores da administração cujo provimento deva ser regido pelo critério da confiança, segundo for estabelecido em regulamento;

II — Pesquisa Científica e Tecnológica: os cargos com atribuições exclusivas ou comprovadamente principais, de pesquisa científica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente e não estejam abrangidos pela legislação do Magistério Superior;

III — Diplomacia: os cargos que se destinam a representação diplomática;

IV — Magistério: os cargos com atividades de magistério de todos os níveis de ensino;

V — Polícia Federal: os cargos com atribuições de natureza policial;

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais;

VII — Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de arte em suas várias modalidades;

VIII — Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior;

IX — Outras atividades de nível superior: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente;

X — Outras atividades de nível médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de grau médio ou habilitação equivalente.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras semelhantes serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o artigo 10, § 7º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Outros Grupos, com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da Administração, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º Cada Grupo terá sua própria escala de nível, a ser aprovada pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente, aos seguintes fatores:

I — Importância da atividade para o desenvolvimento nacional.

II — Complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e

III — Qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

Parágrafo único. Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para nenhum efeito.

Art. 6º A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

Art. 7º O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta lei.

Art. 8º A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

I — a implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

III — a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 9º A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistemática prevista nesta lei, processar-se-á gradativamente considerando-se as necessidades e conveniências da Administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada Grupo, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

Art. 10. O órgão central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposto pelos Ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e autarquias, dentro das respectivas jurisdições, para aprovação mediante decreto.

§ 1º O órgão central do Sistema de Pessoal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2º Para a correta e uniforme implantação do Plano, o órgão central do Sistema de Pessoal promoverá gradativamente e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

Art. 11. Para assegurar a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, haverá, em cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, uma Equipe Técnica de alto nível, sob a presidência do dirigente do órgão de pessoal respectivo, com a incumbência de:

I — determinar quais os Grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o artigo 8º desta lei;

II — orientar e supervisionar os levantamentos, bem como realizar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano; e

III — manter com o órgão central do Sistema de Pessoal os contactos necessários para correta elaboração e implantação do Plano.

Parágrafo único. Os membros das Equipes de que trata este artigo serão designados pelos Ministros de Estado, dirigentes de

órgãos integrantes da Presidência da República ou de autarquia, devendo a escolha recair em servidores que, pela sua autoridade administrativa e capacidade técnica, estejam em condições de exprimir os objetivos do Ministério, do órgão integrante da Presidência da República ou da autarquia.

Art. 12. O novo Plano de Classificação de Cargos a ser instituído em aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta lei, estabelecerá, para cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

Parágrafo único. A não observância da norma contida neste artigo somente será permitida:

a) mediante redução equivalente em outro grupo, de modo a não haver aumento de despesas; ou

b) em casos excepcionais, devidamente justificados perante o órgão central do Sistema de Pessoal, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII da Constituição e em particular, no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições, a respeito, contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 14. O atual Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, a que se refere a Lei nº 3.780 (*), de 12 de julho de 1960 e legislação posterior, é considerado extinto, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo único. A medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

Art. 15. Para efeito do disposto no artigo 108, § 1º, da Constituição as diretrizes estabelecidas nesta lei, inclusive o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único se aplicarão a classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **EMÍLIO G. MÊDICI — Alfredo Buzaid — Adalberto de Barros Nunes — Orlando Geisel — Mário Gibson Barboza — Antônio Delfim Netto — Mário David Andreatza — L. F. Cirne Lima — Jarbas G. Passarinho — Júlio Barata — Márcio de Souza e Mello — F. Rocha Lagôa — Marcus Vinicius Pratini de Moraes — Antônio Dias Leite Júnior — João Paulo dos Reis Velloso — José Costa Cavalcanti — Hygino C. Corsetti.**

LEI Nº 5.845 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1972

Fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Serviços Auxiliares do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aos níveis de classificação dos cargos integrantes do Grupo-Serviços Auxiliares, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, correspondem os seguintes vencimentos:

Níveis	Vencimentos	
	Mensais	Cr\$
SA-6	2.300,00	
SA-5	1.900,00	
SA-4	1.500,00	
SA-3	1.000,00	
SA-2	900,00	
SA-1	600,00	

Art. 2º As gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e do serviço extraordinário a este vinculado, as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções, e o auxílio para diferença de caixa, referentes aos cargos que integrarão o Grupo-Serviços Auxiliares, ficarão absorvidos, em cada caso, pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

§ 1º A partir da vigência dos decretos de transformação ou transposição de cargos para as Categorias Funcionais do Grupo-Serviços Auxiliares, cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo, bem como de todas as outras que, a qualquer título, venham sendo por eles percebidas, abrangendo, inclusive, abonos, complementos salariais e gratificações de produtividade, ressalvados, apenas, o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 2º É vedada a contratação, ou respectiva prorrogação, de serviços, a qualquer título e sob qualquer forma inclusive com empresas privadas na modalidade prevista no § 7º do artigo 10 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, bem como a utilização de colaboradores eventuais, retribuídos mediante recibo, para a execução de atividades compreendidas no Grupo-Serviços Auxiliares.

Art. 3º Os vencimentos fixados no artigo 1º desta lei vigorarão a partir da data dos decretos de inclusão de cargos no novo sistema a que se refere o § 1º do artigo anterior.

Art. 4º Observado o disposto nos artigos 8º, item III, e 12 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios dos Ministérios, Órgãos integrantes da Presidência da República e Autarquias Federais, bem como por outros recursos a esse fim destinados, na forma da legislação pertinente.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1972: 151º da Independência e 84º da República. —
EMÍLIO G. MÉDICI.

**LEI Nº 5.485 — DE 6 DE
DEZEMBRO DE 1972**

Fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo Diplomacia e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aos níveis de classificação dos cargos integrantes do Grupo Diplomacia, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 correspondem, no País, os seguintes vencimentos:

Níveis — Vencimentos mensais

D—6.....	5.400,00
D—5.....	4.900,00
D—4.....	4.200,00
D—3.....	3.700,00
D—2.....	3.000,00
D—1.....	2.400,00

Art. 2º As gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções, bem como as importâncias correspondentes a representações mensais no País, referentes aos cargos que integrarão o Grupo Diplomacia, ficarão absorvidas, em cada caso, pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

§ 1º A partir da vigência do decreto de transformação ou transposição de cargos para o Grupo a que se refere a lei, cessará o pagamento das vantagens especificadas neste artigo percebidas pelos respectivos ocupantes.

§ 2º Os vencimentos fixados no art. 1º vigorarão a partir da data do decreto de transformação ou transposição de cargos, de que trata o parágrafo anterior.

Art. 3º Observado o disposto nos arts. 8º, item III, e 12 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1973, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de dezembro de 1972: 151º da Independência e 84º da República. —
EMÍLIO G. MÉDICI.

**DECRETO-LEI Nº 1.256
DE 26 DE JANEIRO DE 1973**

Reajusta os vencimentos e salários dos servidores do Poder Executivo e dá outras providências.

Art. 10. Os servidores aposentados que satisfaçam as condições estabelecidas para transposição de cargos no decreto de estru-

turação do Grupo respectivo, previsto na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, farão jus a revisão de proventos com base nos valores de vencimento fixados no correspondente Plano de Retribuição.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será considerado o cargo efetivo ocupado pelo funcionário à data da aposentadoria, incidindo a revisão somente sobre a parte do provento correspondente ao vencimento básico.

(Às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 40, de 1973**

(nº 1.298-B/73, na Casa
de origem)

**DE INICIATIVA DO SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Artesanato, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos níveis de classificação dos cargos integrantes do Grupo-Artesanato, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, correspondem os seguintes vencimentos:

Níveis	Vencimentos Mensais (Cr\$)
ART-5	2.000,00
ART-4	1.500,00
ART-3	1.200,00
ART-2	800,00
ART-1	500,00

Art. 2º As gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e de serviço extraordinário a este vinculado, bem como as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções, referentes aos cargos que integrarão o Grupo-Artesanato, ficarão absorvidas, em cada caso, pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

Parágrafo único. A partir da vigência dos decretos de transposição de cargos para as Categorias Funcionais do Grupo de que trata esta lei, cessará, para os respectivos ocupantes, o pagamento das vantagens especificadas neste artigo, não incidindo o cálculo ou fixação de quaisquer gratificações, por eles percebidas, sobre os valores de vencimento estabelecidos no Art. 1º desta lei, ressalvada a gratificação adicional por tempo de serviço.

Art. 3º Fica vedada a contratação de serviços, com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive com empresas privadas na modalidade prevista no § 7º do Art. 10 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, bem como a utilização de colaboradores eventuais, retribuídos mediante recibo, para a execução de atividades compreendidas no Grupo-Artesanato.

Parágrafo único. À medida que for sendo implantado o Grupo de que trata esta lei, nos Ministérios, Órgãos integrantes da Presidência da República, Órgãos autônomos e Autarquias em que o regime jurídico do respectivo pessoal seja estatutário, serão extintos os empregos de artífice, porventura existentes nas respectivas tabelas de pessoal regido pela legislação trabalhista, que deverão ser suprimidos, quando vagarem, podendo, entretanto, ser transformados em cargos integrantes do mesmo Grupo, de acordo com os critérios estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 4º Somente poderão inscrever-se em concurso, para ingresso nas Categorias Funcionais do Grupo-Artesanato, brasileiros com idade máxima de quarenta anos, que possuam o grau de formação estabelecido em ato do Poder Executivo.

Art. 5º Os vencimentos fixados no Art. 1º desta lei vigorarão a partir dos decretos de inclusão dos cargos no novo sistema, a que se refere o parágrafo único do Art. 2º.

Art. 6º Observado o disposto nos artigos 8º, item III, e 12 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as despesas decorrentes da aplicação desta lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios dos Ministérios, Órgãos integrantes da Presidência da República e Autarquias federais, bem como por outros recursos a esse fim destinados, na forma da legislação pertinente.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MENSAGEM Nº 171, DE 1973,
DO PODER EXECUTIVO**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, o anexo projeto de lei que "fixa os valores de vencimento dos cargos do Grupo-Artesanato, e dá outras providências".

Brasília, 5 de junho de 1973. — **Emílio G. Médici.**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 406,
DE 25 DE MAIO DE 1973, DO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO PESSOAL CIVIL.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em cumprimento à programação aprovada por Vossa Excelência, promove-se, nesta oportunidade, a estruturação do Grupo-Artesanato, previsto no item VII do artigo 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em que se compreendem as atividades de natureza permanente, principais e auxiliares, relacionadas com os serviços de artífice em suas várias modalidades.

2. Os elementos encaminhados pelas Equipes Técnicas de alto nível, em atendimento à Instrução Normativa nº 1, de 28 de junho de 1971, deste Departamento, obtidos com base nos estudos realizados setorial-

mente a respeito das necessidades qualitativas e quantitativas de recursos humanos das unidades organizacionais, permitiram analisar e avaliar as diversas atividades de artesanato, agrupando-se aquelas situadas em áreas de formação profissional correlatas, e, como resultado, a constituição das várias Categorias Funcionais que integram o Grupo.

3. No ensejo, merece especial referência a contribuição oferecida pelos Ministérios Militares, calculada nas peculiaridades identificadas nos trabalhos de levantamento e análise das tarefas, e, principalmente, na experiência vivida nos respectivos parques industriais e setores de manutenção, onde se encontram os maiores contingentes de artífices do serviço público, sendo, também, de destacar-se a efetiva participação do Departamento de Imprensa Nacional, no fornecimento de valiosos subsídios em relação à área de artes gráficas.

4. Ainda em decorrência da análise das referidas atividades técnico-profissionais, em função de fatores pré-estabelecidos, e após promover-se a compatibilização dos trabalhos e sugestões apresentadas pelos órgãos de pessoal, verificou-se que no Grupo em exame, talvez mais do que em qualquer outro, delinham-se, nitidamente, os graus de supervisão, coordenação, orientação, controle e avaliação da produção de unidades e subunidades, do mesmo passo que se caracterizam, com precisão, os níveis de execução especializada e qualificada, circunstância que exigiu o escalonamento hierárquico de cada Categoria Funcional em 4 (quatro) classes: Mestre, Contramestre, Artífice Especializado e Artífice.

5. D outra parte, demonstrou-se imprescindível a previsão de uma Categoria, que se denominou Auxiliar de Artífice, que absorva a mão-de-obra destinada à execução de tarefas mais elementares, principalmente nos casos em que não haja formação especializada fora do Órgão, com o que se evitará, inclusive, o encarecimento do custo da produção que decorreria, necessariamente, do deslocamento de funcionários mais qualificados e experientes, integrantes das demais Categorias, para o desempenho de atribuições meramente auxiliares. A criação dessa Categoria, em nível auxiliar, apresenta, ainda, o mérito de permitir que o iniciante possa exercitar atividades inscritas em áreas de especialidades diversas, dando-se-lhe oportunidade de escolha de acordo com seus penhores vocacionais.

6. No que se refere aos demais aspectos, o projeto acompanha, quanto à forma e ao conteúdo, os atos de estruturação de outros Grupos já aprovados, cabendo, apenas, ressaltar que pela própria natureza dos serviços de artífice evidenciou-se a necessidade de imprimir-se maior flexibilidade ao método a ser observado na verificação de desempenho para a transposição ou transformação dos cargos ocupados. Para tanto, deverão ser abandonados padrões tradicionais e rígidos de aferição de conhecimentos teóricos, em favor de processos práticos e objetivos, de

que participem, diretamente, os responsáveis pelas unidades artesanais onde se desenvolvem tais serviços.

7. Ainda em consonância com o esquema e a metodologia observados em casos anteriores, promoveu-se a avaliação dos cargos integrantes das diversas Categorias do Grupo-Artesanato, que se designa pelo código ART-700, à vista dos fatores identificados na análise do respectivo conteúdo ocupacional.

8. Os pontos obtidos para cada classe, em decorrência dessa avaliação, multiplicados pelo módulo de Cr\$ 65,00 (sessenta e cinco cruzeiros), uniformemente aplicado a todos os cargos do sistema, resultou na seguinte escala de vencimentos para o Grupo de que se trata:

Nível	Pontos	Vencimentos Mensais
		Cr\$
5	31	2.000,00
4	24	1.500,00
3	18	1.200,00
2	13	800,00
1	8	500,00

9. O número de cargos existentes, que poderão ser incluídos no Grupo, é de cerca de 66.400, despendendo-se na implantação do projeto, segundo projeções e estimativas, durante o período provável de 19 meses, as seguintes parcelas:

Cargos	1973	1974
	Cr\$	Cr\$
Administração direta	154.000.000	263.000.000
Autarquias deficitárias	37.300.000	64.000.000
Autarquias superavitárias	14.100.000	24.100.000

10. A exemplo do que se tem estabelecido para outros Grupos, serão também absorvidas pelos valores de vencimento acima indicados as gratificações pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e de serviço extraordinário a este vinculado, bem como as diárias de Brasília e respectivas absorções, percebidas pelos ocupantes dos cargos transpostos para o Grupo-Artesanato, e as despesas decorrentes de sua implantação deverão ser atendidas pelos recursos a esse fim destinados.

11. Com a estruturação do Grupo de que se trata, vence-se mais uma das importantes etapas no contexto das medidas que objetivam a profissionalização e valorização do servidor, abrindo-se, ademais, novas perspectivas para a Administração atrair a seus quadros mão-de-obra técnico-profissional qualificada, que se constitui em suporte operacional indispensável no processo de desenvolvimento tecnológico e industrial do Serviço Público.

12. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto referente à estruturação do Grupo-Artesanato, bem como o anteprojeto de lei dispondo sobre o respectivo plano de retribuição para o devido encaminhamento ao Congresso Nacional, acompanhado de Mensagem, caso mereçam aprovação as proposições justificadas nesta exposição de motivos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. — **Glauco Lessa de Abreu e Silva**, Diretor-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.019 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Complementa o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 3, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, ao Procurador, aos Auditores e aos Procuradores-Adjuntos do Tribunal de Contas da União é atribuída, pelo efetivo exercício em Brasília, uma diária correspondente até 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos.

Art. 2º Aos funcionários públicos federais e autárquicos, pelo efetivo exercício em Brasília é concedida uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único. O Consultor-Geral da República, o Procurador-Geral da República, o 1º Subprocurador da República, os Procuradores da República lotados em Brasília, bem como os Consultores-Jurídicos e os demais membros do Serviço Jurídico da União que exerçam na atual Capital da República, em caráter permanente, as funções do seu cargo, também perceberão uma diária na base de até 1/30 (um trinta avos) de seus vencimentos.

Art. 3º No cálculo da remuneração dos Procuradores da República, lotados em Brasília, observar-se-á um limite de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o vencimento do Procurador-Geral da República, previsto no parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 3.414, de 20 de julho de 1958, excluídas do referido cálculo as diárias e a gratificação mensal de representação de que trata esta lei.

Art. 4º As diárias referidas nos artigos anteriores irão sendo gradual e obrigatoriamente absorvidas, na razão de 30% (trinta por cento) dos aumentos ou reajustamentos dos atuais vencimentos dos beneficiados por esta lei.

§ 1º Os funcionários públicos federais e autárquicos, que venham a ser transferidos para Brasília na vigência desta lei, não poderão, em qualquer hipótese, perceber diárias superiores à parcela ainda não absorvida, no momento, das diárias já concedidas aos funcionários de igual nível de vencimentos.

§ 2º A soma mensal das diárias mencionadas nos artigos anteriores não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao total das vantagens concedidas mensalmente, até esta data, aos servidores beneficiados por esta lei, e em cujo gozo se encontrem.

Art. 5º Somente na proporção em que forem sendo absorvidas as diárias concedidas por esta lei serão incorporadas aos proventos da inatividade.

Art. 6º Para efeito do cálculo das diárias a que se referem os artigos 1º e 2º os vencimentos são os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, acrescidos dos abonos de que tratam o artigo 2º letra n, da Lei número 3.531, de 1959, e artigo 93 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e os artigos 6º e 7º da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, excluídas as gratificações ou acréscimos.

Art. 7º Suspender-se-á o pagamento da diária ao beneficiado pela presente lei que se afastar temporariamente, mesmo licenciado, do exercício de suas funções em Brasília, salvo nas hipóteses previstas nos itens I, II e III do art. 88 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 8º Perderá igualmente direito ao pagamento da diária o beneficiado pela presente lei que for removido ou passar a ter exercício fora de Brasília.

Art. 9º Os Ministros do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, desde que as referidas cortes se transfiram para Brasília, e a partir da instalação de seus trabalhos na nova Capital da República, perceberão as diárias referidas no art. 1º da presente lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no artigo 2º da presente lei.

Art. 10. Aos Membros do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal e ao Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília fica assegurada a percepção da diária prevista no artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Por igual fica assegurada ao Procurador-Geral da Justiça e demais Membros do Ministério Público do Distrito Federal, a percepção da diária prevista no art. 2º da presente lei.

Art. 11. As disposições, efeitos e benefícios previstos nos artigos anteriores não se estenderão:

a) aos inativos (Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955);

b) aos Marechais (Lei nº 1.488, de 20 de dezembro de 1951);

c) aos Membros do Conselho Nacional de Economia (Lei nº 2.696, de 14 de dezembro de 1955), enquanto não passarem a ter efetivo exercício em Brasília;

d) aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores de Autarquias que não estejam em efetivo exercício na atual Capital da República;

e) aos Juizes e Procuradores do Tribunal Marítimo ou a outros quaisquer servidores equiparados, para efeitos de vencimentos, a Membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público, quer da União, quer da Justiça do Distrito Federal, salvo se estiverem em efetivo exercício em Brasília.

Art. 12. A gratificação mensal de representação devida aos Presidentes dos Órgãos do Poder Judiciário e aos Membros do Ministério Público, em efetivo exercício em Brasília, será:

I) Presidente do Supremo Tribunal Federal Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

II) Procurador-Geral da República Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);

III) Presidente do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral; 1º Sub-Procurador da República, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União e Presidente do Tribunal do Distrito Federal e Procurador-Geral da mesma Justiça, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros);

IV) Presidente do Tribunal do Juri do Distrito Federal, Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os Presidentes do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça do Trabalho e Procurador-Geral da Justiça Militar terão direito à gratificação mensal de representação no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) desde que as referidas Cortes se transfiram para Brasília e a partir da efetiva instalação de seus trabalhos na Capital da República.

Art. 13. Vetado.

Art. 14. Aos Membros do Tribunal Superior Eleitoral escolhidos dentre os juristas, quando exerçam função pública, será assegurada a percepção de diárias sob o mesmo critério adotado relativamente aos Magistrados integrantes desse Tribunal.

Parágrafo único. Quando a escolha recair em jurista que não exerça função pública, ser-lhe-á atribuído diária igual à mais elevada que vier a receber, nos termos desta lei, o Membro do Tribunal que exercer função pública.

Art. 15. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de até o limite de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta lei.

Art. 16. Ficam aprovadas as diárias e ajudas de custo concedidas até esta data a qualquer título, aos beneficiados pela pre-

sente lei, em razão da transferência da Capital da União para o Planalto Central do País.

Art. 17. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 14ª da Independência e 73ª da República. — João Goulart — Tancredo Neves — Alfredo Nasser — Angelo Nolasco — João de Segadas Viana — San Tiago Dantas — Walter Moreira Salles — Virgílio Távora — Armando Monteiro — Antonio de Oliveira Brito — A. Franco Montoro — Clóvis M. Travassos — Souto Maior — Ulysses Guimarães — Gabriel de R. Passos.

LEI Nº 5.645 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1970

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos.

De Provimento em Comissão:

I — Direção e Assessoramento Superiores.

De Provimento Efetivo:

II — Pesquisa Científica e Tecnológica;

III — Diplomacia;

IV — Magistério;

V — Polícia Federal;

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização;

VII — Artesanato;

VIII — Serviços Auxiliares;

IX — Outras atividades de nível superior;

X — Outras atividades de nível médio.

Art. 3º Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada Grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I — Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da administração cujo provimento deva ser regido pelo critério da confiança, segundo for estabelecido em regulamento;

II — Pesquisa Científica e Tecnológica: os cargos com atribuições, exclusivas ou comprovadamente principais, de pesquisa científica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente e não estejam abrangidos pela legislação do Magistério Superior;

III — Diplomacia: os cargos que se destinam à representação diplomática;

IV — Magistério: os cargos com atividades de magistério de todos os níveis de ensino;

V — Polícia Federal: os cargos com atribuições de natureza policial;

VI — Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais;

VII — Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de artefice em suas várias modalidades;

VIII — Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior;

IX — Outras atividades de nível superior: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente;

X — Outras atividades de nível médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de grau médio ou habilitação equivalente.

Parágrafo único. As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o artigo 10 § 7º do Decreto-lei nº 200 (*), de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º. Outros Grupos, com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da Administração, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 5º. Cada Grupo terá sua própria escala de nível, a ser aprovada pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente, aos seguintes fatores:

I — Importância da atividade para o desenvolvimento nacional.

II — Complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e

III — Qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

Parágrafo único. Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para nenhum efeito.

Art. 6º. A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

Art. 7º. O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta lei.

Art. 8º. A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

I — a implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II — o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

III — a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

Art. 9º. A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistemática prevista nesta lei, processar-se-á gradativamente considerando-se as necessidades e conveniências da Administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada Grupo, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

Art. 10. O órgão central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposta pelos Ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e autarquias, dentro das respectivas jurisdições, para aprovação mediante decreto.

§ 1º. O órgão central do Sistema de Pessoal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2º. Para a correta e uniforme implantação do Plano, o órgão central do Sistema de Pessoal promoverá gradativa e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

Art. 11. Para assegurar a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, haverá, em cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, uma Equipe Técnica de alto nível sob a presidência do dirigente do órgão de pessoal respectivo, com a incumbência de:

I — determinar quais os Grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o artigo 8º desta lei;

II — orientar e supervisionar os levantamentos, bem como realizar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano; e

III — manter com o órgão central do Sistema de Pessoal os contatos necessários para correta elaboração e implantação do Plano.

Parágrafo único. Os membros das Equipes de que trata este artigo serão designados pelos Ministros de Estado, dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República ou de autarquia, devendo a escolha recair em servidores que, pela sua autoridade administrativa e capacidade técnica, estejam em condições de exprimir os objetivos do Ministério, do órgão integrante da Presidência da República ou da autarquia.

Art. 12. O novo Plano de Classificação de Cargos a ser instituído em aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta lei, estabelecerá, para cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

Parágrafo único. A não observância da norma contida neste artigo somente será permitida:

a) mediante redução equivalente em outro grupo, de modo a não haver aumento de despesas; ou

b) em casos excepcionais, devidamente justificados perante o órgão central do Sistema de Pessoal, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

Art. 13. Observado o disposto na Seção VIII da Constituição e em particular, no seu artigo 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições, a respeito, contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 14. O atual Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, a que se refere a Lei número 3.780 (*), de 12 de julho de 1960 e legislação posterior, e considerado extinto, observadas as disposições desta lei.

Parágrafo único. À medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acesso que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

Art. 15. Para efeito do disposto no artigo 108, § 1º, da Constituição, as diretrizes estabelecidas nesta lei, inclusive o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único se aplicarão à classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMÍLIO G. MÊDICI — Alfredo Buzaid — Adalberto de Barros Nunes — Orlando Geisel — Mário Gibson Barboza — Antônio Delfim Netto — Mário David Andreazza — L. F. Cirne Lima — Jarbas G. Passarinho — Júlio Barata — Márcio de Souza e Mello — F. Rocha Lagôa — Marcus Vinicius Pratini de Moraes — Antônio Dias Leite Junior — João Paulo dos Reis Velloso — José Costa Cavalcanti — Hygino C. Corsetti

(*) DECRETO-LEI Nº 200 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 7º. Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

Às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 41, de 1973

(nº 654-B/72, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao Artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Os municípios atingidos, ainda que parcialmente, pelos paralelo e meridiano referidos neste artigo serão considerados, na totalidade de suas áreas, integrantes da Amazônia Legal.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.173 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

Art. 2º A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º do Estado de Goiás, a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

À Comissão de Assuntos Regionais.

PARECERES

PARECERES

NºS 291 e 292, de 1973

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1973, (nº 107-B, de 1973, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do “Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, no Cairo, a 31 de janeiro de 1973.”

PARECER Nº 291, de 1973

da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Fausto Castello-Branco

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 69, de 1973, encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 44, inciso I, da Constituição Federal, o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica

celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, no Cairo, a 31 de janeiro de 1973.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, na Exposição de Motivos em que submete a matéria à apreciação do Senhor Presidente da República, esclarece que “o Acordo visa a criar um instrumento legal capaz de disciplinar e orientar a cooperação técnica e científica entre os dois países”.

Ao finalizar sua Exposição de Motivos, o Senhor Ministro salienta:

“O Convênio prevê o intercâmbio de peritos e técnicos, a mútua concessão de bolsas de estudo e estágios de treinamento, a promoção de intercâmbio e a elaboração de programas e projetos específicos de cooperação técnica.”

O Brasil tem procurado, nos últimos anos, desenvolver e diversificar as possibilidades de intercâmbio com os países do Oriente Próximo. A hábil política de equidistância em relação aos conflitos existentes naquela região tem-nos permitido incrementar o intercâmbio comercial e cultural com todos os países daquela área.

A aproximação com a República Árabe do Egito já propiciou a realização de importantes contratos de concessão para prospecção de jazidas petrolíferas, pela BRASPETRO, em território egípcio.

O artigo I do ato internacional em apreço determina que a cooperação técnica poderá ser prestada através do intercâmbio de peritos e técnicos, da concessão de bolsas de estudo e estágios de treinamento em instituições especializadas, da troca de informações entre centros de pesquisa técnico-científica e finalmente no desenvolvimento de pesquisas conjuntas. Segundo o parágrafo 2º, do referido artigo, poderão as Partes Contratantes “acordar qualquer outra forma de cooperação técnica.”

Dispõe o artigo II que os programas e projetos específicos de cooperação técnica serão elaborados, de comum acordo, pelas autoridades competentes dos dois países.

Já o artigo V prevê a concessão “aos técnicos e estagiários designados em decorrência deste Acordo as facilidades necessárias para assegurar o bom cumprimento de seus trabalhos.”

A vigência do Acordo, determina o artigo VI, será de cinco anos, renovável automaticamente por períodos sucessivos de um ano, “a não ser que uma das Partes Contratantes notifique, por escrito, à outra Parte, seis meses antes de seu vencimento, o desejo de terminar o Acordo”.

O esforço empreendido pelo atual Governo, a fim de estreitar os vínculos de amizade e interesse que nos unem a outros povos em estágio de desenvolvimento semelhante, merece todo nosso apoio. Como bem salientou o Chanceler Mário Gibson Barbosa no discurso pronunciado por ocasião de sua visita à República Árabe do Egito:

“Juntos repelimos as políticas de poder, rejeitamos a divisão do mundo em zonas de influência, queremos erradicar a miséria e o subdesenvolvimento, aspiramos a uma modificação nas estruturas das relações internacionais em todos os setores, político,

econômico, comercial, científico, tecnológico e cultural — de tal forma que os interesses e as aspirações dos países em desenvolvimento sejam respeitadas e se tornem as matrizes de um mais justo reordenamento do mundo.”

Acreditamos que o presente ajuste internacional contribuirá, decisivamente, não só para o estreitamento das relações bilaterais entre os dois países mas, também, para solidificar as posições comuns ante os grandes problemas internacionais.

Ante o exposto, e considerando que foram observados os princípios gerais de reciprocidade e de igualdade de tratamento, opinamos pela aprovação do Acordo, nos termos do presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1973. — **Carvalho Pinto**, Presidente — **Fausto Castello-Branco**, Relator — **Lourival Baptista** — **Danton Jobim** — **Fernando Corrêa** — **Accioly Filho** — **Wilson Gonçalves** — **José Lindoso** — **Saldanha Derzi**.

PARECER Nº 292, de 1973

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Sr. Geraldo Mesquita

Pela Mensagem nº 69, de 1973 (nº 107-B/73 na origem), o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre o Brasil e a República Árabe do Egito, na cidade do Cairo, a 31 de janeiro do ano em curso.

Como salienta o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na Exposição de Motivos encaminhada ao Chefe do Governo, o referido Acordo objetiva disciplinar, através de um instrumento legal, a cooperação técnica e científica entre os dois países, prevendo o intercâmbio de peritos e técnicos, a mútua concessão de bolsas de estudos e estágios de treinamento, a promoção de intercâmbio regular de informações e a elaboração de programas e projetos específicos de cooperação técnica.

As cláusulas do presente Acordo foram vasadas, rigorosamente, nos mesmos moldes das dos outros ajustes de cooperação científica e técnica que o Brasil assinou, recentemente, com vários países da África.

Tal como aqueles, o que o presente Projeto de Decreto Legislativo aprova se ajusta perfeitamente dentro das linhas mestras da política externa brasileira, vale dizer, de efetiva solidariedade com as nações em desenvolvimento, com elas procurando estreitar fortes laços de cooperação técnica, cultural e científica com vistas à superação dos óbices ao seu desenvolvimento integral.

Em seu firme rumo à Tecnologia, capaz de reforçar, inclusive, nossas possibilidades no campo do comércio externo, o Brasil está, hoje, cõscio de que este objetivo só pode ser atingido através de uma política externa globalista, de íntima colaboração com os países que, como ele, travam a dura batalha do progresso.

O orçamento dos gastos brasileiros com técnicas de produção, marcas e patentes estrangeiras, somente no ano de 1972, alcançou o total de 800 milhões de dólares, um valor equivalente a 20% de nossas exportações.

Tal fato evidencia o empenho que temos de fomentar os meios de penetração e ampliação de nossa tecnologia e das conquistas de nossa ciência em áreas, como a da República Árabe do Egito e, de um modo geral, dos países do Oriente Médio, onde nossa política de incremento comercial e de estreitamento de relações já tem logrado resultados satisfatórios.

Empenhado está o governo brasileiro em aumentar nossa presença nessas áreas, em criar mecanismos que permitam o crescimento de nosso comércio com os países produtores de petróleo e de matérias-primas, em incentivar, em suma, ainda mais a cooperação técnica e científica.

À vista do exposto, a Comissão de Educação e Cultura é de parecer que o presente Projeto de Decreto Legislativo merece ser aprovado.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1973. — **Gustavo Capanema**, Presidente — **Geraldo Mesquita**, Relator — **Helvidio Nunes** — **Arnon de Mello** — **Cattete Pinheiro** — **Benjamin Farah**.

Senado Federal
PARECERES
Nºs 293 e 294, de 1973

Sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1973 (nº 108-B, de 1973, na Câmara), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Nigéria, em Lagos, a 16 de novembro de 1972.

PARECER Nº 293, DE 1973
da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Sr. Danton Jobim

O Acordo de Cooperação Cultural Brasil — Nigéria, visa a fortalecer os laços comuns de amizade e compreensão entre os povos dos dois países, pelo incentivo às relações culturais.

2. O Acordo prevê "a mútua concessão de bolsas de estudo e o intercâmbio de professores, conferencistas, pesquisadores, artistas, escritores, jornalistas e estudantes. Contempla, igualmente, a cooperação no campo cinematográfico, esportivo e universitário e o exame das condições mediante as quais poderá ser apurada e reconhecida a equivalência dos diplomas, certificados e títulos universitários, concedidos em ambos os países."

3. Estabelece, também, o Ajuste (artigo II) que cada Parte Contratante promoverá, dentro de suas possibilidades, o estudo da língua, cultura e literatura da outra Parte nos estabelecimentos cinematográficos e educacionais apropriados de seus país.

4. Está previsto, ainda, um esforço mútuo para o melhor conhecimento da civilização e da cultura de cada um dos países signatários (art. IV), "através do intercâmbio

de livros, periódicos, publicações científicas, revistas, jornais, fotografias, bem como de informações e dados estatísticos".

5. É atribuída, no instrumento em exame, ênfase especial à cooperação esportiva (artigo V) e ao incentivo do turismo (art. VI), entre os países signatários, por servirem à aproximação que se busca.

6. O presente Acordo é um dos muitos ajustes de cooperação firmados pelo Ministro Mário Gibson Barboza durante sua longa viagem pela África, no final de 1972.

7. Seu período de vigência será de **quatro anos**, ficando a validade automaticamente prorrogada por períodos sucessivos de **um ano**, "a menos que uma das partes contratantes, comunique por escrito, com antecedência de seis meses, o desejo de terminá-la" (art. XVI).

8. O Brasil tem, como a maioria dos países da Costa Ocidental africana, numerosas e evidentes afinidades culturais, ligadas, à antiga contribuição, de singular importância, que recebemos do elemento humano para cá trazido da África nos três primeiros séculos de nossa história.

9. Nosso país, porém, também recebeu influências culturais de outras diferentes procedências e, por isso, desenvolveu num sentido próprio, de síntese e de enriquecimento na multiplicidade, seu processo rumo à fixação desta vigorosa Cultura Nacional que hoje possuímos.

10. Só teremos a lucrar, pois buscamos a esta altura um reencontro unificador com as antigas fontes culturais situadas do outro lado do Atlântico Sul. E o mesmo interesse terá uma nação depositária dessas matrizes, temos certeza.

11. Brasil e Nigéria têm hoje, acreditamos, mensagens novas a trocar, simultaneamente ao mútuo desejo de estreitamento dos laços de cooperação na área privativa dos interesses humanos — esses interesses vinculados à própria vocação da convivência internacional e da paz.

12. É, portanto, de óbvia oportunidade, em nosso entender, o Acordo sobre Cooperação Cultural Brasil — Nigéria, cujo texto está em exame. E opinamos, na linha do exposto, favoravelmente a sua ratificação, nos termos do disposto no Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1973 (Projeto de Decreto Legislativo nº 108-B, de 1973, na Câmara).

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1973. — **Carvalho Pinto**, Presidente — **Danton Jobim**, Relator — **Lourival Baptista** — **Wilson Gonçalves** — **Saldanha Derzi** — **Fausto Castello Branco** — **Fernando Corrêa** — **Accioly Filho** — **José Lindoso**.

PARECER Nº 294, DE 1973

da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

Quando de sua recente visita aos países africanos, S. Exª o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores assinou, em Lagos, com o Comissário para Assuntos

Exteriores da Nigéria, um Acordo Cultural, cujo texto é aprovado pelo presente Projeto de Decreto Legislativo.

O referido Acordo reflete a inestimável importância da contribuição dos povos africanos na formação da cultura brasileira e visa a preservar, através da cooperação mútua, a herança cultural comum aos dois países.

Prevê o Acordo a concessão recíproca de bolsas de estudo, o intercâmbio de professores, pesquisadores, artistas, escritores, técnicos, jornalistas e estudantes, bem assim a cooperação no setor esportivo, cinematográfico e universitário, contemplando-se inclusive "as condições mediante as quais poderá ser apurada e reconhecida a equivalência dos diplomas, certificados e títulos universitários expedidos em ambos os países".

Ao tomar a iniciativa do encontro com os países africanos, propor-lhes estímulos à cooperação, e iniciar um efetivo intercâmbio com o Brasil, o nosso Governo sentiu a necessidade de criar desafios a ele mesmo, tendo em vista que o objetivo da ação diplomática de uma nação como a nossa é apressar o cumprimento de suas virtualidades, fomentando seu progresso através de uma política de ampla colaboração com países que muito podem representar para nós, não só no campo econômico, como importantes fornecedores de matérias-primas, com extensos mercados em crescimento, e também na condição de parceiros natos do Brasil no ordenamento do comércio dos produtos tropicais, mas ainda em sua qualidade de nações possuidoras de um apreciável acervo artístico e cultural, que nos pode ser transmitido com alto proveito, em virtude de possuírem uma herança cultural comum.

Sente, hoje, o Brasil, mais do que nunca, a necessidade de criar condições propícias à transferência de tecnologia aplicáveis às conjunturas dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, experimenta uma justa preocupação ante o decréscimo da participação dessas nações na totalidade do comércio internacional. Daí por que o nosso Governo tem realçado a importância, não somente de ampliar o âmbito e a eficácia dos convênios relativos aos produtos de base com o propósito de melhorar em termos reais, a receita de exportação dos países em desenvolvimento, como também, de incrementar com eles o lastro tecnológico, científico e cultural, como fator indispensável ao seu pleno desenvolvimento.

O Brasil, que já havia firmado um Acordo Comercial com o Governo Federal da Nigéria, com vistas a incrementar e diversificar o comércio bilateral, celebrou, também, o presente Acordo de Cooperação Cultural, cujos termos consubstanciam os mesmos altos propósitos que ditaram os demais convênios assinados com os outros países africanos.

Por esses motivos, a Comissão de Educação e Cultura é de parecer que o presente Projeto de Decreto Legislativo merece ser aprovado.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1973. — **Gustavo Capanema**, Presidente —

Cattete Pinheiro, Relator — Arnon de Mello — Helvídio Nunes — Geraldo Mesquita — Benjamin Farah.

PARECERES
Nºs 295 e 296, de 1973

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1973, (nº 105-C/73, na Câmara), que "Aprova os textos do Acordo Cultural e do Acordo de Cooperação Técnica firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Unida dos Camarões, (CAMERUM), em laundé, a 14 de novembro de 1972."

PARECER Nº 295, DE 1973

da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

Com a Mensagem nº 19, de 1973, o Senhor Presidente da República, atendendo ao disposto no artigo 44, item I, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, os textos do Acordo Cultural e do Acordo de Cooperação Técnica, firmados entre a República Unida dos Camarões, em laundé, a 14 de novembro de 1972.

A mencionada Mensagem está acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual S. Exª exclarece:

"2. Os acordos visam a criar instrumentos legais capazes de disciplinar e orientar a cooperação entre o Brasil e a República dos Camarões nos domínios culturais e de cooperação técnica."

Durante o ano de 1972, o Itamarati executou uma política de ativa aproximação com a África, a fim de estreitar os vínculos e incrementar as relações políticas, econômicas, culturais e comerciais entre o Brasil e os países africanos.

O fato marcante da intensa política africana desenvolvida no ano passado foi a visita do Chanceler brasileiro a nove países da África Ocidental.

Os atos internacionais ora submetidos à nossa apreciação resultam dos entendimentos mantidos pelo Ministro Gibson Barboza, quando de sua estada na República do Camerum.

O Acordo Cultural dispõe, nos dois primeiros artigos que as Partes Contratantes se comprometem a desenvolver as relações culturais, técnicas, artísticas e científicas, bem como promover a difusão dos respectivos valores culturais no território da outra parte.

Nos artigos subsequentes, são previstas diversas medidas concretas, que permitirão implementar a cooperação, a saber: intercâmbio de conferencistas, professores universitários, pesquisadores, especialistas e técnicos; concessão de bolsas de estudos de nível universitário; organização de exposições científicas e artísticas, concertos, conferências e competições esportivas; intercâmbio de filmes e programas culturais e artísticos, livros, jornais, revistas e demais publicações.

Cabe, finalmente, acrescentar que o artigo XI prevê a instituição de uma Comissão Cultural Mista camaronense-brasileira "encarregada de facilitar a aplicação do presente Acordo."

O Acordo de Cooperação Técnica dispõe, em seu artigo I, que serão organizadas "visitas de estudo e informação de funcionários de alto nível, encarregados da formulação e execução dos planos e programas de desenvolvimento de seu país, para conhecer as condições e facilidades existentes na outra Parte, nos campos industrial, agrícola, científico, de administração pública e de metodologia de formação e aperfeiçoamento profissionais de quadros técnicos."

Com base nos conhecimentos adquiridos durante essas visitas, poderão as Partes elaborar programas específicos de cooperação através de:

- a) envio de técnicos, individualmente ou em grupos;
- b) troca de informações sobre assunto de interesse comum;
- c) envio de equipamento indispensável à realização de um projeto específico; e
- d) treinamento e aperfeiçoamento de profissionais em todos os campos mencionados.

Nos artigos subsequentes, são previstas, em condições bilaterais, uma série de medidas visando a conceder facilidades para o bom desempenho das missões de cooperação, bem assim certos privilégios e imunidades aos técnicos, professores e estagiários que se encontram em serviço oficial no território da outra Parte.

A declaração conjunta Brasil-Camerum, firmada em laundé, em 14 de novembro de 1972, nos informa sobre o espírito que presidiu as negociações:

"Inspirados pelo desejo comum de um melhor conhecimento recíproco e de estreitas relações nos domínios cultural e técnico, a fim de fixar as bases de desenvolvimento e da diversificação das relações culturais por um lado, e, por outro, de estabelecer as bases da colaboração nos setores de agricultura, da indústria, da ciência e da administração pública, entre ambos os países, os dois ministros assinaram, nesta data, dois Acordos, um cultural e outro de Cooperação Técnica, assentando a base de ação dos dois governos."

A política externa brasileira alcançou, a partir do ano passado, novo dimensionamento internacional, com o resultado da viagem que nosso Chanceler efetivou a diversos países africanos.

Os ajustes internacionais sob exame são fruto desta nova formulação de nossa política externa, que pretende intensificar o sistema de relações entre os países em via de desenvolvimento.

Considerando que os textos foram elaborados com observância de todas as formalidades legais e protocolares, opinamos pela sua provação nos termos do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1973. — **Carvalho Pinto**, Presidente — **Wilson Gonçalves**, Relator — **Lourival**

Baptista — Saldanha Derzi — Danton Jobim — Fausto Castelo-Branco — Fernando Corrêa — Accioly Filho — José Lindoso.

PARECER Nº 296, de 1973

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Sr. Benjamin Farah

O Senhor Presidente da República submeteu ao exame do Congresso Nacional os textos do Acordo Cultural e do Acordo de Cooperação Técnica que o Brasil celebrou, em laundé, em 14 de novembro do ano passado, com a República Unida dos Camarões (CAMERUM).

O Acordo Cultural tem por objetivo incrementar o intercâmbio intelectual entre as duas nações, prevendo para tanto, a mútua concessão de bolsas de estudos, o intercâmbio de professores, a apreciação das condições de reconhecimento da equivalência de diplomas e títulos universitários expedidos nos dois países e a realização de exposições artísticas e de representações teatrais.

Por sua vez, o Acordo de Cooperação Técnica visa a criar condições que propiciem o acesso às experiências e conhecimentos especializados adquiridos pelos dois países nas áreas científica, industrial, agrícola e da administração pública.

Vasado nos mesmos moldes dos acordos assinados pelo Brasil, no ano passado, com os países da África, os celebrados com a República dos Camarões se destinam a reafirmar o solidário interesse com que o nosso País acompanha o progresso técnico-cultural dessa República, propondo-lhe uma continuada cooperação, para que, através de crescente intercâmbio de experiências, bens e valores de toda natureza, possam as duas nações acelerar um futuro de prosperidade compartilhada.

O Brasil vê confiante as enormes virtualidades que resultam de um mais intenso sistema de relações entre os países em vias de desenvolvimento. Hoje, estamos convencidos de que, a cada nova experiência de cooperação, se multiplicaram as possibilidades de diálogo, de trabalho conjugado, de cooperação em todos os terrenos de progresso comum.

Não mais se admite que os países em desenvolvimento, e sobretudo aqueles que, como os Camarões e o Brasil, pertençam ao mundo dos trópicos, não mantenham entre si um conjunto de estreita colaboração, quando se sabe que, em todos os planos têm ambos interesses comuns e coincidências de posições.

Não mais se admite uma política voltada para um estreito modelo de conexões exclusivas, ou quase exclusivas, com os povos industrializados, como se só com eles pudessemos permutar os frutos de nosso trabalho e só deles consigamos recolher ensinamentos e experiências.

Ingressando numa trilha certa e segura, sente o Brasil a obrigação urgente de iniciar amplo entendimento cultural e científico com os países em desenvolvimento do continente africano, e de nossa vocação com

eles, mas, sobretudo, para que possam aprender, uns dos outros, os resultados a que chegaram na observação de uma natureza pródiga existente nos dois lados do Atlântico.

Com os dois acordos que acabam de celebrar, o Brasil e os Camarões, melhor poderão receber um do outro os benefícios das soluções que encontrarem para problemas idênticos ou semelhantes, podendo, assim, somar esforços para enfrentarem juntos os mesmos desafios.

Por todos esses motivos, a Comissão de Educação e Cultura é de parecer que o presente Projeto de Decreto Legislativo deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1973. — **Gustavo Capanema**; Presidente — **Benjamin Farah**, Relator — **Arnon de Mello** — **Helvídio Nunes** — **Geraldo Mesquita** — **Cattete Pinheiro**.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 10, DE 1973
EM 30 DE JUNHO, DE 1973

Congratulações ao Congresso Nacional pelo Transcurso do Sesquicentenário do Parlamento Brasileiro:

— da Sra. Isa de Medeiros Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia-AL;

— do Deputado João Frederico Ferreira Gomes, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;

— do Desembargador Alberto Mourão Russell, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara;

— da Sra. Yolanda Barbosa Costa e Silva, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, Rio-GB;

— do Deputado Ênio Pessoa Guerra, Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco;

— do Sr. Luiz Domingues de Castro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

— do Sr. Gualter Godinho, Juiz-Presidente do Tribunal de Justiça Militar, do Estado de São Paulo;

— do General-de-Brigada Sérvulo Mota Lima, Secretário da Segurança Pública, do Estado de São Paulo;

— do Sr. Francisco Antonio Louzada, Prefeito de Guariba — SP;

— do Sr. Francisco Alves Filho, Presidente da Câmara Municipal de Guariba — SP.

Manifestação de Pesar:

— do Deputado Waldemar de Castro Macedo, Primeiro-Secretário da Assembléia Legislativa do Piauí, comunicando consignação em Ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Raul Pila.

Moção de Congratulações:

— José Carlos de Mello, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Pau Brasil — BA, encaminhando Moção de Congratulações prestada por aquela Casa, à pessoa do Senador Rey Santos em virtude

de seu pronunciamento durante as comemorações do Sesquicentenário do Parlamento Brasileiro.

Remessa de Publicações: — do Dr. Francisco de Boni Neto, Diretor do Banco Central do Brasil — DF, enviando exemplares do Boletim do Banco Central do Brasil/Regulamento FUMCAP.

Comunicação de Transmissão de Cargo:

— do Tenente-Coronel-Aviador Carlos Kasemodel Filho comunicando a transmissão do cargo de Assessor Parlamentar do Ministro da Aeronáutica, junto ao Senado Federal, ao Tenente-Coronel-Aviador Antero Sergio da Silva Corrêa, em virtude de ter sido designado para prestar serviços na Comissão Aeronáutica Brasileira, em Washington. Agradece à Presidência e aos Parlamentares, o apoio e gentileza recebidas durante sua permanência nesta Casa.

Diversos:

— do Sr. Waldino Pedro dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, GB, elogiando e agradecendo a atuação do Senado Federal durante a tramitação do Projeto que alterou a Lei Orgânica de Previdência Social;

— do Sr. Antoni Rêgo Neto, Presidente da Câmara Municipal de Nanuque — MG, enviando cópia da Ata da Sessão Solene realizada por aquela Casa, pela passagem de mais um aniversário da Revolução Brasileira;

— do Dr. Anibaldo Fengler, Presidente da Câmara Municipal de Ijuí — RS, sugerindo a instituição do "Dia do Legislador Brasileiro";

— do Sr. João Athayde de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Ituverava — SP, comunicando ter, aquela Casa, dado apoio ao Requerimento nº 1/72, de autoria do vereador Alfredo Nassif, de São José da Bela Vista, que visa a concessão de anistia de débitos de Prefeituras para com o INPS.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Do Expediente lido consta o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1973, que nos termos do art. 142 do Regimento Interno receberá emendas na Comissão de Finanças, pelo prazo de cinco sessões ordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Cumpra a esta Presidência informar ao Plenário que, por solicitação das respectivas Lideranças, determinou, ontem, as seguintes substituições na composição da Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 9, de 1973 (CN):

do Senador Nelson Carneiro, pelo Senador Adalberto Sena;

do Deputado Laerte Vieira, pelo Deputado Joel Ferreira;

do Deputado Alencar Furtado, pelo Deputado J. G. de Araújo Jorge; e

do Senador Magalhães Pinto, pelo Senador Flávio Brito.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A Presidência recebeu, na sessão de 27 de junho do corrente ano, do Governador do

Ceará, o Ofício nº S/12/73. (nº GG-292/73, na origem), solicitando autorização do Senado Federal, no sentido de que aquele Estado, através do Banco do Estado do Ceará S.A. — BEC, possa contrair empréstimo externo com a European Brazilian Bank — EUROBRÁS, de Londres, Inglaterra, para financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem.

A matéria ficou aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido aqueles documentos, a matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Realizar-se-á, em Recife, no período de 18 a 20 de julho, o III Encontro Regional de Produtores Rurais das Regiões Nordeste e Leste. Esta Presidência, em atendimento a convite da Confederação Nacional da Agricultura e não havendo objeção do Plenário, designa, por indicação das respectivas Lideranças, representantes do Senado no conclave os Srs. Senadores Milton Cabral, Wilson Campos e João Cleofas, devendo, ainda, comparecer, como Presidente da referida entidade, o Sr. Senador Flávio Brito.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

Brasília, 28 de junho de 1973

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o Relatório da tarefa de Observadores Parlamentares ao XXVIIº Período de Sessões da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, que se reuniu entre 17 de setembro e 15 de dezembro de 1972.

Designados por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, acompanhamos o trabalho da ONU, em Nova York, em dois períodos: de 17 de setembro a 8 de novembro, o trabalho foi realizado pelos Senhores Senador Franco Montoro e Deputados Américo de Souza e Clóvis Stenzel; de 8 de novembro a 15 de dezembro, pelos Senhores Senadores Antônio Carlos Konder Reis e José Sarney, e Deputado Jairo Brum.

O resultado da Missão está consubstanciado no Relatório que encaminhamos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Valemo-nos do ensejo para apresentar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração. — **Antônio Carlos Konder Reis** — **Franco Montoro** — **José Sarney** — **Américo de Souza** — **Clóvis Stenzel** — **Jairo Brum**.

Anexos:

I — Documentos da Assembléia Geral
II — Pronunciamentos da Delegação do Brasil

III — Informações para os Senhores Observadores Parlamentares à XXVII Sessão da Assembleia Geral, preparadas pela Delegação do Brasil

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O ofício enviado à Presidência será publicado.

A Presidência determina, ainda, que se providencie a impressão do substancial relatório para distribuição entre os Parlamentares e às nossas Embaixadas.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Sobre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1973

Acrescenta parágrafo ao artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, determinando o pagamento de indenização, em dobro, para a mulher despedida por motivo de casamento ou de gravidez.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 391. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

§ 1º Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

§ 2º A despedida que se verificar por inobservância deste artigo sujeitará o empregador a pagamento em dobro da indenização prescrita nos arts. 477 e 478."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

É do conhecimento público a odiosa prática, adotada por numerosas empresas, de dispensar a mulher trabalhadora pelo simples fato de contrair matrimônio ou de estar grávida.

Os direitos assegurados à mulher pelo artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho, não garantidos por qualquer tipo de penalidade pela sua infringência, são facilmente burlados pelo empregador, pois, está claro, a rescisão jamais é justificada com aqueles motivos.

Em breve comentário sobre o artigo, que traduz a unanimidade de opinião dos estudiosos do assunto, diz Gabriel Saad:

"Não há quem possa recusar ao Estado o dever de proteger a mulher sobretudo quando se encontra grávida.

Mas não nos parece que, em nosso país, tenhamos escolhido o melhor processo de defesa da gestante que trabalha.

Assim pensamos porque a norma do artigo supra leva muitos empregadores a estabelecer a praxe de dispensar toda e qualquer empregada que se casa a fim de evitar os futuros encargos da maternidade. Ninguém ignora que a mulher solteira sempre encontra emprego com mais facilidade do que aquela que se casou."

O presente projeto, ainda que não consiga dar solução ideal para esse grave problema social, constitui-se em mais uma medida inibidora daquele procedimento arbitrário e injusto, repellido por todos quantos vêm no casamento e na maternidade a forma mais sublime de afirmação da mulher.

Por isso ao submetermos o presente projeto à consideração do Congresso Nacional estamos certos da sua aprovação, ainda mais que se acha em perfeita sintonia com o ordenamento jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e dentro dos pressupostos constitucionais que facultam ao Congresso Nacional iniciativas como a ora proposta.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1973.
— Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Seção V — Da proteção à maternidade

Art. 391. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidas em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O projeto que acaba de ser lido será encaminhado às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 126, de 1973

Requeremos urgência, nos termos do art. 374, alínea b, do Regimento Interno, para o Ofício nº S-13/73 (nº P-088/73, na origem), do Prefeito de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal para que a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, possa contrair empréstimo externo até o limite de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) destinado à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação

e Passageiros (SCAP) sobressalentes e serviços oriundos do exterior.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1973.
— Virgílio Távora.

REQUERIMENTO Nº 127, de 1973

Requeremos urgência, nos termos do art. 374, alínea b, do Regimento Interno, para o Ofício nº S-12/73 (nº GG-292/73, na origem), do Governador do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que o Banco do Estado do Ceará S.A. — BEC, possa contrair empréstimo externo a ser concedido pela European Brazilian Bank — EUROBRÁS, de Londres, Inglaterra, no montante de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao financiamento do Programa Estadual de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1973.
— Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Não há oradores inscritos.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 242, de 1973), do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1973 (nº 91-B, de 1973, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Togolesa, em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, está encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é considerada definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1973 (nº 91-B/73, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____ Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 129, de 1973

Aprova os textos do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Togolesa, em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Togolesa, em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1973 (nº 92-B, de 1973, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, a 30 de outubro de 1972, tendo

PARÉCERES FAVORÁVEIS, sob nºs 237, 238 e 239, de 1973, das Comissões

- de Relações Exteriores;
- de Educação e Cultura; e
- de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 9, de 1973

(Nº 92-B/73, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, a 30 de outubro de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, a 30 de outubro de 1972.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —

Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1973-DF,

que dá nova redação ao artigo 17 da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARÉCERES, sob nºs 218, 219 e 220, de 1973, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- do Distrito Federal, favorável; e
- de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, está encerrada a discussão. (Pausa.)

Não havendo emendas nem requerimento no sentido de que o projeto seja submetido a votos, o mesmo é considerado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do art. 316 do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —

Item 4:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1973, de autoria do Senador Benjamin Farah, que acrescenta parágrafo ao artigo 169 do Código de Processo Penal, e dá outras providências, tendo

PARÉCER, sob nº 287, de 1973, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido no primeiro turno.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Se ninguém quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento para que o projeto seja submetido a votos, é considerado definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do art. 316 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1973, que exclui da aplicação do disposto nos arts. 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de Trânsito, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em caso de acidente de trânsito, não se aplicará o disposto nos arts. 6º, I, 64 e 159, do Código de Processo Penal e as pessoas que tenham sofrido lesão, bem como os veículos nele envolvidos, serão afastados imediatamente do respectivo local, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego.

Parágrafo único. A prova relativa às infrações, no caso deste artigo, far-se-á pelos meios admitidos nas leis processual e de trânsito.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller)
Item 5:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1973, de autoria do Senador Benjamin Farah, que altera o art. 14 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, tendo

PARÉCERES, sob nºs 272 e 273, de 1973, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e
- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Se ninguém quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emenda nem requerimento para que o projeto seja submetido a votos, é considerado definitivamente aprovado, sem votação, em face do que estabelece o artigo 316 do Regimento Interno.

O Projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —
Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à votação do Requerimento nº 126, lido no Expediente, de urgência para o Ofício nº S/13/73 (nº 088/73, na origem) do Prefeito de São Paulo.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Solicito o parecer da Comissão de Finanças, concedendo a palavra ao nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Sr. Prefeito do Município de São Paulo, em atenção à solicitação da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, solicita ao Senado Federal, nos termos do disposto no artigo 42, item IV, da Constituição, autorização para aquela Prefeitura contratar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operação de crédito externo até o limite de US\$ 20 milhões de dólares norte-americanos, destinados à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros (SCAP), sobressalentes e serviços oriundos do exterior, necessários à conclusão da linha prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Conforme esclarece o Ofício nº 088/73 da presidência da Companhia do Metropolitano de São Paulo, a Companhia do Metrô “vem cumprindo extenso programa visando a implantação, operação, manutenção e expansão de um Sistema de Transporte Rápido na Cidade de São Paulo, com características tecnológicas altamente diferenciadas dos demais sistemas de transporte existentes no País, tanto na sua performance como na sofisticação de seus equipamentos”.

A Exposição de Motivos conjunta (EM nº 52, de 22 de junho de 1973), dos Senhores

Ministros da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e dos Transportes, faz referência à Exposição de Motivos nº 106, de 6 de maio de 1970, onde foram estabelecidas as condições básicas para a cooperação do Governo Federal no financiamento da construção das Linhas Prioritárias dos Metrô do Rio e de São Paulo. Em relação ao Metrô de São Paulo, ficou estabelecido que o apoio do Governo Federal seria proporcionado para facilitar o financiamento da construção, em 6 anos, da Linha Jabaquara/Santana, também conhecida como Linha Prioritária, com 17 km de extensão.

As principais condições então aprovadas foram as seguintes:

a) concessão de prioridade e outorga de aval, pelo Governo Federal, em operações de crédito externo, até o montante de US\$ 10 milhões, para auxiliar o financiamento de investimentos estimados em US\$ 366 milhões, sem incluir encargos financeiros;

b) realização de esforço financeiro, por parte do Município e do Estado de São Paulo, durante o período de implantação do projeto, de tal modo que, ao desembolso de cada dólar de empréstimo externo, corresponda a aplicação simultânea, em obras e equipamentos, do equivalente a dois dólares de recursos próprios;

c) inclusão, pelo Município de São Paulo, nos orçamentos plurianuais de investimentos e nos orçamentos anuais de receita e despesa, das verbas necessárias para a execução do projeto e a amortização do principal, juros e comissões das operações de crédito externo;

d) apoio do Governo do Estado de São Paulo à construção da Linha Prioritária do Metrô paulista, mediante participação acionária não inferior a 20% do custo das obras e equipamentos, durante o período de sua implantação;

e) exigência no sentido de que a construção, no futuro, de novas linhas, após a Linha Prioritária, seja precedida de estudos de viabilidade específica para cada uma."

Paralelamente — esclarece o mesmo documento — "o Governo Federal havia-se decidido pela concessão de garantia, anteriormente, para empréstimos até o montante de US\$ 25 milhões, destinados ao financiamento de assistência técnica (engineering) relacionada com o projeto de engenharia".

Estima a Companhia do Metropolitano de São Paulo que os investimentos alcançarão o montante global de US\$ 500 milhões. O aumento de custos verificado entre as duas estimativas decorrem dos seguintes fatores (EM nº 52, de 1973).

a) cômputo, na estimativa atual dos encargos financeiros decorrentes das operações de crédito, durante o período de construção (US\$ 40 milhões), os quais não foram considerados na estimativa que serviu de base à E.M. 106, em virtude de não ser possível dispor então de previsão razoável;

b) aumento dos custos (US\$ 37,8 milhões) dos sistemas de operação e controle, de comunicações, de ventilação e outros, em virtude de se haver optado pela imediata adoção da tecnologia mais avançada disponível;

c) aumento dos custos das obras civis (US\$ 7,4 milhões, ou sejam, 3,3%) e dos custos de "engineering" (US\$ 7,3 milhões, ou sejam, 30,4% neste caso, devido a problemas de moeda);

d) custos não previstos inicialmente (US\$ 42,1 milhões), especialmente despesas de pré-operação, incluindo a contratação bastante

INVESTIMENTO TOTAL

a) Participação societária do Município de São Paulo e do Estado de São Paulo.....	500,7	100,0
b) Operação de crédito externo:	263,0	52,5
— para "engineering"....	30,7	6,3
— para obras e equipamentos.....	130,0	25,9
c) Operação de crédito interno.....	77,0	15,3

Com este novo esquema, o total de avais externos, alcançaria (item b) 32,2% do investimento global, ou seja, 161,2 milhões de dólares.

Foi anexada ao processado a documentação abaixo relacionada:

a) ofício do Senhor Prefeito do Município de São Paulo, solicitando aprovação do Egrégio Senado Federal para a operação pretendida, (anexo I);

b) cópia da publicação do Diário Oficial da União da autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para que o Senhor Prefeito do Município de São Paulo possa dirigir-se ao Senado Federal, (anexo II);

c) cópia da lei Municipal nº 7.901 de 14/5/73, que autoriza o Executivo Municipal a prestar contragarantias à Companhia do Metrô até o limite de Cr\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), (anexo III);

d) cópia da Exposição Interministerial nº 52 de 22/6/73 dos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estados da Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral e dos Transportes ao Executivo Federal, solicitando aprovação da operação, (anexo IV);

e) cópia do Quadro Demonstrativo das Contragarantias oferecidas pela Prefeitura do Município de São Paulo, com base na Lei nº 7.901 de 14/5/73, (anexo V);

f) cópia dos Estatutos Sociais e Ata da eleição da Diretoria da Companhia do Metrô (anexo VI);

g) relatório da situação atual das obras da linha Norte-Sul, (anexo VII); e

h) cópia da Exposição de Motivos nº 52, de 1973 do Senhor Ministro de Estado da Fazenda com o "autorizo" do Senhor Presidente da República, para que o Chefe do Executivo do Município de São Paulo possa dirigir-se ao Senado Federal para fins do disposto no item IV do art. 42 da Constituição Federal.

Assim, cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 406, alíneas a, b e c), opinamos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

antecipada e o treinamento, no País e no exterior, de pessoal técnico de nível superior e médio, para o período de operação".

Assim, o novo esquema de financiamento da Linha Prioritária, apresentado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo é o seguinte:

US\$ milhões	(%)
500,7	100,0
263,0	52,5
30,7	6,3
130,0	25,9
77,0	15,3

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 36, de 1973

Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operações de crédito externo até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinadas à aquisição de equipamentos necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Art. 1º É a Prefeitura do Município de São Paulo autorizada a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, com aval da União, operações de crédito externo, até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, destinadas à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros (SCAP), sobressalentes e serviços oriundos do exterior, necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Art. 2º As operações de crédito externo a que se refere o artigo anterior realizar-se-ão nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de operações da espécie obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da execução da política econômica-financeira do Governo Federal e, ainda, as disposições da Lei nº 7.901, de 14 de maio de 1973, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia 15 de maio de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A Comissão de Finanças concluiu pela apresentação de projeto de resolução em que autoriza as operações de crédito externo. Solicito o parecer, sobre o projeto, da

Comissão de Constituição e Justiça, concedendo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO — (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente:

Apresentado pela Comissão de Finanças o presente projeto de resolução (art. 1º) autoriza "a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, com aval da União, operações de crédito externo, até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, destinadas à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros (SCAP), sobressalentes e serviços oriundos do exterior, necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo."

Foram anexados ao processado os seguintes documentos, todos analisados amplamente pela Comissão de Finanças:

a) ofício do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo, solicitando aprovação do Egrégio Senado Federal para a operação pretendida, (anexo I);

b) cópia da publicação no Diário Oficial da União da autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para que o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo possa se dirigir ao Senado Federal, (anexo II);

c) cópia da lei Municipal nº 7.901 de 14/05/73, que autoriza o Executivo Municipal a prestar contragarantias à Companhia do Metrô até o limite de Cr\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), (anexo III);

d) cópia da Exposição Interministerial nº 52 de 22/06/73 dos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral e dos Transportes ao Executivo Federal, **solicitando aprovação da operação**, (anexo IV);

e) cópia do Quadro Demonstrativo das Contragarantias oferecidas pela Prefeitura do Município de São Paulo, com base na Lei 7.901 de 14/05/73; (anexo V);

f) cópia dos Estatutos Sociais e Ata de eleição da Diretoria da Companhia do Metrô, (anexo VI);

g) Relatório da situação atual das obras da linha Norte-Sul, (anexo VII); e,

h) cópia da Exposição de Motivos nº 52, de 1973, do Senhor Ministro da Fazenda, com o "autorizo" do Senhor Presidente da República para que o Chefe do Executivo do Município de São Paulo possa dirigir-se ao Senado Federal para os fins do disposto no item IV do art. 42 da Constituição Federal.

Como se vê, foram cumpridas as exigências constitucionais e as constantes do Regimento Interno (art. 406, alíneas a, b e c), razão por que esta Comissão nada tem a opor à tramitação normal do presente projeto de resolução, vez que constitucional e jurídico.

Este, o parecer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 36, de 1973, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operações de crédito externo até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinadas à aquisição de equipamentos necessários à conclusão da linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declara-se encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria vai à Comissão de Redação. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Sobre a mesa, a redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER
Nº 297, de 1973
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1973.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1973, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operações de crédito externo até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinadas à aquisição de equipamentos necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1973. — Antônio Carlos, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Wilson Gonçalves — José Lindoso.

ANEXO AO PARECER
Nº 297, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 1973.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, _____ Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 1973

Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, operações de crédito externo até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinadas à aquisição de equipamentos necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura do Município de São Paulo autorizada a realizar, através da

Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ, com aval da União, operações de crédito externo, até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, destinadas à aquisição de equipamentos de Ventilação, Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros (SCAP), sobressalentes e serviços oriundos do exterior, necessários à conclusão da Linha Prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

Art. 2º As operações de crédito externo a que se refere o artigo anterior realizar-se-ão nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de Operações da espécie obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, as disposições da Lei nº 7.901, de 14 de maio de 1973, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia 15 de maio de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Em discussão a redação final que acaba de ser lida.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Passa-se à votação do requerimento nº 127, lido no Expediente, de urgência para o Ofício nº S/12/73 (nº GG-292/73, na origem), do Governador do Estado do Ceará.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Solicito o parecer da Comissão de Finanças, concedendo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente:

Nos termos do art. 42, item IV, da Constituição, o Senhor Governador do Estado do Ceará solicita ao Senado Federal a competente autorização para aquele Estado contratar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S.A. — BEC, uma operação de empréstimo externo a ser concedido pelo European Brazilian Bank — EUROBRAS, de Londres, Inglaterra, para o financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem.

As condições gerais da operação são as seguintes:

a) Finalidade — Financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, a cargo do DAER — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, especialmente a CE-75 — Rodovia de Confiança;

b) Montante — US\$ 10.000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas estrangeiras;

c) Prazo — 10 (dez) anos, com três de carência;

d) Garantia — Aval do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil S.A.;

e) Juros — Pagáveis semestralmente, a termo vencido, sobre os saldos devedores, 1% (hum por cento) ao ano líquido, acima da interbancária de Londres, para depósitos a prazo fixo a seis meses oferecidos "entre bancos" ou da "prime rate" no Mercado de Nova Iorque.

f) Comissão — 3/8% (três oitavos por cento) pagáveis de uma única vez no ato do desembolso."

A Exposição de Motivos (nº 198/73), que o Senhor Governador do Estado enviou ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda diz:

"O projeto básico para o qual se pretendem mobilizar recursos do pleito em questão está afeto ao setor de transportes e visa fundamentalmente à montagem da infraestrutura econômica necessária à INTEGRAÇÃO e à INTERAÇÃO de uma das áreas mais afetadas pela estiagem periódica, e, em função disso, de maior índice de marginalização sócio-econômica.

Objetiva-se, destarte, com o projeto referido, a implantação da CE-75 — denominada de Rodovia da Confiança, assim definida, não só por sua extensão superior a 500 km, como e, principalmente, pelas características que assume como estrada de penetração, integração e interação de uma área altamente carente desse tipo de apoio governamental."

E prossegue no mesmo documento, afirmando:

"a Rodovia CE-75, ligando as comunidades mais distanciadas pelos polos de desenvolvimento do Estado do Ceará, cobrirá uma área de influência estimada em 51.962 km², equivalente a 35% do Estado (146 mil quilômetros quadrados), beneficiando uma população da ordem de 1.066.000 habitantes, ou seja 24% do contingente global do Ceará (4.367.000 habitantes).

Em seu percurso básico interligará 7 (sete) microrregiões homogêneas do Estado, derivando, em consequência, efeitos diretos e indiretos para cerca de 47 municípios, situados em três macrorregiões fisiográficas (serra da Ibiapaba, Inhamuns e Cariri). Além disso, dentro do mais elevado sentido de integração e interação, a Rodovia CE-75 ligará a área macroeconômica de sua influência diretamente às Regiões Norte e Centro do País, posto que cortará cinco rodovias federais BRs 222, 020, 226, 230 e 308; e no plano interno abrirá novas fronteiras econômicas dado que a Rodovia da Confiança — CE-75, cortará dezenas de estradas estaduais, intermunicipais e interestaduais."

4. O empréstimo em pauta já foi devidamente examinado na área do Executivo Federal, tendo suas condições gerais sido aprovadas pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e a CEMPEX — Comissão de Empréstimos Externos do Banco Central do Brasil, autorizado o prosseguimento das

negociações, ressalvando que "a contratação do empréstimo deverá ser precedida da aprovação final das suas condições gerais, pelos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal".

5. No âmbito estadual, o empréstimo foi objeto de deliberação de vários órgãos técnicos (Projeto de Viabilidade Técnico-Econômica da CE-75) e encontra cobertura legal na autorização legislativa estadual da Lei nº 9.708, de 14 de junho de 1973, publicada no Diário Oficial do Estado, de 15 de junho do corrente ano.

6. Ao processado foram anexados os seguinte documentos principais, já referidos nos itens anteriores:

a) cópia da Exposição de Motivos nº 235, de 25 de junho de 1973, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, enviada ao Senhor Presidente da República, concordando com a operação, e o "autorizado" do Chefe do Executivo Federal, para o Governo do Estado do Ceará dirigir-se ao Senado Federal para os fins do disposto no item IV do art. 42 da Constituição;

b) Diário Oficial do Estado que publicou a Lei nº 9.708, de 14.06.73, autorizando o Poder Executivo a realizar a operação de empréstimo em exame; e,

c) cópia do Ofício da CEMPEX — 14 de junho de 1973 do Banco Central do Brasil, informando que "decidiu autorizar o prosseguimento das negociações, de acordo com o disposto no inciso I do art. 2º do Decreto nº 65.071, de 27.8.69."

7. Diante do exposto, cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 406, alíneas a, b e c), opinamos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 37, de 1973

Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para repasse ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER.

Art. 1º É o Governo do Estado do Ceará autorizado a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, junto ao European Brazilian Bank — EUROBRÁS, de Londres, Inglaterra, destinado ao financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, especialmente a CE-75 — Rodovia da Confiança, a cargo do DAER — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Art. 2º A operação do empréstimo a que se refere o artigo anterior realizar-se-á nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de operações da espécie obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências

normais dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, as disposições da Lei nº 9.708, de 14 de junho de 1973, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 15 de junho de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —

A Comissão de Finanças concluiu pela apresentação de projeto de resolução autorizando a operação.

Solicito o parecer, sobre o projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, concedendo a palavra ao nobre Senador Wilson Gonçalves.

O SR. WILSON GONÇALVES (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, apresentado pela Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução

(art. 1º) "autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, junto ao European Brazilian Bank — EUROBRÁS, de Londres, Inglaterra, destinada ao financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, a cargo do DAER — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, especialmente a CE-75 — Rodovia da Confiança".

2. A Comissão de Finanças examinou amplamente o processado, que traz, em anexo, os documentos indispensáveis para a solicitação da espécie, a saber:

a) cópia da Exposição de Motivos nº 235, de 25 de junho de 1973, do Sr. Ministro da Fazenda, enviada ao Senhor Presidente da República, concordando com a operação, e o "autorizo" do Chefe do Executivo Federal, para o Governo do Estado do Ceará dirigir-se ao Senado Federal para os fins do disposto no item IV do art. 42, da Constituição;

b) Diário Oficial do Estado que publicou a Lei nº 9.708, de 14.06.73, autorizando o Poder Executivo a realizar a operação de empréstimo em exame; e

c) cópia do Ofício da CEMPEX de do Banco Central do Brasil, informando que decidiu "autorizar o prosseguimento das negociações, de acordo com o disposto no inciso I do art. 2º do Decreto nº 65.071, de 27.08.69".

3. Ante o exposto, atendidas as exigências constitucionais e as constantes do artigo 406, alíneas a, b e c, do Regimento Interno, esta Comissão nada tem a opor à tramitação normal do presente projeto de resolução, vez que constitucional e jurídico. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) —

Completa a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 1973, que auto-

riza o Governo do Estado do Ceará a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para repasse ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão (Pausa.) Encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Sobre a mesa a redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER
nº 298, de 1973

Da comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1973.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves:

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1973, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para repasse ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1973. — Antônio Carlos, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Cattete Pinheiro — José Lindoso

ANEXO AO PARECER
Nº 298, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1973.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu Filinto Müller Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO
Nº . DE 1973

Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S. A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), para repasse ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Ceará autorizado a realizar, por intermédio do Banco do Estado do Ceará S.A. — BEC, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), de principal ou o seu equivalente em outras moedas estrangeiras, junto ao European Brazilian

Bank — EUROBRAS, de Londres, Inglaterra, destinado ao financiamento parcial do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, especialmente a CE-75 Rodovia da Confiança, a cargo do DAER — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Art. 2º A operação de empréstimo a que se refere o artigo anterior realizar-se-á nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de operações de espécie obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, as disposições da Lei nº 9.708, de 14 de junho de 1973, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 15 de junho de 1973.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir-la, encerrarei a discussão. (Pausa.) Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Sobre a mesa, redações finais dos Projetos de Lei do Senado nº 38, de 1973-DF e nº 63, de 1973, apreciados na Ordem do Dia da presente sessão.

Nos termos do parágrafo único do art. 358 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário. (Pausa.)

São lidas as seguintes:

PARECER
nº 299, de 1973
da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de lei do Senado nº 38, de 1973-DF.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1973-DF, que dá nova redação ao artigo 17 da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1973. — Antônio Carlos, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Wilson Gonçalves.

ANEXO AO PARECER
nº 299, de 1973

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1973-DF, que dá nova redação ao artigo 17 da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, que dispõe sobre a

organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas compõe-se de um Procurador-Geral e três Procuradores-Adjuntos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER
nº 300, de 1973
da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1973.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

A comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1973, que altera o art. 14 da lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1973. — Antônio Carlos, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Cattete Pinheiro.

ANEXO AO PARECER
nº 300, de 1973

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1963, que altera o art. 14 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito — passa a vigorar com o acréscimo do seguinte item:

“IX — disciplinar a colocação de obstáculos ou barreiras em vias públicas fronteiriças e escolas ou quaisquer outros estabelecimentos de ensino que ministrem instrução de 1º e 2º graus.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Sobre as redações finais que acabam de ser lidas, há requerimentos de dispensa de publicação, que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO
Nº 128, de 1973

Nos termos do art. 359 do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1973-DF.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1973. — Ruy Santos.

REQUERIMENTO
Nº 129, de 1973

Nos termos do art. 359 do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1973.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1973. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — De acordo com o voto do Plenário, passa-se à apreciação das redações finais.

Em discussão a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1973-DF.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discutir a matéria, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Passa-se à apreciação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1973, anteriormente lida pelo Sr. 1º-Secretário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena, que falará como Líder.

O SR. ADALBERTO SENA (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando nos impressionam ou até nos surpreendem os ruídos publicitários que se geram em torno de coisas mediocres ou de efêmera significação, mais ainda se nos impõe como dever de justiça o uso desta tribuna para colocar na devida evidência aquelas iniciativas que, a despeito de sumas em si mesmas, mal chegaram a projetar-se para as faixas mais claras ou mais perceptíveis do noticiário jornalístico ou das radiocomunicações que se vão aperfeiçoando e se expandindo entre nós.

Haja vista que, fora de um grande centro como o de São Paulo, onde a favoreceu a circunstância de haver ali se originado, não tiveram os brasileiros senão vagas informações de uma das iniciativas mais louváveis e promissoras, assim no sentido humano dos seus fundamentos, como pela antevista dos seus frutos, quer para a integração dos valores étnicos e culturais em que tradicionalmente estamos envolvidos, quer nas possibilidades de incremento de contribuições recíprocas para o fortalecimento de aproximações intercontinentais, inequivocamente proveitosas ao desenvolvimento e ao enriquecimento sócio-econômico do nosso País, paralelamente ao das nações africanas que, do outro lado do Atlântico, sem embargo de velhos preconceitos e tradicionais ressentimentos já entraram numa fase de melhor entendimento das verdades históricas que, infirmando esses lastros negativos, começam a evidenciar-se, pelo contrário, num sentido de compreensão das reciprocidades tendentes a estabelecer laços de amizade e de cooperação entre os povos dos dois lados do Atlântico.

Quero referir-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a dois fatos importantíssimos, a meu ver. O primeiro, a instituição, no ano

de 1968, da Câmara de Comércio Afro-Brasileira e, ultimamente, como consequência disso, o lançamento da I Missão Comercial Brasileira a países da África, em jantar realizado em homenagem aos embaixadores africanos, no Hilton Hotel, em São Paulo, em 29 de maio de 1973.

Para melhor evidenciar esses dois fatos e a sua inegável importância e significação, gostaria de ler, neste momento, os dois discursos pronunciados nesta solenidade de lançamento. Um, do Sr. Embaixador Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores, e outro, do Deputado Adalberto Camargo, que foi não só o lançador da ideia da fundação dessa Câmara do Comércio, como também tem sido de notável e incansável pioneirismo das ideias que ela vem pondo em evidência:

“Sr. Presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, Deputado Adalberto Camargo, Senhores Chefes de Missão Diplomática acreditados junto ao Governo Brasileiro, Digníssimas Autoridades, minhas senhoras e meus senhores.

Para nós que militamos na vida pública, vez por outra, as circunstâncias nos obrigam a preparar cuidadosamente um improviso. Acontece, porém, que esse improviso há que ser autêntico, porque, se o Senhor Embaixador de Gana queixa-se de que foi convidado a falar no decorrer do dia de hoje, eu acabo de ser convidado, neste jantar, para lhes dirigir algumas palavras. De onde se verifica que o nosso ilustre Presidente, Deputado Adalberto Camargo, tem uma excessiva confiança nos dotes oratórios de quem vos fala e que, num excesso de nacionalismo, colocou essa confiança acima de sua própria confiança no Embaixador de Gana. É take a exception, Mr. Ambassador, to this. Na verdade, é para mim, e para os meus companheiros do Itamaraty aqui presentes, uma grande satisfação estar presente, assistir hoje, esta noite, a esta festa de congraçamento entre a África e o Brasil. E quero, junto com os meus agradecimentos, desde já felicitar o Deputado Adalberto Camargo, por essa brilhante iniciativa, de promover este jantar em antecipação ao envio em setembro da I Missão Comercial do Brasil à África, percorrendo praticamente o mesmo itinerário que eu tive a honra e o prazer de fazer no ano passado, durante praticamente o curso do mês de novembro: 29 dias para ser exato. E agradecer aos Senhores Empresários que se associam a esta iniciativa, o apoio que assim estão dando à política do Governo, ao abrir uma nova frente para o desenvolvimento do nosso País, pois que é disso realmente que se trata. Quando cumpri minha missão à África, obedecendo às determinações do Senhor Presidente da República, pude verificar o acerto dessa decisão de Sua Excelência e verificar, pessoalmente, que, entre outros muitos acertos, embutidos nessa Missão, havia o de constatar-mos pessoalmente que, na verdade, para melhor nos conhecermos a nós mesmos, temos que conhecer a África. Temos raízes profundas nessas nações africanas na Costa Ocidental que nos defrontam e

o Deputado Adalberto Camargo, com sua habitual gentileza lembrou nosso conceito de que são eles os nossos vizinhos do leste não mais o mar que nos separa mas, sim, que nos une. Como fomos recebidos, a cordialidade com que nos acolheram, como se acolhessem velhos amigos que tardavam a chegar, a semelhança de hábitos, de costumes, a franqueza das conversações que mantive com estadistas e homens de governo, dos países que visitei. Tudo nos mostrava a cada passo que era tempo de estendermos a nossa mão de amizade e cooperação a essas nações a que tanto deve a formação do povo brasileiro, pois que todos nós, nós desta grande nação que é o Brasil, esta grande nação aberta para o mundo que é o Brasil, se somos o resultado de uma mistura universal, praticamente, de etnias, de culturas e de civilizações, temos, sem dúvida alguma, um traço marcante, de formação africana na nossa maneira de ser, e nesta maneira de ser, seja qual for a cor de nossa pele, somos todos mestiços e devemos orgulhar-nos dessa autenticidade, da autenticidade desse reconhecimento, pois que o que estamos fazendo realmente é buscando construir nos trópicos uma civilização autêntica e verdadeira, voltada para o mundo, pacífica, pacifista e pacificadora, certos de que, à medida que cresce o Brasil, crescem também as nossas responsabilidades internacionais. Falava eu, das semelhanças que fomos encontrando a cada passo de nossa viagem. Permitam-me contar dois ou três episódios ilustrativos. Precisamente em Gana, ao ser homenageado, no dia da chegada da minha comitiva, pelo Ministro das Relações Exteriores então, no momento do brinde disse-me ele que era costume em Gana, não levantar a taça e beber à saúde do homenageado mas, sim, verter um pouco de campanha, como era o caso, no prato, em homenagem aos ancestrais. E eu lhe respondi, no momento que me coube a palavra e no momento do brinde, que pretendia introduzir um melhoramento no protocolo de Gana, ou seja, derramar um pouco de vinho em homenagem a Xangô, no canto da sala.

Antes de minha viagem havia recebido a honrosa visita do Chefe Antony Enauro, Ministro de Turismo e Informações da Nigéria. Sua última paragem foi em Brasília. Havia estado aqui em São Paulo, na Guanabara, e na Bahia. E, ao conversar comigo em Brasília, disse-me o Chefe Antony Enauro (e aqui eu abro um parêntese para explicar que ele é descendente direto do Obá de Benin, do Rei de Benin. Que foi, não sei se sabem, o segundo país independente a reconhecer a independência do Brasil depois dos Estados Unidos e que enviou para esse efeito uma Missão Especial junto à Corte de D. Pedro I. Uma das mais ilustres e antigas civilizações africanas, cujos exemplares brilhantes dessa cultura estão nos melhores museus do mundo: os famosos bronzes do Benin. Pois o Chefe Antony Enauro é descendente direto do Rei de Benin, apenas é descendente pela linha paterna, o que na África é uma desvantagem, pois predomina lá o matriarcado. De modo que ele não tem direito

de sucessão. Seria uma espécie de Duque de Gloster na Inglaterra). "Pois", disse-me ele, "eu ouvi falar muito, antes de vir aqui, das semelhanças entre o Brasil e a África e confesso-lhe que sempre achei que havia uma ponta de demagogia em tudo isto. Mas, fui à Bahia e lá entrei num restaurante fora do programa, e toda a lista do menu era constituída de pratos que como em minha casa. Pedi esses pratos e, só não eram iguais aos que como em minha casa pois estavam mais bem feitos. Fui ao mercado e conversei correntemente em iurubá. De modo que eu peço desculpas hoje dessa minha suspeita e quero confessar-lhe que estou inteiramente rendido a esse desejo de aproximação dos senhores."

Pois bem, o outro lado e a continuação dessa história: na minha visita a Lagos, sendo recebido pelo Presidente Gowon, com a cordialidade comovedora, recebeu-me ele com estas palavras: "welcome home".

Um pouco para abrir caminho para as minhas conversas com ele, confesso, contei-lhe esse episódio, querendo evidentemente demonstrar que no Brasil se fala iurubá. Sabia eu que não era a única língua da Nigéria mas, sabia, também, que era língua importante, de uma nação muito importante predominante em Lagos. Entre os ibos, ifreís, etc. E quando lhe contei o episódio ele me observou com toda naturalidade: "É, o Chefe Antony Enauro fala muitos idiomas". Esta naturalidade foi que encontramos, meus companheiros e eu, em toda minha Missão à África, durante essa nossa visita inesquecível. Não apenas do plano comercial, que é de si mesmo muito importante, que abre o caminho para a compreensão e entendimentos entre os homens, mas também no plano da cooperação técnica e científica.

Temos muito que receber, esperamos algo que dar, também, à África. Pois, se é verdade que os nossos meios são modestos, que as nossas possibilidades são limitadas, nós, do Brasil, devemos reconhecer, também, por outro lado, que temos experiências próprias, que a própria pobreza de recursos, fez com que o nosso engenho inventasse técnicas adequadas e apropriadas à nossa própria produtividade nacional. Que as condições ecológicas e climáticas prevaletentes entre o Brasil e toda esta vasta região africana são de tal modo semelhantes que, naquilo em que nós já temos adquirido algum progresso, alguma experiência, podemos certamente ser de alguma autoridade para os nossos irmãos do outro lado do Atlântico. É isso que buscamos: estender a mão de amigo, fazer uma cooperação que seja mutuamente vantajosa.

Antes de entrar aqui fui perguntado por um jornalista se acreditava na possibilidade de um comércio entre nós e os países africanos, um comércio verdadeiramente produtivo e de interesse nacional para cada um dos países envolvidos nele. E respondi com algo que já afirmara antes, ou seja, que se é possível entre os países do hemisfério norte, os altamente industrializados, que têm produções semelhantes, aqueles que já chamei uma vez, que constituem, diria assim, o ciclo

do trigo e do vinho, se é possível realizarem eles trocas que são as mais volumosas do comércio internacional, tendo as mesmas produções, as mesmas produções agrícolas e as mesmas produções industriais, por que não podemos fazer, nós do hemisfério sul: seríamos, por assim dizer, do ciclo da cana-de-açúcar e da farinha-de-mandioca. O que não exclui a globalização do comércio que é objetivo de todos nós, nem há nisso nenhum desejo de isolamento nem de restrição comercial. Mas eu acredito, tenho total convicção disso, na viabilidade do incremento das trocas entre países em processo de desenvolvimento. O que acontece é que nós intercambiamos os nossos produtos, nós, países em desenvolvimento ainda, mas, intercambiamos de uma maneira triangular e não diretamente. Pois que o cobre que o Brasil compra do Zaire, vai comprar em Bruxelas, em vez de comprá-lo em Kinshasa. E o mesmo se pode dizer de muitos de nossos produtos.

Assim, esta Missão pioneira, que realmente corresponde à intenção com que o Governo enviou uma Missão Oficial à África, pois é isso que queremos. Nós podemos apenas abrir as portas e indicar caminhos e dar a moldura legal, jurídica, através de acordos internacionais para que os senhores, os senhores sim, façam a verdadeira obra de aproximação e de cooperação com todos esses países. Essa iniciativa, portanto, só pode ser objeto dos aplausos mais sinceros por parte do Governo. Quero agradecer-lhes esta noite que se esteja preparando uma Missão de tanta importância. Esperamos que a adesão a esta Missão seja a maior possível, que nela seja posto não apenas o cuidado, o bom senso e a prudência que tem que formar os homens de empresa mas, também, a fé e a imaginação. Pois sem fé e sem imaginação nada se pode construir realmente.

Para terminar, queria lembrar que um grande rei africano, há séculos atrás, Abudo Aka II, sonhou em descobrir o que havia do lado daquele grande e misterioso mar que banhava as suas costas. Construiu uma frota de mais de 2.000 embarcações. Saiu com todo o seu povo mar afora. Nunca voltou. Hoje que nós devemos fazer é dizer a este povo do lado do Atlântico que, daquele outro lado que eles queriam conhecer, e que onde talvez nunca tenham chegado, naquele outro lado há alguma coisa. Há um povo amigo, que lhes estende a mão e que se chama Brasil. Muito obrigado."

Discurso proferido pelo Senhor Deputado Federal Adalberto Camargo, Presidente e fundador da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, por ocasião do lançamento da I Missão Comercial Brasileira a Países da África, em jantar realizado em homenagem aos Embaixadores Africanos no Hilton Hotel em 29 de maio de 1973.

"Excelentíssimo Senhor Ministro MÁRIO GIBSON BARBOZA, Chanceler do Brasil.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, Doutor LAUDO NATEL.

Excelentíssimos Senhores Embaixadores SEYDOU DIARRA, da Costa do Marfim; QUIST-THERSON, da República de Gana; OGUNDELE, da República Federal da Nigéria; ASSANE BASSIROU DIOUF, do Senegal; ALBERT GERARD MONTANO de Trinidad-Tobago. Dignas autoridades presentes, Senhoras e Senhores.

Constituiria meu dever protocolar, neste instante, saudar a Vossas Excelências e agradecer-lhes, como determinam as boas regras, universalmente aceitas, a honrosíssima presença, tão marcante e desvanecedora, nesta solenidade. Creiam, porém, Vossas Excelências, que o faço muito mais do que protocolarmente, porque com verdadeira emoção e muita sinceridade.

Tem realmente um sentido extraordinário a homenagem que prestamos, nesta noite, aos eminentes representantes diplomáticos de jovens nações amigas do continente africano. Eles representam muito mais do que aos seus respectivos Estados, porque representam a vibrante realidade de uma nova África, a África de hoje, estuante de força, entusiasmo e coragem, na vigorosa arrancada do desenvolvimento, que deve consolidar e completar a sua emancipação política.

Vai longe o tempo em que o generoso continente africano apenas sofria o tratamento discricionário de seus colonizadores. Seus povos realizam agora, aos olhos do mundo inteiro, uma engrandecedora cruzada de educação e progresso, que integra o esforço uníssono de milhões de seres, sedentos de justiça econômica e social e determinados a levar avante a gloriosa obra de seu autodesenvolvimento.

Aliás, sempre hei de reiterar que o espírito da África nunca foi escravo, como o espírito do Brasil jamais se tisonou de escravagismo. Na insubmissão de nossos aborígenes e na resistência de nossos quilombos, sempre se afirmou essa inquebrantabilidade de alma que nós, brasileiros, herdamos orgulhosamente.

E tão logo o mapa do continente africano se povoou de nações politicamente independentes, e o nosso próprio surto de desenvolvimento alcançou níveis internacionalmente expressivos, voltamos nossas vistas e nossos corações para a grande África, ansiosos de partilhar com as suas comunidades nacionais as possibilidades que devem fluir de um intercâmbio direto, amplo e inteligente, em todos os setores da atividade comercial, cultural e diplomática.

Unem-se nesse empenho e nessa preocupação homens do Governo e homens do povo, políticos e intelectuais, empresários e jornalistas, todos vivamente interessados numa aproximação mais rica e frutuosa com os antigos e os novos Estados africanos.

A criação, em 1968, da CÂMARA DE COMÉRCIO AFRO-BRASILEIRA, na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, constituiu passo marcante nesse sentido, inaugurando uma era de esforços objetivos, desenvolvidos no propósito de intensificar o interesse pelo comércio brasileiro-africano e estimular o aprofundamento das relações diplomáticas, espirituais, técnicas e culturais afro-brasileiras.

Ressalte-se, por oportuno, que a Câmara de Comércio é uma sociedade civil, sem fins lucrativos ou políticos e que o seu trabalho já produziu sensíveis frutos, principalmente no que tange a informações periódicas sobre condições de comércio, catálogos de produtos, tarifas, direitos e isenções aduaneiras, câmbio, transportes, legislação e particularmente acordos comerciais celebrados entre o Brasil e países africanos, alguns deles consequentes da visita que lhes fez, no ano passado, o emérito Chanceler Mário Gibson Barboza.

Agora, num empreendimento destinado a abrir novos horizontes a esse relacionamento, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira patrocina a I MISSÃO COMERCIAL BRASILEIRA A PAÍSES DA ÁFRICA, fruto de três longos anos de difíceis e pacientes estudos e de viagens especiais aos territórios incluídos no roteiro.

Ao lado disso, continuamos nossas incessantes pesquisas básicas de mercado nos países africanos, nosso empenho de divulgação das ofertas brasileiras nos boletins editados pelas Câmaras de Comércio daquele continente e o fornecimento de informações seguras sobre concorrências para o fornecimento de equipamentos, em projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Com tudo isso, simplesmente estendemos nossas fronteiras marítimas para muito além das clássicas 200 milhas de mar, fazendo-as atingir, do outro lado do Atlântico, as praias amigas das jovens nações irmãs do Continente Africano.

A ponte que lançamos agora, oficialmente, sobre o oceano, para unir nosso país àqueles outros, é a PRIMEIRA MISSÃO COMERCIAL, a que aludimos, que traduz, muito mais do que simples iniciativa comercial, uma vigorosa e elevada aspiração do Governo e do Povo do Brasil, que se concretiza pela ação dos órgãos da Administração Pública e das Entidades de Classe.

Ela conduzirá 70 dos mais respeitáveis homens de empresa brasileiros, que percorrerão o Senegal, a Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Togo, Daomé, Camarões e Zaire, e possivelmente a Libéria, dando efetividade aos acordos bilaterais celebrados e abrindo ensejo a trocas comerciais amplas e efetivas.

Senhores:

Todos sabemos que se fincam nos séculos as origens históricas do íntimo relacionamento da África com o Brasil. O que agora importa é, porém, a visão da nossa realidade atual, que se afirma na necessidade de desenvolver e integrar os nossos continentes, numa civilização feita de trabalho, solidariedade, amor, cooperação eficaz e entusiasmo construtivo.

Lembrando o que disse este diplomata que nasceu homem de Estado, e que está aqui presente, o ilustre Ministro Gibson Barboza, sobre a nossa verdadeira fronteira oriental, que não é mais o oceano, e sim a África, conscientizemos, felizes, o gigantesco esforço que se conjuga para tornar essa ideia uma luminosa realidade. Basta ver o que faz o ímpeto realizador do Ministério da Fazenda, com os seus incentivos à exporta-

ção: do Ministério da Indústria e do Comércio, com seu esforço de coordenação comercial; do Banco do Brasil, já presente em quase todos os mercados do mundo; as Secretarias de Estado, revirescentes em novo dinamismo, ativando as comunicações e as trocas internacionais; a Iniciativa Privada, sem a qual esta Primeira Missão Comercial a Países da África seria impossível.

A homenagem que a Câmara de Comércio Afro-Brasileira presta, pela minha humilde voz, aos eminentes Embaixadores africanos, é um tributo à grandeza de todos os países que fazem a glória e a esperança da África e que simbolizam o amor de todos nós, brasileiros de sangue africano.

Sentimo-nos deveras encantados quando os olhos de nossa alma se voltam para o panorama de trabalho e realizações existente na Argélia, na Costa do Marfim, na Etiópia, em Camarões, na Libéria, na República de Gana, na Líbia, no Malgaxe, em Mali, no Marrocos, na Nigéria, no Quênia, no Daomé e no Senegal, no Sudão, na Tanzânia, no Togo, na Tunísia e que não para de alastrar-se, redentoramente, a todo o continente.

Se há cinco anos dizia eu, quando nascia a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, que ela se implantava para superar dificuldades e afastar obstáculos, promovendo e estimulando a solidificação de nossas relações diplomáticas, comerciais e culturais com os povos africanos, digo hoje que o sonho prosperou, tornou-se uma brilhante realidade, estende-se desde agora à Capital Federal e à Guanabara, e já resulta nesse ideal maior, que é a Comunidade Afro-Brasileira, cujo passo concreto inicial é a Primeira Missão Comercial Brasileira à Países da África, que tenho a honra de declarar oficialmente lançada neste instante."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Britto, por cessão do nobre Senador Wilson Campos.

O SR. FLÁVIO BRITTO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De há muito que os ministros da Agricultura, numa preocupação muito válida, vêm dando toda assistência às autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura para o combate à aftosa.

Nos convênios que o Brasil mantém com os países importadores, uma das exigências para importação desses produtos é que aquele mal não esteja na área de exportação.

O Estado do Rio Grande do Sul é uma das unidades da Federação em que, praticamente, a aftosa está controlada e, podemos afirmar mesmo, erradicada.

Os Ministros da Agricultura, de 1964 para cá, têm procurado, todos eles, nos Estados da Região Sul e Centro-Sul, verificar as áreas mais atingidas, lá concentrando a vacinação.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a maior parte da indústria dessas vacinas está situada no Estado de São Paulo e

São Paulo, querendo aumentar a erradicação do mal no seu Estado, acaba de proibir a saída de vacinas para os demais Estados, conforme reclamação à Confederação Rural Brasileira, por ofício, do Presidente da Federação do Estado de Mato Grosso, Dr. Gabriel Müller, do Presidente da Federação da Agricultura de Goiás, Dr. Rui Brasil, do Presidente da Federação da Paraíba, Dr. Aristóteles Queiroz, e até do Estado onde já estava praticamente erradicado o mal, conforme afirmei no início, o Rio Grande do Sul, Dr. Almir Gonçalves.

Existe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma lei determinando que, mesmo para movimentação de bovinos, ou de qualquer outro animal, de um Estado para outro, há necessidade de atestado de vacina. E os empresários pecuaristas, desses Estados e de outros, onde estão se movimentando, procurando aumentar o criatório, estão impossibilitados de fazê-lo porque não têm vacinas.

E nesta oportunidade faço um apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, às autoridades sanitárias, para que entrem em entendimentos com a Secretaria da Agricultura de São Paulo. Evidentemente São Paulo não pode sair da sua programação de vacinas, mas poderá dar condições para que estes empresários dos Estados possam movimentar-se porque está na época da vacinação; nestes meses, a preocupação é muito grande. No Estado da Paraíba, até os caprinos estão morrendo em grande quantidade porque não há vacina para imunização dos animais.

O Sr. Saldanha Derzi — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITTO — Com prazer.

O Sr. Saldanha Derzi — Desejo que o Sr. Ministro da Agricultura tome enérgicas providências para suprir todos os Estados de vacina contra a aftosa. No Estado de Mato Grosso, onde está em franca expansão a campanha de erradicação da aftosa em convênio com a Secretaria de Agricultura e com o Ministério da Agricultura, há necessidade urgente de que seja resolvido este problema o mais rápido possível porque, como diz V. Exª, o gado não pode transitar, mesmo dentro do Estado, sem o atestado de vacina. O mais grave é que não se pode exportar boi gordo sem ser vacinado pelo menos 120 dias antes do embarque. Estando esse prazo findo ou a findar, é prejuízo muito grande para o pecuarista de boi gordo e para o abastecimento de São Paulo. Congratulo-me com V. Exª pela providência que pede e aguardo mesmo que o Sr. Ministro da Agricultura tome as necessárias providências para que todos esses Estados, especialmente Mato Grosso, sejam atendidos por S. Exª.

O SR. FLÁVIO BRITTO — Agradeço o aparte do meu colega Senador Saldanha Derzi, que é um dos pecuaristas do Estado de Mato Grosso, portanto, tem condições de dar essa informação, e, assim, reitero o apelo ao Ministro da Agricultura, para que seja dada solução imediata ao problema da vacina aftosa.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Fernandes.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A inesperada e longa estiagem que afetou sensivelmente a colheita do cacau temporou na Bahia, não deixou de contribuir para elevação do *deficit* na produção mundial do "ouro verde", este ano.

Na 20ª Assembléia-Geral da Aliança dos Países Produtores de Cacau que se realizou no meu Estado, em fins de março, com a presença de delegados de Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Togo, Brasil e observadores de outros países interessados, o problema foi incluído num dos principais temas e debatido amplamente como subsídio da estratégia dos países produtores, com relação ao Acordo Internacional do Cacau, assinado em Genebra, e que entrará em vigor em outubro, considerado o início do ano internacional do produto.

O *deficit* no consumo mundial do cacau, estimado àquela época em cerca de 30 mil toneladas este ano, aumentou com o prolongamento da estiagem na zona cacauzeira baiana, com resultados bastante modestos da lavoura, no Brasil, com uma safra inferior a 200 mil toneladas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Atendendo à necessidade de diversificação da nossa pauta de exportações, o Governo abre uma nova frente: a do cacau.

Estimulando o plantio e a industrialização, o Governo vem, no exato momento em que a estagnação das fontes principais do produto, no mundo, se manifesta, com preços internacionais subindo sensivelmente.

Considerando a importância deste setor agrícola, a medida tomada pelo Governo Médico tem por objetivo mobilizar os agricultores a fim de aumentarem a produção nacional, dotando o País de condições adequadas para competir no mercado internacional.

O revigoramento da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauzeira, e CEPLAC, através de dotações de recursos e instalações adequadas, na Bahia, maior fonte de produção do País, é medida de alto alcance em favor do desenvolvimento da lavoura, capacitando-a para responder às solicitações do mercado.

A CEPLAC tem desenvolvido trabalho com apoio nas mais modernas técnicas agrícolas e, com persistência nos estudos e pesquisas relacionadas com o clima e a vegetação da zona produtora há de elevar a produtividade, com seleção de sementes, combate às pragas, adubação e renovação das plantas, com novos métodos de cultivo e colheita, investindo recursos também em saneamento, estradas de penetração, crédito orientado e venda de materiais e implementos agrícolas aos lavradores.

São providências para modernizar tecnologicamente a lavoura cacauzeira, enriquecen-

do-a economicamente, com o estabelecimento de metas destinadas ao aprimoramento da estrutura agrária da região que, ecologicamente, melhor se enquadra em suas características.

Espero confiante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que muito em breve teremos possibilidades de quantificar toda a produção do cacau baiano, dentro de tempo relativamente curto, como resposta satisfatória dos cacauicultores aos estímulos oferecidos pelo Governo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, art. 16, declara que "a Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Começo por destacar, assim, que as duas situações extremas não são consentidas pela lei, que não deseja o pequeno trato, impossível de atender às finalidades sociais da terra, e que igualmente repele as grandes áreas improdutivas.

Na implantação da nova estrutura fundiária que o País reclama, entretanto, em virtude da extraordinária extensão territorial brasileira, que recomenda tratamento gradualista ao problema, impõe-se subordinar a critérios rígidos a eleição de prioridades, certo que se incidisse, ao mesmo tempo, sobre o todo, a Reforma Agrária seria inexecutável.

Dai a preferência, na execução da política agrária, atribuída às zonas, regiões e localidades em que, em estado atual ou latente, existem ou podem ocorrer pressões sociais, como resultado da estrutura vigente.

Em decorrência dessa orientação, que atende perfeitamente à realidade brasileira, desapareceu a agitação reinante e acalmaram-se temores, inclusive refrearam-se atividades especulativas.

Subsiste um problema, porém, que está desafiando a capacidade dos administradores diretamente responsáveis, de modo particular dos dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

Refiro-me à cobrança do Imposto Territorial Rural, cujo número de devedores, apesar dos prazos que lhes foram concedidos, é realmente alarmante.

Evidente que os atrasos verificados não são causados, apenas, pela desídia, muito menos a expressiva inadimplência numérica induz propósito de resistência coletiva por parte dos devedores. Claro que muitos são relapsos, procuram burlar a lei, procuram alcançar vantagens ilegítimas.

A grande maioria, entretanto, estou convencido, não pode efetuar os pagamentos que se lhe exige em decorrência de múltiplos fatores, ponderáveis e justificáveis.

No caso particular do Nordeste, valho-me de palavras que pronunciei, nesta mesma tribuna, na sessão de 26 de outubro de 1971, ainda hoje, infelizmente, de gritante atualidade.

"Quando se realizou o primeiro cadastramento geral, o preço atribuído ao hectare, para efeito de cobrança do ITR, foi fixado em oito cruzeiros, o mais baixo permitido.

Nos anos subsequentes, alguns proprietários venderam os semoventes para pagamento dos impostos. Nos seguintes, teriam que se desfazer, parcialmente, das terras, para garantir as restantes. Mas a tributação funcionou, exatamente, como elemento de deterioração dos preços, de desvalorização dos imóveis, de contenção de vendas, à falta de compradores.

A certos os débitos fiscais, a consequência imediata foi o corte dos negócios bancários, vez que a terra, gravada, não poderia funcionar como elemento garantidor da liquidez dos negócios.

Sem possibilidade de dispor livremente da propriedade e sem o suporte do crédito, dezenas de proprietários abandonaram as terras, vindo engrossar as fileiras dos que pedem emprego, sem qualificação para o trabalho, nos grandes centros brasileiros."

Para completar o quadro bosquejado em 1971, resta lembrar que os invernos escassos, eufemismo para expressar as secas, totais e parciais, verificadas no triênio 1970/1972, acabaram por comprometer, inteiramente, as mínuas disponibilidades dos contribuintes.

Realizado o segundo cadastramento geral, apesar das novas bases permitidas para a cobrança do ITR, que representaram sensível diminuição em relação às anteriores, a situação não mudou ou, pelo menos, não experimentou a melhora desejada, o que conduz à certeza de que as causas do desajustamento têm raízes mais profundas.

Agora, anuncia o INCRA que vai promover a execução dos débitos relativos ao Imposto Territorial Rural. Milhares de devedores, assim, cumprida a legítima ameaça, poderão ser executados.

Ocorre que em consequência dos critérios adotados pelo próprio INCRA, que faz, dentro das categorias que elegeu, uniforme classificação das terras nas diferentes regiões do País, em elevado número de casos o valor do imposto ultrapassa o do imóvel sobre que incide.

O Sr. José Lindoso — V. Exª me permite um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES — Com todo o prazer, Senador.

O Sr. José Lindoso — V. Exª com zelo, seriedade, enfoca um problema que não é só do Nordeste. V. Exª falou que as escassas estiagens impossibilitam o resultado das safras, em última análise, o valor do imposto é, por vezes, superior ao próprio valor da terra. No Amazonas acontece o fenômeno exatamente ao contrário: por três anos consecutivos, as enchentes lavaram a lavoura, levando os recursos de uma escassa agricultura empírica, criando os mesmos problemas. Então, nós defrontamos: o Governo com propósito sério, plausível, de racionalizar a polí-

ca da terra, de fazer o cadastramento, de ar, portanto, uma política fundiária racional e objetiva; e uma realidade de pobreza a área agrícola desassistida, sem técnica, desorientada. Há de se perguntar, diante desses fatores contraditórios, qual a solução que deve buscar o Governo a que cumpre promover o bem público? V. Exª levanta no seu discurso, com a singeleza daqueles que não proclamando verdades duras mas sem nenhuma paixão, simplesmente no interesse de servir, levanta problemas que devem merecer a mais profunda reflexão da área do governo que se incumbe dessa questão: o da versificação das áreas de terras, a ilusão de que a terra é sinônimo de riqueza, quando isso não corresponde à realidade do interior brasileiro e, muitas vezes, vai plantar angústias, inquietações nesse próprio interior. Parabéns V. Exª pelo levantamento desse problema e almejo que suas palavras cheguem às autoridades para que elas possam refletir sobre isso. Não é com a execução que resolveremos os problemas agrícolas. Logo mais: o problema fundiário está a reamar uma dinâmica e uma presteza muito maiores. Estive compulsando os relatórios do ACAR do Amazonas e verifiquei que milhares e milhares de proprietários que têm a posse da terra não podem obter financiamentos regulares porque a comprovação dos títulos de propriedade é um requisito exigido pelo Banco do Brasil e Bancos oficiais para isso. Há uma grande interrogação em torno de todo esse problema — complexo, desconhecido; não desconheço a boa-vontade das autoridades, mas há uma grande mão de obra, um grande esforço a fazer na busca de soluções que, atendendo à política nacional do Governo, não sacrifique o interior, já tão sacrificado.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Sr. Senador José Lindoso, entre as causas que determinam o atraso no pagamento do Imposto Territorial Rural, arrolei as secas que, ciclicamente, o Nordeste sofre. V. Exª, representante do Amazonas, lembra que o seu Estado sofre os efeitos das enchentes. Por outro lado, o extremo-sul do País, vez por outra, sofre os efeitos das geadas. O problema é complexo, cabe às autoridades estudá-lo, mas é preciso imaginação, pois da maneira que as coisas estão postas, 10 mil proprietários rurais serão inexoravelmente executados, se não funcionar a imaginação, a que há pouco fiz referência, e se o governo não adotar uma providência salvadora. Muito grato a V. Exª, Sr. Senador José Lindoso, que, com a sua inteligência, com o conhecimento que tem não apenas da sua região, mas do Brasil inteiro, traz colaboração estimável ao modesto pronunciamento que faço, hoje, no Senado Federal. No Piauí, sobretudo nos municípios do interior e do sul, em mais da metade da área estadual, o Imposto Territorial Rural sobre terras que não foram definidas como prioritárias, para os fins da reforma agrária, pode ser objeto de cobrança judicial. Sabem todos, entretanto, que a execução começa pela citação dos devedores para pa-

garem os débitos respectivos. Mas em milhares de situações, vale repetir, os débitos são superiores ao valor dos imóveis, que são a principal garantia do direito do exequente. Na hipótese, todavia, de serem insuficientes, ou apenas necessários, ao pagamento do imposto atrasado, parece-me que a solução agravará os resultados que aquele órgão pretende obter, vez que a incorporação de terras, para efeito de solução dos débitos, feriria a política governamental expressa na Carta de Brasília, segundo a qual "o processo de aplicação dos vários instrumentos previstos no Estatuto da Terra deu à Reforma Agrária Brasileira caráter nitidamente democrático, sem as transferências das propriedades rurais para o Estado, nem os confiscos da terra". Conveniente, pois, é que na promoção da justiça social, e tendo em vista o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, seja encontrado o verdadeiro caminho, que não será o de simplesmente incorporar as terras dos que as têm, mas não podem pagar, ou que mesmo entregando as terras para composição dos débitos não conseguirão saldá-los, agravados, ainda mais, pelas despesas processuais decorrentes. São as preocupações, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que me assaltam, e que desejo levar ao exame e à decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Cantamos sempre os nossos mortos para a Nação, quando eles, na trajetória da vida, ultrapassam a média dos homens que projetam suas idéias para o futuro. Ontem, falávamos de Castello Branco; anteontem, de Raul Pilla e de Carlos Maximiliano. O Panteão da História, afinal, registra os homens que se foram. Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou lamentar e pranteiar, mas reverenciar e cantar a personalidade ímpar, a coragem e o poder de amor de Francisco Meirelles, que merece o nosso canto, como mereceu quando, diante da sua tumba, o chefe xavante Uarendi debruçou-se sobre seu caixão para entoar o Canto ao Grande Guerreiro. Sr. Presidente, Srs. Senadores, "Chico" Meirelles foi, antes de tudo, um bravo, quando conquistou e pacificou os Xavantes, em 1946; bravo, quando atraiu os Cinta-Largas e os Paacás-Novos; bravo ainda, quando, como primeiro civilizado, cruzou rios como Lajes, Cruzeiro, Ocaia, Iriri e tantos outros importantes que banham a imensidão da nossa Amazônia.

O Sr. José Lindoso — Permite um aparte, Excelência?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com prazer, eminente Líder.

O Sr. José Lindoso — Desejo, Sr. Senador Osires Teixeira, associar-me a homenagem que V. Exª presta a Francisco Mei-

relles. Curvo-me, como cidadão, no preito de saudades a Chico Meirelles, que seguiu o largo caminho da solidariedade que Rondon ensinou. Os índios não são uns estranhos. Constituem nações com padrões culturais e o diálogo que, com eles, devemos travar não deverá significar o aniquilamento de suas estruturas, ao receberem o fluxo dos valores da civilização, nem sua submissão aos nossos costumes. Chico travou diálogos com os guerreiros Xavantes, levou a eles a nossa mensagem de amor.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Muito grato pela manifestação do nobre Senador José Lindoso.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exª permite um aparte, nobre Senador Osires Teixeira?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com muita honra, eminente Senador Ruy Carneiro.

O Sr. Ruy Carneiro — Desejo, no momento em que V. Exª faz o elogio fúnebre de Francisco Meirelles, trazer a solidariedade da Paraíba, porque são justas as afirmações que V. Exª está fazendo sobre esse grande sertanista que consagrou toda a sua existência aos silvícolas brasileiros, nossos irmãos índios. Quero, assim, solidarizar-me com V. Exª no acerto que está tendo em elogiar, no encerramento do primeiro semestre de trabalho do Senado Federal, uma figura que merece precisamente as palavras brilhantes que V. Exª pronuncia em nome do Estado de Goiás, com a humana e brilhante inteligência que possui.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Ruy Carneiro.

Em verdade, a bravura de Chico Meirelles traduz-se no amor e no trabalho indigenista e, também, na bravura, quando, enfaticamente, dizendo que o silvícola é um cidadão de última categoria na estrutura social brasileira, que anda, através dos tempos, separado do processo geral de desenvolvimento, defende a integração do índio neste processo, para sua grandeza e para a grandeza do próprio Brasil.

O Sr. Benjamin Farah — V. Exª me permite um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Benjamin Farah — Quero prestar a V. Exª minha solidariedade ao seu discurso. Não falo apenas em nome da minha Guanabara, mas da minha Bancada, porque o trabalho construtivo de Chico Meirelles não pode ser ignorado por nós. Foi um trabalho humano, em que levou aos nossos irmãos indígenas o seu melhor coeficiente espiritual. Esses homens estão realmente precisando de tal apoio. Os índios são procurados não raro para serem explorados. Ainda mais, por alguns, são violentados e até massacrados. Não lhes devemos levar o ódio nem as doenças das cidades; devemos levar-lhes a paz, o amor e a confraternização. A dedicação do saudoso sertanista é a do amor da solidariedade humana. É o de que o mundo precisa. Quero expressar a V. Exª meus parabéns e o apoio da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Nobre colega, por esta solidariedade, por este amor e por este desejo imenso de integrar o índio no processo de desenvolvimento brasileiro é que a morte de Chico Meirelles constitui, sem dúvida nenhuma, um grande vazio. É preciso que nas selvas seus seguidores — dentre eles, tenho certeza, seu próprio filho, Apoena — continuem o seu trabalho de amor e dedicação em prol do silvícola brasileiro. Mas é preciso também que no asfalto, nas cátedras, nos jornais, nas tribunas, mantenhamos acesa a luta de Chico Meirelles, entendendo o índio brasileiro como um partícipe do processo étnico, social e desenvolvimentista do Brasil e não persistamos, como muitos o fazem, a tratá-los como meras peças de museu.

O Sr. Gustavo Capanema — Permite V. Exª, um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Gustavo Capanema — Que felicidade nossa terminarmos os trabalhos desta primeira parte do ano legislativo com um discurso em que V. Exª tece louvores tão merecidos a um homem, por assim dizer, santo, que soube consagrar a sua vida e a da sua esposa, a essa obra extraordinária com que o Brasil trata os seus índios. A tradição de Rondon é a tradição da fraternidade.

O Sr. Benjamin Farah — Muito bem!

O Sr. Gustavo Capanema — Ser morto pelo índio é uma pena, é uma tragédia, mas matá-lo, isto seria a desgraça.

Essa tradição de tratar o índio com o espírito de santidade, a propósito da morte de Francisco Meirelles e a propósito ainda do que estão fazendo os irmãos Vilas Boas, escreveu o cronista e poeta Carlos Drummond de Andrade, na última quinta-feira, um artigo de extraordinária beleza. Não sei se seria abusar da sua condescendência sugerir que esse artigo fizesse parte do seu discurso, porque ele coloca os três no mesmo nível de grandeza e de santidade. (Palmas prolongadas.)

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Ao agradecer, nobre Senador Gustavo Capanema, a sua intervenção na nossa modesta oração — que, agora, com a sua intervenção é enriquecida — dizemos que sem dúvida nenhuma o artigo de Carlos Drummond de Andrade faz parte integrante deste pronunciamento até para valorizá-lo — e necessariamente para valorizá-lo. O problema indigenista brasileiro deve ser analisado no seu contexto global e tendo em conta as posições doutrinárias de todos os grandes sertanistas brasileiros.

É sabido e notório que a posição dos Vilas Boas são posições diferentes da posição de Chico Meirelles; que a filosofia no trato do problema indigenista difere, o que, todavia, em vez de separá-los fez com que cada vez mais estivessem juntos no trato do problema do índio brasileiro. E ao concordar, com muita honra, com a sugestão do nobre Senador Gustavo Capanema, e sobretudo sentindo que a anexação desse artigo, aliada à posição filosófica no trato do problema índio por parte dos Vilas Boas e de Chico

Meirelles levarão, sem dúvida, os estudiosos a se debruçarem sobre a matéria do índio brasileiro, fazendo como querem os Vilas Boas — estabelecer parques isolados, estabelecer comportas estanques e tratá-los à margem do processo brasileiro — ou integrando-os no processo de desenvolvimento nacional, fazendo com que o índio desapareça, mas na miscigenação correta e perfeita daqueles que para aqui vieram e aqui estão. Por isso é que, concordando com S. Exª, com a juntada do formidável e fabuloso artigo, também pediria que fizesse parte integrante do nosso pronunciamento a entrevista concedida por Francisco Meirelles, poucos dias antes do seu falecimento, à revista *Veja*, em que traduz o seu pensamento filosófico e doutrinário sobre o problema do índio brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Chico Meirelles é desses homens que será sempre lembrado, cantado por nós, civilizados, e cantado também por seus irmãos índios que serão, sem dúvida nenhuma, um dia, partícipes desse grande processo de desenvolvimento que nós experimentamos.

Concluamos a nossa oração com a lenda que sempre esteve presente nos fundos das matas amazônicas, nas cabeceiras dos rios nunca dantes percorridos senão por Chico Meirelles.

E são nossos irmãos que cantavam e que cantam hoje:

“É o povo de Iriri. Chico Meirelles vem aí.”

Outros Chicos Meirelles virão, sem dúvida nenhuma, para integrar o índio brasileiro no processo de desenvolvimento desta grande Nação. (Muito bem! Palmas prolongadas)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSIRES TEIXEIRA EM SEU DISCURSO.)

Entrevista: Francisco Meirelles

NOSSO ÍNDIO NÃO SOBREVIVE

O Pacificador dos Xavantes
diz que o índio vai
integrar a raça brasileira

Por André Gustavo Stumpf

“Já perdi a conta, mas nem no tempo do marechal Cândido Rondon alguém fez mais contatos de pacificação com índios do que eu.” Francisco “Chico” Meirelles é agora coordenador das atividades da Fundação Nacional do Índio para toda a região amazônica. Em Brasília, transmitindo ordens, assinando papéis, mancando entre seu gabinete e a sala de operadores de rádio (feriu-se ao cair do cavalo na pacificação dos Xavantes, em 1946), poderia estar se preparando para o merecido gozo da aposentadoria depois de 34 anos de trabalho na selva: começou participando de expedições ao território dos Urukumaquãs, na Bahia, e ainda no mês passado, convalescendo de febre terçã, tomou um avião e foi à serra do Cachimbo, no Mato Grosso, acompanhar seu filho, Apoena, que ia receber de Cláudio Villas Boas a tarefa de concluir a atração dos índios Kranhacãrore. Sua permanência porém é imprescindível à

Funai, cuja direção deposita nesse experiente pernambucano de 65 anos as esperanças de abrir caminho às frentes de trabalho do Transamazônica e da Perimetral Norte, sen choques com tribos mais ou menos hostis.

Originário de uma família de militares, Francisco Meirelles costumava passar suas férias na Bahia, onde seu irmão mais velho, Gildo, desde 1928 trabalhava com os índios: “Ele falava tanto nos Pataxós que, mesmo antes de ter visto um índio, eu já me considerava capaz de dizer como se devia pacificá-los”, costuma contar o sertanista. Finalmente funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, sua primeira chefia de missão foi-lhe entregue pelo governo em 1945: pacificar os Xavantes, que já haviam matado com flechas seu professor de indigenismo Pimentel Barbosa e, a pauladas, um padre salesiano, que, confiando na proteção de Deus, invadiu a aldeia dos índios brandindo um crucifixo — o que os selvagens interpretaram como uma ameaça.

Pacificador, também, dos cintas-largas dos pacaás-novas, Meirelles não mantém ilusões sobre a resistência do índio brasileiro ao avanço da civilização do homem branco sobre seus domínios e costumes. Encarando a absorção como uma fatalidade contra a qual nada se poderia fazer (tese contestada por muitos indigenistas, inclusive pelos irmãos Villas Boas), Meirelles vê nisso mais uma razão para, de momento, não se apressar; ele confia que pode colaborar para que a absorção não seja cruel nem desumana.

A doença é tributo
à civilização

VEJA — Qual o destino do índio brasileiro?

MEIRELLES — Entrar como fator ético na formação de nossa raça como está entrando o negro e vai entrar o japonês. O índio está fadado a desaparecer como índio. Não tem condições de sobrevivência. Agora o progressivo desaparecimento do índio deve ocorrer por miscigenação racial e não por guerra de extermínio ou coisa parecida. Pouco tempo os cintas-largas queriam que nossos funcionários da turma de atração nessas turmas não há mulheres — se casasse com índias daquela tribo. E eu expus meu pensamento: acho que aquele que quer casar pode e deve casar com índia. Devemos punir quem quiser fazer safadezas, se assumir responsabilidades. O pai índio oferece a filha a você, se não quiser casar diga que tem outro compromisso e caia fora. Mas querendo, deve casar.

VEJA — Qual seu objetivo pacificando índios?

MEIRELLES — Temos que ser realistas: não podemos deter uma frente pioneira e progresso. Não podemos contrariar uma política do Governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para nosso desenvolvimento. Diante disso é preciso promover a confraternização dos índios com os elementos civilizados. Mas é necessário evitar de qualquer maneira, que sejam cometidos atos de violência contra os indígenas, que suas terras sejam roubadas a pretexto de desenvol-

mento. Não temos condições, por outro lado, de evitar que o índio contraia doenças em contato com o civilizado. Depois que entrou em contato pacífico, o índio sai para confraternizar por todos os lados, com todo mundo. Ele paga este tributo à civilização. Claro que temos que responsabilizar criminalmente quem transmite, por exemplo, doenças venéreas. Mas não podemos evitar.

VEJA — E a estrada não contribui para abreviar o desaparecimento do índio como índio?

MEIRELLES — Não é a estrada em si que destrói o índio, mas toda nossa estrutura de vida, que chega a ele com ou sem estrada. Uns sugerem que deixemos o índio lá, como está. Mas o que adianta dizer para ele permanecer todo pintado, bonito, conservando suas características de índio, continuando a deformar seu beijo, se você não age da mesma maneira, nem permite que seu filho tenha aquela atitude? Queiramos ou não, o índio está vendo a lancha passar no rio, o avião no céu, os caminhões na estrada. Fatalmente vai entrar em contato conosco e também quer gozar dessas vantagens de nossa civilização. É hipocrisia você mandar o índio fazer fogo para esquentar-se, enquanto você, na frente dele, está bem agasalhado com uma japona de lã. Isso é discriminação, é manter o índio como espécime da nossa fauna para ser objeto de estudos desses estrangeiros, etnólogos, antropólogos, que vêm para o Brasil escondidos por um falso sentimentalismo. Dessa gente não se pode esperar coisa nenhuma. Querem escrever livros, estudar, classificar o índio como objeto de museu, como cobaia. Alguém desses já tentou transformar seus estudos em algo prático? Tudo conversa fiada. Vão para a selva fazer piqueniques, pelo menos os que eu vi trabalhar.

Nossa miséria também choca os índios

VEJA — O que faz a Funai para que o índio tenha condições mínimas de sobrevivência?

MEIRELLES — A Funai está engatilhando, mas está no caminho de uma política certa. É uma fase experimental, que já contraria o paternalismo do antigo SPI. Existe um esforço, mas não se pode pensar que a Funai vai agir como uma fada e com um toque de sua varinha de condão transformar tudo. Em alguns lugares está aparecendo um êxito apreciável. Quer tapar o sol com a peneira quem negar isto. O índio não é um inválido, um inútil. Temos que orientá-lo para que se torne útil a si mesmo. Mas o assunto é difícil, tão difícil que Rondon passou toda sua vida buscando uma solução e deixou tudo na estaca zero, apesar do prestígio e da força que ele teve. Creio que a reserva indígena e o empenho sério de dar a cada um um bom enfermeiro, um encarregado motivado, sensível ao problema do índio, um instrutor que ensine aos indígenas como compreender melhor nosso sistema de vida estas seriam algumas das soluções. Desde

que tiramos o índio de uma vida nômade para uma vida sedentária, temos que prepará-lo para esta nova circunstância. Onde não desenvolvemos esse trabalho, os índios vão se alugar nas fazendas e nós não temos mercado de trabalho para eles. Eles querem lanternas, rifles, redes boas e cobertas eficientes.

VEJA — Essas necessidades foram levadas a eles por nós, não?

MEIRELLES — É verdade, eles não as tinham antes. Mas a realidade é que esse contato já houve e agora o índio está querendo viver como nós, é uma opção dele. Não quer mais dormir no chão, sujeito aos bichos. Quando digo que a solução para o problema é difícil é porque sei que ela não depende só de nós da Funai, de quem se preocupa com o problema do índio e do próprio índio. Depende de muitos fatores externos. Uma das coisas que me constroem, por exemplo é levar tantos presentes para o índio, machados, facas, roupas, enquanto os trabalhadores estão todos esfarrapados. Em alguns lugares os índios estão em situação melhor que as populações vizinhas. Quando levei os xavantes ao Rio de Janeiro pela primeira vez, eles quiseram saber de onde vinha nossa comida. Não conheciam nossas roças e viam muita fatura. Levei-os ao mercado central, onde existe uma quantidade enorme de frutas e legumes, mas também existe uma multidão de crianças e velhos catando comida no lixo. Eles me perguntaram como que nós, tão ricos, que dávamos presentes a eles, permitíamos aquele espetáculo. A cena foi um choque para eles. Muitas vezes a camisa que damos ao índio ele entrega a um trabalhador, corrigindo um erro social nosso. Dentro dessa conjuntura, a situação do índio está ligada a do homem pobre. Quer dizer, dentro de nossa má organização social, o índio é um dos componentes.

VEJA — Como será seu trabalho na Perimetral Norte?

MEIRELLES — Vou trabalhar como na Transamazônica, conversando com os responsáveis pelas frentes para saber de soluções e problemas, supervisionando o serviço de todas as turmas de atração. Se for necessário, em alguma situação extraordinária, seguirei junto com a frente. Caso contrário, não. Eu e os Villas Boas nos destacamos muito, mas existem elementos tão bons quanto nós. O pessoal que está em contato com os atroaris, na Perimetral Norte, é um exemplo disto. Os atroaris já mataram alguns trabalhadores nossos e no entanto nossas turmas continuam lá, trabalhando pelo contato.

VEJA — Quando começará efetivamente o trabalho da Funai na Perimetral?

MEIRELLES — Agora que as chuvas pararam, as companhias construtoras começarão a transportar material e gente para a área. E nós já estamos seguindo para fazer os trabalhos de instalação da vanguarda.

VEJA — O método de atração dos índios mais usado é o chamado rondoniano. O senhor utiliza outro sistema?

MEIRELLES — A rigor, nosso método é o clássico, que herdamos de Rondon, mas cada um introduziu algumas variáveis. Eu penetro na mata até o acampamento de caça dos índios, pois a partir daí eles consideram a terra como sua. Ali deixamos presentes. Só dou coisas úteis, facas, machados, alimentos e roupas. Não dou miangas ou bijuterias de plástico. Depois faço uma picada do acampamento de caça dos índios até nosso acampamento, e isso funciona como convite para eles aparecerem. No fim da tarde, reúno sanfoneiro, tocador de cavaquinho, de pandeiro, começo a fazer barulho. Mando a "furiosa" tocar para que o índio veja que não estamos querendo surpreendê-lo. Passado algum tempo, os índios chegam perto e sem sair da mata imitam onças, guarás, gaviões, etc. É fácil perceber que são índios, pois não é possível aparecer tanto bicho diferente de uma só vez. Continuamos colocando presentes no acampamento de caça até que o contato ocorra. Com os cintas-largas, um dos presentes foi meia dúzia de cachorrinhos, nascidos em nosso acampamento. Eles ficaram malucos com os animais, mas não sabiam como pedir mais cachorros. Sabe o que fizeram? Pegaram um camaleão, cortaram o rabo e deixaram amarrado numa árvore. Existe muito camaleão na floresta e eles não precisam desse bicho. Deixei, então, mais cinco cachorros e, quando voltamos, já tinham pegado os cachorros e havia mais de cem camaleões amarrados nas árvores.

Se necessário, força contra os atroaris

VEJA — Mas existe um sistema de o sertanista invadir a aldeia dos índios em busca do diálogo. O senhor já utilizou esse sistema?

MEIRELLES — Em determinados casos é preciso fazer demonstração de força para o índio que está matando gente ou criando problemas. Os atroaris estão precisando disso, pois já mataram uma expedição nossa como a do padre Caleri. Já usei esse processo de intimidação com os pacaás-novas. Durante a guerra, eles estavam matando sistematicamente os seringueiros, enquanto o governo precisava desesperadamente de borracha. Daí, entramos na aldeia, pegamos mulheres e algumas crianças para explicar que fazíamos aquilo porque eles estavam matando nosso pessoal. E ameaçamos voltar a qualquer momento. As mulheres, sabe como é mulher, começaram a chorar e terminaram evitando a hostilidade a nosso pessoal. A invasão da aldeia a gente faz aos gritos e soltando foguetes. Naturalmente, a maioria foge para a roça. Daí trazemos os que restaram para conversar e explicamos o motivo da invasão. Ao final, deixamos presentes.

VEJA — Eles não pressentem a chegada dos invasores?

MEIRELLES — Eles são como nós. Somos surpreendidos e às vezes surpreendemos o índio. A gente se aproxima da aldeia quando está chovendo, pois a chuva amolece as folhas, amortece o barulho. Geralmente os índios estão conversando, rindo ou can-

tando. Além disto, andamos com uns índios aculturados, que, antes da expedição, fazem um reconhecimento no local e nos contam a situação em detalhes.

VEJA — O senhor acha que será obrigado a usar esse método na Perimetral Norte?

MEIRELLES — Se alguma tribo reclamar uma medida dessas, vamos ter que tomá-la. Os atroaris são perigosos, é necessário que se monte um dispositivo de segurança para que eles não pratiquem mais mortes. É um índio que fala português, pois já conviveu com seringueiros. Eles simulam uma confraternização e depois atacam. É preciso muita cautela: um grupo parte para o contato e o outro fica alerta para intimidá-los, se for necessário.

Minhas divergências com Villas Boas

VEJA — Existem outros, na área da Perimetral Norte, com igual periculosidade?

MEIRELLES — Os atroaris são os índios que inspiram mais cuidados por causa de sua simulação. Mas existem os marombos, os oiambis, de quem só sabemos que existem. São índios, embora arredios, melhores de lidar do que os pacaás-novas, que resistiram muito ao contato conosco. Eles haviam sofrido muito desde a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Com ela vieram os seringueiros, que juntavam trinta, quarenta homens para atacar aldeias e roubar mulheres. As mulheres pacaás-novas são muito bonitas. Cada um trazia uma mulher para si e elas terminavam morrendo de maus tratos ou de gripe. Viviam até acorrentadas. A pacificação dos pacaás-novas eu considero meu melhor trabalho. Não queriam namoro, o que queriam é que saíssemos de suas terras. Um dia, os seringalistas pegaram uns índios e nós conseguimos libertá-los. Esses índios ficaram conosco e serviram de intérpretes. O contato levou seis anos para ser feito. A pacificação dos xavantes foi mais fácil: eles matavam nossos cavalos, flechavam nossos companheiros, mas vinham de peito aberto. Os pacaás-novas, não. Eles se escondiam na mata e de repente nos atacavam. Foi contra eles que perdi mais gente, morreram umas onze pessoas, entre trabalhadores e auxiliares meus.

VEJA — O índio então é perigoso e perverso?

MEIRELLES — Não gosto de contar essas coisas porque parece que o índio é perverso. Ao contrário, desde o descobrimento do Brasil vem demonstrando que é de índole muito boa. Foi perseguido pelos portugueses e, fugindo ao trabalho forçado, veio para o interior, onde os bandeirantes também o perseguiram. Por isso no momento da pacificação vem na frente o pajé da tribo, fazendo uma série de rezas para tirar nossa maldade e nos tornar tão bons quanto eles.

VEJA — Qual o motivo de sua divergência com os Villas Boas?

MEIRELLES — Minha divergência com os Villas Boas decorre dos processos de integração do índio. Acho que a civilização não vai parar por causa dos indígenas. É preciso preparar as tribos para o contato com a civilização, ensinando noções básicas de sobrevivência numa sociedade competitiva como a nossa, que cria, inclusive, as necessidades que eles não tinham. Acho Cláudio Villas Boas um homem excepcional. Ele nos recebeu muito bem, a mim e a Apoena, quando estivemos com ele na serra do Cachimbo. Ele viu Apoena nascer em 1949 e, anos mais tarde, chefiou a expedição Xavantina-Cachimbo, de que meu filho participou. Divergimos cordialmente. Tenho meus pontos de vista e respeito os dele. Acho que todas essas idéias deveriam ser discutidas amplamente em congresso para definir uma política indigenista. Assim mudaria a administração da Funai e não mudaria a política em relação ao índio. Mas tem uma coisa: Cláudio faz um trabalho muito pessoal, com o qual eu não concordo. É como se fosse ele de um lado e a Funai do outro.

VEJA — O que vai mudar no acampamento do rio Peixoto de Azevedo com a saída de Cláudio e a chegada de Apoena?

MEIRELLES — Não vai mudar nada. Apoena vai consolidar o contato, que é a parte mais perigosa do trabalho de pacificação: os índios podem cismar e matar todo mundo. Vamos continuar entregando presentes. Mas, daqui a dois anos, vão querer mais camisas vermelhas como as que estavam vestindo quando estive lá. E vão ter de trabalhar para conseguir dinheiro e comprar o que quiserem. É preciso, por isso, dar emprego ao índio.

VEJA — Dois anos não é um espaço de tempo muito curto para transformar o índio em elemento produtivo segundo nossos critérios?

MEIRELLES — O índio é gente. Vamos ensiná-lo a plantar arroz e dizer que a metade da produção é para ele comer e a outra para ser vendida. Mas não queremos quebrar a estrutura social dele. Ao contrário, vamos respeitá-la.

Índio que sabe ler deve votar

VEJA — De que informações a Funai dispõe sobre os kranhacáre?

MEIRELLES — Esses índios são os mais sobrevoados do Brasil e por isso não havia motivo para a lenda dos índios gigantes. Eles são, como os xavantes, altos, mas não gigantes. Begogotire, cacique dos mekranotire, tinha 2,10 metros e sua aldeia não é povoada por gigantes. Alguns chegaram a calcular a altura dos kranhacáre pela borduna, mas este não é o método mais indicado. Esses índios já conheciam o machado de ferro. Já tinham visto armas de fogo nas guerras contra os caiapós e nas manobras que o Para-Sar fez a 20 quilômetros da aldeia. Depois de conversar com Cláudio Villas Boas tive certeza de que são gês-tapuias, com en-

trosamento de algumas palavras tupis em seu vocabulário. Os kranhacáre hoje são cerca de duzentos.

VEJA — O senhor acha que o índio pode votar?

MEIRELLES — Sim, os índios alfabetizados. Lembro-me, por exemplo, de um caso ocorrido em Goiás, quando um governador pediu aos xerentes para mudarem de região. O cacique Cerebece protestou e afirmou que sua tribo era tão goiana quanto o governador e as terras eram muito boas. Por esses motivos eles iam permanecer naquele local. Ora, esse índio tem perfeita consciência da sua função na tribo e na sociedade. No fundo, a proibição para o voto do índio é uma discriminação absurda. Já vi índio exercer do bem uma série de atividades. Por que ele não pode votar?

Carlos Drummond de Andrade

MEIRELES

Confesso que minha admiração por Orlando e Cláudio Villas Boas me levou a conhecer imperfeitamente o mérito de Francisco Meireles. O valor dos irmãos sertanistas avultava tanto a meus olhos que não me permitia distinguir com precisão as grandes linhas da figura moral do outro. S ultimamente me dei conta de que Meireles formava com Orlando e Cláudio a trindade de brasileiros a que devemos gratidão: amor em termos absolutos, pelo sacrifício que se impuseram dedicando-se integralmente à causa da compreensão e defesa da vida indígena entre nós. Eles resgataram o crime secular cometido pelos supostos civilizados contra os chamados selvagens.

Os Villas Boas e Meireles cultivavam pontos-de-vista nem sempre concordantes quanto a métodos e rumos da política indigenista. A atitude mental dos três em face do problema, entretanto, não divergia: todos tinham o mesmo sentimento de missão, mesma humildade e pureza e também a mesma coragem. Que pode esperar, em reconspensas materiais ou em prestígio social político, um homem que larga tudo na vida para ir apanhar malária na selva, arriscando-se a cair vítima de emboscada ou apodrecer à míngua de toda esperança? Quando esse homem leva sua mulher para acompanhá-lo na aventura sem prêmio como foi o caso de Francisco Meireles, que dizer dele senão que se trata de um louco — um sublime louco, sem dúvida, mas essa forma de loucura costuma aparecer apenas nos filmes, e aqui apareceu na realidade.

Um episódio mínimo da vida de Meireles basta para caracterizar seu *feito humano*. Contado por Lincoln de Sousa, no livro *Entre os Xavantes do Roncador*. Lincoln jornalista e escritor, estava no Posto de São Domingos ao realizar-se a segunda visita dos xavantes, em 1949: "Meireles mandou buscar no armazém do Posto o que restava de coisas que pudessem ser dadas. Alguns fardos, uns cunhetes de madeira e chapéus de palha sertaneja era tudo que havia. Achando insuficiente, o chefe do SPI no das Mortes retirou da cozinha panelas, cucas e jarros de alumínio, oferecendo-

aos habitantes do Roncador. A cozinha ficou desfalcada de inúmeras peças de imediata necessidade. Para cozinhar só restavam três panelas, mas a Meireles isso não importava. Para ele, em primeiro lugar está o índio. Se fosse preciso, tiraria a última camisa do corpo para dar ao seu irmão da mata.”

Um dos recursos utilizados por Meireles para conquistar a confiança dos índios — disse ele a Ari Quintela, no livro Retrospectiva, deste último — era fazer barulho. Barulho de banda de música improvisada sabe lá como, barulho de batucada. “Com isso, mostramos a eles que não queremos surpreendê-los... O barulho é tanto! Não temos intenção de matá-los, se assim fosse ficaríamos silenciosos.” O simplismo do recurso revela sutil identificação com a alma suspicaz do índio, habituado a identificar as armadilhas do silêncio. Assim deve ter sido Meireles: um pernambucano do canavial, afeito a distinguir os ruídos mais leves da mata e, no meio deles, a respiração ansiosa de um índio.

“Não quero ficar atrás de uma mesa”, queixou-se o sertanista, quando, sexagenário e doente, lhe confiaram missão burocrática, lateral à de contato direto com os índios. Entre ele e os irmãos do outro lado da civilização, a mesa, o papel, o mandar-fazer em vez do fazer; como poderia acomodar-se ao quase imobilismo desta posição? O enfarte matou-o na hora exata em que ele passaria a viver de lembranças e não de perigo assumido com fervor de coração, a serviço de uma causa pura. Seu filho Apoena aí está para continuar o duro serviço de Meireles, que é também o duro serviço de Orlando e de Cláudio. O serviço a que eles se consagraram, movidos por essa espécie de loucura sublime que continua a ser uma forma de santidade.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Não há mais oradores inscritos. Vou encerrar a presente sessão.

De acordo com o preceito constitucional, só reiniciaremos os nossos trabalhos a 1º de agosto.

Desejo, neste momento, congratular-me com os Srs. Senadores pelo trabalho eficiente realizado nesta primeira parte da Sessão Legislativa. O Senado trabalhou com toda a dedicação, com toda a eficiência, cumprindo o seu dever, as suas finalidades no quadro institucional brasileiro.

Congratulo-me com os Srs. Senadores e formulo votos para que todos possam gozar do merecido descanso, nesse mês de recesso.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
(*) PARECER Nº 252, DE 1973

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1973 (nº 1.143-B/73, na Casa de origem).

Relator: Senador José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1973 (nº 1.143-B/73, na Casa de origem), que aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1973. — Cattete Pinheiro, Presidente — José Lindoso, Relator — Ruy Carneiro — Wilson Gonçalves.

A todos os Srs. Senadores, a todos os funcionários do Senado, votos de um merecido recesso.

Para a sessão de 1º de agosto, designo a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 264, de 1973) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1973 (nº 1230-B/73, na Casa de origem), que autoriza a doação do domínio útil de terreno de acrescidos de marinha, situado em São Luís, no Estado do Maranhão, sob a jurisdição do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 253, de 1973), do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1971, que regula a situação do empregado suspenso para inquérito em relação à previdência social.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.)

SUBSECRETARIA DE PESSOAL
Seção de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal

AVISO

A Seção de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, subordinada à Subsecretaria de Pessoal, em cumprimento ao que determina o Ato nº 11, de 1973, da Egrégia Comissão Diretora, publicado no DCN II de 29.06.73, pág. 2.570, avisa que se acham abertas, no período de 09-07-73 a 06-08-73, as inscrições do curso intensivo de Prática de Processo Legislativo, destinado a servidores do Senado Federal que ocupem cargos, funções ou emprego para cujo exercício se exija, pelo menos, escolaridade de curso médio ou equivalente, obedecendo as seguintes normas:

1) Duração do curso

O curso deverá ser ministrado através de 20 (vinte) aulas, em dias e horários a serem designados de acordo com a disponibilidade de local e horários compatíveis com o trabalho normal dos inscritos, sendo cada aula com duração de 2 (duas) horas.

2) Número de alunos

Serão organizadas turmas com o mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) alunos.

3) Metodologia

Explicações de assuntos constantes do programa, durante 80 (oitenta) minutos e debates com os alunos no tempo restante.

Se possível, será usado material audiovisual, constante de quadros sinóticos, mapas e murais, assim como projeção de “slides”.

Haverá, ainda, uma parte prática, como exame de casos ligado à dinâmica legislativa.

4) Avaliação

No final do curso, os alunos deverão realizar prova escrita, com duração de quatro horas, sobre assunto a ser sorteado na ocasião.

5) Aprovação

O aluno que obtiver nota acima de 60 (sessenta) será considerado aprovado, devendo ser-lhe concedido certificado que constará de seus assentamentos funcionais para os efeitos regulamentares.

6) Inscrição

Poderão inscrever-se no curso os servidores do Senado, a qualquer título, que apresentem, pelo menos, prova de haver concluído o curso médio ou equivalente ou exercício de cargo, função ou emprego referidos no item 1, devendo ser apresentado no 5º andar do Anexo do Senado.

7) Seleção

Os candidatos inscritos deverão submeter-se a uma prova de seleção, consistindo de questões objetivas sobre conhecimentos gerais e de redação.

Aquele que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos estará automaticamente inscrito.

8) Frequência

O aluno com mais de 20% (vinte por cento) de faltas não justificadas não poderá realizar a prova referida no item 6, devendo ser considerado reprovado.

9) As aulas do Curso serão ministradas pelo Professor Dr. Herculano Ruy Vaz Carneiro, Vice-Diretor-Geral (Legislativo).

Subsecretaria de Pessoal, em 30 de junho de 1973.

MARIA DO CARMO RONDON RIBEIRO SARAIVA — Diretora Encarregada da Subsecretaria de Pessoal.

EMENDA Nº 1
(corresponde à Emenda nº 14-CT)

(supressiva)

Suprima-se o subitem 6.3 do art. 1º

EMENDA Nº 2
(corresponde à Emenda nº 15-CT)

(aditiva)

Dê-se à alínea “f” do art. 3º a seguinte redação:

Art. 3º —

a)

"f) a execução das obras referentes ao Sistema Nacional de Viação, especialmente as previstas no Plano Nacional de Viação, deverão ser realizadas em função da existência prévia de estudos econômicos que se ajustem às peculiaridades locais, que justifiquem sua prioridade e de projetos de engenharia final."

EMENDA Nº 3

(corresponde à Emenda nº 16-CT)

(aditiva)

Dê-se, à alínea i do art. 3º, a seguinte redação:

Art. 3º —

a)

"i) atendido o disposto na alínea "f", tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes, reger-se-ão por critérios econômicos, ressalvam-se apenas as necessidades imperiosas ligadas à segurança nacional e as de caráter social, inadiáveis definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se porém sempre aos melhores custos e levados em conta outras alternativas possíveis."

EMENDA Nº 4

(corresponde à Emenda nº 17-CT)

Suprima-se a expressão do art. 9º ... "cabendo ao Conselho Nacional de Transporte proceder às revisões e alterações necessárias."

EMENDA Nº 5

(corresponde à Emenda nº 19-CT)

No art. 18, alínea XIV:

Onde se lê: "BR-153/230"

Leia-se: "BR-010/230".

EMENDA Nº 6

(corresponde à Emenda nº 37, de Plenário)

ANEXO

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do S.R.F.

Rodovias Radiais

Onde se lê:

"BR-060 — Brasília — Anápolis — Goiânia — Rio Verde — Jataí — Campo Grande — Fronteira com o Paraguai."

Leia-se:

"BR-060 — Brasília — Anápolis — Goiânia — Rio Verde — Jataí — Campo Grande — Maracaju — Bela Vista — (Fronteira com o Paraguai)."

EMENDA Nº 7

(corresponde à emenda nº 2-CT)

2.2.2 — Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Rodovias Longitudinais

Onde se lê:

BR-101 Natal-João Pessoa ... São José do Norte-Rio Grande.

Leia-se:

BR-101 Touros — Natal — João Pessoa... São José do Norte — Rio Grande.

EMENDA Nº 8

(corresponde à Emenda nº 3-CT)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Rodovias Longitudinais

Onde se lê:

BR-104 Macau — Lages — Santa Cruz — Campina Grande — Caruaru — Maceió.

Leia-se:

BR-104 Macau — Pedro Avelino — Lages — Cerro — Corá — Ligação — Santa Cruz — Campina Grande — (PB) — Caruaru (PE) — Maceió (AL).

EMENDA Nº 9

(corresponde à Emenda nº 12-CT)

2.2.2. — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Rodovias Longitudinais

Onde se lê:

BR-110 — Areia Branca — Mossoró — Augusto Severo — Patos — Monteiro — Cruzeiro do Nordeste — Petrolândia — Paulo Afonso — Ribeira do Pombal — Alagoinhas — Entr. c/BR-324.

Leia-se:

BR-110 — Areia Branca — Mossoró — Governador Dix — Sept Rosado — Caraúbas — Patu — Brejo da Cruz — São Bento — Serra Negra do Norte — Patos — Monteiro — Cruzeiro do Nordeste — Petrolândia — Paulo Afonso — Ribeira do Pombal — Alagoinhas — Entr. c/324.

EMENDA Nº 10

(corresponde à Emenda nº 40, de Plenário)

2.2.2 — Relação Descritiva das Rodovias do S.R.F.

Rodovias Longitudinais

BR-116 — Fortaleza — (...) — Jaguarão

Onde se lê:

(...) "Rio de Janeiro — Barra Mansa" (...)

Leia-se:

(...) "Rio de Janeiro — contorno de Volta Redonda — Barra Mansa" (...)

EMENDA Nº 11

(corresponde à Emenda nº 21-CT)

Proceda-se às seguintes retificações de ordem técnica na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal:

a) Leia-se assim:

BR-120 — Aracuaí — Capelinha — Gunhães — Itabira — Nova Era — São Domingos do Prata — Ponte Nova — Ubá — Cataguazes — Leopoldina — Providência — Volta Grande — Bom Jardim — Fôrno.

b) Leia-se assim:

BR-153 — Marabá — Araguaína — Gurupi — Ceres — Goiânia — Itumbiara — Prata — Frutal — São José do Rio Preto — Ourinhos — Irati — União Vitória — Porto União — Erechim — Passo Fundo — Soledade — Cachoeira do Sul — Bagé — Aceguá.

c) Leia-se assim:

BR-226 — Natal — Santa Cruz — Currais Novos — Pau dos Ferros — Floriania — Jucurutu — Augusto Severo — Janduí — Jaguaribe — Crateús — Teresina — Presidente Dutra — Grajaú — Porto Franco — Estreito — Araguaiana.

d) Eliminar a longitudinal sem número citado logo após — BR-174. Aparece duas vezes — Ficar nas ligações.

e) Última ligação:

"Apucarana — Ivaiporã — Pitanga — Guarapuava — União da Vitória — Porto União."

f) BR-232 — Onde se lê: "Paranamirim"

Leia-se: Paranamirim".

g) BR-272 — Retirar o traço de união da palavra "GoioEre".

h) BR-283 — em vez de (Argentina) colocar (fronteira com Argentina).

i) Trocar "Vital Ramos" para "Vidal Ramos".

EMENDA Nº 12

(corresponde à Emenda nº 42, de Plenário)

2.2.2 — Relação descritiva das Rodovias do S.R.F.

BR-135 — São Luiz (...) — Belo Horizonte

Onde se lê:

"Bom Jesus — Correntes — Barreiras"

Leia-se:

"Bom Jesus — Corrente — Cristalândia — Barreiras"

BR-235 — Aracaju — (...) — Cachimbo

Onde se lê:

"Remanso — Caracol"

Leia-se:

"Remanso — São Raimundo Nonato — Caracol"

BR-407 — Piripiri — (...) — Anagé (BR-116)

Onde se lê:

"Piripiri — São Miguel do Tapuio — Picos"

Leia-se:

"Piripiri — São Miguel do Tapuio — Pimenteiros — Bocaína — Picos".

EMENDA Nº 13
(corresponde à Emenda nº 46, de Plenário)

Modifique-se para o seguinte o traçado da BR-226 do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação:
Natal — Santa Cruz — Currais Novos — Pau dos Ferros — Jaguaribe — Crateús — Teresina — Caxias — Presidente Dutra — Grajaú — Porto Franco — Entroncamento BR-153.

EMENDA Nº 14
(corresponde às emendas nºs 8-CT e 49 de Plenário)

BR — 316 — Belém — Capanema — Peritoró — Teresina — Picos — Parnamirim — Cabrobó — Floresta — Petrolândia — Palmeiras dos Índios — Maceió.
Ligação Floresta (BR-316) — Cruzeiro do Nordeste (BR-232) 16 km.

EMENDA Nº 15
(corresponde à Emenda nº 48, de Plenário)

Corrija-se, no quadro 2.2.2 — Relações Descritivas das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal — Rodovias Transversais:
BR-285 — Unidades da Federação.
SC RS.

EMENDA Nº 16
(corresponde à Subemenda nº 5-CT, à Emenda nº 50, de Plenário)

Rodovias Diagonais
a) Onde se lê:
BR. 324 — Remanso — Jacobina — Feira de Santana — Salvador.
Leia-se:
BR. 324 — Balsas (BR. 230 — Ribeiro Gonçalves (BR. 153) — São Raimundo Nonato (BR. 020) — Remanso (BR. 235) — Jacobina — Feira de Santana — Salvador.
Ligações:
b) Inclua-se:
“Afrânio (BR. 407) — São João do Piauí (BR. 020) — Canto do Buriti — Bertolinia (BR. 153 e BR. 343) — Uruaçu — Santa Teresa (BR. 230)”.
c) Inclua-se:
“Acarau — Sobral (BR. 222) — Crateús (BR. 226)”.

EMENDA Nº 17
(corresponde à Emenda nº 53, de Plenário)

ANEXO
2.2.2 — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.
Rodovias Diagonais
Inclua-se:
“BR-375 — Guaira (BR-272) — Iguatemi — Amambai — Ponta Porã (BR-463 e EF-270) — Bela Vista — (BR-060) — Caracol — Porto Murtinho (BR-267)”

EMENDA Nº 18
(corresponde à Emenda nº 54, de Plenário)

2.2.2 — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.
Rodovias Diagonais
Inclua-se:
BR-378 — Relógio — Guaira — Iguatemi — Amambai — Ponta Porã — Bela Vista do Mato Grosso.

EMENDA Nº 19
(Corresponde à Emenda nº 7-CT)

2.2.2 — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.
Ligações
“BR-402 — Entroc. c/BR-135 — Parnaíba (BR-343) — Granja — Itapipoca — Umirim (BR-222)

EMENDA Nº 20
(Corresponde à Emenda nº 1-CT)

2.2.2 — Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.
Onde se lê:
BR-405 Mossoró-Entronc. c/BR-116
Leia-se:
BR-405 Mossoró-Jucuri-Mulungu-Apodi-Itau- São Francisco do Oeste-Pau dos Ferros-Rafael Fernandes-José da Penha-Uirauna-Antenor Navarro-Marizópolis (BR-230).

EMENDA Nº 21
(Corresponde à Emenda nº 56, de Plenário)

2.2.2 — Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.
Onde se lê:
“BR-408 — Campina Grande — Recife”
Leia-se:
“BR-408 — Campina Grande — Umbuzeiro — Limoeiro — Recife”.

EMENDA Nº 22
(Corresponde à Emenda nº 59, de Plenário)

Ligações
BR-455
BR-381 — Ipatinga — Acesita — Limoeiro — Revez do Belém — Vargem Alegre — Entre Folhas — BR-116.

EMENDA Nº 23
(Corresponde à Emenda nº 60, de Plenário)

2.2.2 — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.
Ligações
Onde se lê:
BR.459 — Poços de Caldas — Lorena (BR-116)
Leia-se:
BR.459 — Poços de Caldas — Lorena (BR-116) — Mambucaba (BR-101).

EMENDA Nº 24
(Corresponde à Emenda nº 63, de Plenário)

2.2.2 — Relação Descritiva das Rodovias do S. R. F.
Ligações
Inclua-se:
“BR-468 — Santa Cecília (BR-116) — Lebon Regis — Fraiburgo — Videira — Treze Tílias — Catanduva — (BR-282)”.

EMENDA Nº 25
(Corresponde à Emenda nº 64, de Plenário)

Dê-se a seguinte redação às rubricas “Pontos de Passagem” e “Extensão”, constantes do quadro 2.2.2 — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal — Ligações:

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão
470	Penha Navegantes Itajaí — Luiz Alves — Blumenau — Curitiba — Campos Novos — Lagoa Vermelha — Nova Prata — Montenegro.	SC RS	457

EMENDA Nº 26
(Corresponde à Emenda nº 65, de Plenário)

Ligações:
BR-474
Caratinga — Ipanema — Aimorés.

EMENDA Nº 27
(Corresponde à Emenda nº 66, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação.

Ligações:

Onde se lê:

BR-477 — Canoinhas — Blumenau

Leia-se:

BR-477 — Ponta Grossa — São Mateus do Sul — Canoinhas — Papanduva — Blumenau.

EMENDA Nº 28

(Corresponde à Emenda nº 67, de Plenário)

2.2.2. — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações:

Onde se lê:

BR-480 — Pato Branco — Entroncamento c/BR-280 — São Lourenço do Oeste — Xanxerê — Chapecó — Erechim

Leia-se:

BR-480 — Pato Branco — Vitorino — Entroncamento c/BR-280 — São Lourenço do Oeste — Xanxerê — Chapecó — Erechim.

EMENDA Nº 29

(Corresponde à Emenda nº 69, de Plenário)

No quadro 2.2.2. — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal — Parte referente a "Ligações":

Dê-se à rubrica referente a BR-486 a seguinte redação:

"Itajaí — Brusque — Vidal Ramos — Bom Retiro — BR-282 — SC — 450 Km"

EMENDA Nº 30

(Corresponde à emenda nº 4-CT)

2.2.2 — Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações

Inclua-se:

Outras rodovias: Jucurutu — Caicó — Santa Luzia do Sabagy, ligando assim três BRs: 226 — 427 e 230

EMENDA Nº 31

(Corresponde à Emenda nº 5-CT)

2.2.2 — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações

Inclua-se — Outras Rodovias:

"Macaú — Jandaíra — João Câmara — Natal".

EMENDA Nº 32

(Corresponde à Emenda nº 6-CT)

2.2.2 — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações

Inclui-se:

"Cristais (BR-116) — Morada Nova — Jaguaratama — Nova Floresta (BR-122).

EMENDA Nº 33

(Corresponde à Emenda nº 9-CT)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do S.R.F.

Ligações

Inclua-se:

"Entroncamento c/ BR-230 (Potengi) — Nova Olinda — Crato — Joazeiro do Norte — Entroncamento c/ BR-116 (Brejo Santo)".

EMENDA Nº 34

(corresponde à Emenda nº 10-CT)

Ligação BR-222 — São Gonçalo do Amarante — Paracuru.

EMENDA Nº 35

(corresponde à Emenda nº 11-CT)

2.2.2. — Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações

Inclua-se:

Iguatu — (Entr. 122/308) — Canto Cedro — São José — Entr. c/ BR-230 (Transamazônica).

EMENDA Nº 36

(corresponde à Emenda nº 13-CT)

2.2.2. — Relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações

Inclua-se:

"Entr. c/ BR-427 — Parelhas — Equador — Entr. c/230 — Campina Grande — Recife."

EMENDA Nº 37

(corresponde à Emenda nº 71, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do S.R.F.

Ligações

Inclua-se:

"Piranhas — Paulo Afonso (BR-110 e BR-234)"

EMENDA Nº 38

(corresponde à Emenda nº 72, de Plenário)

Ligação da BR-101, Estância (SE) à cidade do Conde (BA) — (Antiga Nacional da Costa).

EMENDA Nº 39

(corresponde à Emenda nº 73, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do S.R.F.

Ligações:

Inclua-se:

"Paulo Afonso (BR-110) — Canindé do São Francisco — Feira Nova — Cedro do São João (BR-101) — Brejo Grande".

EMENDA Nº 40

(corresponde à Emenda nº 75, de Plenário)

Inclua-se o seguinte na Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal:

Ligações:

a) Entroncamento BR-259 — Itapina — Itaguaçu — Entroncamento BR-484

b) Entroncamento BR-259 — Colatina — Linhares — Entroncamento BR-101

c) Entroncamento BR-484 — São Domingos — Barra de São Francisco — Ecoporanga — Entroncamento BR-342

d) Entroncamento BR-342 — Ecoporanga — Mucurici — Montanha — Pinheiro — Entroncamento BR-101

e) Entroncamento BR-458 — Conselheiro Pena — Mantenópolis — Barra de São Francisco — Nova Venécia — Entroncamento BR-342.

EMENDA Nº 41

(corresponde à 1ª parte da Emenda nº 77, de Plenário)

Ligações

Inclua-se o seguinte:

"Macaé — Entroncamento com BR-101 — Conceição do Macabu — Santa Maria Madalena — São Sebastião do Alto — São Sebastião da Paraíba — Leopoldina (BR-116 e BR-120)."

EMENDA Nº 42

(corresponde à Emenda nº 79, de Plenário)

2.2.2. — Relações descritivas das Rodovias do S.R.F.

Ligações:

Inclua-se:

Barra do Pirai (BR-116) — Santa Isabel — Santa Rita de Jacutinga — BR-267 — BR-383 — São João Del Rei (BR-265).

EMENDA Nº 43

(correspondente à Emenda nº 80, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do S.R.F.

Ligações

Inclua-se:

"São Felix do Xingu (BR-222 — BR-158) Gradaús — Araguaçema (BR-235).

EMENDA Nº 44

(corresponde à Emenda nº 81, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações

Inclua-se o seguinte:

- a) Araguatins — Tocantinópolis — Entroncamento BR-153.
- b) Conceição do Araguaia — Couto de Magalhães — Entroncamento BR-153.
- c) Miranorte (BR-153) — Miracema do Norte — Tocantínia — Entroncamento BR-010.
- d) Santa Terezinha — Pium — Rosalândia (BR-153) — Porto Nacional — Ponte Alta do Norte (BR-010).
- e) Dianópolis (BR-010) — Natividade — Peixe (BR-242).
- f) Entroncamento BR-158 — São Miguel do Araguaia — Porangatu (BR-153) — Santa Tereza — Alto Paraíso (BR-010) — Posse (BR-020).
- g) Uruaçu (BR-080) — Niquelândia — São João da Aliança (BR-010) — Entroncamento BR-020.

EMENDA Nº 45

(corresponde à Emenda nº 82, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações:

“São Luiz do Purunã — Rio dos Papagaios — BR-376 — Engº Bley — Lapa — Rio Negro — Mafra.”

EMENDA Nº 46

(corresponde à Emenda nº 84, de Plenário)

2.2.2. — Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

Ligações:

Inclua-se:

“Londrina — Cambé — Maringá.”

EMENDA Nº 47

(corresponde à Emenda nº 85, de Plenário)

Inclua-se no Quadro 2.2.2. — Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal — Ligações:

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão
BR-386 — Sarandi — Nonoai — Porto Goio — En-Chapecó			
BR-282		(RS—SC)	130 Kms.

EMENDA Nº 48

(corresponde à Emenda nº 86, de Plenário)

Inclua-se a Ligação:

Cruz Alta — Arroio de Tigres — Sobradinho — Candelária — Santa Cruz do Sul.

EMENDA Nº 49

(corresponde à Emenda nº 22-CT)

— Proceda-se às seguintes retificações de ordem técnica na Relação Descritiva das Ferrovias do PNV.

1) EF-225 — Suprima-se a sigla EF antes da palavra “Cabedelo”.

2) Fixar

a ligação Baía de São Marcos — Carajás como a Diagonal;

EF-315 — Baía de São Marcos — Serra dos Carajás.

3) EF-493 — Inverter a citação dos nomes lendo-se: Santa Rosa — Santo Angelo — Cruz Alta.

4) Inverter a citação dos nomes da Ferrovia s/n Governador Valadares-Diamantina e dar-lhe a nomenclatura EF-455 — Diamantina-Governador Valadares.

EMENDA Nº 50

(corresponde à Subemenda nº 2-CT, às Emendas nºs 87 e 88, de Plenário)

3.2.2 — Relação descritiva das Ferrovias do PNV.

Ferrovias Transversais

Onde se lê:

“EF-225 — Cabedelo — João Pessoa — Ent. c/EF-101 Souza Luís.”

Leia-se:

“EF-225 — Cabedelo — João Pessoa — Ent. c/EF-101 Souza — Ent. c/EF-116 — Crateús — Castelo — Altos — Teresina — Itaqui.”

EMENDA Nº 51

(corresponde à Subemenda nº 3-CT à Emenda nº 89, de Plenário)

Onde se lê:

EF-277 — Paranaguá — Curitiba — Engº Bley — Guarapuava — Foz do Iguaçu.

Leia-se:

EF-277 — Paranaguá — Curitiba — Engº Bley — Guarapuava — Cascavel — Foz do Iguaçu.

EMENDA Nº 52

(corresponde à Emenda nº 90, de Plenário)

Ferrovias de Ligações

EF	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão	Superposição EF	KM
EF-418	Ribeirão-Barreiros (Entroncamento EF-101)	PE	56	—	—

EMENDA Nº 53

(corresponde à Subemenda nº 4-CT à Emenda nº 94, de Plenário)

Inclua-se:

EF-486 — Ijuí — Palmeira das Missões — Chapecó — Pato Branco — Porto União.

EMENDA Nº 54

(corresponde à Emenda nº 95, de Plenário)

3.2.2 — Relação descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação.

Inclua-se onde couber:

— a ligação Maringá-Paranavaí — Dourados (MT)

EMENDA Nº 55

(corresponde à Emenda nº 20-CT)

Dê-se ao subitem 4.1.1 do anexo a seguinte redação:

4.1.1 — “São considerados no Plano Nacional de Viação os portos do Sistema Portuário Nacional constantes da Relação Descritiva 4.2 adiante”.

Suprimindo-se, em consequência, as suas alíneas de a a d.

EMENDA Nº 56

(corresponde à Emenda nº 96, de Plenário)

4.2 — Relação descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do PNV.

Inclua-se logo após o de nº 24 — São Luís-Itaqui o seguinte:

“25 — Terminais ferry-boat São Luís — Itaúna — MA — Baía de São Marcos”.

EMENDA Nº 57

(corresponde à Emenda nº 97, de Plenário)

4.2 — Relação descritiva dos Portos.

Inclua-se logo após a de nº 30 — Alto Parnaíba:

"Santa Filomena — PI — Rio Parnaíba"

EMENDA Nº 58

(corresponde à Subemenda nº 1-CT à Emenda nº 98, de Plenário)

4.2 — Relação Descritiva dos Portos do Plano Nacional de Viação.

Inclua-se entre os de nº 68 (ITAJAI) e 69 (IMBITUBA):

"Florianópolis

Inhatomirim."

EMENDA Nº 59

(corresponde à Emenda nº 99, de Plenário)

Acrescente-se, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação:

Porto Franco — MA — Rio Tocantins

EMENDA Nº 60

(corresponde à Emenda nº 100, de Plenário)

Acrescente-se ao:

4.2 — Relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação:

Pedro Afonso no rio Tocantins

Tocantinópolis no rio Tocantins

Itaguatins no rio Tocantins

Aruanã no rio Araguaia

Couto Magalhães no rio Araguaia

EMENDA Nº 61

(corresponde à Emenda nº 101, de Plenário)

A) 5.2.1 — Relação Descritiva das hidrovias do Plano Nacional de Viação

Bacia do São Francisco

Onde se lê:

São Francisco — Foz — Marechal Floriano

Leia-se:

São Francisco — Foz — Piranhas

EMENDA Nº 62

(corresponde à Emenda nº 102, de Plenário)

Acrescente-se à relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação:

Maranhão — Alcântara — Santa Inês — Pedreiras.

EMENDA Nº 63

(corresponde à Emenda nº 103, de Plenário)

6.2 — Relação descritiva dos Aeródromos do PNV.
Piauí

incluam-se os seguintes:

"Guadalupe

Castelo

Simplicio Mendes

Luzilândia

Oeiras

Amarantes

São João do Piauí

Valença do Piauí

Padre Marcos

Jaicós

Curimatá

Cristiano Castro."

EMENDA Nº 64

(corresponde à Emenda nº 104, de Plenário)

6.2 — Relação descritiva dos Aeródromos do PNV
Rio Grande do Norte

Acrescente-se:

"Caiaçó".

EMENDA Nº 65

(corresponde à Emenda nº 105 de Plenário)

6.2 — Relação descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação.

Bahia

Inclua-se:

"Itabuna".

EMENDA Nº 66

(corresponde à Emenda nº 106 de Plenário)

Acrescente-se ao:

6.2 — Relação descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação.

Goiás:

Alto Paraíso

Alvorada do Norte

Araguaina

Araguatins

Cachoeira Alta

Catalão

Ceres

Guaraí

Jussara

Pontalina

Posse

Taguatinga

Uruaçu

Xambioá

Goiatuba.

EMENDA Nº 67

(corresponde à Emenda nº 107, de Plenário)

6.2 — Relação Descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação.

Paraná

Incluam-se:

"Francisco Beltrão

Paranavaí

Santo Antonio de Platina."

EMENDA Nº 68

(corresponde à Emenda nº 108 de Plenário)

Incluam-se na relação dos aeroportos o de Venâncio Aires, no RS.

EMENDA Nº 69

(corresponde à Emenda nº 109 de Plenário)

Plano Aeroviário Nacional

Bahia

Restabeleça-se — Camamu — Campinho.

* Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 26.6.73.

(*) PARECER DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1973 (Nº 1.208-B/73, NA ORIGEM), QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFORMAR O GRUPO DE ESTUDOS PARA INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES EM EMPRESA PÚBLICA, SOB A DENOMINAÇÃO DE EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES (GEIPOT), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

1 — Antecedentes

A criação do GEIPOT (Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes) foi decorrência das grandes iniciativas da Revolução de 1964.

Pouco se fez antes, em matéria de sistematizar estudos para correta implantação de nossa infra-estrutura de transportes.

É verdade que em cada sistema modal, os órgãos respectivos esmeravam-se em conseguir sempre os melhores caminhos, com a clássica "comparação de traçados."

Desde cedo foi percebida a necessidade da existência de um órgão capaz de coordenar a Política Nacional dos Transportes.

Embora a idéia fosse combatida à época, criamos, — e disso muitos nos orgulhamos — em 1962, o Conselho Nacional dos Transportes, que permitiu, em caráter pioneiro, o exame global do transcendente problema dos nossos meios e vias de comunicação.

Este Conselho foi instituído de forma definitiva pela Lei 4.563/64. Com o advento da revolução de 1964, o Governo Castello Branco, deu existência ao GEIPOT, pelo Decreto 57.003/65.

Entre os objetivos explícitos estavam os de:

- a) aferir a demanda total por transporte;
- b) levantar e avaliar os atuais recursos, métodos, organizações e planos de transportes;
- c) apurar os atuais e futuros custos, explícitos e implícitos micro e macro econômicos, de transportes;
- d) verificar as economicidades relativas intersetoriais dos custos, e a atual distribuição destes entre usuários e outras fontes;
- e) programar as medidas tendentes à livre expressão das economicidades relativas e à neutra atuação do Poder Público em relação aos diversos setores;
- f) propor e programar a custo médio e longo prazos, as medidas necessárias ao atendimento da demanda de forma econômica, respeitada a livre opção dos usuários;
- g) coordenar-se com missões internacionais de cooperação técnica, proporcionando-lhes os meios técnicos de trabalho indispensáveis;
- h) manter colaboração e intercâmbio com outras entidades, públicas e privadas, que se dediquem a estudos e pesquisas de natureza econômica especializada.

Houver, na ocasião, a nosso ver, certo rigorismo na metodologia adotada, sem que se atentasse para as circunstâncias em que se encontravam e, certamente, ainda se encontra o nosso país.

De 1964 a esta data o GEIPOT sofreu, na sua estrutura, algumas modificações.

Assim é que, por decreto de 17/11/56, acrescenta ao artigo 1º, o § 2º no qual limita acima do órgão no tempo "enquanto se fizer necessária sua atuação para implantar os projetos aprovados".

Decreto-lei 135/67 "Dispõe a Constituição da Fundação denominada Grupo de Estudos de Integração da Política dos Transportes, GEIPOT". Já, agora, o Governo estendia a atuação do órgão, em face dos resultados positivos alcançados na fase I dos entendimentos com o BIRD.

Já o decreto 64.312/69 aprovada o regulamento da Fundação GEIPOT.

Outra modificação verificou-se pelo Decreto-lei 516/69, com a alteração da denominação, passando de Grupo Executivo, para Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes.

O Decreto 612/69 e o Decreto 65.399 introduzem pequenas modificações.

A rápida evolução do país, impõe, no setor da infra-estrutura, providências que permitam o atendimento das necessidades crescentes, em tempo hábil.

O Projeto de Lei nº 1.289/73 é uma decorrência do que ora se expressa.

II — Projeto Original do Governo

O Projeto original do Governo, compõe-se de 10 artigos e tem por objetivo principal, transformar a Fundação GEIPOT em Empresa Pública.

O art. 1º cuida da criação da empresa, de sua denominação, indicando a sua posição relativamente ao Ministério dos Transportes, declarando com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, e financeira, patrimônio próprio, indicando pelo seu parágrafo único o foro e a possibilidade de atuação em todo território nacional.

O art. 2º e seus itens, dispõem, ao mesmo tempo, não só sobre as finalidades da empresa, mas do que lhe compete executar, para atender às suas referidas finalidades.

Os parágrafos indicam como serão contratados os serviços a cargo da empresa.

Art. 3º e seus itens — cuidam do capital da empresa e dos bens patrimoniais, no ato de sua constituição.

Os seus parágrafos cuidam de indicação de membro do serviço do Patrimônio da União para compor a comissão de inventário, da autorização de aumento de capital e da participação de pessoas jurídicas, mantido 51% em poder da União.

Art. 4º e seus itens — cuidam da constituição de recursos da empresa.

O parágrafo explicita a maneira de as contribuições dos órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes, serem creditadas à empresa.

Art. 5º Declara que a empresa reger-se-á pela lei que a rege e por estatutos e norma de direito aplicáveis.

O seu parágrafo único esclarece o conteúdo dos estatutos.

Art. 6º e seus parágrafos — cuidam do regime jurídico do pessoal da empresa.

Art. 7º e seus parágrafos — tratam dos direitos relativamente ao tempo de serviço, aposentadoria e previdência social.

Art. 8º Refere-se à prestação de contas da empresa.

Art. 9º e seus parágrafos — cuidam dos estatutos, prazos, data da instalação da empresa, bem como de encerramento das atividades do Grupo de Estudos para Integração da Política dos Transportes.

Havia a necessidade de tornar o órgão flexível, para que, sem as peias burocráticas, melhor possa atender às suas finalidades, isto é, assessorar os órgãos encarregados de montar a infra-estrutura dos Transportes, no país.

A Exposição de Motivos do Ministro dos Transportes ao Presidente da República é elucidativa em seu texto:

"Meticulosos e aprofundados estudos, realizados no Ministério dos Transportes, revelam que a problemática do planejamento dos transportes requer soluções que demandam, necessariamente, a reformulação de métodos e processos técnicos e a reorganização jurídico-institucional do órgão específico. No que concerne aos aspectos de ordem técnica, torna-se indispensável evoluir do simples planejamento de sistemas viários à organização jurídico-institucional, devem ser proporcionados real dinamismo e adequada flexibilidade administrativa ao órgão incumbido de executar o planejamento. Os estudos realizados mostram, com indiscutível clareza, que o atual Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes — GEIPOT — em consequência de sua organização jurídico-institucional, como órgão da Administração Direta, com relativo grau de autonomia administrativa e financeira, nos termos do Art. 172 do Decreto-lei nº 200/67, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900/69, não mais está em condições de atender aos objetivos de executar o planejamento de transportes nos graus de amplitude e eficiência que se fazem necessários, conforme esta exposição procurou sintetizar.

Foram consideradas, nos mesmos estudos, as diversas alternativas possíveis — Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação e Empresa Pública — chegando à conclusão de que a modalidade Empresa Pública é a que se ajusta às finalidades requeridas.

Assim, cabe considerar a oportunidade de criar-se uma empresa pública, sob a denominação de EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES — GEIPOT e de promover as medidas necessárias a esse fim, mediante lei autorizativa.

A Empresa deverá constituir-se, essencialmente, como entidade executiva do planejamento integrado dos transportes e como instituição de apoio às funções de coordenação e controle do Sistema Nacional de Transportes, a cargo da Secretaria Geral do Ministério dos Transportes. Em suma, a Empresa terá por escopo cumprir as atribuições, encargos e medidas que o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes — GEIPOT — no atual regime jurídico-institucional, por falta de flexibilidade, de recursos e de dinamismo administrativo, não pode promover e realizar com a indispensável eficácia.

A lei deverá ajustar-se aos mais recentes modelos de leis autorizativas para instituição de empresas públicas, a fim de não fugir às atuais diretrizes e critérios do Governo, e fixar as bases para o adequado funcionamento da instituição, em termos eficazes, à vista de seus objetivos.

Por outro lado, a entidade deverá ser provida de fontes de recursos plenamente suficientes à sua manutenção e desenvolvimento. De fato, o produto da prestação de serviços a órgãos e entidades públicas e particulares nacionais, estrangeiras e internacionais e as contri-

buições financeiras das entidades da Administração Federal Indireta vinculadas ao Ministério dos Transportes, decorrentes de serviços prestados, conforme programas anuais ou plurianuais previamente aprovados, devem constituir meios adequados à consecução desse objetivo. Para instalação da Empresa e cobertura do montante de seu capital inicial serão necessários apenas o aproveitamento do saldo do Fundo de Integração de Transportes e a incorporação dos bens patrimoniais utilizados pelo atual GEIPOT."

"A opção por esta alternativa, Senhor Presidente, fundamenta-se, ainda, na idéia, de que esse tipo de instituição, por seus próprios fundamentos legais — órgão da administração indireta — conta com as condições essenciais e intrínsecas para dar flexibilidade e dinamismo à execução dos serviços, especialmente quanto aos aspectos relacionados com captação e manejo de recursos financeiros e humanos.

De outro lado, pode-se observar que a recente orientação do Governo vem buscando soluções institucionais eficientes para seto-

res importantes do desenvolvimento nacional, mediante a transformação de certas autarquias em empresas públicas. Exemplos importantes são os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco Nacional de Habitação e a própria criação de novas empresas no campo da pesquisa nuclear e de minerais.

A propósito, o recente Decreto nº 70.952, de 20 de julho de 1972, que dispõe sobre o acompanhamento da execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, vem reforçar os motivos ora expostos."

Com o fito de aprimorar o projeto, já de si bem elaborado, foram apresentadas 16 emendas em Plenário na Câmara dos Deputados.

Foi substancial pois, a colaboração da Câmara Baixa, no aprimoramento do projeto que transforma a Fundação GEIPOT em Empresa Pública, conforme se pode verificar do Quadro a seguir:

PLC Nº 31/73	PROJETO Nº 1.289/73 (original do Executivo)	LEGISLAÇÃO ANTERIOR
REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 1.289-A/1973 Autoriza o Poder Executivo a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:	PROJETO DO PODER EXECUTIVO — Nº 1.289/73 (na Câmara) Autoriza o Poder Executivo a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:	
Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), vinculada ao Ministério dos Transportes, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos do Art. 5º, item II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.	Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), vinculada ao Ministério dos Transportes, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.	NOTA-1
Parágrafo único. A Empresa terá sede e foro na Capital Federal, podendo, para o bom desempenho das suas finalidades, manter órgãos regionais e locais e dependências, em qualquer ponto do território nacional.	Parágrafo único. A Empresa terá sede e foro na Capital Federal, podendo, para o bom desempenho das suas finalidades, manter órgãos regionais e locais e dependências, em qualquer ponto do território nacional.	
Art. 2º A Empresa tem por objetivo dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo que tenham atribuições de formular, orientar, coordenar e executar a política nacional dos transportes, bem como promover, executar e coordenar atividades de estudos e pesquisas necessárias ao planejamento de transportes no País, competindo-lhe:	Art. 2º A Empresa tem por fim promover, executar e coordenar todas as atividades de estudos e pesquisas necessárias ao planejamento dos transportes no País, dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo que tenham atribuições de formular, orientar, coordenar e executar a política nacional dos transportes e exercer atividades correlatas, competindo-lhe principalmente:	NOTA-2
I — promover e realizar estudos técnicos e econômicos, pesquisas e projetos de transportes, inclusive estudos especiais de demanda global e intermodal de transportes;	I — promover e realizar estudos técnicos e econômicos, pesquisas e projetos de transportes, inclusive estudos especiais de demanda global e intermodal de transportes;	
II — elaborar, quando lhe for solicitado, Planos diretores integrados de transportes, Planos diretores modais, Planos diretores de transporte urbano, Planos diretores de trânsito e tráfego, bem como a sua atualização sistemática;	II — elaborar, quando lhe for solicitado, para os órgãos do Ministério dos Transportes planos diretores integrados de transportes, planos diretores modais, planos diretores de transporte urbano e atualização sistemática desses planos, bem como estudos de viabilidade técnico-econômica;	
III — prestar serviços de assistência na ordenação e elaboração de programas de transportes;	III — prestar serviços de assistência na coordenação e elaboração de programas de transportes, na esfera federal;	

PLC Nº 31/73	PROJETO Nº 1.289/73 (ORIGINAL DO EXECUTIVO)	LEGISLAÇÃO ANTERIOR
IV — realizar estudos para integração de Planos e programas de transportes, de responsabilidade do Governo Federal, em suas diversas modalidades;	IV — realizar estudos para integração de planos e programas de transportes, de responsabilidade do Governo Federal, em suas diversas modalidades;	
V — prestar serviços de supervisão e acompanhamento da execução de Planos diretores estaduais de transportes, em suas diversas modalidades;	V — prestar serviços de supervisão e acompanhamento da execução de planos diretores estaduais de transportes, em suas diversas modalidades;	
VI — promover a difusão de conhecimentos atualizados no campo dos transportes, junto a entidades e órgãos públicos e privados;	VI — promover a difusão de conhecimentos atualizados no campo dos transportes, junto a entidades e órgãos públicos e privados;	
VII — prestar serviços de assistência na coordenação de programas de financiamento concedidos a órgãos do Ministério dos Transportes;	VII — prestar serviços de assistência na coordenação de programas de financiamento concedidos a órgãos do Ministério dos Transportes;	
VIII — estabelecer e manter, com os órgãos próprios do Ministério dos Transportes, fluxos de informações de interesse do planejamento e da programação dos transportes;	VIII — estabelecer e manter, com os órgãos próprios do Ministério dos Transportes, fluxos de informações de interesse do planejamento e da programação dos transportes;	
IX — prestar serviços de assessoramento ao Ministério dos Transportes no conjunto de atividades de sua especialidade;	IX — prestar serviços de assessoramento ao Ministério dos Transportes no conjunto de atividades de sua especialidade;	
X — prestar serviços de apoio e colaboração técnica e administrativa aos órgãos do Poder Executivo Federal, estadual e municipal, em assuntos de sua especialidade;	X — prestar serviços de apoio e colaboração técnica e administrativa aos órgãos do Poder Executivo federal, estadual e municipal, em assuntos de sua especialidade;	
XI — prestar serviços a órgãos ou entidades estrangeiras ou internacionais, no País ou no exterior, em assuntos de sua especialidade;	XI — prestar serviços a órgãos ou entidades estrangeiras ou internacionais, no País ou no exterior, em assuntos de sua especialidade.	
XII — promover estudos e pesquisas com o objetivo de estabelecer parâmetros que atendam às peculiaridades regionais do País, na definição de prioridade de obras de infra-estrutura dos transportes.		
§ 1º Os serviços a cargo da Empresa, compatíveis com seus fins, atribuições e atividades, serão executados, sob a forma jurídica requerida para o caso, mediante justa remuneração.	§ 1º Os serviços a cargo da Empresa, compatíveis com seus fins, atribuições e atividades, serão executados, sob a forma jurídica requerida para o caso, mediante justa remuneração.	NOTA-3
§ 2º É facultado à Empresa desempenhar suas atividades mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.	§ 2º É facultado à Empresa desempenhar suas atividades mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.	NOTA-4
Art. 3º O capital inicial da Empresa, pertencente integralmente à União, será constituído da seguinte forma:	Art. 3º O capital inicial da Empresa, pertencente integralmente à União, será constituído da seguinte forma:	NOTA-5
I — saldo do Fundo de Integração de Transportes, criado pelo Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969, na data da instalação da Empresa;	I — saldo do Fundo de Integração de Transportes, criado pelo Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969, na data da instalação da Empresa;	
II — valor dos bens patrimoniais da União utilizados pelo Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, mediante inventário e avaliação a cargo de Comissão designada pelo Ministro dos Transportes.	II — valor dos bens patrimoniais da União utilizados pelo Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, mediante inventário e avaliação a cargo de Comissão designada pelo Ministro dos Transportes.	
§ 1º Da Comissão designada para proceder ao inventário e à avaliação dos bens patrimoniais da União referidos neste artigo participará um representante do Serviço do Patrimônio da União.	§ 1º Da Comissão designada para proceder ao inventário e à avaliação dos bens patrimoniais da União referidas neste artigo participará um representante do Serviço do Patrimônio da União.	

PLC Nº 31/73	PROJETO Nº 1.289/73 (ORIGINAL DO EXECUTIVO)	LEGISLAÇÃO ANTERIOR
§ 2º O Poder Executivo poderá autorizar o aumento do capital da Empresa e a participação de outras pessoas jurídicas do Poder Público, da Administração Direta ou Indireta, mantidos 51% (cinquenta e um por cento) na propriedade da União.	§ 2º O Poder Executivo poderá autorizar o aumento do capital da Empresa e a participação de outras pessoas jurídicas do Poder Público, da Administração Direta ou Indireta, mantidos 51% (cinquenta e um por cento) na propriedade da União.	
Art. 4º Constituirão recursos da Empresa:	Art. 4º Constituirão recursos da Empresa:	NOTA-6
I — contribuições dos órgãos e entidades da Administração Indireta vinculadas ao Ministério dos Transportes, fixadas pelo Ministro de Estado, de acordo com programas de atividades da Empresa por ele aprovados;	I — contribuições dos órgãos e entidades da Administração Indireta vinculadas ao Ministério dos Transportes, fixadas pelo Ministro de Estado, de acordo com programas de atividades da Empresa por ele aprovados;	
II — produto da prestação de serviços de toda natureza, compatíveis com as finalidades, atribuições e atividades da Empresa, a órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais, mediante convênios, acordos, ajustes ou contratos;	II — produto da prestação de serviços de toda natureza, compatíveis com as finalidades, atribuições e atividades da Empresa, a órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais, mediante convênios, acordos, ajustes ou contratos;	
III — dotações consignadas no orçamento geral da União para fins operacionais da Empresa;	III — dotações consignadas no orçamento geral da União para fins operacionais da Empresa;	
IV — créditos de qualquer natureza, abertos em seu favor;	IV — créditos de qualquer natureza, abertos em seu favor;	
V — recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;	V — recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;	
VI — renda de bens patrimoniais;	VI — renda de bens patrimoniais;	
VII — recursos de operações de crédito, inclusive os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela Empresa, de origem nacional, estrangeira ou internacional;	VII — recursos de operações de crédito, inclusive os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela Empresa, de origem nacional, estrangeira ou internacional;	
VIII — doações feitas à Empresa;	VIII — doações feitas à Empresa;	
IX — quaisquer outras rendas operacionais.	IX — quaisquer outras rendas operacionais.	
§ 1º As contribuições a que se refere o item I deste artigo serão creditadas diretamente à Empresa em parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do exercício de 1973 e do mês subsequente à aprovação, pelo Ministro dos Transportes, do primeiro programa de atividades da Empresa.	Parágrafo único. As contribuições a que se refere o item I deste artigo serão creditadas diretamente à Empresa em parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir do exercício de 1973 e do mês subsequente à aprovação, pelo Ministro dos Transportes, do primeiro programa de atividades da Empresa.	
§ 2º Serão transferidas à Empresa as dotações do Orçamento da União para 1974 destinadas ao Grupo de Estudos para Integração da Política dos Transportes do Ministério dos Transportes.		
Art. 5º A Empresa reger-se-á por esta lei, pelos Estatutos que serão aprovados por decreto e, subsidiariamente, pelas normas de direito aplicáveis.	Art. 5º A Empresa reger-se-á por esta Lei, pelos Estatutos que serão aprovados por decreto e, subsidiariamente, pelas normas de direito aplicáveis.	
Parágrafo único. Dos Estatutos de que trata este artigo constarão, além das finalidades e atribuições, do capital e dos recursos, na forma do disposto nesta Lei, a composição da Administração e do órgão de fiscalização da Empresa e as competências de seus dirigentes.	Parágrafo único. Dos Estatutos de que trata este artigo constarão, além das finalidades e atribuições, do capital e dos recursos, na forma do disposto nesta Lei, a composição da administração e do órgão de fiscalização da Empresa, e as competências de seus dirigentes.	
Art. 6º O regime jurídico do pessoal da Empresa será o da legislação trabalhista.	Art. 6º O regime jurídico do pessoal da Empresa será o da legislação trabalhista.	NOTA-7

PLC Nº 31/73	PROJETO Nº 1.289/73 (ORIGINAL DO EXECUTIVO)	LEGISLAÇÃO ANTERIOR
<p>1º Os empregados do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, ocupantes de empregos constantes das tabelas a que se referem os Anexos I a III do Quadro de Pessoal aprovado pelo Decreto nº 68.910, de 13 de julho de 1971, que não tenham outra relação de emprego, passarão a integrar o quadro de pessoal da Empresa, sem solução de continuidade na relação de emprego, a partir da data de sua instalação, na forma do parágrafo único do Art. 10 desta lei.</p>	<p>§ 1º Os empregados do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, ocupantes de empregos constantes das tabelas a que se referem os Anexos I a III do Quadro de Pessoal aprovado pelo Decreto nº 68.910, de 13 de julho de 1971, que não tenham outra relação de emprego, passarão a integrar o quadro de pessoal da Empresa, sem solução de continuidade na relação de emprego, a partir da data de sua instalação, na forma do parágrafo único do artigo 10 desta Lei.</p>	
<p>§ 2º Os servidores públicos que, à data da instalação da Empresa, estiverem prestando serviço ao Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, sob qualquer forma legal, poderão, observados os critérios do Poder Executivo, optar, dentro de 60 (sessenta) dias, por seu aproveitamento no quadro de pessoal da Empresa, sob o regime da legislação trabalhista.</p>	<p>§ 2º Os servidores públicos que, à data da instalação da Empresa estiverem prestando serviço ao Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, sob qualquer forma legal, poderão, observados os critérios do Poder Executivo, optar, dentro de 60 (sessenta) dias, por seu aproveitamento no quadro de pessoal da Empresa, sob o regime da legislação trabalhista.</p>	
<p>§ 3º A Administração da Empresa, caso aceite a opção, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, comunicar essa opção ao órgão de pessoal a que o optante pertencer, cabendo a este último órgão declarar vago o cargo respectivo, à vista do termo de opção aceito, que servirá como pedido de exoneração.</p>	<p>§ 3º A Administração da Empresa, caso aceite a opção, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, comunicar essa opção ao órgão de pessoal a que o optante pertencer, cabendo a este último órgão declarar vago o cargo respectivo, à vista do termo de opção aceito, que servirá como pedido de exoneração.</p>	
<p>§ 4º Os servidores que não tiverem sua opção acolhida poderão, a critério da Administração da Empresa, permanecer à disposição desta, aplicando-se-lhes, neste caso, o disposto no parágrafo seguinte.</p>	<p>§ 4º Os servidores que não tiverem sua opção acolhida, poderão, a critério da administração da Empresa, permanecer à disposição desta, aplicando-se-lhes, neste caso, o disposto no parágrafo seguinte.</p>	
<p>§ 5º Nos casos previstos na regulamentação vigente, o GEIPOT poderá ter servidores requisitados da Administração Direta ou Indireta, sem ônus para a entidade ou órgão de origem.</p>	<p>§ 5º Nos casos previstos na regulamentação vigente, o GEIPOT poderá ter servidores requisitados da Administração Direta ou Indireta, sem ônus para a entidade ou órgão de origem.</p>	
<p>Art. 7º Para o gozo dos direitos previstos na legislação trabalhista e de previdência social, será computado o tempo de serviço anterior prestado à Administração Pública pelo servidor cuja opção foi aceita pelo GEIPOT.</p>	<p>Art. 7º Para o gozo dos direitos previstos na legislação trabalhista e de previdência social, será computado o tempo de serviço prestado à Administração Pública pelo servidor cuja opção foi aceita pelo GEIPOT.</p>	
	<p>§ 1º Além da transferência das contribuições vertidas ao IPASE, na forma do artigo 114, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o GEIPOT providenciará junto ao INPS, conforme cada caso, o levantamento da quantia necessária a complementar as contribuições transferidas do IPASE, para que fiquem assegurados a aposentadoria e demais benefícios aos servidores de que trata este artigo, consignando-se no orçamento do GEIPOT os recursos correspondentes a essa complementação.</p> <p>§ 2º Para os fins previstos no parágrafo anterior, o INPS debitará a respectiva importância ao GEIPOT, sendo concedidas as prestações previdenciárias independente do efetivo recebimento da referida importância.</p>	
<p>Art. 8º A prestação de contas da Administração da Empresa será submetida ao Ministro de Estado dos Transportes, que, com o seu pronunciamento e a documentação referida no Art. 42 do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, a enviará ao Tribunal de Contas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, do encerramento do exercício da Empresa.</p>	<p>Art. 8º A prestação de contas da administração da Empresa será submetida ao Ministro de Estado dos Transportes que, com o seu pronunciamento e a documentação referida no artigo 42 do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, a enviará ao Tribunal de Contas dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício da Empresa.</p>	NOTA-8
<p>Art. 9º O Poder Executivo expedirá os Estatutos da Empresa no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei.</p>	<p>Art. 9º O Poder Executivo expedirá os Estatutos da Empresa no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei.</p>	

PLC Nº 31/73	PROJETO Nº 1.289/73 (ORIGINAL DO EXECUTIVO)	LEGISLAÇÃO ANTERIOR
§ 1º O decreto que aprovar os Estatutos referidos neste artigo fixará a data da instalação da Empresa.	§ 1º O decreto que aprovar os Estatutos referidos neste artigo fixará a data da instalação da Empresa.	
§ 2º Até a instalação da Empresa, continuam em vigor o Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969, o Decreto nº 64.312 da mesma data, o Decreto nº 65.399, de 13 de outubro de 1969, e o Decreto nº 68.910, de 13 de julho de 1971.	§ 2º Até a instalação da Empresa, continuam em vigor o Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969, o Decreto nº 64.312 da mesma data, o Decreto nº 65.399, de 13 de outubro de 1969, e o Decreto nº 68.910, de 13 de julho de 1971.	NOTA-9
§ 3º Na data da instalação da Empresa, o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes encerrará balanço, transferindo para a Empresa os saldos, recursos e documentos existentes, inclusive os relativos à gestão do Fundo de Integração de Transportes.	§ 3º Na data da instalação da Empresa, o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes encerrará balanço, transferindo para a Empresa os saldos, recursos e documentos existentes, inclusive os relativos à gestão do Fundo de Integração de Transportes.	
Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	

NOTAS

(1) — DECRETO-LEI Nº 516 DE 7 DE ABRIL DE 1969

Altera a denominação do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e alterado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, passa a denominar-se Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes (GEIPOT), subordinado diretamente ao Ministro de Estado dos Transportes.

(2) — DECRETO Nº 57.003 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1965

Cria o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) e o Fundo de Pesquisas de Transportes, dando outras providências.

Art. 1º Fica criado o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), constituído pelos membros seguintes:

- a) Ministro da Viação e Obras Públicas;
- b) Ministro da Fazenda;
- c) Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica;
- d) Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

DECRETO Nº 57.276 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1965

Modifica o Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e dá outras providências

Art. 1º A ementa do Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, passará a ser:

“Cria o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) e dá outras providências”.

Art. 2º Fica acrescido o artigo 1º do Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, dos seguintes parágrafos:

“§ 1º Caberá ao Ministro da Viação e Obras Públicas a Presidência do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT).”

§ 2º O Grupo subsistirá enquanto durarem os estudos contratados pelo Governo Brasileiro, com a colaboração do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e, além disto, enquanto se fizer necessária a sua atuação para implantar os projetos aprovados”.

DECRETO-LEI Nº 516/69 (SUPRACITADO)

Art. 2º O Poder Executivo disporá em Regulamento sobre a organização e funcionamento do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, de acordo com o disposto nos artigos 3º e 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Nas atribuições do GEIPOT incluir-se-á, também, a execução dos trabalhos complementares da FASE I do Convênio assinado entre o Governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e daqueles previstos em sua FASE II.

DECRETO Nº 64.312, DE 7-4-1969

Aprova o Regulamento do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes do Ministério dos Transportes.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição e atendendo ao disposto no art. 2º do Decreto-lei nº 516 de 7 de abril de 1969, decreta:

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º O Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes (GEIPOT), diretamente subordinado ao Ministro dos Transportes tem por finalidade:

I — realizar estudos e pesquisas com vistas à política nacional dos transportes;

II — estudar a função dos transportes no processo do desenvolvimento nacional;

III — analisar as implicações financeiras e econômicas da operação e expansão das várias modalidades de transporte para o estabelecimento de uma política nacional de transporte consoante com a política econômico-financeira e de desenvolvimento adotada pelo Governo;

IV — levantar as necessidades de transporte e estudar as medidas para integração das diferentes modalidades, visando ao atendimento da demanda pelo menor custo social respeitada a livre opção dos usuários;

V — levantar e apurar os custos financeiros e econômicos dos atuais serviços de transporte e apresentar sugestões para sua redução;

VI — avaliar economicamente a tecnologia de transporte, apresentando sugestões para sua adaptação aos transportes brasileiros, a fim de possibilitar a sua aplicação a todo o país;

VII — promover estudos e pesquisas especiais com o propósito de aperfeiçoamento das atividades do planejamento e projeto no setor de transportes;

VIII — estudar as especificações para a elaboração da estatística dos transportes;

IX — patrocinar ou realizar cursos destinados ao aperfeiçoamento de técnicos de transporte;

X — celebrar em nome da União, ajustes, convênios, e contratos com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais para a realização de estudos, pesquisas e projetos sobre transportes, nos termos deste Regulamento e da legislação vigente;

XI — colaborar com os órgãos centrais de planejamento, coordenação e controle do Ministério dos Transportes, fornecendo-lhes elementos concernentes às suas atividades e realizando estudo de interesse para os seus trabalhos;

XII — colaborar com o Conselho Nacional dos Transportes no âmbito de suas atividades;

XIII — promover e manter intercâmbio e colaboração com entidades públicas e particulares, nacionais, estrangeiras e internacionais, referentes a transportes;

XIV — promover e participar de congressos, conferências, encontros, seminários e simpósios, nacionais e internacionais, referentes a transportes; e

XV — promover a divulgação de assuntos relativos a transportes.

DECRETO Nº 57.003/65 (SUPRACITADO)

Art. 2º Destina-se o Grupo Executivo da Integração da Política de Transportes a traçar as diretrizes para o atendimento integrado, eficiente e econômico da presente e futura demanda de transportes no País, a ele competindo:

- a) aferir a demanda total por transporte;
- b) levantar e avaliar os atuais recursos, métodos, organizações e planos de transporte;
- c) apurar os atuais e futuros custos, explícitos e implícitos micro e macroeconômicos, de transporte;
- d) verificar as economicidades relativas intersetoriais dos custos, e a atual distribuição destes entre usuários e outras fontes;
- e) programar as medidas tendentes à livre expressão das economicidades relativas e à neutra atuação do Poder Público em relação aos diversos setores;
- f) propor e programar a curto, médio e longo prazos as medidas necessárias ao atendimento da demanda de forma econômica, respeitada a livre opção dos usuários;
- g) coordenar-se com missões internacionais de cooperação técnica, proporcionando-lhes os meios técnicos de trabalho indispensáveis;
- h) manter colaboração e intercâmbio com outras entidades, públicas e privadas, que se dediquem a estudos e pesquisa de natureza econômica especializada.

(3) — DECRETO Nº 64.312/69 (SUPRACITADO)

Art. 14. O GEIPOT poderá prestar a órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais, serviços de toda natureza compatíveis com as suas atividades e atribuições, os quais serão pagos mediante preços a serem determinados em razão dos respectivos custos.

Parágrafo único. As importâncias recebidas serão recolhidas em conta especial a crédito do Fundo de Integração de Transportes.

(4) — DECRETO-LEI Nº 516/69 (SUPRACITADO)

Parágrafo único do art. 2º — Vide Nota 2

DECRETO Nº 64.312/69 (SUPRACITADO)

Art. 1º, X — Vide Nota-2

DECRETO Nº 57.003/65 (SUPRACITADO)

Art. 4º O Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes poderá:

- d) celebrar ajustes e convênios com entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como entidades públicas, inclusive autarquias e sociedade de economia mista;

(5) — DECRETO-LEI Nº 516/69 (SUPRACITADO)

Art. 3º Fica instituído um fundo especial, denominado Fundo de Integração de Transportes, destinado a atender despesas com o desenvolvimento das atividades relacionadas com os estudos e pesquisas necessários ao planejamento integrado dos transportes e suas implicações quanto ao planejamento das respectivas modalidades.

Parágrafo único. O Fundo de Integração de Transportes será constituído por recursos transferidos por órgãos da administração indireta que tenham por finalidade o funcionamento e a execução das diversas modalidades de transportes, provenientes de dotações constantes no orçamento da União e créditos adicionais a ele destinados; e de outras fontes extra-orçamentárias a serem definidas em ato do Poder Executivo.

DECRETO Nº 64.312/69 (SUPRACITADO)

CAPÍTULO V

Da Autonomia

Art. 12. Ao GEIPOT é assegurada relativa autonomia financeira e administrativa (art. 172, Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967) nos termos e para os fins indicados neste Capítulo.

DECRETO Nº 57.003/65 (SUPRACITADO)

Art. 5º É autorizado o depósito, no Banco do Brasil S.A., de um Fundo para Pesquisas de Transportes, administrado pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), a ser alimentado por:

- a) participação, através de dotações dos Ministérios e órgãos nele representados;
- b) empréstimos ou doações de entidades internacionais, nacionais ou estrangeiras e, dentre estas, os recursos provenientes da "Aliança para o Progresso";
- c) recursos mobilizados nos mercados internos e externos para os fins específicos a que se destina o Grupo Executivo ora criado;
- d) rendimentos provenientes de trabalhos de consultoria que lhe venham a ser solicitados.

ALTERADO PELO DECRETO Nº 57.276/65 (SUPRACITADO)

Art. 5º O artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º Fica autorizada a abertura no Banco do Brasil de uma conta especial para receber os recursos postos à disposição do GEIPOT que serão constituídos de:

- a) participação, através de dotações, dos Ministérios e órgãos nele representados;

b) empréstimos ou doações de entidades internacionais, nacionais ou estrangeiras e, dentre estas, os recursos provenientes da "Aliança Para o Progresso";

c) recursos mobilizados nos mercados internos e externos para os fins específicos a que se destina o Grupo Executivo ora criado;

d) rendimentos provenientes de trabalhos de consultoria que lhe venham a ser solicitados.

Parágrafo único. A Superintendência Executiva do GEIPOT manter-se-á, diretamente, ou por intermédio de órgão a ser incumbido especificamente de sua gestão financeira, em contato com os Conselhos Setoriais das Autarquias interessadas do MVOP, para a legalização das despesas feitas por conta do orçamento das referidas Autarquias".

(6) — DECRETO Nº 64.312/69 (SUPRACITADO)

Art. 15. Os recursos orçamentários e extra-orçamentários a seguir discriminados serão creditados em conta especial ao Fundo de Integração de Transportes;

I — dotações incluídas no Orçamento Geral da União, a favor do Fundo de Integração de Transportes;

II — créditos adicionais que forem distribuídos ao Fundo de Integração de Transportes;

III — produto dos recursos referidos no art. 13.

IV — produto da receita de que trata o art. 14;

V — doações de organismos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, a favor do GEIPOT;

VI — legados, donativos e outras rendas que por sua natureza possam destinar-se ao GEIPOT;

VII — produto de operações de crédito e financeiras, realizadas pelo GEIPOT;

VIII — produto das rendas resultantes das operações do GEIPOT de natureza industrial ou comercial de convênios, ajustes e acordos celebrados com Estados e Municípios, e com organismos ou entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX — juros de depósitos bancários.

ALTERADO PELO DECRETO Nº 65.399/69.

DECRETO Nº 65.399 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação ao art. 15 do Decreto nº 64.312, de 7 de abril de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o Artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 83, item II, da Constituição, decretam:

Art. 1º O artigo 15 do Decreto nº 64.312, de 7 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Os recursos financeiros a seguir discriminados serão creditados em conta especial ao Fundo de Integração de Transportes:

I — Recursos transferidos por órgãos de administração indireta que tenham por finalidade o funcionamento e a execução das diversas modalidades de transporte;

II — Recursos provenientes de dotações constantes do orçamento da União e de créditos adicionais a ele destinados;

III — Saldos de créditos especiais concedidos ao Ministério dos Transportes a favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes para ele transferidos de acordo com o artigo 6º do Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969;

IV — Produtos da receita de que trata o artigo 14 do Decreto número 64.312/69;

V — Doações de organismos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, a favor do GEIPOT;

VI — Legados, donativos e outras rendas que por sua natureza possam destinar-se ao GEIPOT;

VII — Produto de operações de crédito e financeiras, realizadas pelo GEIPOT;

VIII — Produto das rendas resultantes das operações do GEIPOT de natureza industrial ou comercial de convênios, ajustes e

acordos celebrados com Estados e Municípios, e com organismos ou entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX — Juros de depósitos bancários;

X — Restituições, reposições e indenizações;

XI — Recursos de outras origens".

(7) — VIDE IN — NOTA 9 — DECRETO Nº 68.910/71

DECRETO-LEI Nº 516/69 (SUPRACITADO)

Art. 5º Os serviços do GEIPOT continuarão a ser executados por servidores requisitados e por pessoal contratado, segundo normas aprovadas pelo Presidente da República.

DECRETO Nº 57.003/65 (SUPRA CITADO)

Art. 3º Para seu funcionamento disporá o Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte de uma Superintendência Executiva, cabendo-lhe a execução das tarefas administrativas e outras que lhe forem atribuídas.

§ 1º O Superintendente Executivo, será nomeado pelo Grupo Executivo.

§ 2º A Superintendência poderá organizar subcomissões para realização de tarefas que lhe sejam cometidas.

Art. 4º O Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes poderá:

a) requisitar servidores dos órgãos de administração direta, autarquias e sociedades da economia mista, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens a que façam jus;

b) recrutar pessoal especializado, técnico, administrativo e auxiliar, contratados na forma da Consolidação das Leis do Trabalho;

c) atribuir a pessoas, empresas e organizações idôneas a prestação de serviços técnicos e administrativos específicos;

DECRETO Nº 57.276/65 (SUPRACITADO)

Art. 3º Fica acrescido o artigo 3º do seguinte parágrafo:

"§ 3º A Superintendência Executiva do GEIPOT manter-se-á em ligação com o Conselho Nacional de Transportes por intermédio da Secretaria Executiva deste Conselho, no duplo sentido de transmitir, de um lado, informações sobre os estudos em andamento e, de outro lado, receber sugestões que aquele Conselho julgar útil transmitir-lhe".

(8) — DECRETO-LEI Nº 199, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.

Art. 42. O julgamento pelo Tribunal de Contas da regularidade das contas dos administradores das entidades da Administração Indireta e das que, por força da lei, lhe devam prestar contas, será feito à base dos seguintes documentos que lhe deverão ser presentes pelos administradores:

a) o relatório anual e os balanços da entidade;

b) o parecer dos órgãos internos que devam dar seu pronunciamento sobre as contas;

c) o certificado de auditoria externa à entidade sobre a exatidão do balanço.

§ 1º A decisão do Tribunal, que poderá ser precedida de inspeção na forma do art. 36, inciso IV, será comunicada à entidade e à autoridade administrativa a que estiver vinculada.

§ 2º Quando o assunto o justificar, o Tribunal fará comunicação ao Presidente da República e ao Congresso Nacional.

(9) — DECRETO-LEI Nº 516 DE 7 DE ABRIL DE 1969

Altera a denominação do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e alterado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, passa a denominar-se Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes (GEIPOT), subordinado diretamente ao Ministro de Estado dos Transportes.

Art. 2º O Poder Executivo disporá em Regulamento sobre a organização e funcionamento do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, de acordo com o disposto nos artigos 3º e 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Nas atribuições do GEIPOT incluir-se-á, também, a execução dos trabalhos complementares da FASE I do Convênio assinado entre o Governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e daqueles previstos em sua FASE II.

Art. 3º Fica instituído um fundo especial, denominado Fundo de Integração de Transportes, destinado a atender despesas com o desenvolvimento das atividades relacionadas com os estudos e pesquisas necessários ao planejamento integrado dos transportes e suas implicações quanto ao planejamento das respectivas modalidades.

Parágrafo único. O Fundo de Integração de Transportes será constituído por recursos transferidos por órgãos da administração indireta que tenham por finalidade o funcionamento e a execução das diversas modalidades de transportes, provenientes de dotações constantes no orçamento da União e créditos adicionais a ele destinados; e de outras fontes extra-orçamentárias a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Art. 4º Enquanto estiverem em execução o Acordo de Assistência Técnica celebrado pelo Governo brasileiro com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, de 1º de outubro de 1965, e o Plano de Operações assinado com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Fundo Especial), de 19 de abril de 1967, ou qualquer ajuste semelhante em que seja necessário manter um representante do Governo brasileiro e seu suplente, em Comissão Diretora, tal como previsto nos referidos instrumentos, esses representantes serão designados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro dos Transportes, e perceberão gratificação especial a ser fixada pelo Poder Executivo, podendo a escolha recair em servidor público, caso em que a gratificação ficará excluída da aplicação do disposto no artigo 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 5º Os serviços do GEIPOT continuarão a ser executados por servidores requisitados e por pessoal contratado, segundo normas aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 6º Observados os dispositivos constantes deste Decreto-lei, passam à responsabilidade do Grupo de Estudos da Política de Integração de Transportes, para todos os efeitos, os recursos financeiros, atividades, contratos e compromissos atribuídos ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes.

Art. 7º Os regimes jurídico, administrativo, financeiro e operacional do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, instituídos a partir do Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, assim como as Resoluções do Grupo Executivo e os atos praticados pela Superintendência Executiva, são ratificados, para todos os efeitos, ficando revogado o Decreto-lei nº 135, de 2 de fevereiro de 1967, exceto quanto ao seu art. 6º, cujos efeitos são prorrogados na forma deste artigo.

Art. 8º Fica criado o cargo, em comissão, de Superintendente, símbolo 1-C, no Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969; 148ª da Independência e 81ª da República.

— A. COSTA E SILVA
— Mário David Andreazza
— Hélio Beltrão.

DECRETO Nº 64.312, DE 7-4-1969**Aprova o Regulamento do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes do Ministério dos Transportes.**

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição e atendendo ao disposto no art. 2º do Decreto-lei nº 516 de 7 de abril de 1969, decreta:

CAPÍTULO I**Da Finalidade**

Art. 1º O Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes (GEIPOT), diretamente subordinado ao Ministro dos Transportes tem por finalidade:

I — realizar estudos e pesquisas com vistas à política nacional dos transportes;

II — estudar a função dos transportes no processo do desenvolvimento nacional;

III — analisar as implicações financeiras e econômicas da operação e expansão das várias modalidades de transporte para o estabelecimento de uma política nacional de transporte, consoante com a política econômico-financeira e de desenvolvimento adotada pelo Governo;

IV — levantar as necessidades de transporte e estudar as medidas para integração das diferentes modalidades, visando ao atendimento da demanda pelo menor custo social respeitada a livre opção dos usuários;

V — levantar e apurar os custos financeiros e econômicos dos atuais serviços de transporte e apresentar sugestões para sua redução;

VI — avaliar economicamente a tecnologia de transporte, apresentando sugestões para sua adaptação aos transportes brasileiros, a fim de possibilitar a sua aplicação a todo o país;

VII — promover estudos e pesquisas especiais com o propósito de aperfeiçoamento das atividades do planejamento e projeto no setor de transportes;

VIII — estudar as especificações para a elaboração da estatística dos transportes;

IX — patrocinar ou realizar cursos destinados ao aperfeiçoamento de técnicos de transporte;

X — celebrar, em nome da União, ajustes, convênios, e contratos com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais para a realização de estudos, pesquisas e projetos sobre transportes, nos termos deste Regulamento e da legislação vigente;

XI — colaborar com os órgãos centrais de planejamento, coordenação e controle do Ministério dos Transportes, fornecendo-lhes elementos concernentes às suas atividades e realizando estudo de interesse para os seus trabalhos;

XII — colaborar com o Conselho Nacional dos Transportes no âmbito de suas atividades;

XIII — promover e manter intercâmbio e colaboração com entidades públicas e particulares, nacionais, estrangeiras e internacionais, referentes a transportes;

XIV — promover e participar de congressos, conferências, encontros, seminários e simpósios, nacionais e internacionais, referentes a transportes; e

XV — promover a divulgação de assuntos relativos a transportes.

CAPÍTULO II**Da Organização**

Art. 2º O GEIPOT compreende:

Direção Superior

I — Comissão Diretora

Direção Executiva

II — Superintendência

III — Coordenação Executiva

Setores de Execução

IV — Setores de Estudos, Pesquisas e Projetos Técnicos

V — Setor Administrativo

Assessoramento

VI — Assessorias Técnicas, Administrativas e Jurídica.

Art. 3º O Regimento Interno será elaborado pela Superintendência, aprovado pela Comissão Diretora e expedido pelo Ministro dos Transportes, observado o disposto no Decreto nº 63.636, de 25 de abril de 1967, e disporá sobre a organização e funcionamento dos órgãos que integrarão os setores de Execução e de Assessoramento, observadas as determinações constantes deste Regulamento.

Parágrafo único. Poderão constar do Regimento Interno, Setores Especiais de natureza temporária para atender às necessidades e encargos eventuais dos serviços específicos do GEIPOT.

CAPÍTULO III**Da Comissão Diretora**

Art. 4º A Comissão Diretora será constituída de cinco membros:

I — Secretário-Geral do Ministério dos Transportes, que a presidirá;

II — Superintendente

III — Três membros designados pelo Ministro dos Transportes com reconhecida experiência e comprovada capacidade em assuntos de transportes.

§ 1º Os membros a que se refere o item III exercerão mandato durante 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º A Comissão Diretora terá uma Secretaria como órgão de apoio técnico-administrativo.

Art. 5º Incumbe à Comissão Diretora:

I — fixar as diretrizes operacionais do Fundo de Integração de Transportes;

II — supervisionar, mediante a orientação e direção superior, as atividades do GEIPOT;

III — autorizar, observados o Regulamento e a legislação vigente:

a) a instituição em caráter temporário de Setores Especiais;

b) ajustes, convênios ou acordos com entidades e órgãos públicos ou particulares, nacionais, estrangeiros ou internacionais;

IV — observado o disposto no art. 21, aprovar a tabela de pessoal regido pela legislação trabalhista e o respectivo plano de salário;

V — aprovar, para serem submetidos posteriormente à consideração do Ministro dos Transportes, as propostas de orçamento e a programação financeira do Fundo de Integração de Transportes observada a competência do órgão central dos sistemas de planejamento, orçamento e estatística;

VI — aprovar:

a) o Regimento Interno e as normas reguladoras da administração do pessoal regido pela legislação trabalhista;

b) as licitações realizadas pelo Superintendente dentro das normas de que trata o Título XII do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e especialmente, as obrigações daí decorrentes a que se refere o art. 126, da citada lei;

c) os relatórios e prestações de contas do Superintendente;

d) os padrões de contratos de adjudicação de serviços, aquisição e locação de bens, e dos demais instrumentos jurídicos que forma-

lizem as relações do GEIPOT com terceiros; observada a legislação vigente;

e) o exercício da faculdade de dispensa de licitação nas hipóteses previstas nas alíneas a, c, d, e, f, g, h, e i do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 1967, observado o disposto no seu § 3º

VII — resolver os casos omissos e dirimir dúvidas de interpretação na execução deste Regulamento **ad referendum** do Ministro dos Transportes;

Art. 6º As decisões de caráter normativo serão tomadas no Plenário da Comissão Diretora, revestirão a forma de resolução, e serão submetidas à aprovação do Ministro dos Transportes.

§ 1º As decisões de caráter casuístico ou executivo poderão ser adotadas sob outras modalidades, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 2º Os casos de caráter urgente de competência da Comissão Diretora poderão ser resolvidos pelo Superintendente, **ad referendum** da Comissão.

Art. 7º O Regimento Interno do GEIPOT disporá sobre a organização e o funcionamento da Comissão Diretora e do Fundo de Integração de Transportes.

Art. 8º A gratificação dos membros da Comissão Diretora, como órgão de deliberação coletiva, e a gratificação de representação do Superintendente, serão fixadas em Portarias do Ministro dos Transportes, observadas as disposições da legislação vigente sobre a matéria.

CAPÍTULO IV**Da Superintendência e da Coordenação Executiva**

Art. 9º Cabe ao Superintendente dirigir, orientar e controlar os órgãos de execução e de assessoramento do GEIPOT, coadjuvado pelo Coordenador e Diretores e Chefes dos citados órgãos, bem como gerir o Fundo de Integração de Transportes.

§ 1º O Superintendente, que ocupará cargo em comissão, símbolo 1-0, será nomeado pelo Presidente da República e indicado pelo Ministro dos Transportes.

§ 2º O Coordenador Executivo será designado pelo Ministro dos Transportes e indicado pelo Superintendente.

Art. 10. Incumbe ao Superintendente:

I — dirigir, coordenar e controlar as atividades dos órgãos técnicos e administrativos do GEIPOT;

II — autorizar despesas, ordem de pagamento, adiantamentos e suprimentos regularmente processados;

III — movimentar as contas de depósito de Fundo de Integração de Transportes, observada a legislação vigente;

IV — administrar pessoal constante da tabela do GEIPOT;

V — delegar competência;

VI — baixar portarias, normas e instruções de serviço;

VII — submeter à Comissão Diretora:

a) os orçamentos e a programação financeira;

b) a tabela e os planos de salário do pessoal regido pela legislação trabalhista;

c) o Regimento Interno e as normas reguladoras de administração de pessoal;

d) a proposta de criação de Setores Especiais;

e) os relatórios de prestações de contas anuais dentro dos prazos legais;

f) os padrões de contratos e demais instrumentos jurídicos que consubstanciam as relações do GEIPOT com terceiros;

g) as propostas de ajustes, convênios ou acordos realizados com entidades e órgãos públicos ou particulares, nacionais, estrangeiros ou internacionais.

VIII — assinar atos administrativos em geral e os instrumentos jurídicos relacionados com a direção superior do GEIPOT, depois de regularmente processados;

IX — assinar a correspondência oficial e entender-se diretamente com as autoridades sobre assuntos de interesse do GEIPOT;

X — exercer outras atribuições previstas neste Regulamento e no Regimento Interno.

Art. 11. Cabe ao Coordenador Executivo exercer as atribuições delegadas pelo Superintendente, e substituí-lo nos seus impedimentos legais e eventuais.

CAPÍTULO V Da Autonomia

Art. 12. Ao GEIPOT é assegurada relativa autonomia financeira e administrativa (art. 172, Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967) nos termos e para os fins indicados neste Capítulo.

Art. 13. O Superintendente encaminhará previamente e no prazo legal à Comissão Diretora o programa financeiro do Fundo de Integração de Transportes com expressa indicação do montante das dotações e da natureza das atividades que serão atendidas com os recursos do Fundo de Integração de Transportes.

Art. 14. O GEIPOT poderá prestar a órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais, serviços de toda natureza compatíveis com as suas atividades e atribuições, os quais serão pagos mediante preços a serem determinados em razão dos respectivos custos.

Parágrafo único. As importâncias recebidas serão recolhidas em conta especial a crédito do Fundo de Integração de Transportes.

Art. 15. Os recursos orçamentários e extra-orçamentários a seguir discriminados serão creditados em conta especial ao Fundo de Integração de Transportes:

I — dotações incluídas no Orçamento Geral da União, a favor do Fundo de Integração de Transportes;

II — créditos adicionais que forem distribuídos ao Fundo de Integração de Transportes;

III — produto dos recursos referidos no art. 13.

IV — produto da receita de que trata o art. 14;

V — doações de organismos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, a favor do GEIPOT;

VI — legados, donativos e outras rendas que por sua natureza possam destinar-se ao GEIPOT;

VII — produto de operações de crédito e financeiras, realizadas pelo GEIPOT;

VIII — produto das rendas resultantes das operações do GEIPOT de natureza industrial ou comercial de convênios, ajustes e acordos celebrados com Estados e Municípios, e com organismos ou entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX — juros de depósitos bancários.

Art. 16. As importâncias correspondentes aos recursos de natureza orçamentária, observada a Programação Financeira da União, serão depositadas pelo Tesouro Nacional, no Banco do Brasil S.A., à conta e à disposição do Fundo de Integração de Transportes.

Art. 17. O GEIPOT elaborará as suas folhas de pagamento e terá Tesouraria própria, processando diretamente, entre outros atos, a averbação de contratos, consignações diversas, extração de empenhos, movimento bancário e emissão de certidões.

Art. 18. A relativa autonomia administrativa do GEIPOT compreenderá o estabelecimento de normas de administração geral, organização de tabelas e regime do pessoal previsto no art. 21 deste decreto.

Art. 19. Cabe ao Ministro dos Transportes julgar os recursos interpostos do julgamento das licitações aprovadas pela Comissão Diretora.

Parágrafo único. O GEIPOT manterá registro cadastral próprio de habilitação de firmas para a realização de tomada de preços ou se, ocasionalmente, o julgar insuficiente, poderá recorrer aos dos demais órgãos do Ministério dos Transportes.

Art. 20. Os serviços do GEIPOT poderão ser executados por:

I — servidores das entidades da Administração Indireta vinculada ao Ministério dos Transportes;

II — servidores de outros órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal;

III — empregados contratados pelo regime da legislação trabalhista.

Art. 21. O GEIPOT terá quadro de pessoal e regime salarial próprios aprovados por Decreto, ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1º Os quadros serão constituídos do pessoal a que se referem os itens I, II e III do artigo anterior.

§ 2º O pessoal mencionado no item I do artigo anterior será movimentado, em caráter temporário, para o GEIPOT, pelo Ministro dos Transportes, observadas as seguintes normas:

I — quando se tratar de servidor vinculado ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, poderá optar pelo regime da legislação trabalhista;

a) percebendo os vencimentos e as vantagens do cargo de origem, acrescidos da complementação que bastar para igualar os vencimentos que percebe ao salário previsto no quadro do pessoal a que se refere o item III do artigo anterior, levando em consideração as atribuições semelhantes e a jornada de trabalho idêntica; e

b) ficará afastado do cargo que ocupar na entidade a que pertence enquanto perdurar a prestação de serviços ao GEIPOT, só contando tempo de serviço correspondente para fins de aposentadoria e promoção por antiguidade e bem assim, para fins de licença especial e gratificação adicional de tempo de serviço, o qual, porém, só produzirá efeitos depois de finda a referida prestação de serviços;

II — e quando se tratar de servidor vinculado à legislação trabalhista, ficará afastado do emprego que ocupar na entidade a que pertence enquanto perdurar a prestação de serviços ao GEIPOT, contando tempo de serviço correspondente de acordo com as condições fixadas pelo órgão cedente, obedecidos os preceitos da respectiva legislação.

§ 3º O Ministro dos Transportes poderá solicitar em caráter temporário, o concurso de servidor sob a jurisdição de outro Ministério, ou de Governo estadual, ou municipal, aplicando-se nesse caso, no que couber, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Em caso algum a remuneração do Superintendente e dos demais servidores do GEIPOT poderá exceder o teto máximo previsto na legislação vigente.

Art. 22. Ressalvadas as hipóteses de prestação de serviços a que se referem os §§ 2º e 3º do artigo anterior, a admissão de pessoal regido pela legislação trabalhista aos quadros do GEIPOT dependerá de prévia habilitação em concurso de provas, ou provas e títulos, a ser realizado pelo próprio órgão, observada a orientação geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, exceção feita para as funções que a legislação admita como de livre escolha.

Art. 23. O GEIPOT, de conformidade com as diretrizes do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, recorrerá, sempre, que possível, à execução indireta dos serviços mediante convênios e contratos.

Art. 24. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1969;

148ª da Independência e 81ª da República

A. COSTA E SILVA
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO Nº 65.399 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação ao art. 15 do Decreto nº 64.312, de 7 de abril de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 83, item II, da Constituição, decretam:

Art. 1º O artigo 15 do Decreto nº 64.312, de 7 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Os recursos financeiros a seguir discriminados serão creditados em conta especial ao Fundo de Integração de Transportes:

I — recursos transferidos por órgãos de administração indireta que tenham por finalidade o funcionamento e a execução das diversas modalidades de transporte;

II — recursos provenientes de dotações constantes do orçamento da União e de créditos adicionais a ele destinados;

III — saldos de créditos especiais concedidos ao Ministério dos Transportes a favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes para ele transferidos de acordo com o artigo 6º do Decreto-lei nº 516, de 7 de abril de 1969;

IV — produtos da receita de que trata o artigo 14 do Decreto número 64.312-69;

V — doações de organismos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, a favor do GEIPOT;

VI — legados, donativos e outras rendas que por sua natureza possam destinar-se ao GEIPOT;

VII — produto de operações de crédito e financeiras, realizadas pelo GEIPOT;

VIII — produto das rendas resultantes das operações do GEIPOT de natureza industrial ou comercial de convênios, ajustes e acordos celebrados com Estados e Municípios, e com organismos ou entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

IX — juros de depósitos bancários;

X — restituições, reposições e indenizações;

XI — recursos de outras origens."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO Nº 68.910 — DE 13 DE JULHO DE 1971

Estabelece normas especiais para administração do Pessoal do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes, aprova os respectivos quadro trabalhista e regime salarial, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e atendendo ao disposto nos artigos 5º do Decreto-lei nº 516, e 21 caput do Decreto nº 64.312, de 7 de abril de 1969, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Quadro de Pessoal do Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes (GEIPOT), regido pela legislação trabalhista, constante dos Anexos I a V, integrantes deste Decreto.

Parágrafo único. O pessoal em exercício no GEIPOT, compreendendo os servidores requisitados ou movimentados e empregados, não poderá, em qualquer hipótese, ultrapassar os quantitativos fixados nos Anexos I a IV.

Art. 2º A contratação civil de locação de serviços de profissional de nível superior, que dependerá de prévia autorização presidencial, somente poderá ocorrer em casos excepcionais, por prazo determinado, para atender às necessidades específicas relacionadas com estudos e pesquisas ligados a projetos de alto nível, quando ficar devidamente comprovada e justificada a conveniência da medida.

Art. 3º As atribuições e principais tarefas, bem como normas de acesso funcional, dos empregos constantes dos Anexos I, II e III do Quadro de Pessoal do GEIPOT, serão objeto de resolução normativa da sua Comissão Diretora.

Art. 4º Ressalvadas as funções de confiança ou de livre escolha previstas no Anexo IV, a admissão de pessoal do Quadro de que trata o art. 1º deste Decreto dependerá de prévia habilitação em concurso de provas, ou de provas e títulos, a ser realizado pelo GEIPOT, observada a orientação geral do órgão Central do Sistema do Pessoal Civil.

Parágrafo único. A admissão nos empregos permanentes do Quadro de Pessoal do GEIPOT far-se-á mediante prévia autorização presidencial.

Art. 5º O pessoal regido pela legislação trabalhista, em exercício no GEIPOT, inclusive desempenhando funções consideradas de confiança ou de livre escolha, poderá ser aproveitado nos empregos constantes dos Anexos I, II e III deste Decreto.

§ 1º O aproveitamento de que trata este artigo dependerá de aprovação em prova prática de suficiência a ser realizada pelo GEIPOT.

§ 2º Quando se tratar de servidor pertencente a outro Órgão, deferido o aproveitamento, será feita a devida comunicação à repartição de origem.

Art. 6º A movimentação para o GEIPOT, de servidores da administração indireta do Ministério dos Transportes, será processada sem ônus para a repartição de origem.

Art. 7º A requisição de servidores da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios será processada de acordo com a legislação que lhes for aplicável.

Art. 8º Quando a movimentação, ou requisição, recair em ocupante de emprego sob o regime de legislação trabalhista, o servidor terá o seu contrato de trabalho suspenso durante o prazo de afastamento e ao mesmo retornará, uma vez cessada a vinculação com o GEIPOT, assegurada, quando couber, indenização correspondente à diferença entre o que vinha percebendo no GEIPOT e o seu salário no Órgão a que pertencer, considerado o tempo de serviço prestado ao GEIPOT.

Art. 9º Ficam revogados o artigo 20, os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 21 e o artigo 22, todos do Decreto nº 64.312, de 7 de abril de 1969, bem como as demais disposições em contrário.

Parágrafo único. Em virtude do disposto neste artigo, o § 4º do artigo 21 do mencionado Decreto passa a vigorar como parágrafo único.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G. MÊDICI
Mário David Andreazza

III — Parecer

O projeto, como afirmamos da apreciação do Plano Nacional de Viação complementa o art. 2º de referido PNV:

Artigo 2º — O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

A GEIPOT vem pois, de encontro às necessidades de um planejamento global do Sistema de Transportes no Brasil.

Sua transformação em Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes atende a necessidade premente do desenvolvimento viário face às modernas exigências do Setor.

Apesar de toda a agudeza com que examinado o Projeto em questão quando de sua tramitação na Câmara dos Deputados, como vimos, três retificações precisam ser feitas:

A primeira meramente redacional atinente a seqüência dos itens tratados no "caput" artigo 2º, a segunda ainda pertinente a esse mesmo "caput" em que é introduzido novo item:—

"Realizar estudos de viabilidade técnica econômica" (cremos haver sido um lapso sua inclusão) — a terceira também atingindo este artigo não mais o "caput" mas visando o acréscimo de um novo parágrafo em que fique bem esclarecida a situação do transporte aéreo, visto que o planejamento, coordenação e execução dessa espécie de transporte são da privativa competência dos órgãos técnicos do Ministério da Aeronáutica.

Assim, propomos a seguinte Emenda de Comissão:

EMENDA Nº 1 — (CT)

Dê-se ao artigo 2º a seguinte redação:

"Art. 2º A Empresa tem por objetivo dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo que tenham atribuições de formular, orientar, coordenar e executar a política nacional dos transportes, bem como promover, executar e coordenar atividades de estudos e pesquisas necessárias ao planejamento de transportes no País, competindo-lhe:

I — promover e realizar estudos técnicos e econômicos, pesquisas e projetos de transportes, inclusive estudos especiais de demanda global e intermodal de transportes;

II — elaborar, quando lhe for solicitado, planos diretores integrados de transportes, Planos diretores modais, Planos diretores de transporte urbano, Planos diretores de trânsito e tráfego, bem como a sua atualização sistemática;

III — promover estudos e pesquisas com o objetivo de estabelecer parâmetros que atendam às peculiaridades regionais do País, na definição de prioridade de obras de infra-estrutura dos transportes.

IV — prestar serviços de assistência na ordenação e elaboração de programas de transportes;

V — realizar estudos para integração de Planos e programas de transportes, de responsabilidade do Governo Federal, em suas diversas modalidades;

VI — realizar estudos de viabilidades técnico-econômico.

VII — prestar serviços de supervisão e acompanhamento da execução de Planos diretores estaduais de transportes, em suas diversas modalidades;

VIII — promover a difusão de conhecimentos atualizados no campo dos transportes, junto a entidades e órgãos públicos e privados;

IX — prestar serviços de assistência na coordenação de programas de financiamentos concedidos a órgãos do Ministério dos Transportes;

X — estabelecer e manter, com os órgãos próprios do Ministério dos Transportes, fluxos de informações de interesse do planejamento e da programação dos transportes;

XI — prestar serviços de assessoramento ao Ministério dos Transportes no conjunto de atividades de sua especialidade;

XII — prestar serviços de apoio e colaboração técnica e administrativa aos órgãos do Poder Executivo federal, estadual e municipal, em assuntos de sua especialidade;

XIII — prestar serviços a órgãos ou entidades estrangeiras ou internacionais, no País ou no exterior, em assuntos de sua especialidade;

§ 1º — Os serviços a cargo da Empresa, compatíveis com seus fins, atribuições e atividades, serão executados, sob a forma jurídica requerida para o caso, mediante justa remuneração.

§ 2º — É facultado à Empresa desempenhar atividades mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

§ 3º — Na hipótese dos misteres discriminados no presente artigo referirem-se a Transporte Aéreo, será previamente ouvido o Ministério da Aeronáutica”.

Conclusão

Pela aprovação do Projeto com a Emenda CT-1. (Muito bem!)

(*) Republicado por haver saído com omissão no DCN — seção II — de 29.6.73.

ATA DA 75ª SESSÃO, REALIZADA EM 25.6.73

(Publicada no DCN — Seção II — de 26.6.73)

RETIFICAÇÕES

No Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1973 (nº 1.289-B/73, na origem), que autoriza o Poder Executivo a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, e dá outras providências:

Na página 2.384, 1ª coluna, no Art. 1º,

Onde se lê:

..., nos termos do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Leia-se:

..., nos termos do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Na 2ª coluna, no final do item II do art. 2º,

Onde se lê:

... viabilidade técnico-econômica;

Leia-se:

... viabilidade técnico-econômica;

Na 3ª coluna, no § 1º do Art. 6º,

Onde se lê:

..., a partir da data de sua instalação, ...

Leia-se:

..., a partir da data de sua instalação, ...

Na mesma coluna,

Onde se lê:

3º A Administração da Empresa, ...

Leia-se:

§ 3º A Administração da Empresa, ...

Na página 2.385, 1ª coluna, no § 3º do art. 9º,

Onde se lê:

..., transferindo para a Empresa (ilegível) saldos, (ilegível) e documentos existentes, ...

Leia-se:

..., transferindo para a Empresa os saldos, recursos e documentos existentes, ...

Na página 2.386, 3ª coluna, no final da Exposição de Motivos,

Onde se lê:

Mário Davia Andrezza.

Leia-se:

Mário David Andrezza.

No parecer nº 245/73, da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 16/73, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, em Dacar, a 21 de novembro de 1972:

Na página 2.395, 3ª coluna,

Onde se lê:

Dacar, situada na parte mais externa do ocidente africano, ...

Leia-se:

Dacar, situada na parte mais extrema do ocidente africano, ...

No Parecer nº 248/73, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 31, de 1973, que dispõe sobre a constituição e estruturação do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo e respectivas Categorias funcionais do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências:

Na página 2.401, 1ª coluna, no início do parecer,

Onde se lê:

..., que dispõe sobre a constituição e estrutura ...

Leia-se:

..., que dispõe sobre a constituição e estruturação ...

Na 3ª coluna, no art. 2º, Nível I, da redação final,

Onde se lê:

..., sob coordenação e orientação, ...

Leia-se:

..., sob coordenação e orientação, ...

Na página 2.402, 1ª coluna, após o enunciado do art. 7º,

Suprima-se o seguinte:

PARECER Nº 248, de 1973

Da Comissão de Redação

ATA DA 76ª SESSÃO, REALIZADA EM 25.6.73

(Publicada no DCN — Seção II — de 26.6.73)

RETIFICAÇÃO

Na página 2.416, 3ª coluna, na proclamação do resultado da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 26/73, que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências,

Onde se lê:

Concluída a votação da matéria com o seguinte resultado:

Aprovados o Projeto e as Emendas nºs ... 42, 48, ... 71, 73, ...

Leia-se:

Concluída a votação da matéria com o seguinte resultado:

Aprovados o Projeto e as Emendas nºs ... 42, 46, 48, ... 71, 72,

73, ...

ATA DA 77ª SESSÃO, REALIZADA EM 26.6.73

(Publicada no DCN — Seção II — de 27.6.73)

RETIFICAÇÕES

No Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1972, que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo — Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências:

Na página 2.436, no Anexo que acompanha o projeto,

Onde se lê:

1 Consultor Jurídico SF-DAS-102.1

20 Assessor Legislativo SF-DAS-102.2

Leia-se:

1 Assessor Jurídico SF-DAS-102.2

20 Assessor Legislativo SF-DAS-102.1

No Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1973 (nº 1.150-B/73, na origem), que retifica dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil:

Na página 2.438, 3ª coluna, no § 2º, do "Art. 20, constante do Art. 1º do projeto,

Onde se lê:

§ 2º As despesas abrangem só as custas ...

Leia-se:

§ 2º As despesas abrangem não só as custas ...

Na página 2.439, 1ª coluna, no item II do "Art. 184,

Onde se lê:

II — o expediente forense for encerrado ...

Leia-se:

II — O expediente forense for encerrado ...

No § 4º do mesmo artigo,

Onde se lê:

..., haver-se á por não interrompida ...

Leia-se:

..., haver-se-á por não interrompida ...

No § 5º,

Onde se lê:

... de direitos patrimoniais, ...

Leia-se:

... de direitos patrimoniais, ...

Na página 2.444, 1ª coluna, no "Art. 1.007,

Onde se lê:

..., se a Fazenda Pública, intimida na forma do ...

Leia-se:

..., se a Fazenda Pública, intimada na forma do ...

Na 2ª coluna, no Art. 4º,

Onde se lê:

Art. 4º O Art. 1.219 pasa a constituir ...

Leia-se:

Art. 4º O Art. 1.219, passa a constituir ...

No Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1973, que altera os capítulos II, III e IV do Título V, do Livro I do Código Civil Brasileiro:

Na página 2.455, 3ª coluna, no Art. 10 do projeto,

Onde se lê:

Art. 10. A presenção legal da filiação ...

Leia-se:

Art. 10 — A presunção legal da filiação ...

Na justificação do projeto, no final dos parágrafos terceiro e onze, respectivamente,

Onde se lê:

... tensões csiminosas ...

... de vernadeiro pária ...

Leia-se:

... tensões criminosas ...

... de verdadeiro pária ...

ATA DA 79ª SESSÃO, REALIZADA EM 27.6.73

(Publicada no DCN — Seção II — de 28.6.73)

RETIFICAÇÕES

No Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1973 (nº 1.294-B/73, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do

Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, o crédito especial de Cr\$ 394.145,00, para o fim que especifica:

Na página 2.483, 2ª coluna, no seu Art. 2º,

Onde se lê:

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta decorrerão...

Leia-se:

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão...

Na 3ª coluna,

Onde se lê:

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 1973

(Nº 1.362-B/73, na Câmara dos Deputados)

Leia-se:

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 1973

(Nº 1.362-B/73, na Câmara dos Deputados)

Fixa os valores de vencimentos dos cargos dos Grupos-Atividades de Apoio Legislativo, Serviços Auxiliares e Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.

No Projeto de Resolução nº 33, de 1973, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil dólares) para aplicação no programa de construção e conservação de obras rodoviárias:

Na página 2.484, 2ª coluna, na ementa do projeto,

Onde se lê:

... US\$ 3.900,00,00 ...

Leia-se:

... US\$ 3.900.000,00 ...

No Parecer nº 271, de 1973, da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1973 (nº 113-B/73, na Câmara), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973:

Na página 2.490, 1ª coluna,

Onde se lê:

... saldo negativo de 2.600,00 dólares, ...

Leia-se:

... saldo negativo de 2.600.000 dólares, ...

No Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1972, que autoriza sirene e luz vermelha intermitente nos carros de médicos cardiologistas e dá outras providências;

Na página 2.504, 1ª coluna, após o parágrafo único do Art. 2º do projeto, inclua-se o seguinte artigo:

Art. 3º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias depois de promulgada, revogadas as disposições em contrário.

ATA DA 81ª SESSÃO, REALIZADA EM 28-6-73

(Publicada no DCN — Seção II — de 29-6-73)

RETIFICAÇÕES

Na página 2.536, após o cabeçalho da Sessão,

Exclua-se a palavra:

(EXTRAORDINÁRIA)

No Projeto de Resolução nº 35, de 1973, que dispõe sobre suspensão de execução de textos da Constituição de 1967 e de atos legislativos da Assembleia Legislativa do Paraná:

Na página 2.536, 3ª coluna,

Onde se lê:

Projeto de Resolução

Leia-se:

Projeto de Resolução nº 35, de 1973

No Parecer nº 283/73, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 39/73-DF, que dispõe sobre a remuneração dos bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências:

Na página 2.547, 2ª coluna, na EMENDA Nº 4-CCJ,

Onde se lê:

§ 6º A pensão será devida integralmente à companheira, se o bombeiro-militar, for solteiro ou viúvo ...

Leia-se:

§ 6º A pensão será devida integralmente à companheira, se o bombeiro-militar, for viúvo e sem filhos ...

No Parecer nº 286/73, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 39/73-DF, que dispõe sobre a remuneração dos bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências:

Na página 2.549, 3ª coluna, no parágrafo único do Art. 5º do projeto,

Onde se lê:

..., o soldado será devido a partir ...

Leia-se:

..., o soldo será devido a partir ...

Na mesma coluna,

Onde se lê:

Atos. 6º Suspende-se, ...

Leia-se:

Art. 6º Suspende-se, ...

No Art. 8º.

Onde se lê:

..., terá o saldo pago ...

Leia-se:

..., terá o soldo pago ...

Na página 2.550, 1ª coluna, no Art. 12.

Onde se lê:

Art. 12. Gratificações são partes ...

Leia-se:

Art. 12. Gratificações são as partes ...

No item IV do Art. 12,

Onde se lê:

IV — que tiver exercido os prazos legais ou regulamentares de afastamento do serviço.

Leia-se:

IV — que tiver excedido os prazos legais ou regulamentares de afastamento do serviço.

Na 2ª coluna, no Art. 22,

Onde se lê:

Art. 22. A Gratificação de Serviço Ativo é de vida ao ...

Leia-se:

Art. 22. A gratificação de Serviço Ativo é devida ao ...

Na página 2.551, 1ª coluna, no item II do Art. 39,

Onde se lê:

... dos valores disposto no mesmo artigo, ...

Leia-se:

... dos valores dispostos no mesmo artigo, ...

Na 3ª coluna, no § 4º do Art. 45,

Onde se lê:

... bombeiro-militar ...

Leia-se:

... bombeiro-militar ...

Na página 2.553, 1ª coluna, no Art. 78,

Onde se lê:

... do bombeiro militar, ...

Leia-se:

... do bombeiro-militar, ...

Na página 2.554, 1ª coluna, no parágrafo único do art. 92,

Onde se lê:

Parágrafo único. A remuneração dos bombeiros militares ...

Leia-se:

Parágrafo único. A remuneração dos bombeiros-militares ...

No item II do Art. 94,

Onde se lê:

... e Indenização incorporáveis.

Leia-se:

... e Indenização incorporáveis.

No item I do Art. 95,

Onde se lê:

... reserva remunerada:

Leia-se:

... reserva remunerada;

Após o item III do Art. 95,

Onde se lê:

Art. 1º O bombeiro-militar ...

Leia-se:

§ 1º O bombeiro-militar ...

Na página 2.554, 2ª coluna, no Art. 99,

Onde se lê:

Art. 99. Por ocasião de sua passagem para a inatividade, até o máximo de 30 (trinta) anos.

Leia-se:

Art. 99. Por ocasião de sua passagem para a inatividade, o bombeiro-militar tem direito a tantas quotas de soldo quantos forem os anos de serviço, computáveis para a inatividade, até o máximo de 30 (trinta) anos.

Na página 2.555, 1ª coluna, no § 3º do Art. 106,

Onde se lê:

§ 3º O Auxílio-Invalidez suspenso, automaticamente, ...

§ 3º O Auxílio-Invalidez será suspenso, automaticamente, ...

Na 2ª coluna, ao final do Art. 114,

Onde se lê:

... "bases para desconto".

Leia-se:

... "bases para desconto".

Na página 2.556, 3ª coluna, no Art. 132,

Onde se lê:

..., 616, de 2 de fevereiro de 1949; 1.151, de 12 de julho de 1950;

Leia-se:

..., 616, de 2 de fevereiro de 1949; 1.156, de 12 de julho de 1950;

ATA DA 82ª SESSÃO, REALIZADA EM 28-6-73

(Publicada no DCN — Seção II — de 29-6-73)

RETIFICAÇÕES

No Anexo ao Parecer nº 287, de 1973, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1973, que "exclui da aplicação do disposto nos arts. 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de Trânsito, e dá outras providências:

Na página 2.561, 2ª coluna, no Art. 1º do projeto,

Onde se lê:

... nos arts. 6º, I, 64 e 159, do Código de Processo Penal ...

Leia-se:

... nos arts. 6º, I, 64 e 169, do Código de Processo Penal ...

No Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1973 (nº 1.289-B/73, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a transformar o Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes em Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOP, e dá outras providências:

Na página 2.567, 2ª coluna, no Art. 1º do projeto,

Onde se lê:

..., nos termos do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Leia-se:

..., nos termos do artigo 5º, item II, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Na 3ª coluna, no item VII do Art. 2º,

Onde se lê:

... coordenação de programas ...

Leia-se:

... coordenação de programas ...

No Anexo ao Parecer nº 290, de 1973, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1973:

Na página 2.569, 1ª coluna, no § 1º do "Art. 2º,

Onde se lê:

..., sob a forma jurídica para o caso, ...

Leia-se:

..., sob a forma jurídica requerida para o caso, ...

ATO Nº 11/73, DO PRESIDENTE

O Presidente do Senado Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 52, item 38 do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, da Comissão Diretora,

RESOLVE aposentar, por invalidez, ALFREDO RODRIGUES TEIXEIRA NETTO, Emendador, PL-9, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, 102, inciso I, alínea "b" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso III, § 2º, 404, inciso III, 359 e 392, § 4º da Resolução nº 58, de 1972 e artigo 1º da Resolução nº 16, de 1963, com vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus.

Senado Federal, em 28 de junho de 1973. — Filinto Müller, Presidente.

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Filinto Müller (ARENA — MT)	3.º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
1.º-Vice-Presidente: Paulo Torres (ARENA — RJ)	4.º-Secretário: Benedito Ferreira (ARENA — GO)	Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES) Ney Braga (ARENA — PR) Virgílio Távora (ARENA — CE) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Guido Mondin (ARENA — RS) Flávio Britto (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO)
2.º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários: Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
1.º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	José Augusto (ARENA — MG)	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
2.º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Benjamin Farah (MDB — GB)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313.

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

Suplentes

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto Ruy Carneiro

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 676.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

José Guimard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

Suplentes

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Ruy Carneiro Franco Montoro
Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Suplentes

ARENA

Eurico Rezende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro Franco Montoro
Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro**Titulares**Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Ney Braga
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto**Suplentes****ARENA**Carlos Lindenberg
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Wilson Campos**MDB**

Ruy Carneiro

Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "B" — Lilas — Anexo II — Ramal 621.**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres**Titulares**Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Arnon de Mello
Teotônio Vilela
Paulo Guerra
Renato Franco
Helvidio Nunes
Luiz Cavalcante**Suplentes****ARENA**Domicio Gondin
José Augusto
Geraldo Mesquita
Flávio Britto
Leandro Maciel**MDB**

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon**Titulares**Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade**Suplentes****ARENA**Arnon de Mello
Helvidio Nunes
José Sarney**MDB**

Benjamin Farah

Franco Montoro

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**
(17 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Tavora**Titulares**Celso Ramos
Lourival Baptista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castelo-Branco
Lenoir Vargas
Jessé Freire
João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Tavora
Wilson Gonçalves
Mattos Leão
Tarso Dutra**Suplentes****ARENA**Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Flávio Brito
.....**MDB**Amaral Peixoto
Ruy Carneiro
Danton Jobim

Nelson Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias**Titulares**Heitor Dias
Domicio Gondin
Renato Franco
Guido Mondin
Ney Braga
Eurico Rezende**Suplentes****ARENA**Wilson Campos
Accioly Filho
José Esteves**MDB**

Franco Montoro

Danton Jobim

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah**Titulares**Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondin
Lenoir Vargas**Suplentes****ARENA**Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Guimard**MDB**

Benjamin Farah

Danton Jobim

Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares

Antônio Carlos
José Lindoso
José Augusto
Cattete Pinheiro

Suplentes

ARENA
Lourival Baptista
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim Ruy Carneiro
Assistente: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Jesse Freire
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

Suplentes

ARENA
Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco
Carlos Lindenberg
José Lindoso
José Guimard
Cattete Pinheiro
Virgílio Távora
Ney Braga

MDB

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro
Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Duarte Filho
Waldemar Alcântara

Suplentes

ARENA
Saldanha Derzi
Wilson Campos
Clodomir Milet

MDB

Benjamin Farah Ruy Carneiro
Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares

Waldemar Alcântara
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

Suplentes

ARENA

Alexandre Costa
Celso Ramos
Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto
Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares

Tarso Dutra
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jesse Freire

Suplentes

ARENA

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah
Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Lenoir Vargas
Geraldo Mesquita
José Esteves

Suplentes

ARENA

Dinarte Mariz
Duarte Filho
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim Benjamin Farah
Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E
DE INQUÉRITO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Chefe: J. Ney Passos Dantas — Telefone: 24-8105 —
Ramal 303

Assistente de Comissões: Hugo Antônio Crepaldi — Ra-
mal 672; e Mauro Lopes de Sá — Ramal 310, Local:
Anexo II

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (ar-
tigo 90 do Regimento Comum).

ANAIIS DO SENADO

Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39ª a 50ª — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51ª a 62ª — tomo II
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107ª a 117ª — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118ª a 130ª — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141ª a 142ª — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143ª a 145ª — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156ª a 166ª — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1ª a 12ª (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13ª a 27ª (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28ª a 34ª (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1ª a 15ª (1ª e 2ª Sessões Preparatórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16ª a 32ª — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33ª a 42ª — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43ª a 62ª — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63ª a 78ª — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79ª a 100ª — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101ª a 114ª — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115ª a 132ª — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1ª a 10ª (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11ª a 24ª — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133ª a 150ª — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151ª a 171ª — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172ª a 188ª — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189ª a 209ª — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210ª a 231ª — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232ª a 262ª — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263ª a 275ª — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276ª a 298ª — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1ª a 15ª — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1ª a 7ª — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8ª a 19ª — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20ª a 36ª — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1ª a 12ª — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13ª a 20ª — tomo II
Mês de maio de 1970	— SESSÕES 21ª a 32ª — tomo I
Mês de maio de 1970	— SESSÕES 33ª a 42ª — tomo II
Mês de junho de 1970	— SESSÕES 43ª a 54ª — tomo I
Mês de junho de 1970	— SESSÕES 55ª a 56ª — tomo II
Mês de julho de 1970	— SESSÕES 67ª a 79ª — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1ª a 11ª — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12ª a 21ª — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22ª a 32ª — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33ª a 44ª — tomo II
Mês de junho de 1971	— SESSÕES 45ª a 56ª — tomo I
Mês de junho de 1971	— SESSÕES 57ª a 67ª — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68ª a 81ª — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82ª a 93ª — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94ª a 103ª — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104ª a 115ª — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116ª a 126ª — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127ª a 138ª — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139ª a 148ª — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149ª a 157ª — tomo II
Mês de novembro de 1971	— SESSÕES 158ª a 166ª — tomo I
Mês de novembro de 1971	— SESSÕES 167ª a 187ª — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1ª a 12ª — tomo I
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 13ª a 22ª — tomo II
Mês de maio de 1972	— SESSÕES 23ª a 30ª — tomo I
Mês de maio de 1972	— SESSÕES 31ª a 43ª — tomo II
Mês de junho de 1972	— SESSÕES 44ª a 45ª — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

"MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL"

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058 de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas; entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Aduauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

Emendas Constitucionais

1 a 3

Atos Institucionais

1 a 17

Atos Complementares

1 a 96

Leis Complementares

1 a 12

Legislação Citada e Sinopse

**Obra Elaborada Pela Divisão de Edições Técnicas
do Senado Federal**

(Antiga Diretoria de Informação Legislativa)

Preço: Cr\$ 15,00